



Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2527-2136 ANO IV . Nº 7 . JANEIRO - JUNHO DE 2020

DOSSIÊ

*Mulheres e Gênero
na historiografia capixaba*



Revista do
ARQUIVO PÚBLICO DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

ISSN 2527-2136 ANO IV . Nº 7 . JANEIRO - JUNHO DE 2020

Governador

José Renato Casagrande

Vice-governadora

Jaqueline Moraes

Secretário de Estado da Cultura

Fabício Noronha

Diretor Geral do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo

Cílmara Cesconetto Franceschetto

Diretor Técnico Administrativo

Luiz Gonsaga Pimentel Fraga

© 2020 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo
Rua Sete de Setembro, 414
CEP 29.015-905 - Vitória - ES - Brasil
Tel. (27) 3636-6100
E-mail: revista@ape.es.gov.br
Site: www.ape.es.gov.br

R454 Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Ano. 4, n. 7, (jan./jun.2020).
Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2020.

Semestral
ISSN 2527-2136

1. Mulheres Capixabas - Periódico. 2. Documentos históricos do Espírito Santo
– Periódico. 3. História do Espírito Santo – Periódico. I. Arquivo Público do Estado do
Espírito Santo.

CDD – 331.4098152

As ideias, opiniões e conceituações contidas nos artigos desta revista são de inteira
responsabilidade dos autores, não representando necessariamente o posiciona-
mento deste Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

Editor Executivo

Cilmar Cesconetto Franceschetto

Coordenação Editorial

André Malverdes
Departamento de Arquivologia - UFES
Julio Bentivoglio
Departamento de História - UFES

Editor Gerente

Bruno César Nascimento
Jória Motta Scolforo
Lucas Rodrigues Barreto
Michel Caldeira de Souza

Projeto Gráfico e Edição

Alexandre Matias

Pesquisa e Seleção Iconográfica

Lucas Rodrigues Barreto
Jória Motta Scolforo

Revisão de estrutura e linguagem

Stefano Favarato - Língua inglesa
Jória Motta Scolforo

Organização do Dossiê Temático

Maria Beatriz Nader
Lívia de Azevedo Silveira Rangel



Conselho Editorial

Alexandre de Sá Avelar (UFU), Aline Lopes de Lacerda (Casa Oswaldo Cruz), André Malverdes (UFES), André Porto Ancona Lopez (UNB), Arno Wehling (IHGB), César Albenes de Mendonça Cruz (EMESCAM), Fábio Franzini (UNIFESP), Joan Boadas i Raset (Girona-Espanha), João Eurípedes Franklin Leal (UFF), João Gualberto Vasconcellos (UFES - SECULT), José Antonio Martinuzzo (UFES), Julio Bentivoglio (UFES), Jurandir Malerba (UFRGS), Lúcia Maria Paschoal Guimarães (UERJ), Maria Beatriz Nader (UFES), Osvaldo Martins de Oliveira (UFES), Raquel Glezer (USP), Renzo M. Grosselli (PUC-RS), Rita de Cássia Maia (UFES - Diretora da Biblioteca Pública Estadual - SECULT), Taiguara Aldabalde Vilella (UFES), Telma Campanha de Carvalho Madio (UNESPE-MARILIA), Ueber José de Oliveira (UFES) e Valdei Lopes de Araújo (UFOP).

Conselho Consultivo

Agostino Lazzaro (ex-Diretor Geral - APEES), Dr. Alexandre Faben (Ufes), Andrea Lisly (UFOP), Antônio Carlos Queiroz do Ó (UFES), Bruno César Nascimento (UFES), Bruno Santos Conde (UFES), Camila Mattos da Costa (IBICT-UFRRJ), Cláudio Zanotelli (UFES), Cristiano P. Alencar Arrais (UFG), Danilo José Zioni Feretti (UFSJ), Dr. Estilague Ferreira dos Santos (UFES), Dr. Gustavo Henrique Araújo Forde (Ufes), Helena Mollo (UFOP), Isabel Lustosa (Casa Rui Barbosa), Janice Gusmão (PUC-SP), José Eustáquio Ribeiro (UFG), Jorge Vinícius Monteiro Vianna (SABERES), Dra. Kátia Sausen da Motta (UFES), Dr. Luiz Cláudio Moisés Ribeiro (UFES), Dra. Maria Cristina Dadalto (UFES), Dra. Margarete Farias de Moraes (Ufes), Dr. Pedro Ernesto Fagundes (UFES), Rodrigo Aldeia Duarte (Arquivo Nacional), Rodrigo da Silva Goularte (UFES), Rodrigo Mello de Moraes Pimenta (PMVV), Rogério Rosa (UNESC), Sérgio Marlow (Faculdade Unida), Dra. Sonia M. Mattos (UFES), Msc. Tiago de Araújo Camilo (Ufes), Dra. Vânia Maria Losada (UFRRJ) e Dr. Vitor de Ângelo (UVV).

SUMÁRIO

EDITORIAL

6 | *Cilmar Cesconetto Franceschetto*

ENTREVISTA

11 | *Jaqueline Moraes: As conquistas, trajetórias e desafios da vice-governadora do Espírito Santo* - João José Barbosa Sana e Renata Alves da Silva

ARTIGOS DO DOSSIÊ

21 | *“Sinhás” e cativas: as mulheres na sociedade de Itapemirim-ES dos Oitocentos* - Laryssa da Silva Machado e Lucas da Silva Machado

35 | *Os sentidos da docilidade: a imprensa e a representação feminina no Império brasileiro* - Cibele Camargos Pereira e Karulliny Silverol Siqueira

49 | *Mulheres escritoras e o debate sobre o feminismo na imprensa capixaba (1920 e 1930)* - Lívia de Azevedo Silveira Rangel e Maria Beatriz Nader

67 | *Mulheres indígenas - indígenas mulheres: corpos-territórios-devastados-interditados.* - Arlete M. Pinheiro Schubert, Aline Ngrehtabare Lopes Kayapo e Claudete Beise Ulrich

81 | *Mulheres na política: Myrthes Bevilácqua Corradi e Luzia Alves Toledo no poder legislativo – 1980 a 2018* - Leandro Da Silva Lunz

99 | *A política representacional da Revista Capixaba (1967-1971): normas de gênero do governo ditatorial em Vitória - ES* - Maria Beatriz Nader e Mirela Marin Morgante

115 | *Ideias em movimento: um diálogo entre Emma Goldman e Francisco Ferrer y Guardia* - Nilciana Alves Martins

ARTIGOS LIVRES

133 | *Desenvolvimento urbano dos bairros Fradinhos e Maruípe pelo caminho da habitação social* - Luciana Nemer

153 | *Acervo do fotógrafo Luiz Germano Gieseler no Museu Antropológico*
Diretor Pestana: visão arquivística na curadoria do patrimônio cultural -
Amanda Keiko Higashi e Andre Malverdes

DOCUMENTO

177 | *Adalgisa Amanda da Fonseca e Silva: caminhos, escolhas e vivências da primeira médica capixaba*
Jória Motta Scolforo e Lucas Rodrigues Barreto

RESENHA

181 | *As Mulheres e o magistério no Espírito Santo: o início de uma História*
Kátia Sausen da Motta

REPORTAGEM

187 | • *Luz del Fuego: trajetória e liberdade da mulher que marcou época*
• *A escrita e pensamentos das mulheres na revista "Vida Capixaba"*
• *O voto feminino e a conquista de direitos na imprensa capixaba*
Jória Motta Scolforo

COLABORAÇÃO ESPECIAL

194 | *Cordel: Violência contra a mulher*
Kátia Bobbio

EDITORIAL

Caros leitores,

A Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (RAPEES), em sua 7ª edição, traz o dossiê “Mulheres e Gênero na historiografia capixaba”, sob a coordenação das Doutoradas Maria Beatriz Nader e Lívia de Azevedo Silveira Rangel, com o objetivo de fortalecer os debates em torno das vivências das mulheres em suas interações sociais, culturais e políticas.

Neste número, tivemos a colaboração de pesquisadores que com seus olhares e reflexões contribuem para os estudos históricos e arquivísticos no Espírito Santo e no país. Dentre os temas abordados, temos as relações entre “sinhás” e “cativas” em Itapemirim; a imprensa e a representação feminina no Império; as mulheres escritoras e o debate sobre o feminismo na revista “Vida Capixaba”; as mulheres indígenas; as atuações de Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo no Poder Legislativo; as normas de gênero do Governo ditatorial em Vitória e os diálogos entre Emma Goldman e Francisco Ferrer y Guardia. Em “artigos livres” trazemos análises sobre o desenvolvimento urbano dos bairros de Fradinhos e Maruípe e o acervo do fotógrafo Luiz Germano Gieseler no “Museu Antropológico Diretor Pestana”.

Nossa entrevistada desta edição é a vice-governadora do Espírito Santo, Jaqueline Moraes, que relata a sua trajetória e algumas das principais conquistas e desafios que envolveram e ainda fazem parte do seu exercício como gestora pública.

Em “Resenha”, a historiadora Kátia Sausen da Motta aborda algumas das discussões centrais do livro “Professoras primárias: profissionalização e feminização do magistério capixaba (1845-1920)”, de Elda Alvarenga.

No espaço “Documentos”, conhecemos um pouco mais sobre a vida profissional de Adalgisa Amanda da Fonseca e Silva, a primeira mulher a se formar em Medicina no Espírito Santo. Ao final, a contribuição da escritora e pesquisadora, Kátia Bobbio, com o cordel, em protesto, sobre a Violência contra a Mulher.

Ao abordar esse tema, em forma de dossiê, temos a intenção de ampliar as discussões sobre o papel das mulheres em nossa sociedade, especialmente as capixabas e o seu protagonismo na história e na construção do nosso Estado.

Desejamos uma ótima leitura!

Cilmar Cesconetto Franceschetto
Editor Executivo



APRESENTAÇÃO

MULHERES E GÊNERO NA HISTORIOGRAFIA CAPIXABA

O presente dossiê é fruto de reflexões que vêm ocorrendo há quase duas décadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), notadamente a partir da criação do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEG). A institucionalização desse campo de estudos, em especial com pesquisas sobre mulheres, tem contribuído para promover na historiografia capixaba novas perspectivas e novos objetos. Este é um movimento de renovação devedor de muitas fontes. Está atrelado tanto a mudanças de paradigmas nas Ciências Humanas, quanto a uma tradição capixaba de memória e história que começou a ser repensada a partir da publicação de obras pioneiras, como *A mulher na História do Espírito Santo*, de Maria Stella de Novaes.

Escrito nos idos dos anos 1950, mas publicado somente em fins da década de 1990, a obra de Novaes pode ser lida em diálogo com uma vertente mais testemunhal e memorialística, mas que indica uma busca de espaço pouco discutida até então sobre a urgente necessidade de se narrar as experiências marginalizadas de mulheres. De lá para cá, a historiografia produzida no Espírito Santo vem trilhando um longo caminho, no esforço por consolidar os estudos sobre mulheres e relações de gênero. Nesse ponto, uma crítica é pertinente, pois se houve avanços incontestáveis de abordagem e método, ainda estamos longe de ter uma extensa produção acadêmica pautada nas temáticas de gênero, com pesquisas que privilegiem o enfoque regional.

Interpelações à história tradicional, cega para a presença feminina nas dinâmicas sociais, vêm ocorrendo antes mesmo do surgimento de uma produção escrita sistemática a respeito do silenciamento das mulheres na história. Na verdade, é uma reação materializada também em numerosas biografias de mulheres. São vidas e carreiras que, a exemplo de Maria Stella de Novaes, precursora da *História das Mulheres no Espírito Santo*, se tornaram representativas de um enfrentamento aos papéis estereotipados e idealmente rígidos definidos para homens e mulheres na sociedade. Inseridas no mundo público, como professoras, escritoras, cientistas, revolucionárias, sindicalistas, artistas e intelectuais, entre outras tantas ocupações, acabaram por escapar, em boa medida, às amarras de gênero e por desafiar o chamado “destino biológico”. Mulheres de origens e classes sociais distintas subverteram identidades e transitaram para além dos espaços estabelecidos como apropriados por imperativos morais, sexuais, raciais, de classe, potencialmente excludentes e opressores.

Embora tenham estado sempre presentes nos vestígios históricos, ainda que pálidas na documentação “oficial” obstinada a ignorar tudo o que não “pertencesse” à esfera da política e da ordem pública, mas mais evidentes nos arquivos privados (descartados por muito tempo como fontes legítimas), essas existências singulares foram apagadas por uma narrativa masculina hegemônica que calava sobre o lugar

das mulheres nos processos históricos. Se essa é uma verdade para a chamada história mundial (leia-se europeia), na História do Brasil, incluindo a produzida no Espírito Santo, não foi diferente. Poucas foram as obras na historiografia capixaba que questionaram esse apagamento das mulheres como sujeitas políticas até a última década do século XX. A partir de então, a produção historiográfica regional passou a dialogar com pesquisas que vinham se ocupando, ao menos desde os anos 1980, dos grupos desprestigiados, deslegitimados, esquecidos e silenciados do conhecimento então aceito como universal, dentre os quais as mulheres.

Este dossiê foi organizado com um duplo propósito: reunir trabalhos que dessem uma mostra significativa dos estudos dedicados à problemática de gênero e da História das Mulheres a partir de um recorte regional, e provocar, com essa iniciativa, uma reflexão acerca das persistentes lacunas que fazem com que a História do Espírito Santo seja, nesse sentido, um território vasto em possibilidades de pesquisa. Inclusive de estudos sobre sexualidades, diversidade sexual e movimentos sociais LGBTQIA+ que, no contexto capixaba, ainda são muito incipientes.

Considerando esse posicionamento teórico e o recorte específico proposto, integra o dossiê um corpo de artigos que buscou abranger as múltiplas subjetividades e especificidades que conformam as experiências de mulheres no Espírito Santo. Preocupação ajustada à prerrogativa de que não estamos lidando com um sujeito histórico homogêneo, muito pelo contrário. Ao pensarmos a História das Mulheres e das Relações de Gênero só podemos compreendê-las no plural. Por isso, estudos com enfoques e temporalidades distintos, que vão das mulheres urbanas às mulheres indígenas, da política à cultura, da família à comunidade, da educação à imprensa, com abordagens que, não raro, interseccionam tais leituras.

O diálogo e os embates são inevitáveis, justamente porque os textos aqui presentes não podem e não devem ser lidos como o outro lado de uma “história única”. Isso porque a maior contribuição de uma epistemologia feminista foi e tem sido a ruptura crítica com um ideal neutro de ciência. As mulheres, ao enfrentarem os pressupostos patriarcais fora e dentro da academia, têm conseguido ressignificar as experiências situadas, denunciando a prolongada invalidação das mulheres e de outras minorias sociais por um conhecimento que, para legitimar seu lugar dominante, exerceu como prática de poder o sequestro de outros sujeitos históricos. Os saberes surgidos desse movimento político e epistêmico, radical e revolucionário, são hoje uma das formas de resistência que compõem um projeto de transformação social, no qual a reescrita da história tem profunda importância.

Maria Beatriz Nader
Livia de Azevedo Silveira Rangel
Organizadoras do Dossiê

ENTREVISTA

JAQUELINE MORAES: AS CONQUISTAS, TRAJETÓRIAS E DESAFIOS DA VICE-GOVERNADORA DO ESPÍRITO SANTO

João José Barbosa Sana

Possui graduação em Filosofia pela Faculdade de Filosofia N. S. Medianeira, em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA) e em História pela UFES. É Mestre em Educação pela UFES. Atualmente cursa o Doutorado em História da UFES. Participa do Laboratório de Estudos de Gênero, Poder e Violência (LEGPV). É membro da Comissão Permanente de Direitos Humanos da UFES.

Renata Alves da Silva

Possui graduação em História pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Alegre (FAFIA). Especialização em Educação Ambiental pela FAFIA. É Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em História da UFES. Faz parte do Coletivo Feminista "Umás Pelas Outras", com sede no município de Alegre.



Vice-Governadora Jaqueline Moraes

Jaqueline nasceu em Duque de Caxias (RJ) e se mudou para o Espírito Santo aos 12 anos de idade. É empreendedora individual e estudante de Direito. Iniciou sua vida política nos movimentos comunitários e de base. Foi vereadora no município de Cariacica entre os anos de 2013 a 2016. Em seu mandato foi vice-presidente da Mesa Diretora e relatora das comissões de saúde, educação e assistência social. Apresentou projetos voltados para a defesa das mulheres, como o fórum permanente de debates em favor da erradicação da violência. Também foi defensora da alimentação orgânica nas escolas municipais. É militante no segmento de mulheres socialistas e atuante nas áreas política e comunitária, principalmente nas periferias.

Jaqueline, onde você nasceu? Qual é a sua formação? Conte-nos um pouco sobre a sua trajetória de vida.

Jaqueline Moraes: Antes, quero agradecer pelo convite para essa entrevista e registrar minha satisfação de participar desse projeto de nosso Arquivo Público, que tanto avançou, quanto inovou e engrandeceu nosso Estado.

Nasci na cidade de Duque de Caxias-RJ, onde vivi até meus doze anos, quando minha família migrou para o Espírito Santo em busca de melhores oportunidades de vida. Desde o Rio de Janeiro meu pai trabalhava no comércio informal e aqui chegando, fomos morar em Cariacica, pra ficar perto da capital.

Logo instalamos nossa barraca de camelô na Praça Costa Pereira, próxima ao Teatro Carlos Gomes, onde acompanhava meus pais, e depois, com a morte do meu pai, segui trabalhando por 15 anos, tendo nesse período casado e constituído família, graças ao comércio informal.

Também enfrentei muitas injustiças por conta do poder público local classificar o trabalho dos camelôs, como marginal. Por isso, organizamos a “Associação dos Vendedores Ambulantes”, sendo a primeira presidente. De igual modo, me incomodava o descaso das autoridades com as condições de vida na comunidade do bairro Operário onde morava, em Cariacica. Ali me tornei líder do movimento de moradores, por dois períodos, tendo conquistado, dentre outros benefícios, o calçamento de 80% das ruas do

bairro. Fruto desse trabalho, fui eleita vereadora do município, experiência que me levou em definitivo para a atividade pública.

Vale registrar que somente na vida adulta eu retornei para a escola, completando meu ciclo escolar e hoje estou perto de concluir e me diplomar no curso de Direito.

Durante os seus estudos e atuações profissionais, por quais temas você sentiu mais afinidade?

Jaqueline Moraes: Minha primeira luta foi em defesa dos camelôs que atuavam nas ruas e praças da Grande Vitória. Ajudei a dar dignidade aos trabalhadores informais, mas provedores de suas famílias. Entendi a necessidade da organização dos núcleos sociais e da articulação e mobilização dos recursos de defesa e promoção de objetivos. Foi assim na associação comunitária e também no mandato parlamentar.

E aprendi que o sentimento de indignidade com as injustiças sociais deve vir acompanhado de atitude. Ser mulher, negra, camelô e da periferia parecia me pôr em desvantagem, mas meu pai me ensinou que na dureza da vida, ou você chora ou vende lenços.

Como uma boa camelô, sempre preferi vender lenços e fui superando meus obstáculos. A causa da mulher é minha causa. A causa racial negra, e especialmente da mulher negra, é minha causa. A causa da miséria, que é razão-mãe de todas as injustiças sociais, é minha causa. E o antídoto é o acesso de todas e to-

dos aos bancos escolares e aos conteúdos de qualidade preparatórios para compreender a vida e o desenvolvimento do talento profissional e empreendedor.

Existiram motivações específicas para o seu interesse por adentrar no campo da política? Quais foram?

Jaqueline Moraes: Então, a razão de minha militância política, no campo democrático, socialista e popular está intrinsicamente ligada à minha atitude que responde à minha indignação frente às injustiças sociais. Ter o mandato eletivo e o espaço de fala e ação me permitem lutar e fortalecer as organizações sociais e encorajar novas e novos atores na cena pública. Quando me tornei a primeira mulher, negra e periférica a assumir o importante cargo de Vice-governadora, portanto, ascendendo ao centro do poder, entendi que meu papel seria ampliar o olhar gestor do governador Casagrande, alcançando principalmente aqueles, que até então estiveram fora do foco do governo. Gosto da frase do governador que diz que a finalidade da gestão política é a promoção da justiça e da cidadania.

Em algum momento da sua trajetória, antes de ocupar um cargo público, você já havia tido contato com os movimentos negro e feminista? Como ocorreu essa interação?

Jaqueline Moraes: Foi na caminhada dos movimentos onde militei e deparando-me com as agruras enfrentadas enquanto mulher, negra, pobre e da periferia. Foi procurando entender qual era meu lugar: se de cabeça baixa num canto qualquer ou de dedo em riste, exigindo cidadania.

Você já demonstrou, em outras entrevistas, a sua preocupação com uma maior participação e visibilidade das mulheres na política. Quais caminhos você considera relevantes para se atingir esses objetivos?

Jaqueline Moraes: Não é compreensível a sub-representação feminina nos espaços de poder, se somos a maioria entre os habitantes e eleitores deste país. Não é mais possível nos mantermos dependentes dos homens para vermos realizadas as políticas pú-

“Ser mulher, negra, camelô e da periferia parecia me pôr em desvantagem, mas meu pai me ensinou que na dureza da vida, ou você chora ou vende lenços”.

blicas de interesse das mulheres. Em recente pesquisa promovida pelo Senador Federal, o Espírito Santo aparece em vigésimo sétimo lugar, quando se trata da atuação das mulheres nos mandatos eletivos. Em outras palavras, somos o último colocado no país. Isso me incomoda sobremaneira.

Tenho coordenado o programa que denominamos “Agenda Mulher”, que se constitui de três eixos: o que faz a interação entre as instituições públicas e parceiras; o que promove o empreendedorismo feminino produtivo e cria oportunidades econômicas; e o terceiro eixo é político, que incentiva, forma, informa e formula meios e modos da participação feminina nos espaços de poder. Seja disputando eleições, seja atuando nas organizações políticas, sociais, econômicas e culturais.

Nesse ano de 2020, nos preparamos para ofertar cursos e eventos preparatórios de mulheres para as eleições municipais. A crise pandêmica nos fez adiar os projetos, mas faremos pelo menos três painéis de forma remota, até o período de convenções partidárias. Estimo que mais mulheres participarão e se elegerão como nunca no Espírito Santo, melhorando o quadro na relação entre gêneros.



Vice-Governadora Jaqueline Moraes.

Sendo uma mulher negra, de raízes populares, quais foram os seus principais desafios até chegar à função de vice-governadora?

Jaqueline Moraes: Quando encerrei o mandato de vereadora, desejei ir mais longe na minha ação política. E decidi me filiar ao PSB por sua linha filosófica, organização dos segmentos sociais e histórico de eleições de prefeitas e vereadoras. E pelas figuras de líderes como Renato Casagrande.

Assim que cheguei, fui desafiada a assumir a Secretaria de Mulheres do partido, tendo sido eleita em 2017. Sempre inquieta, liderei o movimento “Não seja laranja”, que questionava os partidos políticos em geral, que indicavam mulheres candidatas com o objetivo de driblar a lei e a obrigação da “cota entre gêneros”, mas sem qualquer pretensão eleitoral. Foi o primeiro grande enfrentamento ao machismo encrustado dentro dos partidos.

No ano seguinte, num gesto de sensibilidade com a causa negra e feminina e de aceno aos mais pobres e periféricos, o PSB acatou a indicação do meu nome, apresentado pelo hoje governador, Renato Casagrande.

Recentemente o Espírito Santo atualizou o seu Plano Estadual de Política para as Mulheres e Pacto de Enfrentamento à Violência. Todos os municípios já assinaram o pacto? Quais medidas estão sendo elaboradas pelo Estado visando ao fortalecimento da rede de enfrentamento e atendimento às mulheres em situação de violência?

Jaqueline Moraes: Nem todos os prefeitos assinaram ainda a parceria com o governo, por meio da Secretaria de Direitos Humanos, mas a mobilização é permanente. Sou parceira da nossa secretária, Nara Borgo, e sua subsecretária de políticas para mulheres, Juliane Barroso, que desenvolvem os projetos e ações dessa natureza. Reverter o quadro de violência contra as mulheres, de intolerância e cultura machista, é um dos maiores desafios de nosso governo.

Dentre as diversas questões abordadas no Pacto de Enfrentamento à Violência, atualizado em 2019, destaca-se que temos mais mulheres do que homens em situação de extrema pobreza no Espírito Santo. Por quais motivos você considera que há essa diferença e de que forma o Governo do Estado tem cuidado dessa realidade?

Jaqueline Moraes: A primeira razão é que em qualquer circunstância, nós mulheres somos maioria em relação os homens e que por razões históricas e culturais, sempre coube a elas o papel de retaguarda da família e amparadora de sua prole e, portanto, mais dependente economicamente do parceiro masculino.

Claro que este quadro está em plena transformação, felizmente. As estatísticas demonstram maior grau de instrução escolar para mulheres, inclusive no ensino superior, ocupação profissional de espaços antes somente masculinos, maior poder de

concentração, zelo e eficiência, na elaboração e produção de tarefas.

De parte de nosso governo, o Programa “Agenda Mulher”, sob minha coordenação, tem articulado dentro e fora do governo uma série de projetos direcionados ao empoderamento feminino. Destaco os projetos como “Delas”, em parceria com ADERES; “Elas no Campo e na Pesca”, com SEAG; “Ela Pode”, com o Instituto Rede Mulher Empreendedora e apoiado pelo Google; “Corte de Lovelace”, com o IFES; “Qualificar”, com SECTI, dentre outros.

Segundo dados da Secretaria de Direitos Humanos (SEDH), que abarcam até o mês de julho de 2019, existiam no Espírito Santo 16 “Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres”. Tendo em vista a importância desse mecanismo no fortalecimento dos diálogos entre poder público e sociedade civil, como você percebe os efeitos desse tipo de ferramenta para a melhoria das condições de vida e do acesso aos direitos das mulheres? Quais medidas você acredita que poderiam ser adotadas para ampliar a criação destes Conselhos?

Jaqueline Moraes: Na medida em que avançamos com a adoção de políticas públicas para as mulheres, o nível de organização vai correspondendo. Essa movimentação que fazemos, tem trazido muitas mulheres para cima do palco, quando antes eram meras espectadoras. Hoje vejo prefeitos me ligando para comunicar com alegria que dará posse ao conselho de mulheres de suas cidades. Quer dizer, que há mudança de comportamento. Claro que tem pressão social, baseada na provocação que fazemos. Isso é muito legal.

Quais são as ideias e propostas do Governo do Estado no sentido de promover uma formação continuada das pessoas que trabalham na rede de atendimento e enfrentamento da violência contra as mulheres, tanto nos órgãos estaduais, quanto no âmbito dos municípios?

Jaqueline Moraes: Infelizmente o ano de 2020 mal começou e já acabou. Muitos projetos foram adiados, como por exemplo, a parceria com a Escola de Serviço Público, nossa ESESP. Aliás me permitam referendar a qualidade da escola: comandada por mulheres.

“A causa da mulher é a minha causa. A causa racial negra, e especialmente da mulher negra, é minha causa. A causa da miséria, que é a razão-mãe de todas as injustiças sociais, é a minha causa”.

Processos de formação, qualificação e especialização são muito necessários. Principalmente se tratando de atendimento público, que exige múltiplas e complexas formas de atuação. O foco tem que ser nas redes de atendimento municipais, que são primeiramente acionadas e tem boa compreensão dos ambientes locais, mas o próximo ano promete nos recompensar dos atrasos de 2020 e certamente vamos avançar muito.

Diante da violência doméstica no cotidiano de muitas mulheres e meninas no Espírito Santo, de que forma você acredita que poderia ser feita uma articulação de políticas públicas, que se mostra necessária e urgente, junto à Rede Estadual de Educação? Como você percebe as medidas educativas como meios de se atuar na transformação desta complexa situação?

Jaqueline Moraes: A solução não está concentrada numa única ação, mas no conjunto de atividades que inclusive, atue para mudar comportamentos, culturas. Principalmente no ambiente escolar e nas faixas etárias adequadas à compreensão de temas correlatos e as providências que já estão acontecendo tem ajudado bastante. Veja o projeto “Homem

“Não é compreensível a sub-representação feminina nos espaços de poder, se somos a maioria entre os habitantes e eleitores deste país. Não é mais possível nos mantermos dependentes dos homens para vermos realizadas as políticas públicas de interesse das mulheres”.

que é homem”, da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social, que trabalha com grupo de homens transgressores do convívio social e apenados pela Lei Maria da Penha. Eles realizam reuniões periódicas com profissionais, de modo que processem as razões da intolerância e violência e em como superar.

O ambiente familiar tem sido responsável pela crescente incidência do desrespeito às regras sociais. Estamos acompanhando o caso da menina estuprada e engravidada aos 10 anos de idade, lá em São Mateus. Uma monstruosidade. E agravada pelas manifestações de segmentos extremistas, que preferem incriminar a vítima, pela legal alternativa do aborto, que o autor de tamanha crueldade e despudor. Portanto, há muito que fazer e estamos de mangas arregaçadas.

Uma política pública do Estado, também muito importante, é a “Patrulha Maria da Penha”, implementada pela Polícia Militar com o objetivo de fiscalizar o cumprimento de medidas protetivas. Nessa fase de isolamento social, diante da pandemia de COVID-19, há perspectivas de ampliação dessa ação em mais municípios?

Jaqueline Moraes: Entre os grandes problemas enfrentados no setor público estão os processos de descontinuidade de determinadas políticas, e de modo ingrato e injusto. Vejam que muitos dos projetos que estamos realizando presentemente, são resgates de políticas interrompidas e paralisadas no governo que nos antecedeu. Exemplo disso, é o contingente do quadro da Polícia Militar do Espírito Santo, novamente defasado por conta de sucessivos adiamentos de concursos que reponha seu efetivo. Desfalcado, ele encontra dificuldades para ampliar a prestação de segurança e particularmente o projeto “Patrulha Maria da Penha”. No entanto, o projeto tem sido responsável por razoável fatia dos casos e conflitos sociais envolvendo mulheres.

Desde 2003 foi promulgada a lei nº 10.778 que trata da notificação compulsória a ser feita às autoridades sanitárias pelos profissionais de saúde, quando do atendimento de mulheres vítimas de violência em equipamentos públicos e privados. Existem ações de Governo no intuito de ampliar o cumprimento da lei, já que em alguns casos não ocorre a notificação por parte dos profissionais?

Jaqueline Moraes: Não diria de ampliar, mas de fortalecer os registros, denúncias e procedimentos criminais e administrativos, quando for o caso de ambiente público. Existe uma rotina desse procedimento. Ultimamente o governo tem se esforçado na compra de equipamentos, reforma e ampliação de laboratórios de análise criminalística, a fim de dar respostas mais rápidas para elucidação de crimes de qualquer natureza e em particular feminicídios e crimes de violência.



De que forma você percebe que a sua representatividade, como mulher negra em um cargo de gestão, pode ser um aspecto que incentive outras mulheres a se inserirem na política e buscarem o fortalecimento e ampliação dos seus direitos e conquistas?

Jaqueline Moraes: A questão é comportamental. Nas minhas andanças, suspensas temporariamente por conta da COVID 19, ouço relatos extraordinários de mulheres acerca da minha presença e do lugar de fala que ocupo no governo.

Emociona-me ver as atitudes, encorajamentos, reposicionamentos de muitas delas, que estão mudando suas realidades. Quanto a participarem da política, toparem ser candidatas ou simplesmente intencionar votar em uma mulher, que já é mudança do velho chavão que mulher não vota em mulher, esse movimento vem acompanhado de uma nova tematização para as mulheres candidatas, em forma de di-

“Estamos ainda dando conta das tarefas que assumimos. Ao inserir as mulheres no jogo do poder é preciso também tratar de pautas com os negros e negras, com os jovens e com grupos de minorias”.

álogos entre elas, falando das coisas delas, e de como farão diferente do que sempre foi o controle do poder pelos homens.

Quais mudanças você pondera serem necessárias para que as mulheres efetivamente atuem com equidade salarial e de valorização profissional?

Jaqueline Moraes: Creio que está acontecendo e com boa velocidade. Veja que a Professora Ethel Maciel foi eleita reitora da Universidade Federal do Espírito Santo, embora o machismo oficial da Presidência da República tenha obstruído sua posse. A empresária Chistine Samorini é a primeira mulher a se eleger e tomar posse na presidência da Federação das Indústrias do Espírito Santo e a Procuradora-Geral do Ministério Público é a Dra. Luciana Ferreira de Andrade, por exemplo. O que estamos fazendo é trabalhando pra encurtar o tempo dessas conquistas.



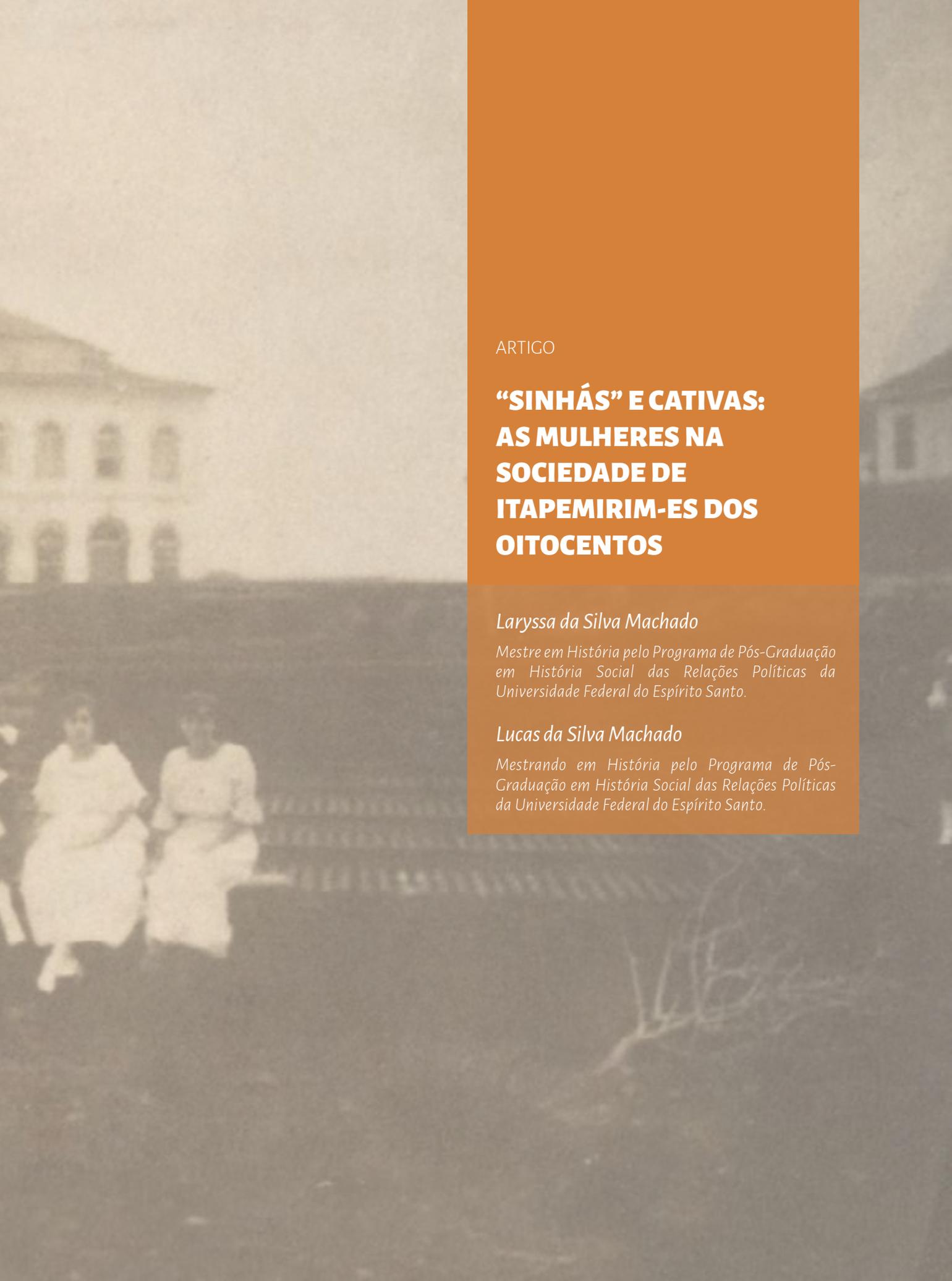
“Temos que elevar o tom da cultura da paz, da tolerância, da inclusão social, do desenvolvimento de nossa capacidade produtiva e empreendedora, científica e tecnológica”.

Por fim, pensando no futuro, há novas conquistas no campo político e na atuação junto às mulheres que você pretende alcançar?

Jaqueline Moraes: Estamos ainda dando conta das tarefas que assumimos. Ao inserir as mulheres no jogo do poder é preciso também tratar de pautas com os negros e negras, com os jovens e com grupos de minorias. Temos que elevar o tom da cultura da paz, da tolerância, da inclusão social, do desenvolvimento de nossa capacidade produtiva e empreendedora, científica e tecnológica. Nosso Estado é a terra das oportunidades. Quanto a mim, sigo servindo a esse propósito e grata por participar desse movimento de mobilização política e social.







ARTIGO

“SINHÃS” E CATIVAS: AS MULHERES NA SOCIEDADE DE ITAPEMIRIM-ES DOS OITOCENTOS

Laryssa da Silva Machado

Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Lucas da Silva Machado

Mestrando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

O presente trabalho pretende discutir o papel desempenhado pelas mulheres na sociedade de Itapemirim no século XIX, tanto das senhoras da sociedade quanto das cativas. Para isso, serão analisados documentos primários, tais como a Lista Nominativa da População de Itapemirim de 1833, Inventários post-mortem, Testamentos e Documentos Eclesiásticos. O objetivo é identificar o papel que as mulheres desempenharam nessa sociedade, tanto as proprietárias de bens quanto as escravizadas. Os documentos apresentam mulheres como donas de fortunas em terras, joias e cativos, ao mesmo tempo que traz inúmeras cativas, que não possuíam bens, mas tinham ocupação como mucamas, cozinheiras ou rendeiras, além de chefiarem famílias, às vezes formadas por vários filhos. Assim, este artigo quer destacar essas mulheres, que na maioria das vezes têm suas histórias ofuscadas por uma sociedade patriarcal.

Palavras-Chaves: Escravidão em Itapemirim, história das mulheres, história do Espírito Santo, história de Itapemirim.

Abstract

The present work intends to discuss the role played by women in the society of Itapemirim in the nineteenth century, both the ladies of society and the captives. To this end primary documents will be analyzed, such as Nominative List of the Population of Itapemirim of 1833, postmortem inventories, testaments and ecclesiastical documents. The objective is to identify the role that women played in this society, both the owners of goods and the enslaved ones. The documents present women as owners of fortunes comprising of land, jewels and captives, as well as presenting numerous others as captives, who had no possessions but were employed as maids, cooks, or lacemakers in addition to leading families, sometimes made up of several children. Thus, this article aims to highlight these women, who for the most part have their stories overshadowed by a patriarchal society.

Keywords: Slavery in Itapemirim, history of women, history of Espírito Santo, history of Itapemirim.

Introdução

A historiografia brasileira, nas últimas décadas, passa por uma reformulação em relação às pesquisas, uma vez que, novas fontes passaram a ser utilizadas na produção de inúmeros trabalhos. Os novos debates surgidos a partir de então colocam personagens antes esquecidos pela historiografia em destaque. Temas como “História das Famílias”, “Famílias Escravas” e “História das Mulheres”, que serão retratados nesse artigo, passaram a serem mais frequentemente estudados nos últimos anos.

O presente artigo pretende analisar a trajetória de algumas mulheres da sociedade de Itapemirim-ES ao longo do século XIX, sendo estas Sinhás e cativas. Portanto, a história das mesmas perpassa pelos estudos relacionados à história das mulheres, mas também, à história das famílias e da escravidão.

A autora pesquisa famílias escravas na sociedade itapemirinese, muitas delas formadas apenas pela figura materna, uma vez que muitos documentos só apresentavam o nome dos pais quando a união era regularizada pela Igreja Católica (SLENES, 2011, p.110).

Nos estudos sobre famílias no Brasil destaca-se a heterogeneidade dos laços familiares, uma vez que na sociedade brasileira coexistiram diferentes etnias, o que colaborou para formação de uma sociedade complexa e hierarquizada (SCOTT, 2015, p. 25). Entre os séculos XVI e XVIII, o termo “família” representava a ideia de coabitação enunciada, independente de laços consanguíneos, e abrangia a “gente da casa”, que eram criados e agregados. Também estava relacionado aos parentes, que eram ligados por laços consanguíneos, mas não coabitavam (FARIA, 1998, p.41).

No Brasil, os escravos não eram incluídos como membros da família (FARIA, 1998, p. 41). Ainda assim,

o parentesco por afinidade, obtidos em rituais como os de compadrio, por exemplo, eram traços importantes na composição familiar. "O termo 'família' extrapolava os limites consanguíneos, a coabitação e as relações rituais, podendo ser tudo ao mesmo tempo, o que [...] incluía em suas análises as demais relações de consanguinidade e coabitação" (FARIA, 1998, p. 43).

Dentre as famílias estudadas estão aquelas formadas por cativos. Os estudos sobre o tema são complexos. Alguns sugerem que, o estabelecimento de laços familiares remete ao conceito básico de linhagem, existente na África Central. Os cativos que foram trazidos para o Brasil, ainda que tivessem sido radicalmente separados de suas sociedades de origem, teriam lutado para organizarem sua vida familiar (SLENES, 2011, p.155). Ao mesmo tempo, outros estudos apontam que a formação de famílias estava entre as estratégias políticas senhoriais, evitando que os mesmos se rebelassem (FLORENTINO, GÓES, 1997, p.30). "Os laços parentais, por sua vez, criavam sólida base para o relacionamento pacífico, assim como as cerimônias rituais" (FLORENTINO, GÓES, 1997, p. 32).

É inegável a presença da família cativa na historiografia brasileira atual, sendo que nestas o papel das mulheres é de fundamental importância. Segundo Louise Tilly, a história das mulheres não pode ser definida apenas pela questão biológica. Também é preciso analisar questões sociais e familiares, regras e costumes que são decorrentes de estruturas de poder (1994, p. 31). As mulheres, então, ganharam status de agentes históricos a partir de suas atuações em camadas sociais, grupos familiares e diferentes culturas (LEITE, 1994, p. 58). Muitos estudos discutem a visão, que se tinha até o século XIX, onde as mulheres apareciam como pária da sociedade, reclusas às funções de mães e esposas (CUNHA, 2000, p. 143). Na realidade, ao se fazer uma análise de diversas sociedades, percebe-se que as mulheres ocupam papéis que as destacam.

O que este trabalho pretende mostrar é justamente o papel desempenhado pelas mulheres itapemirienses, tanto as "Sinhás" escravocratas quanto

as suas cativas. Para isso, serão utilizadas as fontes cartoriais¹ (testamentos e inventários *post mortem*) e eclesíásticas² (registros de batismos), além da Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim de 1833³. A intenção é, além de apresentar dados gerais sobre a população, ressaltando o número de mulheres nessa sociedade, levantar alguns trechos das histórias dessas mulheres e destacá-las em uma sociedade machista. É interessante destacar, nesse trabalho, que serão analisadas mulheres que se encontram em lugares antagônicos: a senhora e a escrava.

Assim, este artigo quer apresentar as mulheres donas das principais fortunas e das maiores escravarias, bem como aquelas que, no leito de morte, libertaram seus cativos ou doaram algum bem aos mesmos, além daquelas que levaram os infantes, filhos de suas escravas, à pia batismal. Também se pretende analisar a vida de algumas escravas, as profissões e qualificações que as mesmas possuíam e suas famílias. Algumas cativas eram casadas, outras, por sua vez, eram mães solteiras e, em alguns casos, eram avós. A trajetória dessas mulheres merece destaque, pois representa uma página importante da historiografia brasileira e capixaba, pouco explorada.

Itapemirim no século XIX

Os Oitocentos inauguram uma nova fase na política e na economia capixaba. Nos primeiros anos, ela baseava-se na produção de alimentos que eram exportados para a Corte e outras províncias (CARVALHO, 2008, p. 59-60). Também havia produção de açúcar a cachaça. As lavouras de cana, bem como os enge-

1 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. Série Vara de Famílias. 15 caixas.

2 PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855; PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872; PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

3 Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

nhos, foram introduzidas no território capixaba desde o início de sua colonização em 1535, com a chegada de Vasco Fernandes Coutinho, capitão donatário capixaba (DAEMON, 2010, p. 111).

A partir de 1800, ainda que com muita dificuldade, iniciou-se um período de prosperidade, pois foi exatamente nessa época, fim do século XVIII e início do século XIX, que se deu um primeiro e decisivo passo no sentido de definição de uma identidade territorial do Espírito Santo enquanto unidade administrativa e política distinta, dotada, inclusive, de um projeto de desenvolvimento próprio (SANTOS, 2002, 153).

O café foi o grande responsável pela transformação da economia capixaba. Introduzido em meados de 1815 (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 15-16), tornou-se cultura dominante por volta de 1840 e substituiu gradualmente o cultivo de cana, que predominava até então. Entre 1856 e 1872, houve uma grande expansão da cafeicultura concentrada na região sul, especificamente no Vale do Rio Itapemirim. A transição da primeira para a segunda metade do século XIX, período em que o café despontou como principal cultura, é classificada por José Teixeira de Oliveira (2008, p. 354) como o “início de uma nova era”.

O Vale do Rio Itapemirim, região que concentrou as lavouras de café e que trouxe uma nova era para a economia capixaba na segunda metade dos Oitocentos, cresceu economicamente por meio do cultivo da cana de açúcar e estava entre as primeiras sesmarias doadas pelo capitão donatário Vasco Coutinho a Pedro da Silveira em 1539 (DAEMON, 2010, 114). Porém, os primeiros sinais de colonização efetiva ocorreram por volta do século XVIII com Domingos Freitas Bueno Caxangá, que adquiriu as terras da foz do Rio Itapemirim e se estabeleceu na região, construindo uma fazenda de açúcar batizada de Caxangá, localizada no alto de um morro e mais tarde denominada de Fazendinha” (MORENO, 2016, p. 19).

É no fim do século XVIII que a colonização se concretiza, com a chegada dos refugiados das Minas de Castelo, região no interior do Espírito Santo, onde

o bandeirante Pedro Bueno Cacunda liderava um grupo que realizava a mineração de ouro. Após ataque dos índios puris, os sobreviventes desceram o Rio Castelo, afluente do Rio Itapemirim, e chegaram a Barra desse rio, intensificando a povoação da região (OLIVEIRA, 2008, p. 222). A chegada dos bandeirantes de Castelo efetiva a colonização itapemerinense. “Antes de 1800, o Itapemirim era uma grande fazenda que se estendia por toda barra do Itapemirim, de um e outro lado do rio” (BITTENCOURT, 2006, p. 78).

Esses eventos dão o pontapé inicial para o desenvolvimento de Itapemirim, por meio do cultivo da cana e da instalação de engenhos produtores de açúcar e aguardente, além de lojas de secos e molhados (VASCONCELLOS, 1978, p. 36). Muitos migrantes mineiros, paulistas e fluminenses, em busca de melhores condições de vida e de terras férteis, vieram para o Vale do Itapemirim, trazendo consigo seus familiares, maquinários e escravos (MORENO, 2016, p.32).

É importante destacar, que esses fazendeiros intensificaram a produção de açúcar, que por muito tempo foi o principal produto exportado pela província, e trouxeram o cultivo do café para a região (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 18). Além disso, houve um nítido crescimento da população, onde se criou condições para a emancipação política. Por meio, então, do Alvará nº. 55, de 27 de junho de 1815, a Freguesia foi elevada à categoria de Vila, com o nome de Nossa Senhora do Amparo de Itapemirim. O ato foi posto em prática em 09 de agosto de 1816, com a instalação da Câmara Municipal e do Pelourinho (MORENO, 2016, p. 33).

As lavouras de café foram, inicialmente, implantadas na área litorânea dos Vales dos rios Itapemirim e Itabapoana e substituíram as plantações de cana de açúcar, que eram mais custosas e trabalhosas. O café, por sua vez, além de oferecer uma margem de lucro maior, exigia menos capital e cuidados (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 16). Porém, a expansão das lavouras seguiu na direção das terras do interior da região sul, já que ofereciam condições naturais de solo e clima mais propícias (SALETTI, 1996, p. 35). A

região litorânea retornou ao cultivo da cana como principal lavoura, enquanto que no Alto Itapemirim, as plantações de café se desenvolveram com sucesso (ROCHA, COSSETTI, 1983, p. 35). Além do café, a região sul capixaba abasteceu o Espírito Santo com açúcar e aguardente ao longo do século XIX, além de exportar esses produtos para o Rio de Janeiro.

No ano de 1856, Cachoeiro de Itapemirim se torna freguesia, separando-se definitivamente de Itapemirim, em 1864⁴. O município de Itapemirim continuava a produzir açúcar, ainda que este produto não apresentasse o mesmo lucro que obtivera no passado. Além disso, na Barra se localizava o Porto do Itapemirim, responsável pela exportação das mercadorias produzidas na região, principalmente o açúcar e o café. Esse porto tornou-se o mais importante da província, pois estava próximo da região produtora de café e era o porto mais perto da Corte (HESS, FRANCO, 2005, p. 34).

Toda essa dinâmica econômica gerou uma diversidade na paisagem humana itapemerinense. A presença de cativos na região foi expressiva, graças às lavouras de cana de açúcar. Em alguns anos, de acordo com os levantamentos realizados pelas autoridades locais, a quantidade de escravizados superava o número de habitantes livres. Os anos de 1827 (VASCONCELLOS, 1978, p. 39), 1839 (LAGO, 2013, p. 39) e 1843⁵ são exemplos desse fato. Em 1827, por exemplo, a população total de Itapemirim correspondia a 1.835 habitantes, sendo 797 livres (44%) e 1.038 escravos (56%). Já em 1839, eram 1.635 escravos (66%) contra 852 (34%) livres, numa população de 2.487 pessoas. Em 1843, eram 3.984 habitantes, sendo 1.825 livres (45%) e 2.109 cativos (55%).

No Censo oficial de 1872⁶, que recenseou toda a população do Império brasileiro, a população de Itapemirim somava 9.881 habitantes, sendo 2.873 escravos (32%) e 6.808 livres (68%). Percebe-se que mesmo nos anos em que a população livre era superior à cativa, o alto índice de escravos pode ser observado. Em alguns levantamentos, os valores para homens e mulheres foram especificados, o que permite ter uma noção de quantas mulheres, livres e cativas, havia em Itapemirim.

Na "Memória Estatística da Província do Espírito Santo" escrita pelo ex-presidente provincial Ignácio Acciole de Vasconcellos (1978, p. 39), em 1828, os dados referentes aos anos de 1824 e 1827 são apresentados. Em 1824, a população de Itapemirim era de 2.332 habitantes, sendo 1.041 mulheres. Dessas, 574 (55%) eram livres e 467 (45%) eram cativas. Já em 1827 a população de Itapemirim correspondia a 1.835 habitantes, onde 886 eram mulheres, 415 (47%) livres e 471 (53%) cativas.

Outro documento que aparece a quantidade de mulheres é a Lista Nominal de 1833. Dos 2.937 habitantes, 954 eram mulheres adultas, sendo 396 livres (41,5%) e 558 mulheres cativas (58,5%). Também se pode observar a quantidade de mulheres adultas no Censo de 1872. Dos 9.681 habitantes, 4.490 eram mulheres: 2.997 livres (66,7%) e 1.493 cativas (33,3%). É importante destacar que nesses dois últimos documentos, a quantidade de crianças foi separada dos adultos. Esses valores servem para demonstrar a quantidade de mulheres na sociedade itapemerinense. Os próximos tópicos destacarão algumas mulheres, *sinhas* e cativas, dessa sociedade.

4 O Decreto Provincial nº 11, de 16/07/1856 cria a freguesia de São Pedro das Cachoeiras do Itapemirim, que estava subordinada a Itapemirim até que foi elevada a categoria de Vila, pelo Decreto Provincial nº 11, de 23/11/1864.

5 Fala com que o Exmo. Vice-presidente da Província do Espírito Santo, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, abriu a Assembleia Legislativa Provincial no dia 23 de maio de 1844, p. 16.

6 Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecao_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20Erio%20do%20Brasil&link=Imprio%20do%20Brasil#.

As Sinhás de Itapemirim

A “Lista Nominal da População de Itapemirim em 1833” levantada pelo então Juiz de Paz, Francisco de Paula Gomes Bittencourt, coletou informação dos 2.937 habitantes da Vila, que se dividiram em 303 fogos. Grandes fazendeiros, proprietários de animais, terras e escravos aparecem nessa lista. Entre os maiores escravocratas da lista, estavam também mulheres: Thomazia da Silva Medella, Josefa Moreira Borges, Maria Magdalena, Anna Tavares e a Baronesa de Itapemirim, Leocadia Tavares Brum.

Thomazia da Silva Medella era a segunda maior proprietária de escravos que aparece na lista, com 107 cativos. Foi casada com o Capitão Tavares Brum, um dos primeiros fazendeiros a migrar para a região. Brum adquiriu a Fazendinha na margem sul do rio Itapemirim e possuía outra fazenda denominada São José, depois chamada de Cutia (MARINS, 1920, p.211). Esta última fazenda foi herdada por ela após a morte de seu marido, e era uma das maiores propriedades de Itapemirim em 1833. Nela havia fábrica de açúcar de vivenda de telha, fábrica de farinha, plantações de cana e mandioca e 241 animais. Além da Fazenda Cotia, D. Thomazia possuía um sítio, propriedades de casas na Vila e terras em diferentes lugares⁷. Anos mais tarde casou-se com o Tenente Luiz José Moreira. Este se tornou um dos principais fazendeiros daquela época.

A maior fortuna desse documento pertence a Joaquim Marcelino da Silva Lima, marido de Leocádia da Silva Lima, que no ano de 1846 tornar-se-iam Barão e Baronesa de Itapemirim. D. Leocádia era filha do Capitão Tavares Brum e de D. Thomazia da Silva Medella. Eram donos das fazendas Fazendinha e Queimada, que eram anexas e se localizavam na Barra do Itapemirim, além das fazendas do Ouvidor, do Morro Grande, do Bananal, de Fruteira do Norte e da célebre fazenda Muqui. Esta última, adquirida em 1827, serviu como sua residência, onde edificou suntuoso palacete e capela dedicada a Santo Antônio.

Nessas fazendas eles possuíam mais de 400 escravos (MARINS, 1920, p. 212-214).

Em 1833, o casal ainda não havia recebido o título de nobreza. Entre os bens, aparece apenas a Fazenda Muqui com 304 escravos, caracterizando-o como o maior proprietário de cativos da região. Naquela propriedade havia engenho de açúcar e cachaça, máquina de serra, balandeira, lavouras de cana, além de 592 animais, dentre eles um urso panda, provavelmente trazido junto com os chineses que migraram para o Espírito Santo no mesmo período (PEREIRA, 2015, p. 5-6). Também possuía duas situações de plantações de mandioca e cercados, tudo em terras próprias.

Outra fazendeira importante foi Anna Tavares, esposa de José Bello de Araújo, donos da Fazenda Cardoso, em 1833. Possuíam 81 escravos, além de 1.130 braças de terras próprias, engenho de açúcar, fábrica de aguardente, casas de vivenda e telha, prédios na Vila, olarias, plantações de cana, café e mandioca e 310 animais. Também eram donos da fazenda Boa Vista, adquirida anos depois, uma das mais importantes do município por sua produção de aguardente e açúcar. As terras Paineiras, uma das principais da região e que deram origem à fazenda com o mesmo nome anos mais tarde, em 1833, pertencia a Francisco de Salles. Havia engenho de fabricar açúcar e cachaça, cercados, lavouras, 305 animais e 51 escravos. Salles também era dono de uma casa de vivenda de telha. Essa fazenda foi adquirida por Luiz Moreira da Silva Lima e sua esposa Rita, posteriormente.

A Fazenda Barra Seca pertencia a Maria Magdalena em 1833. Havia nela, engenho de açúcar, lavouras, 109 animais e 32 escravos. D. Maria também possuía casa de vivenda na Praça da Vila. Outra proprietária de destaque, nessa lista, foi dona Josefa Moreira Borges, dona da Fazenda Colheres, com fábrica de açúcar e cachaça, lavouras de cana e café, 49 escravos e 132 animais. Essas quatro mulheres, que aparecem na Lista Nominal de 1833, são exemplos de Sinhás que administravam negócios e possuíam quantidade grande de cativos.

⁷ Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833.

Outra fonte onde se pode observar a presença de mulheres abastadas financeiramente são os inventários *post mortem*⁸. Em 04 de março de 1849, João Nepomuceno Gomes Bittencourt abriu o inventário de sua esposa, Francisca da Costa Pinheiro Gomes. Eles possuíam 111 cativos, terras, ferraria, engenho, alambique, moendas, caldeiras, plantações de mandioca e cana, além da casa na Fazenda Coroa da Onça. O casal também possuía bens na Vila e em Brejo dos Patos.

Outra grande fazendeira que teve seu inventário aberto em Itapemirim foi Urçula Barreto da Silva Barbosa, que deixou testamento e inventário, os quais foram abertos em 1863. No testamento descreve que era natural de Campos, Província do Rio de Janeiro. Fora casada com Joaquim Moreira da Silva Lima, com quem teve suas filhas, Rita e Ignácia, ambas casadas com os filhos do Barão de Itapemirim. Casara-se novamente com o Tenente Coronel João Rodrigues Barbosa. Sua escravaria também era formada por 111 cativos. Ela e seu marido eram donos da Fazenda Cutia, que na Lista Nominal de 1833 pertencia a D. Thomázia da Silva Medella. Havia nessa fazenda, engenho, alambique, olaria, casa de farinha, além de roças de cana, milho, mandioca e café. Também possuíam bens em Brejo Grande, na Vila e em Nova Victoria.

Além desses dois documentos, nos registros de batismo de escravos⁹ pode-se observar a presença de mulheres com grande quantidade de cativos. A Paróquia Nossa Senhora do Amparo, em Itapemirim, possui três livros de batismo que foram destinados aos cativos entre os anos de 1840-1888. Marianna Barreto da Silva Lima foi uma das proprietárias de escravos que levava infantes à pia batismal. Ao todo, foram batizadas 34 crianças que pertenciam a sua escravaria. Outra proprietária que possibilitou aos seus cativos o sacramento do batismo foi Mafalda

Maria do Espírito Santo. Os registros dos infantes batizados, que a ela pertenciam, aparecem no segundo e no terceiro livro. Ao todo foram 33 batismos.

Procurou-se apresentar aqui mulheres que possuíam fortuna e grande quantidade de escravos. Essas, porém, são algumas das "sinhás" de Itapemirim. Infelizmente, a ausência de fontes impede que análises mais profundas sobre essas mulheres sejam realizadas por agora. O próximo tópico procurará observar mulheres que ocupavam a base da sociedade brasileira, as escravas.

As Cativas de Itapemirim

Os inventários *post-mortem* possibilitam reconstruir padrões de vida dos escravizados, buscando as especificidades da vida de cativos e libertos (SILVA, 2018, p.6). Além disso, o documento revela o "plantel escravista" do falecido, nomeando-o, listando-o e avaliando-o entre seus bens. É possível acompanhar, por meio deles, as transformações e dinâmicas da sociedade escravista (FURTADO, 2009, p. 111-112).

Entre os anos de 1836 e 1888 foram catalogados 85 documentos cartoriais, entre inventários *post mortem* e testamentos, de cidadãos itapemerienses. Nesses documentos, foram levantados dados de 1.093 cativos. Desses, 523 eram mulheres (48%). Em alguns documentos aparece a função das mesmas na sociedade escravista: serviço de roça e doméstico, mucamas, costureiras, rendeiras, cozinheiras, criadas e doceiras. Era comum aparecerem com mais de uma função, como serviço de roça e mucama (funções que mais aparecem nos documentos), ou costureira e rendeira, ou criada e mucama, ou mucama, costureira e cozinheira¹⁰.

Outra fonte importante para se conhecer informações sobre a vida dos cativos são os documentos eclesiais. A carência de fontes censitárias faz com que os registros paroquiais ganhem desta-

8 Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim. APEES.

9 PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos 1*. Itapemirim, 1840-1855; *Livro de Batismo de Escravos 2*. Itapemirim, 1859-1872; *Livro de Batismo de Escravos 3*. Itapemirim, 1882-1888.

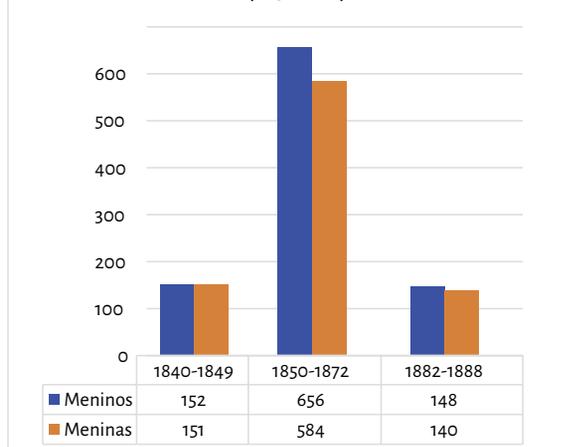
10 Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim. APEES.

TABELA 1: DISTRIBUIÇÃO DE HOMENS E MULHERES POR FAIXA ETÁRIA EM ITAPEMIRIM-ES (1836-1888)

Fase	Faixa Etária	Homens	%	Mulheres	%	Total	%
1836-1849	1-14	47	43,5	61	56,5	108	45,7
	15-45	61	55,9	48	44,1	109	46,2
	46 ou +	16	84,2	3	15,8	19	8,1
	Total	124	52,5	112	47,5	236	100
1850-1871	1-14	68	43,9	87	56,1	155	35,8
	15-45	123	55,1	100	44,9	223	51,5
	46 ou +	30	54,5	25	45,5	55	13
	Total	221	51	212	49	433	100
1872-1888	1-14	35	70	15	30	50	23,6
	15-45	67	48,5	71	51,5	138	65
	46 ou +	11	45,8	13	54,2	24	11,4
	Total	113	53,3	99	46,7	212	100

Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

GRÁFICO 1: Batismos de Acordo com o Sexo em Itapemirim - ES (1840-1888)



Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

que, segundo Graça Filho e Libby (2016, p. 11). Detalhes do cotidiano de livres, libertos e cativos podem ser encontrados nas páginas amareladas dos livros

TABELA 2: MULHERES COM 15 OU MAIS ANOS CASADAS, VIÚVAS OU MÃES SOLTEIRAS EM ITAPEMIRIM-ES (1836-1888)

Condição das Mulheres	1836-1849		1850-1871		1872-1888	
	N	%	N	%	N	%
Mães solteiras	2	6,9	27	64,3	21	87,5
Mães casadas e viúvas	27	93,1	15	35,7	3	12,5
Total de mulheres inseridas em famílias	29	82,8	42	51,8	24	64,8
Total de mulheres com 15 anos ou mais	35	100	81	100	37	100

Fonte: APEES, Inventários *Post-Mortem* e Testamentos de Itapemirim, Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim, Série Vara de Famílias, 15 Caixas.

paroquiais. Entre 1840 e 1888, 1.838 batismos foram realizados em Itapemirim, sendo que 875 eram meninas (47%).

TABELA 3: COMPOSIÇÃO GERAL DAS FAMÍLIAS CATIVAS PRESENTE NOS REGISTROS DE BATISMO DE ITAPEMIRIM-ES (1840-1888)

	Famílias	N	%
Famílias Nucleares	1 filho	245	72,9
	2 filhos	52	15,5
	3 filhos	27	8
	4 filhos	8	2,4
	5 filhos	3	0,9
	6 filhos	1	0,3
	Total de Famílias	336	29,7
Famílias Matrilineares	1 filho	527	71,8
	2 filhos	146	19,9
	3 filhos	49	6,7
	4 filhos	9	1,2
	5 filhos	2	0,3
	6 filhos	1	0,1
	Total de Famílias	734	64,8
Famílias Extensas	1 filho	10	43,5
	2 filhos	9	39,1
	3 filhos	3	13,1
	4 filhos	1	4,3
	Total de Famílias	23	2
Outras Composições	1 filho legítimo/ 1 filho natural	18	45
	2 filhos legítimos/ 1 natural	3	7,5
	3 filhos legítimos/ 1 natural	3	7,5
	4 filhos legítimos/ 1 natural	1	2,5
	5 filhos legítimos/ 1 natural	2	5
	1 filho legítimo/ 2 naturais	11	27,5
	2 filhos legítimos/ 2 naturais	1	2,5
	1 filho legítimo/ 6 naturais	1	2,5
Total de famílias	40	3,5	
Total Geral de Famílias		1.133	100

Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3. *O conceito de Família Extensa refere-se a presença de avós.

Interessante que, tanto nos documentos cartoriais quanto nos eclesiásticos, existe uma proporcionalidade entre a quantidade de homens e mulheres cativos. Muitas dessas mulheres, apesar da violenta condição que a escravidão proporcionava, tinham famílias e filhos. Nos documentos cartoriais, aparecem 95 famílias entre 1836-1888, sendo que 50 eram matri-

lineares (52,5%), ou seja, formada por mães solteiras. Já nos registros de batismo a quantidade de famílias formadas apenas pela figura materna também é elevada. Foram identificadas 1.133 famílias, sendo que 734 (64,8%) eram matrilineares.

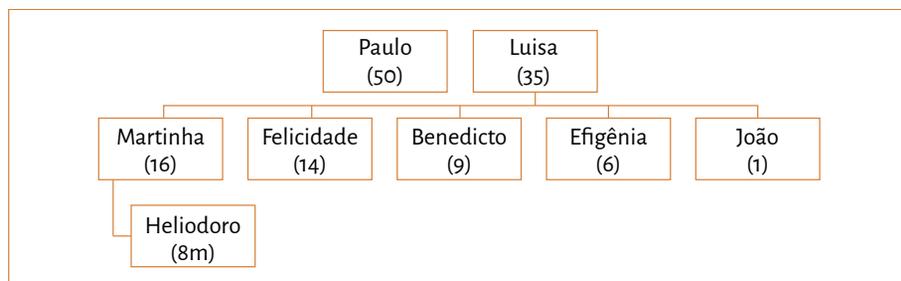
O predomínio de famílias matrilineares, ou seja, chefiadas por mulheres solteiras, com apenas

um filho, é reflexo de uma escravaria jovem e muito influenciada pelo tráfico internacional, como demonstrou Florentino e Góes (1997, p.143-144). O que não significa que não houvesse uniões estáveis, mas não sacramentadas pela Igreja. É interessante observar que algumas dessas famílias chegavam a ter netos e podem ser encontradas tanto nos documentos cartoriais quanto nos eclesiásticos.

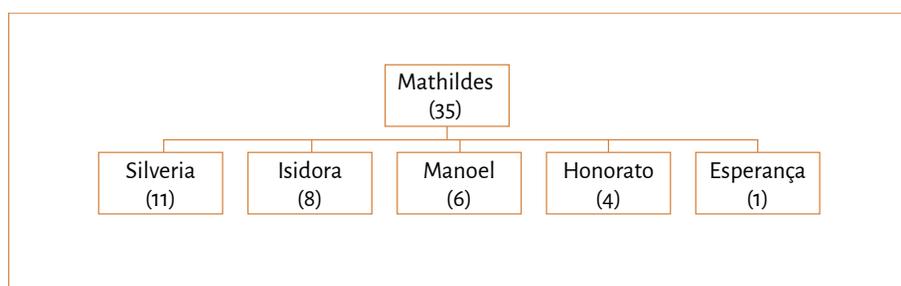
Em 1845, o casal Paulo e Luísa apareceu na partilha do desembargador Ignacio Acio-li de Vasconcelos. Ele, com 50 anos, era de origem Mina e ela, com 35, Caçanga. Nesse documento aparecem cinco filhos. A filha mais velha do casal, Martinha, também era mãe de uma criança, Heliodoro, que tinha oito meses quando o documento foi escrito. Não aparece o nome do pai dessa criança.

Outros exemplos de famílias cativas são as chefiada por Mathildes, com 35 anos e Anna, com 45 anos. Aquela pertencia a Antônio José Correa e esta pertencia a D. Urçula Maria do Espírito Santo. Ambas tinham cinco filhos e não consta o nome de seus maridos ou companheiros nos registros.

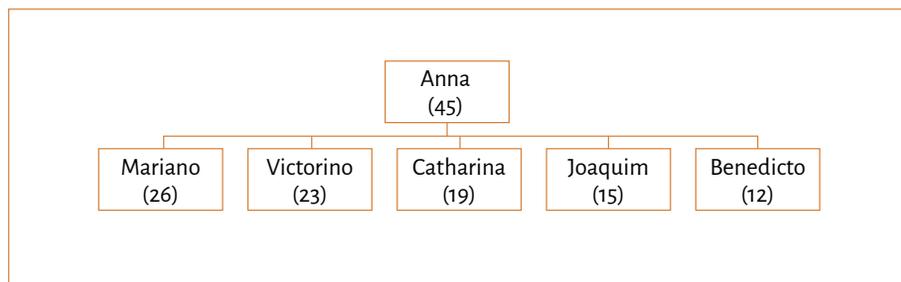
Nos documentos eclesiásticos também são encontradas famílias chefiadas por mulheres com muitos filhos. É o caso da família de Rita, cativa de



QUADRO 1: Família de Paulo e Luísa, cativos de Ignácio Acio-li de Vasconcelos. Fonte: Inventário de Ignácio Acio-li de Vasconcelos, APEES.



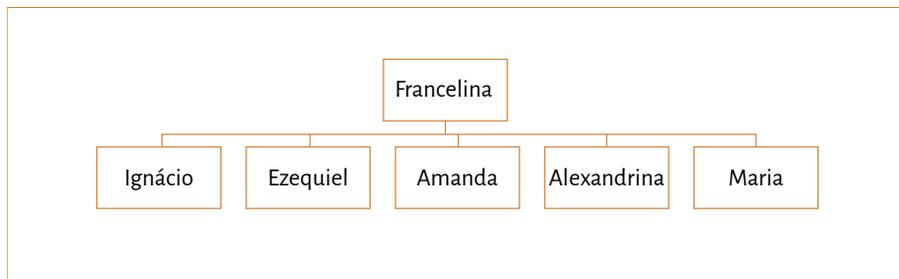
QUADRO 2: Família de Mathilde, cativa de Antônio José Correa. Fonte: Testamento e Inventário de Antônio José Correa, APEES.



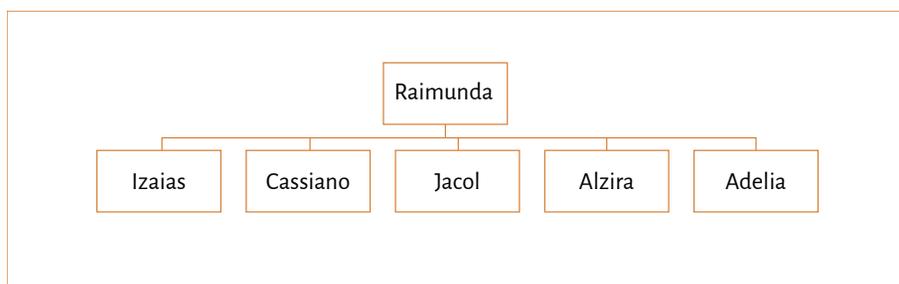
QUADRO 3: Família de Anna, cativa de Urçula Maria do Espírito Santo. Fonte: Inventário de Urçula Maria do Espírito Santo, APEES.

Archanjo José de Souza, que batizou seis crianças no período estudado. Caso semelhante pode ser observado com Raimunda, cativa de D. Marianna Barreto da Silva Lima e Francelina, cativa de Victorino Joaquim da Rocha, que batizaram cinco infantes cada uma.

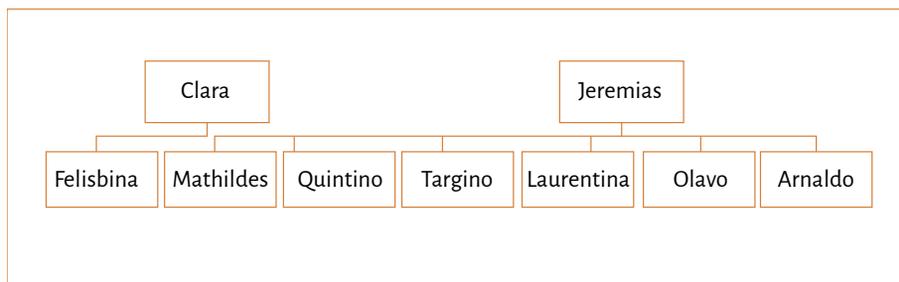
Clara, cativa de Antônio Domingues Tinôco, era casada com Jeremias. No ano de 1860, Clara batizou sua filha mais velha, Felisbina, sem a menção do pai no registro. Nos anos seguintes, junto com Jeremias, batizaram outras seis crianças. A família de Clara e



QUADRO 4: Família de Francelina, cativa de Victorino Joaquim da Rocha. Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.



QUADRO 5: Família de Raimunda, cativa de Marianna Barreto da Silva Lima. Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.



QUADRO 11: Família de Clara e Jeremias, cativos de Antônio Domingues Tinôco. Fonte: Livros de Batismos de Escravos 1, 2 e 3.

Jeremias é exemplo de famílias detectadas por Slenes (1984, p. 2121), onde muitas mulheres tiveram seu primeiro filho quando ainda eram solteiras e se casaram na Igreja anos depois.

Essas são apenas algumas famílias que aparecem nos registros eclesiásticos e cartoriais de Itapemirim, e demonstram que as mesmas, apesar das condições degradantes da escravidão, tinham liberdade para se relacionarem e podiam constituir famílias com muitos filhos. Essas famílias numerosas, muitas sem a presença da figura masculina, pode

ser um indício de uniões consensuais não sacramentadas, porém respeitadas pela sociedade onde estavam inseridas (FLORENTINO, GÓES, 1997, p. 80-81).

Referências Bibliográficas

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo Juízo de Direito da Comarca de Itapemirim. *Série Vara de Famílias*. 15 caixas.

Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Lista Nominal da População da Vila de Itapemirim, 1833. Fundo Governadoria. Livro 54.

BITTENCOURT, G. *História Geral e Econômica do Espírito Santo: Do engenho colonial ao contexto fabril – portuário*. Vitória: Multiplicidade, 2006.

CARVALHO, E. F. *Política e Economia Mercantil nas terras do Espírito Santo (1790-1821)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2008

CUNHA, M. F. *Mulher e historiografia: da visibilidade à diferença*. In.: *Hist. Ensino*, Londrina, v. 6, p. 141-161, out. 2000.

DAEMON, B. C. *Província do Espírito Santo: sua descoberta, história, cronologia, sinopse e estatísticas*. Vitória: Secretaria de Estado da Cultura/ Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2010.

ESPÍRITO SANTO (Estado). *Presidentes de Província (1833-1888). Relatórios de Presidentes da Província do Espírito Santo*. Disponível em http://www-apps.crl.edu/brazil/provincial/esp%C3%AAdrito_santo.

FARIA, S. C. *A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: 1998.

FLORENTINO, M. e GÓES, J. R. *A paz nas senzalas: famílias escravas e tráfico atlântico*, Rio de Janeiro c. 1790-c. 1850. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

FURTADO, J. F. *A morte como testamento da vida*. In.: PINSKY,

C. B.; LUCA, T. R. (org.) *O Historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.93-118.

GUEDES, R.; FRAGOSO, J. (org.). *História Social em registros paroquiais: (Sul-Sudeste do Brasil, séculos XVIII-XIX)*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

HESS, R. R.; FRANCO, S. P. *A República e o Espírito Santo*, Vitória, ES: Multiplicidade, 2005.

LEITE, M. L. M. História das Mulheres. In.: *Revista USP*, n. 23, 1994, p. 56-61.

LIBBY, D. C. et. Al. *História da Família no Brasil (séculos XVIII, XIX e XX): Novas Análises e Perspectivas*. Belo Horizonte-MG: Fino Trato, 2015.

MARINS, A. Itapemirim. In: *Minha Terra e Meu Município*. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos, 1920.

MORENO, L. *Itapemirim: como tudo começou*. Serra-ES: Formar, 2016.

OLIVEIRA, J. T. *Historia do Estado do Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2008.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos* 1. Itapemirim, 1840-1855.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos* 2. Itapemirim, 1859-1872.

PARÓQUIA Nossa Senhora do Amparo. *Livro de Batismo de Escravos* 3. Itapemirim, 1882-1888.

Recenseamento Geral do Império de 1872. Diretoria Geral de Estatística, Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger/ Tip. Comercial, 1876, 12 volumes. Disponível em http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/monografias/visualiza_colecta_digital.php?titulo=Recenseamento%20Geral%20do%20Brasil%201872%20%20Imp%20do%20do%20Brasil&link=Imperio%20do%20Brasil#.

ROCHA, H. C.; COSSETTI, M. P. *Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo, 1850/1930*. Vitória: Departamento de Economia, NEP/UFES, 1983.

SALETO, N. *Transição para o Trabalho Livre e Pequena Propriedade no Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES, 1996.

SANTOS, E. F. O Território do Espírito Santo no Fim da Era Colonial. In: BITTENCOURT, G. (org.). *Espírito Santo: um painel da nossa história*. Vitória: Secult, 2002, p. 153-187.

SILVA, A. F. da. O uso dos testamentos como fontes para a produção do conhecimento histórico. In.: *Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas*, 2014, p. 1-10 Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/recursos/anais/28/1400163550_ARQUIVO_TextoCompleto-Aryanne-FaustinaSilva.pdf. Acesso em 21 de julho de 2018

SLENES, R. W. *Na senzala, uma flor – Esperanças e recordações na formação da família escrava: Brasil Sudeste, século XIX*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 2011.

TILLY, L. Gênero, história das mulheres e história social. In: *Cader-nos Pagu* (3), 1994: p. 29-62.

VASCONCELLOS, I. A. *Memória Estatística da Província do Espírito Santo escrita no ano de 1828*. Vitória: Arquivo Público Estadual, 1978.





ARTIGO

OS SENTIDOS DA DOCILIDADE: A IMPRENSA E A REPRESENTAÇÃO FEMININA NO IMPÉRIO BRASILEIRO

Cibele Camargos Pereira

Graduada em História pela Faculdade Saberes.

Karulliny Silverol Siqueira

Doutora em História (Ufes), professora do Departamento de Arquivologia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Resumo

O presente artigo pretende analisar a linguagem que circulava na imprensa do Brasil Imperial acerca da representação feminina. Exploramos nesta abordagem os periódicos “A Mãe de Família”, “O Paiz”, “Revista Ilustrada” e “O Sexo Feminino” traçando a construção do vocabulário que conjugava a inferioridade, a submissão e a fragilidade do feminino. Por meio da investigação acerca dos conceitos e vocábulos utilizados no período, destacamos também a rígida demarcação de funções de gênero que permeava o contexto. Neste sentido, a análise da imprensa identifica a ampliação da participação da mulher na vida pública e, além disso, nos permite explorar a linguagem da emancipação feminina expressa nos jornais da época.

Palavras-chave: Brasil Império, gênero, imprensa.

Abstract

This paper intend to analyze the language that circulated in Brazil Empire press about feminine representation. Explore in this approach periodicals “A Mãe de Família”, “O Paiz”, “Revista Ilustrada” and “O Sexo Feminino” identifying the vocabulary that expressed the inferiority, submission and feminine fragility. By means of an investigation about concepts and words utilized in period, highlighted the strict gender roles that permeated the context. In this respect, the press analysis identify the expansion of female participation in public life and, also, allow us explore the emancipation feminine language expressed in newspapers of the time.

Keywords: Brazil Empire, genre, press.

Almejando traçar a representação feminina no século XIX brasileiro, nos debruçamos sobre a imprensa como locus de debate. Deste modo, objetivamos identificar a construção do vocabulário linguístico que circulava nos periódicos do *oitocentos* que formularam os padrões de gênero. Considerando a análise das fontes, notamos a vigência de uma noção de inferioridade da mulher em relação ao elemento masculino. Destacamos também, por meio da linguagem, a identificação de um ideário de emancipação feminina, que desafiava a linguagem em vigor.

A fim de compreender os papéis de gênero no período imperial é necessário nos debruçarmos sobre a conjuntura colonial, analisando os espaços ocupados, além dos padrões estéticos e comportamentais impostos às mulheres. Há, neste sentido, uma continuidade nesses aspectos, um prolongamento ao período imperial (século XIX), assim como notamos modificações ao longo dos anos.

Considerando as indicações dadas por Emanuel Araújo (1997, p.45-46), pode-se afirmar que a mulher no Brasil Colonial era constantemente reprimida. Tal prerrogativa era justificada pela condição de superioridade da figura masculina. Nas palavras do autor,

o homem (marido, pai, irmão) no contexto colonial, deveria exercer autoridade no domicílio, sendo como Jesus Cristo no espaço da casa.

A Igreja católica, poderosa instituição na colônia, atuava justificando a submissão e a inibição sexual das mulheres. A figura feminina era associada a Eva, a quem foi imputado, segundo a doutrina, o primeiro pecado da humanidade. Portanto, a mesma deveria ser controlada. O destino das mulheres era a maternidade. Deste modo, afastariam-se da essência de Eva, aproximando-se da de Maria, a mulher que deu a luz casta (ARAÚJO, 1997, p.46 e 522).

Segundo Araújo (1997, p.50), a concepção de que o destino das mulheres era o casamento e a maternidade se refletia na própria educação escolar colonial. O ensino dirigido para as moças divergia do direcionado aos meninos, sendo necessário aprender o mínimo sobre as disciplinas. As meninas que seriam enviadas para o convento aprofundavam-se em latim e música, ao passo que as destinadas ao casamento tinham o ensino restrito ao ler, escrever, contar, costurar, bordar.

Conforme salienta Araújo (1997, p.54), o vestuário feminino configurava um meio de diferenciação e de

conquistar olhares masculinos, na conjuntura do Brasil Colonial. Analisando os vestidos das mulheres era possível perceber, por meio das formas, dos tecidos, do tamanho do decote, a condição financeira e a posição social que ocupavam.

Segunda Lúcia Ferreira (2010, p.7), a condição de recolhimento ao ambiente do lar, imposto à mulher da elite, se transformara com a vinda da Corte ao Brasil (1808). Os avanços da urbanização modificam a sociedade brasileira¹, desse modo, os papéis atribuídos à mulher também reconhecem nova configuração.

Considerando as pesquisas de Norma Telles (1997, p.403), o ideário que permeava a questão da “natureza feminina”, configurado a partir do século XVIII, impõe à mulher dois polos distintos que orientam seu comportamento. Nesse sentido, é reconhecida como “força do bem” quando assume o papel de “maternal e delicada”, ao passo que se conjuga como “potência do mal”, quando “usurpadora de atividades que não lhe eram culturalmente atribuídas”. O destino esperado das mulheres é único, “a reprodução da espécie e sua nutrição”.

De acordo com Maria Ângela D’Incao (1997, p.223 e 228), o século XIX introduz um novo padrão de comportamento à mulher brasileira pertencente à elite. Exaltava-se uma vivência familiar, pautada num laço sólido e composta por uma mulher que zela pelo marido, educa os filhos e isenta-se do trabalho fora do domicílio. Valorizava-se a vida íntima, contudo, a noção de intimidade começa a obter novos contornos, já que a mulher encontra-se sujeita a avaliações. Deste modo, antes reclusa em seu domicílio, a mulher começa a participar de eventos, frequentar cafés, bailes, teatros, compondo uma vida social.

Norma Telles (1997, p.432) considera que, nos anos finais do oitocentos, surge um novo estereótipo

po ligado ao feminino. A ideia de uma “Nova Mulher” permeou as sociedades europeias e norte-americanas naquele período. A mulher começava a negar que seu único destino era o casamento, bem como questionava a obrigatoriedade da virgindade, incitando uma certa liberdade sexual; geralmente, estas mulheres haviam experimentado mais oportunidades de estudos e encontravam-se inseridas no mercado de trabalho, construindo carreiras.

Contudo, segundo Telles (1997, p.432 e 434), a “Nova Mulher” começou a enfrentar o rechaço dos jornais, dos livros, dos políticos e dos higienistas, que exaltavam a figura da “antiga mulher”. Neste sentido, no cenário do Brasil oitocentista, as ideias da “Nova Mulher” encontraram extrema resistência. Asseverava-se que o feminino pertencia aos bastidores, já que não estava apto ao campo dos estudos, do trabalho, ou da política. Os escritores do período salientavam que a educação da mulher brasileira deveria privilegiar os assuntos domésticos, vez por outra incrementando em certos assuntos que pudessem torná-la mais atraente para a sociedade.

Roderick Barman (2005, p.78) expõe que no século XIX, as mulheres ocidentais, brancas e pertencentes a famílias privilegiadas financeiramente, destinavam-se ao casamento e à maternidade. O autor afirma que havia um consenso acerca das características que as mulheres não possuíam: “inteligência, conhecimento, força, atenção e dedicação”. Assim como as que se acreditava que o feminino representava: “modéstia, pureza, devoção, abnegação e diligência”.

Barman (2005, p.20) define que a compreensão vigente no século XIX era que as louváveis características femininas só poderiam florescer no espaço da casa, no âmbito privado. Sendo assim, a experiência da vida pública poderia corromper as qualidades do mundo doméstico. Portanto, os homens estavam destinados a cumprir os deveres do mundo do trabalho, das universidades, da política e das posições no campo eclesiástico.

Nesta perspectiva, compreendemos que, neste contexto, ao feminino pertencia a característica de inferioridade ao homem, além da fragilidade física, men-

1 A transferência da corte para a América Portuguesa inicia um processo, nomeado por Maria Odila Dias, de interiorização da metrópole. Instalaram-se, na Colônia, órgãos essenciais para a administração portuguesa. Ocorrem investimentos no âmbito urbano, envolvendo medidas sanitárias, iluminação do espaço público, construção de estradas, averiguação de navios, controle da entrada de estrangeiros e regularização através de passaportes. Desenvolvem-se projetos para o erguimento de obras públicas, bem como reformam e constroem palácios para a morada de membros da Corte: SLEMIAN, A.; PIMENTA, J. P. G., 2005. p.13.

tal e intelectual. Cabe, neste trabalho, compreender a linguagem que circulava nos periódicos do Brasil Oitocentista, traçando a representação da mulher imperial, segundo a metodologia das linguagens políticas. Logo, vislumbramos evidenciar os vocábulos atribuídos ao sexo feminino, os símbolos que expressam sua condição, seu comportamento. Visto que, consideramos a imprensa como veículo formador e reiterador de ideias.

Desse modo, conforme Pocock, analisamos a linguagem acerca do feminino, presente nos periódicos, como uma expressão do contexto analisado. Ademais, os vocábulos que circulam no jornal, traçando a representação feminina, também assumem papel de moldar e/ou perpetuar os caracteres atribuídos à mulher. Pois, para o autor, “[...] o discurso deve, mais cedo ou mais tarde, fornecer à prática alguns de seus contextos [...]” (POCOCK, 2003, p.61).

“A mulher é inferior ao homem?”

Os debates acerca da inferioridade feminina em relação ao homem compunham o contexto intelectual de finais do século XIX brasileiro. As análises demonstram que a “Revista Ilustrada” abriu espaço para este assunto no mês de março de 1889.

A referida revista era redigida por Angelo Agostini, possuindo escritório e redação situada na Rua Gonçalves Dias, nº 50, Rio de Janeiro. O valor das assinaturas na Corte dividia-se em anual 16\$000; semestral 9\$000; e trimestral 5\$000. Nas demais províncias pagavam-se pela assinatura anual 20\$000, pela semestral 11\$000 e pelo número avulso 1\$000. No ano de 1889 publicavam-se quatro edições mensais, que, geralmente, continham oito páginas. Seu diferencial era apresentar gravuras.

Em artigo intitulado “Com o bello sexo – A mulher é inferior ao homem?”, o escritor propôs a discussão por meio das páginas da revista acerca do assunto. Neste sentido, convidou os leitores a escreverem suas opiniões e enviarem para a publicação nas próximas edições. O jornalista prometeu um prêmio para o melhor artigo (Revista Ilustrada, n.539, 09 mar. 1889). Contudo, a iniciativa pareceu não encontrar adesão perante

os leitores da folha, visto que não observamos, nas próximas edições, a continuidade da proposta. Apenas no número posterior veiculou-se a prometida continuação do artigo iniciado anteriormente.

Deste modo, a seção introduziu o debate propondo que “*uns afirmam que a mulher é socialmente igual ao homem. Outros combatem esse ponto de vista, por todos os meios e com todas as armas, inclusive o ridículo*” (Revista Ilustrada, n.539, 09 mar. 1889). Em seguida, iniciou-se o artigo enviado pelo Visconde de Benalcanfor, visando responder à pergunta “*a mulher é igual ao homem?*”.

O artigo prosseguiu na edição seguinte da revista, ainda buscando responder à complexa dúvida. O autor afirmava que é insuficiente tentar responder à questão, evidenciando episódios em que a mulher se destacou na história, igualando-se ou até mesmo ultrapassando o homem em importância. Para o colaborador, estes casos não igualam em condições homens e mulheres, já que constituem exceções. Avança debatendo a educação para o sexo feminino

Em primeiro lugar [...] pode-se dizer que tais casos são exceções e que estes não constituem regra. Em segundo [...] para educar a mulher, para instruí-la [...] os grandes exemplos e a comparação dessas figuras sublimes da história não seriam mais apropriados, pois não há ninguém que querendo educar a mulher se proponha a fazer dela uma Santa Teresa de Jesus, uma Joana D’ Arc, ou uma Isabel, a católica.

Acentua vivamente o Sr. Moret – principalmente os que não crêem nas vantagens de educar as mulheres, é que *essa educação não vai criar mulheres formosas e sublimes*, que pela sua superioridade demarcada até seriam leveis na vida ordinária, mas apenas aumentar, desenvolver as qualidades preciosas que fazem de *nossas mulheres, de nossas filhas e de nossas irmãs, as companheiras de nossa existência e as depositárias de quanto nobre e elevado o seio da família*.

[...] quando as aspirações e os sentimentos se fundem nos arranques ou da glória da desaspeção, então as *mulheres sentindo como homens e como ele inspirando-se em tudo quanto os rodeia, elevam-se a mesma altura que eles*, mesmo naquelas inconstâncias que parecem

mais difíceis e até contrárias às condições do seu sexo. [...] na nossa raça, no nosso povo, na nossa civilização, quando chegam para nossa glória ou nossa desgraça a hora e sinal da prova, então homens e mulheres respondem de igual modo e não se encontra nem no heroísmo, nem na ciência, nem no talento, nem no sentimento, diferença alguma entre a mulher e o homem (Revista Ilustrada, n.540, 16 mar. 1889).

Desse modo, a partir da análise da linguagem empregada pelo autor, percebemos os vocábulos “formosas e sublimes” como integrantes de um padrão que deveria ser almejado pelas mulheres como objetivo de vida. O uso repetido do termo “nossas” expõe a condição de posse da mulher em relação ao elemento masculino. O escritor do artigo parece crer que a educação das moças só poderia ser aceita, caso atuasse melhorando as suas qualidades domésticas. O colaborador parece compreender que as mulheres não se encontram na mesma altura dos homens devido às “condições do seu sexo”. Ademais, salienta, em tom de sátira, que apenas no juízo final a mulher poderia se igualar ao homem.

A forma que a mulher se apresentava nos espaços de sociabilidade construía sua imagem perante a sociedade imperial. As vestes escolhidas traduziam a condição financeira de suas famílias, assim como seu estado civil. Tal assunto é alvo de sátira do periódico “O Paiz”, na seção “Echos de Toda Parte”.

O jornal era redigido por Quintino Bocaiuva² e seus colaboradores, figura proeminente no movimento republicano da corte. Sua redação localizava-se na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, sendo propriedade de João José dos Reis Júnior. Circulava de segunda a segunda e seus escritos misturavam questões políticas, culturais, econômicas, jurídicas, criminais, entretenimento, além das propagandas, que ocupavam, tradicionalmente, as duas últimas páginas. O valor da assinatura anual da folha, na

Corte e em Niterói, era de 12\$000, ao passo que nas demais províncias cobravam-se 16\$000, para aquisição do número avulso, investiam-se 40 RS. O periódico expõe, na sua seção dedicada às piadas ligadas ao cotidiano, uma sátira direcionada aos códigos de vestimenta imputados às mulheres: “*Pode-se conhecer a mulher pelo decote que ela usa*. Em geral o decote desce, à proporção que a idade sobe, *quanto mais decota-da está a mulher, mais digna é do nosso respeito*” (O Paiz, n.1305, 03 abri. 1888).

De acordo com a linguagem acima, notamos que existia um consenso: determinava-se a mulher a partir da roupa que ela utilizava. O periodista satiriza o fato das moças mais jovens e solteiras dedicarem-se ao uso de roupas que conferem maior exposição ao corpo, dizendo exatamente o contrário. O autor da piada parece acreditar que o respeito deveria ser direcionado apenas às mulheres mais velhas, que já pertenciam a um marido, e que mantinham o corpo velado.

Percebemos que a mulheres diferentes, regras e pressões diferentes eram impostas. De acordo com Lúcia Ferreira (2010, p.7), a mulher branca, da elite enfrentava uma espécie de clausura no ambiente da casa e pertencia aquele espaço, sendo impedida de circular fora dele. Em contrapartida, as mulheres pobres, assim como as negras cativas possuíam o trabalho como rotina, já que por meio dele articulavam sua sobrevivência.

Assim, o respeito fornecido à mulher da elite não se igualava ao direcionado às pobres e escravas, já que estas apresentavam valor diferente diante da sociedade. Identificamos tal fato verificando o artigo “Quem o alheio veste...”, no jornal “O Paiz”. O jornalista descreve um conflito ocorrido nas ruas do Rio de Janeiro, em que um homem tenta cobrar uma dívida de uma mulher negra.

Irritado com a recusa, atirou-se sobre a pobre mulher [...], começou a despi-la, sem a menor consideração pela *moralidade pública*, que, no fim da luta, se viu na dura contingência de fechar os olhos.

Eva, expelida do Paraíso com a conhecida folha de vinha, não se apresentava menos decente que Felismina com um ligeiro paletó de mocim, que pouco abaixo da cintura lhe chegava [...].

² O Paiz, n.1470, 16 out. 1888. Em seção intitulada O Paiz são apresentadas as felicitações dadas ao periódico pelo seu quarto aniversário. Em trecho de O Diário Popular de São Paulo encontra-se a parabenização acompanhada de homenagem ao jornalista, “O Paiz é Quintino Bocaiuva, esta que é a verdade, e assim é que todos sentem”.

[...] imagine também a Felismina a caminhar no meio do povo para o corpo da guarda do paço imperial, onde não foi recebida, e dali para a 5ª estação policial, onde o alferes comandante obrigou João Manuel a entregar-lhe a roupa que lhe arracara, mentendo-os em seguida no xadrez.

Diz uma informação policial que Felismina é *vagabunda e obria* conhecida (O Paiz, n.1502, 17 nov. 1888).

A linguagem utilizada pelo redator naturalizava a brutalidade de que a mulher foi vítima. Utilizando o termo “moralidade pública”, expõe ao leitor que pouco importa a violação sofrida por Felismina, mas sim a situação vexatória a que a sociedade foi submetida ao assistir a moça ser despida. A comparação à figura de Eva, que numa sociedade cristã católica representa o mal inato à mulher (ARAUJO, 1997, p.46), também desacredita o sofrimento da negra. Ademais, percebemos que suas reivindicações parecem não possuir legitimidade, principalmente porque no fim do artigo o autor afirma que a referida moça era uma prostituta, menos valor ainda possuía.

As brasileiras do século XIX empenhavam-se em serem mulheres dignas, já que era isso que a sociedade às impunha. Partindo dessa premissa, em janeiro de 1879, no Rio de Janeiro, emerge o periódico “A Mãe de Família”. A folha denominava-se como “jornal científico, literário e ilustrado, dedicado à educação da infância e higiene da família”. Apresentava, geralmente, oito páginas, sendo a última dedicada a anúncios sobre moda.

O redator da folha era o médico higienista Dr. Carlos Costa, apresentando outros colaboradores, que, majoritariamente, advinham de profissões da área da saúde. Primeiramente o periódico circulava indeterminadamente e a partir de 1884 inaugura a publicação quinzenal. Desde 1884 o jornal começa a apresentar os valores para uma assinatura anual na corte de 9\$000 e para as demais províncias de 10\$000, já o número avulso custava 500 rs. Juntamente com o jornal, as leitoras recebiam um figurino, incluso no preço citado. Em seu primeiro número, o redator principal esboça as intenções da folha:

A Mãe de Família, dedicado às dignas senhoras, que sendo já ou devendo ser mães de família bem devem compreender o *sublime encargo* que lhes é confiado. Fundado um jornal onde se procurará ensinar tudo quanto se liga à educação física da criança [...] (A Mãe de Família, n.1, jan. 1879).

O jornal emerge em um contexto que, aparentemente, determina que o único destino possível para a mulher é ser mãe de família. Neste sentido, uma série de homens se reúne para ensinar à mulher branca e de elite como obter sucesso em sua sina.

Assim como a maternidade, o matrimônio também constituía um dos principais objetivos da brasileira no século XIX. Portanto, era necessário empreender esforço e dedicação para encontrar um bom marido. As solteironas não eram bem vistas. Neste sentido, o jornal “O Paiz” publica na seção “Echos Fluminenses”, um texto que trata das qualidades femininas capazes de atrair, rapidamente, um bom noivo.

A rapariga que possui tais prendas acha mais facilmente noivo, que por seu turno incha como um peru de roda quando lhe chegam também aos ouvidos estes e outros comentários da *opinião pública*:

_ Que belo casamento vai fazer fulano! A noiva é muito *prendada*: canta, toca e pinta maravilhosamente. Ora o cantar e o tocar são prendas que não podem ser postas em dúvida, porque passam por *provas públicas*, isto é, exibem-se imediatamente (O Paiz, n.1364, 02 jul. 1888).

Analisando a linguagem do trecho da folha, percebemos o termo “prendada” sendo utilizado para expressar uma qualidade que as mulheres deveriam possuir e perseguir para alcançar um dos objetivos primeiros de sua existência: encontrar um marido. Notamos, através da incidência dos termos “opinião pública” e “provas públicas” a frequente validação social a que a mulher estava submetida no contexto imperial. O casal, assim como o ambiente familiar, também era alvo da avaliação atenta da sociedade, posto que qualquer desvio poderia manchar a imagem.

A discussão acerca do matrimônio se refletiu no periódico “A Mãe de Família”, no artigo escrito por Mme. Rossetti, nomeado “Qualidades necessárias à moça para casar”. O casamento é caracterizado como o início da vida da mulher, que precisa preparar-se intelectualmente, fisicamente e moralmente para a união.

A mulher deve ser instruída, principalmente se ela quer ser a *verdadeira amiga, a companheira indispensável de seu marido*. Como poderá ela retê-lo no seio da família se não partilha dos seus trabalhos, se não levanta a sua inteligência a altura da do seu esposo? Não irá ele procurar em outra parte esta companheira da sua inteligência que não encontre em sua própria mulher?

Compreende-se porque os atenienses frequentavam a casa das cortesãs instruídas, letradas, deixando em casa a *esposa virtuosa, porém ignorante*. Não se dá o mesmo em nossos dias?

O homem deveria compreender que a mulher deve ser instruída [...]. Temem eles uma mulher pouco *submissa* nessa mulher instruída e orgulhosa da sua inteligência? Esta, porém, melhor do que qualquer outra saberá apreciar a *superioridade do seu marido* se mostra notável para sua inteligência.

Que a mãe saiba dar a sua filha uma educação sólida, completa, sem receio de torná-la má esposa, mãe indigna, é o meio mais seguro de assegurar-lhe a afeição de seu marido, de fazê-la gostar do lar doméstico, *preservá-la das futilidades* [...] (A Mãe de Família, n.13, 15 jul. 1885).

O jornalista evidencia, através de um tom imperativo, a necessidade da educação intelectual do sexo feminino, a fim de assegurar o sucesso do casamento. O escritor utiliza o termo “companheira indispensável” para lembrar às leitoras a importância de manterem-se úteis e interessantes aos seus esposos.

Percebemos uma linguagem que polariza os vocábulos “virtuosa” e “ignorante”, denotando que os valores morais são irrelevantes às mulheres quando não acompanhados de intelectualidade, desde que essa formação intelectual não ultrapasse a do esposo. Os termos “submissa” e “inferioridade” expressam a posi-

ção que a mulher deve ocupar em relação ao homem.

Os estudos são apresentados como forma de preparar as moças para o ofício de esposas. Também se explora a linguagem que vigorava no período acerca da susceptibilidade feminina às futilidades. Em relação às qualidades físicas que a mulher deveria perseguir, o periodista restringe a um corpo capaz de gerar crianças, sem complicações para saúde.

A participação da mulher, na dinâmica da sociedade imperial, dificilmente assumia destaque, ainda menos em se tratando daquelas que não compunham a elite. Quando o feminino atuava destoando do seu papel de mãe e esposa, diversas opiniões eram levantadas a respeito. Em um dos textos veiculados pela seção “Palestra do Médico”, na folha “A Mãe de Família”, o Dr. Carlos Costa disserta acerca de um *mundo elegante* que compõe a sociedade brasileira, marcado pelo luxo, pela vaidade e pelas futilidades. As mulheres que compõem essa elite fundavam as chamadas “associações beneficentes para socorro mútuo e auxílio dos pobres”.

Que profanação!

Sob o manto da caridade quantas vezes temos visto as tristes consequências da *vaidade* e do *luxo*.

Está a demonstração do que asseveramos nesses anúncios pouco modestos que lemos todos os dias, nos jornais da Corte e Províncias. Ofertas publicamente feitas, donativos, etc; etc; justificam o que dissemos, que *há mais desejo de apresentação* do que íntimo amor ao elevado sentimento de caridade cristã. Que necessidade há que todos saibam quais as senhoras que encarregam desta ou daquela prática filantrópica? (A Mãe de Família, n.15, ago. 1880).

O redator utiliza-se de uma linguagem que empreende a condenação da atitude das envolvidas. O termo “profanação”, presente no âmbito religioso, o qual as caridosas pertencem, endossa a crítica, insinuando um desrespeito ao sagrado. Notamos que, na sociedade imperial, a tentativa das mulheres de se destacarem em algum âmbito não são bem encaradas. As ações são descaracterizadas e avaliadas como meras tentativas de chamar atenção, reitera-

se que o espaço público não pertence ao feminino.

Entretanto, a reclusão no espaço doméstico parecia ser restrita às brasileiras que compunham a elite imperial. A realidade de clausura no domicílio não era compartilhada pelas mulheres livres e com escassos recursos financeiros. Ainda que estas também tenham permanecido distantes da vida pública nas universidades, na imprensa, na literatura, na política. As mulheres pobres precisavam trabalhar fora do lar a fim de articular a sua sobrevivência. Tal fato fica claro ao analisar o artigo “A creche” publicado na folha “A Mãe de Família”.

Nessa perspectiva, no decorrer do texto, o autor advoga pela implantação de creches no Império do Brasil, importando ideias europeias. O jornalista explica a finalidade e a necessidade da instituição, apesar de endossar que ao atribuir funções fora do domicílio compromete a maternidade e as funções da boa esposa. O periodista reconhece que às mulheres “operárias” não cabe a escolha de permanecer no espaço da casa. Ademais, notamos que existiam mulheres que geriam o lar e garantiam o sustento dos filhos sem a figura do marido/pai.

Mas, a despeito dos nossos protestos e dos nossos pesares, a cruel necessidade aqui está: nas famílias operárias a pobre mãe é muitas vezes obrigada a abandonar seus filhos e a trabalhar fora sob pena de ver aparecer em sua mansarda o espectro da fome. Ela vai pois! Mas seus filhinhos? O que lhes sucede? [...] o quadro verdadeiro da cruel necessidade que aflige as pobres famílias e ainda mães indigentes que por si só tem de prover aos meios de subsistência; elas traduzem de modo eloquente a utilidade, a vantagem e a necessidade das creches que eu desejaria ver adotada entre nós (A Mãe de Família, n.1, jan. 1879).

O periódico *A Mãe de Família* ocupa-se em esclarecer que o destino e a melhor conquista para uma mulher é a maternidade. Na seção *Palestra do Médico*, o Dr. Carlos Costa orienta às mulheres grávidas acerca dos cuidados necessários nesse período. O higienista aponta os sinais capazes de determinar a gravidez, argumentando que é

necessário compreender “quais os sinais que denunciam que o papel da mulher neste mundo vai ser preenchido”. Em outro ponto, criticando o uso de coletes durante a gestação, como meio de encobrir o estado, o médico questiona: “Ora, eu não compreendo o motivo porque querem as senhoras casadas ocultar o estado que mais as nobilita” (A Mãe de Família, n.5, mar. 1881).

O futuro da mulher como mãe de família, ocupada com o ambiente doméstico, exigia um preparo de que deveria começar, para um colaborador do jornal “A Mãe de Família”, muito antes do casamento, ainda na infância. Felix Ferreira disserta acerca da educação das moças solteiras

As filhas já moças são as intendentess da casa e as professoras dos irmãos mais novos, aos quais devem dar as primeiras lições de leitura e ensinar a obediência e a polidez; assim é que se vai fazendo a aprendizagem da mãe de família.

A boneca é a primeira discípula, o irmãozinho o segundo. Por este modo é que se vai obtendo a *ciência da vida doméstica, fim supremo da educação da mulher*.

O exemplo materno é que nos leciona o *papel* que temos que desempenhar mais tarde; ele nos ensina a ser *terna* para com os filhos, *desvelada* para com o marido, *sincera* para com os amigos, *boa* para com os servidores e *modesta* para com a sociedade. É uma bela e proveitosa escola dos *deveres maternais*, essa que nos oferece a criação de um irmãozinho (A Mãe de Família, n.5, mar. 1881).

A linguagem utilizada pelo redator do jornal nos fornece a compreensão acerca do vocabulário que conjuga a representação feminina. O papel do feminino na sociedade imperial é perfeitamente preenchido quando a mulher apresenta os adjetivos descritos: terna, desvelada, sincera, modesta, boa.

Em outra edição, a folha *A Mãe de Família* apresenta os adjetivos que conferem o contraste entre os gêneros na sociedade brasileira do século XIX. O autor do artigo compreende que homens e mulheres apresentam instintos naturais, que os tornam aptos para desempenhar determinadas tarefas e deveres.

Analisando o texto do periodista, destacamos os vocábulos que compõe o arcabouço linguístico feminino e masculino. Desse modo, ao sexo feminino o caráter: amoroso, acessível e afetuoso. Ao passo que, ao sexo masculino o caráter: selvagem, aventureiro e enérgico (*A Mãe de Família*, n.10, 31 mai. 1886).

As discussões acerca da capacidade intelectual das moças, bem como do seu papel social permeavam os debates sobre a importância da educação escolar dirigida a elas. O jornal *A Mãe de Família* fazia intensa campanha a respeito da necessidade de educar as jovens brasileiras. Para o colaborador Felix Ferreira, a educação “corrigiria a excessiva mobilidade e a grande sensibilidade que predominam na maior parte das mulheres” (*A Mãe de Família*, n.15, ago. 1880).

Ademais, em outra edição do referido periódico higienista, foi veiculado que os deveres da mulher como filha, esposa, mãe, e as vezes como professora, careciam de instrução. Neste sentido, o autor adverte acerca dos perigos de fornecer às moças uma educação negligente, conduzindo-as à “ vaidade dos adornos, à vaidade nas prendas” (*A mãe de família*, n.7, abr. 1879).

A linguagem da folha também pontua as benesses advindas da boa educação em que o feminino “sabendo preencher as funções de boa dona de casa, a mulher sabe também prestar-se às exigências e às elegâncias da sociedade”. O periodista, utilizando o tom imperativo, opõe as características que as mulheres deveriam repudiar e perseguir (*A Mãe de Família*, n.7, abr. 1879).

Nota-se, por meio da investigação da sua linguagem, que o jornal apresenta um posicionamento diferente a respeito da educação para mulheres. Contudo, apesar da folha ser favorável à instrução das moças, os objetivos dessa instrução reiteram o consenso acerca do papel feminino na sociedade. O ensino deve privilegiar a formação de esposas que entretenham e mantenham o marido em casa, de mães aptas para enfrentar qualquer situação, de mulheres que perante a sociedade sejam modestas, evitando que se aproximem dos luxos e vaidades, de mulheres que perante o ócio, não prejudiquem suas condições mentais.

Neste sentido, destacamos que a linguagem exposta pela folha pertence ao conjunto de ideias que

circulavam no contexto imperial acerca da instrução feminina. Segundo o estudo de Elda Alvarenga (2018, p.85), as salas de aula das moças apresentavam precariedade, e o interesse em educar as mulheres residia na crença da “capacidade civilizatória” da educação.

A autora orienta que, o currículo feminino divergia sensivelmente do masculino. Os saberes direcionados às estudantes eram “as prendas domésticas e ensinamentos de civilidade moral que objetivavam a formação do modelo ideal de mulher prezada e moralmente adequada aos princípios do catolicismo” (ALVARENGA, 2018, p.85).

Acerca da temática da instrução feminina no Brasil oitocentista, destacamos também o artigo “Educação das meninas”, publicado no jornal “O Paiz”. O redator da folha recomenda um novo colégio fundado na província do Rio de Janeiro, elogiando a capacidade das diretoras da instituição:

[...] folgamos de poder recomendar o excelente colégio, fundado recentemente, na cidade de Vassouras e dirigido por três dignas senhoras Calvets, três moças dedicadas à profissão que adotaram e para qual estavam naturalmente preparadas, não somente pela sua instrução, como principalmente pelo seu caráter, *natural afabilidade, bom espírito religioso*, distinção de maneiras e *brandura de gênio*, qualidades essenciais para bem dirigir a educação da infância, sobretudo a do sexo feminino, cujo temperamento deve ser, desde o principio, cultivado sob a influência da *docilidade* e do mais respeitoso escrúpulo às regras do *pudor* e da *moralidade*. (*O Paiz*, n.1186, 05 jan. 1888).

Identificamos, a partir do vocabulário exposto na folha “A Mãe de Família”, a rígida demarcação de papéis de gênero que vigorava na sociedade imperial:

A mulher exerce na família um papel dominante por sua dedicação, por sua ternura e viva sensibilidade; ela representa a afeição, a simpatia, a confiança, a coragem, a consolação, a vigilância, a ordem, a economia e a moralidade. É ela quem instrui, educa e forma o caráter da criança, deixando ao homem as ambições da consideração da

autoridade, e da *fortuna*, que ele procura para os entes que lhe são mais caros e nos quais coloca suas esperanças e felicidade (A Mãe de Família, n.13, jul. 1879).

A partir dos vocábulos destacados na análise da linguagem empregada nos periódicos do período imperial, definimos os aspectos que compreendiam a representação do elemento feminino na conjuntura do século XIX brasileiro. Considerando Roger Chartier (2011, p.22), concebemos a representação como uma “construção do mundo social, por meio dos processos de adesão ou rechaço que produzem. Ligam-se estreitamente à incorporação da estrutura social dentro dos indivíduos em forma de representações mentais e o exercício da dominação”.

Sendo assim, percebemos um exercício de dominação sendo dirigido do elemento masculino ao feminino. O homem do século XIX brasileiro, na condição de superior, constrói e ressalta uma inferioridade pertencente à mulher. O feminino é sujeito à violência simbólica, reconhecido como submisso.

A “racional emancipação da mulher”

A conjuntura de inferioridade e reclusão enfrentada pelas brasileiras do oitocentos começa a assumir novos contornos em meados do século. Neste sentido, Angela Alonso (2002, p.275) aponta que “as mudanças sociopolíticas dos anos 1870 tinham acentuado a urbanização, ampliado o acesso ao ensino superior e concentrado a população com recursos nas maiores cidades do Império”. Em detrimento da ampliação dos espaços públicos de sociabilidade, também reconhecemos a democratização da imprensa.

Acerca da participação feminina da sociedade imperial, Eni Mesquita Samara (1992, p.171) define que a realidade de reclusão no domicílio correspondia exclusivamente à mulher de elite. Para a autora, as mulheres pobres encontravam cada vez mais espaço no mercado de trabalho ao longo do século XIX. Samara norteia os casos em que as mulheres, sendo solteiras, casadas e abandonadas pelos maridos ou viúvas, assumiram a

posição de chefes de família, sendo responsáveis pelo sustento e regras da casa.

Discutimos também a atuação da mulher em questões sociais e políticas da sociedade imperial, neste caso, ressaltamos o movimento abolicionista. Segundo Norma Telles (1997, p.415), as mulheres da elite compunham sociedades e clubes abolicionistas. Apoiadas por homens, sendo maridos, irmãos ou pais, trabalhavam em favor da causa, por vezes chegaram a publicar opiniões em jornais e até mesmo discursar em eventos pela emancipação dos escravos. As artistas destacaram-se, promovendo espetáculos voltados para a libertação do cativo.

Sendo assim, Angela Alonso (2012, p.116) define que a entrada das mulheres no movimento abolicionista ocorreu de modo estratificado. Não houve uma consolidação feminina em favor da causa, três meios podem ser traçados: a filantropia; acompanhada de homens da família; ou proveniente do meio artístico, sendo vinculadas às famílias menos patriarcais. Entretanto, Alonso (2012, p.117) assevera que a “participação é diferente de igualdade e abolicionismo não é feminismo. A hierarquia de gênero, marcadíssima na sociedade imperial, irrompia no movimento, com juízos moralistas de certos ativistas”.

No campo da imprensa, os estudos de Maria Araújo (2008, p.72 e 79) explicitam a pluralidade de periódicos inaugurados por mulheres no século XIX brasileiro. A autora orienta acerca do papel da imprensa feminina na constituição de uma rede de comunicação entre as escritoras brasileiras, que pressionavam a ordem e moldavam uma nova identidade feminina.

Deste modo, a emergência da publicação periódica por mulheres, relacionava-se, conforme Muzart (2003, p.226), com os anseios das mulheres da elite letrada de alcançar direitos. Sendo assim, segundo a autora, o feminino se manifestara pelo direito à educação, à profissão, e posteriormente, ao voto.

Neste contexto de extensão do domicílio, aumento dos espaços urbanos de sociabilidade e que a mulher começara a obter maior circulação social, emerge “O Sexo Feminino”. No ano de 1873, na cidade de Campanha - Minas Gerais, a redatora D. Francisca Senhorinha

da Motta Diniz, inicia a publicação do “semanário dedicado aos interesses da mulher”. Apesar de afirmar que os números sairiam semanalmente, tal fato não se concretizou.

O valor das assinaturas correspondia a 5\$000 por ano, e 2\$500 por semestre. Ademais, uma frase de Aime Martin destaca-se no cabeçalho de todas as edições: “É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem” (O Sexo Feminino, n.1, 07 set. 1873).

No entanto, a partir do ano de 1875, a folha transfere-se para a Corte. A redatora do jornal não esclarece o motivo da mudança, apenas comemora o caso. A partir de então, cobra-se na Corte, pela assinatura anual 10\$000, semestral 5\$000, trimestral 3\$000, mensal 1\$000. Ao passo que nas províncias, o valor anual é 12\$000, semestral 6\$000, trimestral 3\$500. A estrutura do jornal fora alterada, publicando mais poesias, folhetins e propagandas em suas páginas.

Em princípio, esclarecemos que o ideário propagado nas páginas do periódico em destaque se relaciona com o contexto de efervescência da linguagem de emancipação feminina na sociedade imperial. Conforme salienta Maria da Conceição Pinheiro Araújo (2008, p.73), a partir de meados do século XIX emergem organizações que pleiteavam o direito “à instrução e ao voto”.

Nesta perspectiva, evidenciamos o caso do Recife, a partir dos estudos de Alcileide Nascimento e Noemia da Luz (2014, p.346). As autoras norteiam a inauguração das discussões acerca da “questão da mulher” na imprensa, a partir da insatisfação de determinadas mulheres “com sua condição de subalternidade e inferioridade frente aos homens”. O percurso traçado nas tipografias recebera apoio masculino.

Ainda assim, destacamos que a redatora d’O Sexo feminino demonstrava estar ciente do rechaço que poderia sofrer por parte da sociedade imperial, ao publicar um jornal que incitava a emancipação feminina. Em seu primeiro número, a periodista disserta acerca do impacto do nascimento da folha:

Zombem muito embora os *pessimistas* do aparecimento de um novo órgão na imprensa – O Sexo Feminino; *tapem os olhos os indiferentes para não verem*

a luz do progresso, que qual pedra desprendida do rochedo alcantilado, *rola violentamente sem poder ser impedida em seu curso*; *rião os curiosos* seu riso sardônico de reprovação à ideia que ora surge, brilhantemente no horizonte da cidade da Campanha; *agourem* bem ou mal o nascimento, vida e morte do Sexo Feminino; *persigam os retrógrados* com seus ditérios de chufa e mofa nossas conterrâneas, *chamando-as de utopistas*: O Sexo Feminino aparece, *há de lutar, e lutar até morrer*: morrerá talvez, mas sua morte será gloriosa e a posteridade julgará o perseguidor e o perseguido (O Sexo Feminino, n.1, 07 set. 1873)

De acordo com a linguagem acima, é possível perceber que o consenso acerca do papel feminino limitava as expectativas da mulher na sociedade imperial. Francisca Diniz apresenta um vocabulário orientado por uma visão evolucionista e progressista, em voga no período³. Utilizando os vocábulos “progresso e retrógrados”, a redatora utiliza o conjunto de ideias que permeavam o mundo intelectual da época para propagandar a emancipação feminina no Brasil Imperial.

Desse modo, é importante ressaltar que as ideias propagandeadas por Francisca Diniz representavam uma novidade. A periodista discorda do espaço ocupado pelo feminino, bem como acusa o masculino de esforçar-se para diminuir a mulher e reduzir sua proeminência.

A mulher, pertencente ao sexo frágil, como é denominada pela onipotência do homem, é um móvel, um brinquete, que o capricho de qualquer estoico *coloca no canto da casa ou atira barbaramente à última escala social*. Vedada da instrução, que a perspicácia masculina tem julgado incompatível com o sexo, inconsciente de seus direitos, ela, *qual cordeiro humilde, deixa subjugar-se e esmagar-se* pela manopla de ferro de qualquer bárbaro.

3 “As últimas décadas do século XIX brasileiro foram marcadas por intensa circulação de teorias estrangeiras ligadas à ciência, ao progresso e ao pensamento de evolução, o que compunha uma nova linguagem e cultura política baseada na superação do regime político” (SIQUEIRA, 2016, p.101-102).

Que papel representa a mulher na sociedade?

Quando filha, quando mãe, esposa ou viúva, *sempre manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem*.

Quando os olhos do espírito culto de todas as mulheres virem as *injustiças, o cruel domínio e a postergação de direitos de que somos vítimas*, então o nosso triunfo será completo, porque formaremos uma cruzada que tudo vencerá.

Principiemos a reagir contra o *despotismo do homem*, e o primeiro passo seja esse, habituando-nos a vir a imprensa exprimir nossos posicionamentos. Pela discussão persuadiremos, e conquistaremos palmo a palmo o terreno que nos roubaram, seremos, um dia, *independentes e felizes* (O Sexo Feminino, n.2, 14 set. 1873).

De acordo com a linguagem acima, percebemos a existência de um projeto, por parte da redatora, de unir mulheres pela causa da emancipação. É notável o surgimento de um novo vocabulário que conjuga o ser mulher, a partir dos vocábulos destacados. Estes são utilizados na tentativa de esclarecer e denunciar às moças a injusta condição a que estão submetidas. Um novo conceito é introduzido no universo feminino, o ideal da independência.

O objetivo definido pela folha era propagandear termos como: emancipação, educação, instrução, ilustração e regeneração do sexo feminino (O Sexo Feminino, n.45, 07 set. 1874). Os vocábulos destacados evidenciam a audácia do periódico, já que almejava romper com uma sólida representação feminina. O arcabouço linguístico que conjuga o feminino é pressionado por novas ideias, pelo anseio da emancipação.

Divulga-se uma linguagem que denuncia a situação de “humilhação” a que a mulher encontrava-se submetida, bem como se promovendo o incentivo para que as “débeis vozes” comecem a ser ouvidas. Desse modo, as queixas da folha denotam um novo vocabulário linguístico, permeado pelas palavras “oprimida, escarnecida, ludibriada, semimorta”, compondo o âmbito feminino no século XIX (O Sexo Feminino, n.1, 22 jul. 1875).

Por meio desta investigação percebe-se que a redatora considera o século XIX como o “Século das Luzes, século, em que, como diz Flamarion, temos de ver a verdadeira soberania da inteligência, não é mais permitida a *escravidão da mulher*” (O Sexo Feminino, n.8, 18 ago. 1889). Diniz propõe “a harmônica igualdade de direitos e autonomia social” (O Sexo Feminino, n.5, 06 jul. 1889).

As denúncias veiculadas na linguagem da folha atacavam diretamente a tradicional sociedade imperial. Expunham que a condição que a mulher ocupava na sociedade significava “o grau de civilização de um povo, e é o reflexo do lar doméstico, porque a família é a molécula social; onde a mulher é rainha, a sociedade é culta, onde a mulher é escrava, é bárbara a sociedade” (O Sexo Feminino, n.2, 09 jun. 1889).

A ruptura com os padrões de sua contemporaneidade é significativa, contudo, a unanimidade acerca do destino do feminino, no Brasil oitocentista, perdura. A folha, “O Sexo Feminino”, questiona que a condição de subjugação e submissão da mulher afeta a “educação dos filhos; problema confinado só a ela pelo próprio Deus” (O Sexo Feminino, n.1, 22 jul. 1875).

Ainda percebemos que o vocabulário de demarcação de certos papéis de gênero também persiste na linguagem da folha, já que a redatora defende a “racional emancipação da mulher”. Diniz aponta que “na mulher predominam as graças, a delicadeza, a beleza, a abnegação, a caridade, o afeto, a energia, a sinceridade e o amor”. Em contrapartida, “no homem, a força, a robustez, a autocracia e o egoísmo. O homem fala eloquentemente, a mulher ternamente [...]” (O Sexo Feminino, n.7, 31 jul. 1889).

O vocabulário emitido pela folha desafiava a linguagem vigente na sociedade imperial, ao propor uma nova representação feminina. Ainda que o jornal apresente termos que coincidam com o arcabouço linguístico que determina os papéis de gênero no contexto, as novas ideias da emancipação feminina auxiliam na desestruturação da tradicional sociedade imperial.

Considerações finais

A análise dos periódicos do século XIX brasileiro, por meio da metodologia das linguagens políticas, forneceu a compreensão dos elementos que configuravam o universo da feminilidade. Notamos que a imprensa funcionava como um instrumento determinante e instrutivo acerca do comportamento feminino na sociedade oitocentista brasileira.

Ademais, constatamos que apesar de exceções surgirem na dinâmica da vida pública imperial, a maioria das mulheres não dispôs de espaço para fazer ecoar sua voz. A exclusão do elemento feminino delineou-se como um projeto que marcava as leis, os sermões cristão-católicos, a imprensa e o convívio familiar. Sendo assim, o ideário da emancipação feminina que começava a ser introduzido naquele contexto representou uma novidade. E ainda asseveramos que, provavelmente, não conheceu muitos adeptos, nem foi bem recebido.

Considerando a sólida representação e os padrões estabelecidos ao feminino, o novo arcabouço linguístico da emancipação das mulheres se inscreveu na sociedade imperial, contudo, não atingiu espaços longínquos. As mulheres que compunham a elite provavelmente receberam as novas ideias, todavia, é válido ressaltar que expor novos ideais não significa conseguir adeptos à defesa da emancipação feminina. Baseando-nos nas proposições da metodologia que destaca a análise das linguagens políticas, é possível constatar que a redatora d'O Sexo Feminino emite um *lance* que não se estabeleceu como *parole* (POCOCK, 2003, p.31).

Destacamos a vigência de um vocabulário linguístico que determinava a submissão e a inferioridade do feminino, em todas as instâncias. Deste modo, constatamos que o século XIX foi palco para uma ampliação da participação feminina na esfera pública brasileira. No entanto, apesar dos esforços da linguagem emancipacionista, a cultura que propagava as fragilidades do denominado sexo gentil perdurou.

Referências

Fontes

A Mãe de Família - O Paiz - O Sexo Feminino - Revista Ilustrada

Bibliografia

ALONSO, Angela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na Crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

_____. A teatralização da política: a propaganda abolicionista. *Tempo Social*. São Paulo, n.2, p. 101-122, 2012.

ARAUJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia. In: Del Priore, Mary. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

BARMAM, Roderick J. *Princesa Isabel do Brasil: gênero e poder no século XIX*. São Paulo: Editora UNESP, 2005.

CHARTIER, Roger. Defesa e Ilustração da noção de Representação. *Fronteiras*. Dourados, n.4, p.15-29, 2011.

D'INCAO, Maria Angela. Mulher e família burguesa. In: Del Priore, Mary. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

FERREIRA, Lúcia. M. A. Representações da sociabilidade feminina na imprensa do século XIX. *Fênix*. Rio de Janeiro, n.4, p.1-16, 2010.

POCOCK, John G. A. *Linguagens do ideário político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

SAMARA, Eni Mesquita. Mulheres chefes de domicílio: uma análise comparativa no Brasil do século XIX. *Anuário del IEHS. Tandil*, n.7, p.167-179, 1992.

SIQUEIRA, Karulliny Silverol. *O Império das Repúblicas: Projetos políticos republicanos no Espírito Santo, 1870-1908*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

SLEMIAN, Andréa; PIMENTA, João Paulo G. *A Corte e o mundo: Uma história do ano em que a família real portuguesa chegou ao Brasil*. São Paulo: Alameda, 2008.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas e escrituras. In: Del Priore, M. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997.

ARTIGO

MULHERES ESCRITORAS E O DEBATE SOBRE O FEMINISMO NA IMPREENSA CAPIXABA (1920 E 1930)

Lívia de Azevedo Silveira Rangel

Professora e pesquisadora pós-doc no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas na UFES, com bolsa de pesquisa financiada pela FAPES/CAPEL.

Maria Beatriz Nader

Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas na UFES e Coordenadora do Laboratório de Estudos "Gênero, Poder e Violência" da LEG/UFES.

Resumo

O feminismo tornou-se tema de debate na imprensa capixaba no auge da campanha pelos direitos políticos das mulheres. Sua difusão e reconhecimento ainda são historicamente pouco conhecidos. Este artigo busca, por meio da leitura de textos produzidos por escritoras capixabas que pensavam as pautas feministas, analisar de que forma as diferentes correntes desse movimento foram interpretadas no Espírito Santo e de que maneira encontraram recepção entre as mulheres do estado. Para isso, tomamos como principal fonte de pesquisa a revista *Vida Capixaba*. Nela, identificamos a formação de ao menos três vertentes feministas, de diferentes matizes ideológicos, as quais refletem, ainda que com particularidades, os feminismos que estavam em vigor no contexto nacional.

Palavras-chave: *Feminismos, Espírito Santo, mulheres capixabas.*

Abstract

Feminism became a subject in Capixaba press during the peak of the campaign for women's political rights. How it spread and how it was recognized is still historically little known. This article aims, through the readings of those Capixaba writers who discussed the feminist agenda, to analyze in what ways the several different approaches of this movement were interpreted in the State of Espírito Santo and how it was received by the women there. For this purpose, the magazine "*Vida Capixaba*" was used as the main resource. It was possible to identify through it the formation of at least three different feminist approaches of different ideological lines, which showed the particularities of feminism that were at stake at the time.

Keywords: *Feminisms, Espírito Santo, Capixaba women.*

Introdução

A relação das mulheres literatas com a imprensa e com o pensamento feminista, ou das mulheres feministas com a imprensa e com a literatura, não é de todo novidade. Pelo contrário, é uma temática que vem se constituindo como alvo de grande interesse para pesquisadoras/es da área de História e disciplinas afins.

Na busca por fazer emergir o cenário da presença, da memória, do cotidiano e dos múltiplos papéis sociais desempenhados pelas mulheres, as/os estudiosas/os foram levadas/os, por vezes, a associar o feminismo à prática literária exercida pelas mulheres. Isso porque, de acordo com a historiadora Zahidé Muzart (2003, p.227), o próprio esforço de uma mulher em se tornar escritora consistia em uma prática de enfrentamento que anunciava o desejo de expansão para além dos limites domésticos. Não por acaso, essa autora afirma que o "esquecimento de escritoras do século XIX é um esquecimento político", visto que,

quanto mais afinadas com o debate do feminismo, mais opacas se tornaram para a posteridade.

Outra autora que trabalha com o imbricamento dessas questões é Constância Lima Duarte (2003). A pesquisadora reforça a ideia de que o percurso das mulheres na literatura brasileira esteve sempre em diálogo com os movimentos feministas¹. O que ajuda a elucidar uma série de questões. Uma delas é a de como lidar com discursos tão paradoxais, que transgrediam ao mesmo tempo em que eram porta-vozes

¹ Para Constância Lima Duarte, o feminismo deve ser compreendido em um sentido amplo. Ela entende que feminismo é "todo gesto ou ação que resulte em protesto contra a opressão e a discriminação da mulher, ou que exija a ampliação de seus direitos civis e políticos, seja por iniciativa individual, seja de grupo" (2003, p. 152). Essa definição abrange um conjunto de atos que, por não serem propriamente resultantes de um movimento organizado, apontam para a existência de práticas feministas também na esfera doméstica, no trabalho, em todo plano de experiência e de vivência que nem sempre é publicamente visível, ou, embora arquitetado no mundo público, nem sempre se assemelha a uma prática de militância.

do *status quo*. Nesse sentido, entende que essas não são posições que se anulam, pois, as mulheres escritoras e literatas interiorizaram por meio de criativas e diferentes estratégias, as perspectivas feministas. Em contato com a imprensa, todas elas se expuseram à incompreensão e à crítica, o que, inevitavelmente, eram formas de subverter valores e imagens tradicionais a elas destinadas.

Estas são perspectivas históricas bastante férteis para se pensar na construção dos discursos e nas práticas feministas em diferentes temporalidades e espaços sociais, principalmente por ajudarem a ampliar o conceito de feminismo. Este, por intermédio de visões reducionistas, costuma ser entendido como um movimento articulado de mulheres que se reuniram em torno de determinadas bandeiras, como se o feminismo, do século XIX e início do século XX, para nos deter apenas na chamada “primeira onda”, não tivesse se manifestado de forma multifacetada. Como se, além da militância organizada, não tivessem existido outras formas de resistência. Assim, o alargamento do conceito permite que os momentos iniciais das lutas feministas, dentro dos diferentes contextos regionais, sejam valorizados.

Neste último aspecto, embora na historiografia haja um crescente interesse pela questão regional, no que se refere à História das Mulheres e ao tema do feminismo em específico, faltam estudos que contemplem essas problemáticas, que afloram a partir da relação/confronto entre uma determinada realidade local e um referencial histórico mais amplo. É o que aponta Mary Del Priore (1998, p. 234), ao constatar que faltam historiadoras/es que se debruçam sobre pesquisas com recorte regional, “que nos permitam resgatar [as mulheres] de regiões do país onde o tema ainda não despertou vocações”.

Tais parâmetros de análise, tanto o que associa o feminismo à literatura, quanto o que, por consequência, amplia o conceito de feminismo, são fundamentais para se analisar o que está em foco neste artigo: um estudo sobre a manifestação de posições e vozes feministas na imprensa capixaba, durante as

décadas de 1920 e 1930. Para tanto, serão observadas de perto a relação entre a vocação para a escrita e para a literatura e a produção de falas e discursos feministas de mulheres que, de maneira geral, pertenciam a uma elite intelectualizada do Espírito Santo. O objetivo é compreender o modo como essas mulheres que protagonizaram o debate sobre o feminismo fizeram um uso explícito desses pressupostos, numa sociedade tão marcada pelas especificidades hierárquicas de gênero, produtoras de formas sexistas de se conceber os lugares ocupados por homens e mulheres, no espaço público e privado, para se reafirmarem como intelectuais e formadoras de opinião.

O artigo se concentra na maneira como os discursos feministas foram elaborados na imprensa pelas mulheres escritoras do Espírito Santo, mais especificamente em um importante órgão da imprensa local, a revista *Vida Capixaba*. De coloração literária, a revista reuniu em torno de suas publicações diversos escritores e escritoras, que ali expressaram seus talentos e edificaram reputações, colocando em circulação boa parte do que produziam. Nesse espaço, que se constituiu como uma rede de sociabilidade, um lugar “de fermentação intelectual e de relação afetiva” (SIRINELLI, 1996, p. 249), os discursos literário e político, não raro, se entrelaçaram. Foi muito por meio desse recurso que as mulheres capixabas – literatas, jornalistas, mulheres cultas que atuaram em diversas áreas profissionais – exploraram as possibilidades fornecidas pela imprensa para dar amplitude a suas opiniões, projetos e expectativas. Dentro de um amplo número de colaboradores que escreveram para esse periódico, o destaque dado ao núcleo de mulheres que ali publicaram, respeita a ideia de que foram elas as promotoras de um debate que buscou definir, explicitar e promover os ideais feministas no contexto da sociedade capixaba.

Mulheres e imprensa: o feminismo nascente

Assim como outros órgãos da imprensa que surgiram no alvorecer do século XX, no rastro da proliferação das revistas ilustradas, a revista *Vida Capichaba* inaugurou na sociedade local um novo espaço de circulação de ideias. Nesse momento, a articulação com os elementos modernos era inevitável tanto no que tange à linguagem visual associada à montagem gráfica das revistas, quanto no que diz respeito aos projetos e reflexões que nelas passaram a ser veiculadas. As revistas ilustradas assinalaram uma nova fase não só na história da imprensa como também simbolizaram um marco de mudança na história da sociedade, cumprindo papel estratégico na formulação do moderno (DE LUCA, 2006). Isso fez com que seu sucesso estivesse necessariamente encadeado à sua capacidade de dialogar com o cotidiano, de abordar futilidades dando-lhe aspecto útil, de combinar humor à experiência drástica e desestabilizadora da modernidade, de ser geral sem deixar de ser específica e de ramificar seu conteúdo para atingir o máximo de leitores.

Tal mudança proporcionou às revistas a possibilidade de se especializarem cada vez mais como veículos condutores de cultura e entretenimento, expandindo, além disso, o campo da discussão intelectual, em muitos sentidos atrelado à prática literária. Essa aproximação entre homens e mulheres de letras com a imprensa periódica já foi bastante comentada e estudada por autoras/es que vislumbraram nessa relação tanto o retrato de uma indústria do livro de difícil inserção, que forçava os literatos a se refugiarem na imprensa, quanto a oportunidade de criação de um microcosmo intelectual que expressava a própria dinâmica interativa entre as/os autoras/es e aquelas/es que as/os recepcionavam (SEVCENKO, 2003).

É nesse contexto que o feminismo adentra o conteúdo da imprensa. Se tímido no século XIX, articulado quase que exclusivamente às publicações dirigidas por mulheres, o feminismo se torna, no século XX, um dos grandes motes que polarizam e

polemizam as opiniões na imprensa. Falar, escrever, publicar e associar-se à causa feminista, não que tenham deixado de serem vistas como atitudes *déclassé* por parcela da opinião pública, passaram, na virada do século, e conforme avançadas as décadas, a serem consideradas atitudes dignas e propositadas, alcançando maior grau de aceitação e respeitabilidade (HAHNER, 1981).

Um dos fatores que contribuíram para que o feminismo se tornasse um discurso socialmente aceito, tem a ver com o aumento na circulação de textos sobre as mulheres e de textos escritos por mulheres nos jornais e nas revistas brasileiras. Conjuntamente a tal fato, somam-se mais duas razões que possibilitaram ao feminismo emanar uma aparência menos ameaçadora no início do século XX, tornando-se um assunto adequado para ser discutido nas mais respeitadas instâncias. A primeira dessas razões está vinculada à repercussão que as lutas feministas internacionais vinham alcançando, enquanto a segunda advém da adoção, por parte das feministas brasileiras, de um discurso mais brando, porém mais estratégico, quando comparado à fala “ansiosa” de suas predecessoras. Tal posicionamento fez com que o movimento feminista, protagonizado principalmente pela luta sufragista, ficasse conhecido como um movimento moderado, de mulheres educadas, de boa estirpe social e dispostas a não encarnarem a figura subversiva, rebelde e mal comportada (PINTO, 2003). Obviamente que tal prudência não garantia unanimidade. Os antifeministas continuavam a discursar sobre o absurdo de quererem as mulheres se “masculinizar”, desejando exercer funções que não condiziam com a sua “delicadeza”, a sua “meiguice” e a sua “natureza subserviente e prestativa” para tudo o que dizia respeito ao bem-estar da família e da casa.

A escolha por empregar um discurso mais maleável, ainda que firme em seus objetivos, partiu da constatação das lideranças feministas daquele período de que sem a simpatia de uma parcela dos representantes políticos e da opinião jornalística seria impossível chegar aos resultados que almeja-

vam. Para tanto, as feministas, em especial as que estavam organizadas em associações de campanha pelos direitos políticos das mulheres, concentraram seus esforços em criar estratégias que fortalecessem o seu vínculo com a opinião pública, ao invés de fragilizá-lo. Algumas das medidas tomadas por elas, para pôr em prática seu plano de manobra, incluía o acesso à imprensa e à “publicidade junto com o sábio uso de relações pessoais dentro do círculo do governo” (HAHNER, 1981, p. 112), táticas que demonstravam ser de grande utilidade para a causa.

A imprensa, na cruzada feminista, ocupou lugar estratégico. Na verdade, ao menos desde a primeira metade do século XIX, a imprensa tem sido importante aliada como instrumento de disseminação das ideias feministas no Brasil, tornando-se também o primeiro dispositivo em torno do qual as mulheres puderam se organizar. No entanto, antes que os jornais e as revistas não especializadas, de grande público, se tornassem importantes veículos de debate, propaganda, difusão e controvérsias, que ajudavam a manter o tema feminismo em alta, as mulheres vinham, de há muito, colocando em circulação os ideais de emancipação do “sexo feminino”, criando canais próprios para as suas reivindicações. Essa atitude veio romper com o formato da imprensa tradicional, “que dedicava ao público feminino tão-somente temas como bordados, cosméticos e modas” (MUZART, 2003, p. 227).

As pioneiras

O primeiro periódico feminino surgiu em 1827, no Rio de Janeiro, chamado *O Espelho Diamantino*, nasceu, como aqueles que o sucederam, sob o signo da literatura, acompanhado logo depois pelo da moda (BUITONI, 1986). *O Espelho das Brasileiras* fez sua estreia pouco tempo depois, no ano de 1831, na cidade de Recife. Com títulos alegóricos, como *A Camélia*, *A Violeta*, *A Crisálida*, *A Borboleta*, *A Grinalda*, esses jornais abriram espaço para a voz feminina ao mesmo

tempo em que cultivavam a imagem do “anjo do lar”, reforçando o papel tradicional da mulher na sociedade (MARTINS, 2008). O deslocamento para uma postura mais questionadora e crítica se deu com o despontar do periodismo feminista no Brasil – marcado pela circulação de *O Jornal das Senhoras* (1852), *O Bello Sexo* (1862), *O Sexo Feminino* (1873) e o jornal *A Família* (1888) – momento em que suas fundadoras e diretoras passaram a escrever artigos que salientavam a necessidade de se conquistar direitos, principalmente os relacionados à educação, ao trabalho e, posteriormente, aos políticos. Adotando uma perspectiva feminista muito mais nítida, a partir de então, as mulheres começaram a utilizar a fórmula literatura-imprensa como canal de expressão. Foi assim que escritoras, cronistas, literatas e poetisas, que já pensavam a condição subalterna da mulher, se apropriaram do jornalismo para se fazerem representar no debate que elas mesmas motivavam, acerca da necessidade de os direitos das mulheres serem reconhecidos.

Essa relação intrínseca entre feminismo e literatura é marca característica da trajetória de ambos no Brasil. Não só o feminismo encontrou nas escritoras brasileiras um reduto onde proliferar, como as próprias literatas puderam integrar à sua visão de mundo uma perspectiva menos resignada e, por sua vez, mais atenta às hierarquias de gênero que permeavam a situação da mulher. Nomes como o de Júlia de Albuquerque, Narcisa Amália de Campos, Francisca Senhorinha da Motta Diniz, Josephina Álvares de Azevedo e Presciliana Duarte de Almeida foram pioneiros na iniciativa de tecer essa relação, cada vez mais complementar, entre a literatura e o engajamento feminista. Na direção de seus respectivos periódicos, elas inovaram a tônica de suas produções literárias incentivando a adesão de outras mulheres como colaboradoras e como partícipes da mesma causa (DUARTE, 2003).

É fato que a partir da segunda metade do século XIX as publicações periódicas dirigidas e redigidas por mulheres proliferaram. Contudo, esse número foi significativamente reduzido na medida em que

se aproximava a virada do século. Nos estudos que tratam da imprensa feminina e feminista² constata-se uma quantidade de revistas e jornais escritos por e para mulheres no decorrer do século XIX bem superior ao número de títulos que são mencionados como pertencentes à mesma categoria nas primeiras décadas do século XX. As razões para tal redução podem ser muitas. Sem adentrar aqui na questão do surgimento do fenômeno da “grande imprensa”, que teria inviabilizado a manutenção de vários pequenos periódicos de estrutura basicamente artesanal, pode-se articular a ideia de enquadramento que o feminismo sofreu para caber num conceito que ajustasse o “destino biológico” ao “destino social” da mulher (NADER, 2001).³

Adentrando o século XX, no entanto, outras escritoras selaram seu compromisso com a imprensa e com o debate político. Elas se depararam, nesse momento, com uma conjuntura bastante diferente da enfrentada pelas primeiras editoras e periodistas. O contexto não era mais o do Império, e a estrutura dos grandes centros começava a abandonar a fisionomia provinciana. A República dava seus primeiros passos e vinha acompanhada da promessa de modernidade, reforma e progresso, novidades que, inevitavel-

mente, repercutiram em mudanças no conteúdo e no papel desempenhado pela imprensa, bem como nas exigências morais que recaíam sobre a mulher. Foi preciso que, concomitante ao novo cenário, as mulheres se adaptassem, e adaptassem seus discursos, ao movimento ascendente da imprensa e do próprio movimento feminista.

O número de mulheres que editavam jornais e/ou neles escreviam cresceu em uma época anterior ao da modernização da imprensa, com o aparecimento de novas publicações feministas, como o jornal *O Direito das Damas* (1882), de Idalina d'Alcantara Costa; *Echo das Damas* (1885), de Amélia Carolina da Silva Couto e *A Mensageira* (1897), de Presciliana Duarte de Almeida. O que esses títulos mantinham em comum com os órgãos feministas das décadas anteriores esbarrava nos traços que seriam abandonados pelas gerações seguintes, a começar o discurso, que entre as feministas de maior reputação, as mais conhecidas e legitimadas, vai se abrandar. Essa mudança, antes de representar simples adesão a uma postura mais conservadora, esteve particularmente relacionada ao impacto da história sobre as táticas feministas. Sendo o feminismo uma busca constante, ele não está por isso isento da influência do tempo e, portanto, “da influência da mudança dos contextos políticos sobre o pensamento e as ideias, bem como sobre a militância das sucessivas gerações de feministas” (SCOTT, 2002, p. 152).

A mudança na relação da mulher com a escrita ocorreu igualmente por meio de uma série de abandonos e ajustes. Se, como assinala Roger Chartier (1995), a mulher usava como recurso frequente o anonimato para dissimular a sua identidade, sendo esse um dos traços marcantes da escrita feminina durante os séculos XVII, XVIII e XIX, a partir de 1900 esse se torna menos um instrumento de ocultação do que de afirmação de uma nova identidade⁴. O mesmo

2 Imprensa feminina e feminista são dois conceitos distintos. A imprensa feminina se define pelo público a que se dirige, ou seja, é dedicada exclusivamente às mulheres. De modo geral, contém assuntos convencionais vistos como apropriados para o perfil social feminino: receitas, conselhos matrimoniais, dicas de moda e decoração, cuidados com a pele, fofocas, orientações para a criação dos filhos. Já a imprensa feminista tem por principal característica ser fundada, dirigida e escrita por mulheres e a de possuir objetivos e conteúdos nitidamente políticos (BUITONI, 1986).

3 Embora as publicações dirigidas por e para as mulheres tenha crescido com o advento do século XX, é registrada, em contrapartida, a crescente legitimação do movimento feminista com a fundação de organizações que oficializaram e buscaram centralizar os projetos feministas. Associações como a Legião da Mulher Brasileira, organização de serviço social criada no Rio de Janeiro, em 1919, ou como a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, fundada em 1920, ou como a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, de 1922, sistematizaram a campanha e deram a ela a patente sufragista, que acreditavam ser capaz de potencializar a superação das barreiras que impediam a formação de uma sociedade mais plena, com a mulher assumindo a direção de seu próprio destino.

4 Esses traços são certamente insuficientes para qualificar a escrita feminina, pois muitos deles caracterizaram também a relação do homem com tal prática. No entanto, por mais que essa escrita tenha sido marcada por um “código de comportamento partilhado pelos dois

procede com o destino de suas obras, secularmente destinadas a um público familiar e restrito, no século XX passam a adquirir cada vez maior projeção, principalmente por meio da imprensa.

No Espírito Santo, essas alterações também foram sensíveis, tanto no que se refere à participação das mulheres nos meios de comunicação, quanto ao próprio envolvimento delas com a escrita e, sobretudo, quanto à inscrição de um teor feminista nos textos das escritoras capixabas. Se a década de 1880 marcou a entrada das mulheres espírito-santenses na imprensa local, com a divulgação de suas produções literárias, os anos de 1920 assinalaram a maior densidade dessa exposição, assim como o despontar de um discurso mais ousado e filiado a propósitos feministas.

Uma das primeiras escritoras capixabas a obter reconhecimento e a se tornar notável no circuito literário do Espírito Santo chamava-se Adelina Tecla Correia Lyrio⁵. De acordo com Mesquita (1999), Adelina Tecla foi uma das primeiras escritoras a publicar seus textos de forma contínua na imprensa. Data de 1882 o ano em que ela se tornou colaboradora assídua do jornal *Província do Espírito Santo*, assumindo igual posto no ano de 1883 no jornal *A Folha da Victoria*. Ao lado de Orminda Escobar Gomes, Cecília Pitanga, Cacilda Werneck e Sílvia Meireles da Silva Santos, Adelina Tecla representou uma geração de mulheres pioneiras nas letras capixabas, sendo um símbolo fundamental para as gerações vindouras, pois no entendimento de Norma Telles (2004, p. 409), o processo de fazer-se escritora requeria uma sequência de homicídios e de renascimentos, pois

sexos", com as mulheres acatando normas e convenções que as mantinham numa posição marginal e dominada, não há como se esquivar da noção de que as condições que cercavam essas alternativas (anonimato, edição, notoriedade) eram diferentes para homens e mulheres (CHARTIER, 1995).

5 Francisco Aurélio Ribeiro (1998) elenca o nome de duas escritoras capixabas que teriam se formado numa geração de escritoras anterior a de Adelina Tecla. Seriam elas: Mariana da Conceição Barata e Amália Augusta Nobre Figueiroa. A primeira chegou a publicar versos no jornal *Correio da Victoria*, em dezembro de 1849, enquanto a última é citada apenas como uma mão pródiga para a escrita de composições, não ficando explícita a sua participação na imprensa.

As mulheres, antes de tentarem a pena cuidadosamente mantida fora de seu alcance, precisariam escapar dos textos masculinos que as definiam como ninharia, nulidade ou vacuidade [...] [tendo] de adquirir alguma autonomia para propor alternativas à autoridade que as aprisionava.

Sem ter havido no Espírito Santo, como em tantas outras partes, a publicação de periódicos fundados e dirigidos por mulheres, as produções literárias das escritoras capixabas tiveram que disputar espaço, em desvantagem, com a escrita de autoria masculina. Isso fez com que o perímetro de acomodação dos textos escritos por mulheres ficasse significativamente reduzido, posto não haver nenhuma iniciativa que desse prioridade a elas como colaboradoras. Na ausência, portanto, de órgãos da imprensa específicos, as escritoras capixabas, tanto do final do século XIX quanto do início do século XX, ficaram comprimidas entre duas possibilidades de publicação: os jornais, com seus suplementos literários, e a imprensa feminina.

No caso do Espírito Santo, os jornais voltados para o público feminino foram fundados e dirigidos por homens. Foram esses os primeiros órgãos de imprensa a propiciar às mulheres capixabas assumirem funções de redatoras. A primeira mulher que ocupou o cargo oficial de redatora foi Dona Octavia Mululo, responsável pela redação do periódico *Magnolia*, fundado em fevereiro de 1884 (PEREIRA, 1979). Somente no ano de 1913, no periódico literário *Alvorada*, que não tinha as mulheres especificamente como público-alvo, é que vamos novamente encontrar uma mulher como redatora permanente de um jornal. Maria Leonídia Pereira fará questão de, no primeiro número desse semanário ilustrado, redigir que o objetivo do periódico não era outro "senão o de abrigar em suas columnas as produções literárias da mocidade de ambos os sexos" (PEREIRA, 1979, p. 78), abrindo prerrogativa para a participação das mulheres. Anterior ao semanário *Magnolia*, somente o *Jornal das Moças* se caracterizaria, no Espírito Santo, como um

órgão da imprensa feminina. Esse periódico fez sua estreia em abril do ano de 1877. E, segundo descrição de Amâncio Pereira (1979, p. 71), era ironicamente um “pequeno periódico dedicado ao sexo feminino e redigido por um pai de família”.

A imprensa capixaba se constituiu, portanto, como um canal expressivo de divulgação da escrita de mulheres. Nomes como o de Ormindá Escobar, geralmente encoberto pelo pseudônimo de Alcina Mary, Narcise Araujo, Malvina Lyrio e outros são citados como pertencentes ao elenco de colaboradoras de muitos periódicos que circularam nessa época. No século XIX, contudo, os textos, poemas, artigos, notas, não ultrapassavam muito a fórmula miscelânea, ou seja, um pouco de tudo sem aprofundar nada. Houve, até por volta dos anos 1920, certo silêncio, conformismo e introspecção das mulheres capixabas que escreviam na imprensa. Não havia diálogo, por exemplo, com os debates sobre os direitos reivindicados das mulheres, os quais preenchiam páginas e páginas de jornais Brasil afora, e que moviam adiante os temas que eram caros às feministas.

Essa é uma situação que, no Espírito Santo, só começa a mudar a partir da segunda década do século XX, quando da fundação da revista *Vida Capixaba*, na qual as mulheres passaram a colaborar em maior número, elaborando ali reflexões subsidiadas também pelos projetos e ideais feministas. Assim, a geração de mulheres capixabas que viveu os anos 1920 e 1930 multiplicou a arena de participação/intervenção feminina na vida pública. Pelas vias do discurso, elas fizeram circular ideias relativas à ação e ao pensamento que perpassava a convicção de que as mulheres tinham direitos e que era preciso lutar por eles.

O tema feminismo nas páginas da revista *Vida Capixaba*

Assim como outros temas em voga, como o modernismo, o embelezamento urbano e os meandros da política oligárquica, o feminismo também se tornou

um assunto popularizado na imprensa nos anos 1920. A sua recepção na revista *Vida Capixaba* se deu de maneira relativamente abrangente e o tema ocupou um espaço relevante. Não sendo nem exclusivamente voltada para o público feminino, nem comprometida com a defesa dos direitos políticos e civis das mulheres, a revista ainda assim abriu caminho para reflexões nesse sentido. O que contribuiu para a circulação e difusão desses ideais entre as mulheres da elite capixaba.

O primeiro artigo publicado pela revista a tratar diretamente sobre a temática saiu no mês de abril do ano de 1924. Escrito por Oswaldo Poggi, advogado e um dos colaboradores frequentes do periódico, o texto, intitulado “*Direito Político às Mulheres*”, enumerava uma série de ressalvas que deveriam anteceder à concessão de direitos formais às mulheres. Concordava que o Estado devia amplos direitos políticos às solteiras e viúvas, perfeitamente independentes, mas às casadas, “a bem da ordem familiar, que é base da ordem social, não devem caber tais direitos” (*Vida Capixaba*, n. 20, abril de 1924). Eloquentemente, o autor lança mão de ardis jurídicos para justificar sua posição a respeito do assunto, concluindo que a única solução para a mulher casada, se essa desejasse usufruir de seus direitos individuais, era o divórcio. Essa era a única situação que lhe permitiria exercer direitos políticos, mas que, a contrapeso, lhe imputaria uma posição delicada, no fundo desencorajando a prática. Ao fim e ao cabo, decidiu que tal assunto “é sobretudo importante para que, de uma só penada, se venha a dizer tudo”.

De fato, o tema não se esgotou aí. Não só a polêmica sobre o divórcio voltou a vigorar no interesse dos colaboradores da revista, como o tema “feminismo” continuou a provocar debates, comentários e opiniões, favoráveis e discordantes. Ainda no ano de 1924, outro cronista se ocupou de tal assunto. De maneira muito “rancorosa” e até ofensiva, rechaçou o movimento, tomando-o como uma atitude demagógica, da qual as mulheres de “boa índole” deveriam se manter afastadas, evitando imitar “a preocupação

doentia de inglesas, mais ou menos dentuças, que [nada mais farão do que] nos conduzir ao máo trilho, por onde andam a peregrinar as aberrações do sexo” (*Vida Capichaba*, n. 35, novembro de 1924).

As investidas antifeministas foram mais longe, uma vez que, por mais de quatro anos, os argumentos antifeministas preponderaram nas páginas da *Vida Capichaba*. A revista continuou a divulgar opiniões antagônicas ao feminismo até 1928, quando, a partir daí, houve uma virada e os artigos cujos conteúdos defendiam o feminismo como a expressão da liberdade da mulher ganharam maior relevo e passaram a circular em maior número. No entanto, a análise de conteúdo realizada no periódico, cobrindo uma década de edição da revista, mostrou que o feminismo não foi um tema abundante numericamente na *Vida Capichaba*. De acordo com esse levantamento⁶, longos intervalos interpuseram a publicação de artigos envolvendo a questão, o que tornou este um debate descontínuo, de periodicidade irregular, porém de grande relevância naquele contexto.

Os anos de menor repercussão foram 1929, 1930, 1932 e 1933. Sendo que, em 1930, constata-se um relativo silêncio a respeito do tema. Aparentemente, tal “esquecimento” poderia estar relacionado à conjugação dos novos fatores políticos. De acordo com Fernando Achiamé (2005), a iminência do golpe de Estado que levou Vargas ao poder e instaurou a Junta Governativa, no Espírito Santo, produziu efeitos imediatos na revista *Vida Capichaba*, que logo aderiu ao novo governo dando continuidade à sua tradicional postura conciliadora frente à política estadual. Isso representou para os seus diretores um amplo esforço em manter inalterada a costumeira cobertura dada às realizações governamentais que, desde a primazia oligárquica no Estado, se fazia acompanhar por meio de suas páginas.

No outro extremo, identificamos os anos de maior repercussão de textos abordando o feminismo

na *Vida Capichaba*, dentro dos quais se destacam os anos de 1928 e 1934. Essas são datas que deixam entrever o quanto a ocorrência mais copiosa desses discursos não correspondeu a uma sequência de eventos aleatórios. Pelo contrário, sofreu o impacto de eventos externos, de projeção nacional, os quais ajudaram na retomada da questão dos direitos políticos e civis das mulheres nas páginas da revista, renovando as expectativas e introduzindo novo fôlego. Dois acontecimentos estão associados: a candidatura e a eleição do Senador Juvenal Lamartine para Presidente do Rio Grande do Norte e a promulgação da Constituição de 1934. Ambos demarcam o início e, digamos, o fim das conquistas formais a respeito da aquisição do voto feminino no Brasil (SOIHET, 2006). Essas se constituíram como razões de grande impacto por terem incitado não só maiores reflexões sobre a importância da admissão das mulheres como cidadãs, mas também por terem ajudado a impulsionar a mobilização feminista para além dos centros onde esses movimentos já haviam estabilizado as suas forças. Houve, com isso, um salto na quantidade de mulheres envolvidas em organizações de apoio à causa sufragista.

Não é de se estranhar que os períodos mais densos de divulgação da temática do feminismo na *Vida Capichaba* tenham coincidido com os períodos de maior agitação das principais questões atreladas à luta feminista. Tais episódios geraram grande repercussão não só no Espírito Santo, como em diversas partes do Brasil, produzindo, em muitos desses lugares, verdadeiras ondas de inquietação. Desse modo, foi somente a partir de 1928, que a *Vida Capichaba* passou a veicular ensaios críticos escritos por mulheres tratando especificamente sobre as questões relevantes para o feminismo. Ainda assim, não há como negar o fato de que essas referências são realmente escassas, mas sua presença está longe de ter um valor insignificante.

Na leitura desses ensaios críticos publicados entre 1928 e 1934, fica claramente demonstrado o quanto essas mulheres intelectualizadas, escritoras, literatas, muitas delas profissionais liberais, acompa-

⁶ Informações detalhadas sobre essa pesquisa podem ser encontradas na dissertação “Feminismo Ideal e Sadio” (RANGEL, 2011).

nharam a evolução dos fatos abrangendo os esforços de equiparação política, econômica e jurídica entre homens e mulheres. Elas revelaram ter pleno conhecimento da causa e procuraram retocar questões que julgavam pouco aprofundadas pelo movimento feminista “oficial”. Assim, temas que remontavam à situação degradante da educação da mulher ou apontando para a regulamentação do trabalho assalariado feminino, e mesmo o tão problemático debate a respeito dos seus direitos políticos, recheavam a maior parte de suas ponderações. E, vistas em conjunto, essas referências indicam a existência de certas peculiaridades nos discursos das feministas capixabas.

As múltiplas vozes feministas e suas particularidades no Espírito Santo

Conclusões apressadas poderiam fazer pensar que o feminismo no Espírito Santo se deu como uma manifestação homogênea, reunindo mulheres da elite capixaba em torno de ideias semelhantes sobre o que era e como deveriam ocorrer as lutas feministas no contexto em que viviam. Mas essa é uma armadilha. Uma pesquisa mais aprofundada revela pontos de vista bastante heterogêneos, que seguem paralelo ao que várias pesquisas constataram acerca do movimento feminista no Brasil: que ele não foi nem coeso, nem uniforme e, sim, expressou-se de “diferentes formas, com diferentes graus de radicalidade e mesmo com diferentes ideologias” (PINTO, 2003, p. 38). De acordo com as informações analisadas, o feminismo que circulou pelas vozes de mulheres que escreviam e publicavam na imprensa do Espírito Santo, e que se mobilizavam em diferentes grupos e instituições, durante as décadas de 1920 e 1930, também se caracterizou como um movimento de múltiplas formas e objetivos, uma manifestação fragmentada e heterogênea.⁷

A pesquisa aos artigos escritos por essas intelectuais revelou a presença de ao menos três vertentes discursivas que disputavam espaço: o feminismo que convencionamos chamar de “ideal e sadio”, dotado de um discurso moderado; o feminismo de esquerda, mais controverso e com certo grau de “radicalidade” no modo como enfrentava a problemática da submissão da mulher; e o feminismo difuso, que costumava transitar por diferentes temas dentro do debate e era composto por mulheres que não atuavam em grupos ou partidos ou organizações de nenhum tipo. Embora essas vertentes coexistissem, até mesmo dialogassem em alguns aspectos, houve a preponderância do feminismo de viés moderado, muito mais atento para a construção de um discurso apaziguador e de pouco enfrentamento. Esse feminismo sobressaiu tanto nas páginas da revista, quanto fora dela, sendo o mais aceito e o que teve maior projeção, consolidando-se a partir dos anos 1930, com o avanço da campanha pelo sufrágio feminino, que reverberou no Espírito Santo com a fundação, em Vitória, de uma filial da principal organização feminista do período, a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF).

O feminismo no Espírito Santo, como demonstrado até aqui, na ausência de organizações representativas, se fez notar especialmente por meio dos discursos produzidos na imprensa. Foi particularmente com a publicação de artigos nos meios de comunicação que os feminismos capixabas se materializaram como linguagem. Uma linguagem dispersa, múltipla, porém tangível, construindo a partir da palavra escrita uma noção própria do conceito, bem como um sentido específico para as ideias e as práticas envolvendo o que era e o que implicava “ser feminista”.

seguintes termos: “escrever uma história do feminismo no Brasil é uma tarefa bastante peculiar... [pois] tem sido por natureza um movimento fragmentado, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões diversas”. Além disso, faz questão de salientar que a chamada primeira fase do feminismo, que começou ainda no século XIX e estendeu-se pelas três primeiras décadas do século XX, se caracterizou por um conjunto diverso de manifestações, algumas organizadas, “outras vozes solitárias de mulheres que se rebelam contra as condições em que viviam na época” (PINTO, 2003, p. 14).

7 Céli Regina Pinto analisa a trajetória do feminismo no Brasil nos

Dentre as principais expoentes que tiveram suas falas vinculadas às três correntes feministas, destacamos os nomes de Judith Leão Castello, Maria Stella de Novaes, Guilly Furtado Bandeira, Haydée Nicolussi e Lídia Besouchet. Por meio da trajetória de vida e de formação de muitas delas é possível traçar a maneira gradual com que o feminismo ganhou relevância no cenário capixaba. Nesta última parte, analisaremos a produção escrita por algumas dessas mulheres, buscando caracterizar cada vertente, bem como as diferenças e variáveis entre elas.

Não totalmente na contramão do feminismo moderado, mas com diferenças marcantes, as vertentes difusa e de esquerda constituíram, por assim dizer, a face menos comportada dos feminismos no Espírito Santo. Representadas por mulheres com ideias que iam mais longe nas críticas à sociedade patriarcal, uma importante diferença que as separavam do grupo que adotava um tom mais brando era o fato de não se apoiarem em preceitos religiosos, largamente utilizados pelas adeptas de um feminismo “ideal e sadio”. Evitando criar retóricas que desafiassem as normas de gênero mais a fundo, as mulheres capixabas que flertavam com certas visões conservadoras chegavam mesmo a se aproximar, de uma maneira um tanto ambígua, de uma corrente católica do feminismo que, de acordo com Susan Besse (1999, p. 203), enfatizava que o feminismo “era fruto não de desejos revolucionários, mas de instintos [...] de preservação e reconstrução da moralidade”.

Outro elemento que as distinguiam colocava em foco suas divergências a respeito da campanha sufragista na luta pelos direitos políticos das mulheres, defendida como principal meta pelas feministas moderadas. Outro ponto se relacionava ainda à estratégia conciliatória que o grupo hegemônico adotava e que era visto com desconfiança pelas duas outras vertentes, adeptas de abordagens mais diretas. Tais dessemelhanças entre os discursos feministas das intelectuais capixabas fazem desmoronar qualquer aparência de consenso.

A cronista, poeta e jornalista Guilly Furtado

Bandeira⁸, uma das representantes do feminismo difuso, permaneceu firme nas discussões que promoveu sobre o feminismo e sobre o debate sufragista. Essa escritora foi a que contribuiu por mais vezes na *Vida Capichaba*, somando, de 1924 a 1934, mais de quarenta registros de sua presença, assinando crônicas, ensaios, poemas e contos. Ao responder um questionário que circulou no ano de 1925, especificamente sobre o que ela pensava do feminismo, disse que o entendia como “um movimento necessário para transmutar a mulher *coisa*, *objecto de uso*, no indivíduo livre, consciente e responsável, capaz de ser a *companheira* do homem moderno e a *factora* da geração de amanhã” (*Vida Capichaba*, n. 50, julho de 1925).

Guilly Furtado Bandeira tomava o assunto pela via filosófica liberal, responsável pela noção política do conceito moderno de indivíduo, e também por uma moral positivista, que apregoava ser a mulher a catalisadora do progresso, a educadora das gerações futuras e a colaboradora do homem nas lidas diárias pela sobrevivência. A sua crença numa tradição republicana democrática, que deveria incluir as mulheres como cidadãs, na medida em que, como indivíduos, elas também eram dotadas de direitos, perpassou igualmente a resposta que deu à pergunta sobre os direitos políticos das mulheres feita em outro questionário que a revista veiculou no ano de 1927. Para ela, os direitos políticos da mulher se justificavam “simplesmente no *voto secreto*...” (*Vida Capichaba*, n. 98, agosto de 1927). Sua sucinta resposta e menção ao “voto secreto” entra em sintonia com o debate que, já naquele ano, agitava a discussão sobre a necessidade de se formular um Código Eleitoral no Brasil, o qual deveria aprimorar os mecanismos legais das eleições e ampliar as próprias bases do já instituído voto universal e direto.

8 Guilly Furtado Bandeira estreou como escritora no ano de 1913, quando vivia na cidade de Belém com a família. Atuou como jornalista e publicou diversos trabalhos de poesia no jornal *A Província do Pará*. Com 23 anos, foi fundadora e membro da Academia de Letras do Pará, fato que lhe rendeu notoriedade por ser a única mulher entre os acadêmicos paraenses, e na própria história das Academias de Letras, no Brasil, as quais, por tradição e discriminação não aceitavam mulheres como membros permanentes ou no quadro de associados (RIBEIRO, 1998).

Em artigo publicado em abril de 1928, intitulado “A Mulher e o Voto”, Guilly Furtado Bandeira aprimora seu discurso. Nesse texto, ela busca esclarecer sua posição política sobre o feminismo, começando com uma referência ao “corajoso e afoito” Rio Grande do Norte que, em 1927, havia agitado o cenário das lutas sufragistas com a concessão do “direito patriótico do voto” às mulheres. O voto foi apenas um pretexto para que Guilly interviesse naquele momento, trazendo à baila questões urgentes que a incomodavam mais do que às relativas aos direitos políticos das mulheres:

Indago dos homens conscientes e doutos de minha terra: Acaso a Nação é apanágio exclusivo do homem? No evoluir progressista do século do rádio, um espírito verdadeiramente superior cogitará ainda da questão minúscula da sexualidade, quando não mais carecem de importância os gêneros e apenas se visa o indivíduo e suas aptidões? A mulher, mais do que o homem, constitui esse templo que é a *Família*: núcleo da sociedade [...]. Se, porém, tal mulher, essa mãe, for atrasada e sem educação (física, moral, intelectual ou cívica) [...] que será dos filhos dessa mãe [...]. Embora uma vitória empírica, o direito do voto feminino abre uma clareira de civilização entre nós [...]. Entretanto, ter-se-ia, assim, decapitado a cabeça integral dessa hydra terrível: o *preconceito*? (*Vida Capichaba*, n. 119, abril de 1928).

O trecho permite inferir algumas interpretações. Mas, para nós o que chama a atenção é a forma com que a escritora maneja os argumentos a respeito de uma cidadania específica da mulher, em que atribui uma função social à maternidade, com um discurso que visa justamente inverter esse lugar destinado à mulher por uma sociedade hegemonicamente masculina. A exemplo de outras feministas, suas contemporâneas, Guilly subverte o panegírico romântico da imagem da “mãe” para dedicar-lhe um fim prático, que é o de “transformar a maternidade, o traço mais significativo e simbólico da mulher, numa

justificativa” (SCOTT, 2002, p. 126) para a desobstrução do acesso das mulheres à educação, à participação política, à igualdade legal de direitos e deveres, enfim, à cidadania plena.

Além disso, sua fala traz a ideia de que a mulher detém poderes difusos e periféricos, exercidos principalmente na esfera da vida privada, no âmbito das relações interpessoais. O que aparece como uma estratégia legitimadora, pois mostra a presença da mulher e sua influência no domínio público independente de os homens as reconhecerem como cidadãs de direito. Todavia, é por meio do argumento de que as mulheres têm poderes, exercidos através de recursos refinados (PERROT, 1988), que Guilly põe à prova a noção de que a conquista dos direitos políticos seria suficiente para colocar a mulher numa situação de indivíduo emancipado. Começa a ficar claro que o feminismo defendido por Guilly Furtado Bandeira não depositava na luta pelo voto a posição dianteira para a melhoria nas condições de vida das mulheres. Segundo era de sua opinião: de que adiantaria o direito de ir às urnas se a mulher continuava desprotegida legalmente?

Outras jovens escritoras também ganharam visibilidade e prestígio publicando na revista, escrevendo sobre temas variados. É o caso de Haydée Nicolussi. Diferente de Guilly Furtado Bandeira, que deixou forte impressão da solidez das suas ideias a respeito de assuntos polêmicos à época, Haydée transitou por várias fases e falava abertamente sobre os conflitos que vivia (RIBEIRO, 2005). Criada em um contexto católico conservador, reforçado pela influência em sua formação do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, uma escola dirigida por religiosas vicentinas onde foi aluna, Haydée saiu de uma fase em que dizia desprezar os direitos políticos das mulheres para outra em que passou a denunciar o seu lugar subalterno até a fase em que a política tomou enorme dimensão em sua vida, tempo em que integrou a resistência de esquerda ao governo Vargas, nos anos 1930, voltando, depois dessa experiência, a revelar inclinações cristãs e uma vocação mais tímida e reclusa.

As mudanças ideológicas e políticas pelas quais passou a escritora Haydée Nicolussi durante sua juventude são perceptíveis numa passagem relativamente curta de tempo. Entre 1927, quando responde pela segunda vez ao questionário, reiterando as convicções apresentadas na enquete de dois anos atrás, e 1931, quando publica o artigo “Nihilismo”, surpreende a diferença com que concebe nesses momentos distintos e não tão distantes o tema dos direitos e das lutas das mulheres por maior protagonismo. No primeiro momento, disse considerar o feminismo “um grande movimento evolucionista, necessário ao aperfeiçoamento da mulher na sociedade”, mas, contraditoriamente, afirmou desacreditar na vocação feminina para atuar na política. Segundo suas palavras,

O melhor *direito político* da mulher é fazer do seu lar um templo, de si mesma uma deusa, do seu marido um sacerdote e de seus filhos homens, e, sobretudo, não esquecer que a rua é o “inferno sempre calçado de boas intenções”. Essa é a melhor maneira de ella servir, politicamente, à pátria (*Vida Capichaba*, n. 100, setembro de 1927).

A escritora dá sua opinião fundamentada nas fronteiras de gênero que entendia como naturais, as quais definiam lugares claramente distintos ocupados por homens e mulheres, situados cada qual em posições dicotômicas e complementares. E, no caso, a política, que as mulheres reivindicavam participar, era reduto dos homens e privilégio masculino, dado por sua condição de nascimento. Às mulheres cabia a virtude do cuidado, do recato, da vida doméstica e prendada no casamento. A cadência do seu discurso muda de um conformismo obediente e carregado de essencialismos de gênero para uma postura opoente que deixa de comungar com a maior parte das ideias tradicionais que vinham de sua formação familiar, escolar, social e religiosa. No trecho a seguir, Haydée abandona certas convenções e se rebela contra a naturalização e a normatização do destino

restrito e da condição explorada e subserviente da mulher, e questiona os papéis de gênero, já que

O problema mais completo do momento para a nossa geração em guerra com todas as gerações passadas, visa abertamente [...], atravez de todos os ramos da arte e da sciencia, amparar o instincto economista de cada ser no quadro transitório e absorvente da vida. Mesmo a própria Mulher, escrava de todos os tempos, interdicta ainda por mil e uma con... (eu ia dizer complexos) condições, já penetrou todo o amago da engrenagem, embora enlaçada no meio da corda que os homens puxam de cada lado, não saiba se libertar de sua própria tortura interior (*Vida Capichaba*, n. 264, fevereiro de 1931).

De acordo com Francisco Aurélio Ribeiro (2005, p. 48), é por volta do ano de 1928 que Haydée Nicolussi começou a apresentar traços conflitantes em sua produção literária. A partir desse momento, teria manifestado um transitório estado de espírito, intercalando antigas crenças religiosas com novas referências sociais e políticas. Assim, “influenciada pelas leituras marxistas”, Haydée viu seus “valores pequeno-burgueses ameaçados”. Ela vivia uma verdadeira “encruzilhada ideológica entre os valores da infância [...] e os questionamentos da realidade” (2005, p. 77), de modo que, nos anos 1930, o que era apenas circunstancial passou a impregnar todo o seu trabalho e a sua vida. Seus discursos se tornaram mais contestatórios. O próprio artigo que acabamos de citar, intitulado “Nihilismo”, publicado em 1931, é um indício forte dessa sua transformação, indicando a presença de princípios que colocavam à prova todas as “verdades” que haviam assentado a sua personalidade até ali. Nesse momento, Haydée abandonou a imagem santificada da mulher, seu destino de sacrifício e sua sina passiva, para assumir a consciência de que a mulher era um ser oprimido por um sistema muito antigo e eficiente, calcado na hegemonia patriarcal.

Crítica do feminismo moderado e da pauta sufragista, Lídia Besouchet, que foi amiga de Haydée

Nicolussi desde jovem e com quem militou junto nas fileiras da esquerda comunista, ponto, a partir de onde, seus destinos se bifurcaram, foi a principal representante do feminismo de esquerda no Espírito Santo. Dos artigos que escreveu para a *Vida Capichaba*, tratando dessa temática, buscou ser incisiva na crítica aos valores burgueses e às invisibilidades de classe que perpassavam os esforços das mulheres de uma elite econômica e social, cegas às mazelas das mulheres pobres e trabalhadoras do país. Essa particularidade no discurso de Lídia Besouchet revela as bases de sua orientação político-ideológica e a influência que o pensamento de esquerda exerceu no modo como formulou um ideal feminista próprio, entrelaçado à sua militância.⁹ Isso está inscrito na associação que faz entre a luta das mulheres e a luta de classes, em como a transformação social no plano econômico dependia de mudanças também no plano cultural, mudanças que pusessem fim às restrições imputadas às mulheres por uma sociedade opressora, que as condenava a viver “dóceis” no ambiente doméstico ou exploradas dentro e fora de casa.

Em 15 de março de 1932, Lídia Besouchet assinou um artigo a que deu o título “Feminismo”. Ela havia se tornado colaboradora da revista *Vida Capichaba* no ano anterior e desde então publicara vários textos e, em alguns deles imprimiu sinais da sua expectativa em relação ao futuro das mulheres e deixou marcas do que pensava a respeito do movimento das sufragistas, que atingia o ápice da sua mobilização naquele tempo. Lídia escreveu o artigo “Feminismo” em meio à comoção gerada pelo decreto que criou o Código Eleitoral que, dentre outras medidas, pas-

sava a assegurar o voto feminino. A escritora não menciona o fato de o direito ter sido garantido de maneira restritiva, apenas às mulheres casadas, desde que autorizadas pelos maridos, e às mulheres solteiras e viúvas com renda própria. Seu objetivo era problematizar a relevância da conquista no contexto brasileiro. Para ela, a concessão dos direitos políticos às mulheres era decisão precoce, pois acreditava que de modo geral as mulheres não estavam preparadas para exercê-los. Era necessário que antes, as brasileiras se conscientizassem da importância de tais direitos e, para isso, deveriam conquistar espaços de trabalho que lhes dessem independência, possibilitando enxergar o drama da sua “tragédia biológica”. Assim, argumentava que

O direito de voto corresponde a uma necessidade consciente, exigido por quem tem o direito de exigir. Entre nós, a coisa não se passa do mesmo modo [...]. É como se vê, uma resolução de cima para baixo, caso talvez único na história dos povos.... Não se pode, porém negar que o governo agiu na melhor das intenções. Ele pretende, concedendo semelhante favor á mulher brasileira, dar-lhe consciencia deste direito [...]. Votar!... A mulher brasileira vive ainda na pior das escravidões: aquella que desconhece a sua qualidade de escrava, ainda a “preza” que nega ser propriedade do homem, ou a criada que se orgulha de servir ao seu amo ou senhor [...]. Assim, a mulher brasileira depois de ganhar graciosamente aquillo que custa ás suas companheiras dos outros paizes annos de lucta continua sem saber o que faça de tão lindo brinquedo (*Vida Capichaba*, n. 312, março de 1932).

A crítica de Lídia Besouchet, feita enquanto se comemorava em amplos setores o direito conquistado das mulheres de votar, segue uma linha de pensamento que ignora a longa luta das brasileiras pelo sufrágio. Ao atribuir ao governo o beneplácito da concessão apagou toda uma história combativa das mulheres por direitos políticos em campanhas e mo-

9 Em 1935, Lídia Besouchet ajudou a fundar uma organização feminista de esquerda chamada União Feminina do Brasil (UFB), formada por grande número de mulheres que militavam no Partido Comunista e na Aliança Nacional Libertadora (ANL). A UFB durou pouco tempo, logo foi desmantelada pela polícia política, que agia na repressão às dissidências ao governo Vargas. Durante o tempo em que funcionou legalmente realizou importante contraponto no debate público ao feminismo liberal capitaneado por Bertha Lutz e a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Para saber mais sobre a história da UFB e o embate entre as duas vertentes feministas, indicamos a leitura do tópico “As jovens turcas da União Feminina do Brasil” em RANGEL, 2019.

bilizações que começaram no século XIX e que chegaram, quase meio século depois, aos anos 1920, com a luta organizada de Bertha Lutz à frente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino, movimento que atingiu repercussão nacional com filiais fundadas em vários Estados¹⁰. No Espírito Santo, uma filial dessa organização foi fundada no ano de 1933 por representantes de uma corrente moderada no espectro das vozes feministas identificadas na imprensa. A Federação Espírito-Santense pelo Progresso Feminino (FESPF) reuniu nomes como o de Maria Stella de Novaes, Sílvia Meireles da Silva Santos, Indá Soares, Julia Lacourt Pena e Judith Leão Castello, nomes de reputação no cenário cultural capixaba.

A entrada oficial no movimento feminista organizado rendeu ao grupo de adeptas do que chamamos feminismo “ideal e sadio” uma posição dianteira em comparação aos outros investimentos feministas que circularam na *Vida Capichaba*. Foi muito por conta dessa filiação, promovida no último suspiro da luta sufragista, ou melhor, no momento decisivo dessa luta, que a liderança feminista capixaba conseguiu abrir caminho na política local e conseguiu, na mesma medida, alcançar o reconhecimento que a muitas outras foi vedado. São dois casos exemplares que ilustram bem a desenvoltura social e política que continuaram a alcançar as escritoras e intelectuais que estiveram engajadas na campanha pela consolidação dos direitos políticos das mulheres no Espírito Santo: a vitória eleitoral de Judith Leão Castello para o poder legislativo estadual e a fundação, quinze anos mais tarde, da Academia Feminina Espírito-Santense de Letras. Embora Judith Castello só tenha tomado posse da cadeira de deputada, em 1947, sua campanha e eleição, ocorridas em 1933, demonstram o quanto a sua posição de liderança no movimento

feminista capixaba influenciou no capital político que a elegeu em seguida.¹¹ Com um discurso ufanista, Judith Leão Castello defendeu a presença da mulher na política, e em outras áreas notórias de atuação pública, escrevendo textos para a *Vida Capichaba*. Para ela, a luta pelo voto não deveria ser confundida com causas rebeldes de emancipação, uma vez que era uma luta que pretendia permitir às mulheres cooperar com os homens na defesa da nação. Em seu artigo “A Mulher e o Voto”, ela vai definindo o que acreditava ser a missão da mulher apta a defender um feminismo livre de escândalos e moralmente aceitável. Segundo ela,

O bom feminismo não impede que amemos o nosso lar mais do que a rua, que tenhamos o gosto estético nas mínimas cousas que nos cercam. Não faz da mulher um tipo esquisito no vestir, no falar, no andar. Consiste em sermos a companheira do homem na vida, em nível igual [...]. Si o homem ao lado dos seus direitos políticos tem os seus deveres cívicos... também á mulher que prega a sua causa, pugnando pelos direitos políticos, deve por um principio de equidade lembrar-se de alguns deveres para si. É preciso que prestemos também serviços obrigatórios à Pátria (*Vida Capichaba*, n. 301, novembro de 1931).

A noção de complementaridade que aparece na fala de Judith Leão Castello, usada para justificar a igualdade política entre os sexos, e a ideia de que a reivindicação de direitos pelas mulheres deveria passar pelo cumprimento dos seus deveres, são estratégias retóricas muito similares àquelas que apareciam nos discursos das líderes da FBPF. Segundo Rachel Soihet (2006, p. 105), ao expor os motivos da importância do voto feminino, Bertha Lutz elegeu como importante argumento aquele que dizia que o

10 Essa política de expansão da FBPF atingiu muitos outros Estados no mesmo período. Uma filiação pernambucana foi fundada em 1931, ano em que as feministas baianas instalaram o seu próprio diretório da FBPF. Outras seções locais foram fundadas entre 1931 e 1933, atingindo uma rede de filiação que alcançou feministas de Goiás, Paraíba, Minas Gerais e outras regiões (ARAÚJO, 2003).

11 De acordo com Susan Besse (1999, p. 197), “para grande número de mulheres, uma posição de liderança na FBPF serviu como campo de treinamento para posterior ingresso na política municipal, estadual ou nacional”.

exercício do sufrágio era mais um dever das futuras eleitoras “para com a Nação do que um direito, devendo tanto as mulheres como os homens cumprir livremente essa obrigação”. Ainda de acordo com Soihet, essa era uma arguta peça política para se esquivar dos ataques num meio hostil aos anseios de emancipação das mulheres. Também Judith Leão Castello e as representantes da FBPF no Espírito Santo adotaram essa estratégia, não sem ressignificá-la. Uma particularidade fácil de identificar, por exemplo, no discurso de Judith Leão Castello, e que difere do modo como Bertha Lutz se posicionava, tem a ver com a associação que a capixaba fazia entre feminismo e religião. Bertha Lutz, mesmo mantendo uma relação diplomática com a Igreja Católica, não misturou ao seu feminismo princípios religiosos cristãos. Contudo, a líder da Federação sabia que era preciso construir a sua tática com muita cautela para não ferir a crença de grande parte de suas associadas (católicas praticantes), evitando, com isso, dispersar o apoio que recebia de mulheres de várias partes do Brasil em defesa das causas feministas.

De maneira decisiva, Judith Leão Castello ajudou a propagar na opinião pública capixaba, nos círculos das elites locais e entre as mulheres desse núcleo, um modelo hegemônico de feminismo considerado “ideal”, o qual se contrapunha aos chamados “feminismos rebeldes”. De fato, as feministas capixabas ligadas às vertentes difusas e de esquerda não compartilharam do entusiasmo em torno do sufrágio feminino e abriram outras janelas de debate, entrando em temas como o divórcio, as violências físicas e os assassinatos de mulheres, a prostituição, as carências das mulheres pobres e trabalhadoras, oferecendo um leque mais complexo de possibilidades sobre a realidade vivida por mulheres de diferentes extratos sociais, ainda que sem aprofundar tais discussões. Portanto, o que se verifica é que as várias vozes do feminismo que se manifestaram na imprensa construíram pautas feministas heterogêneas, para além do voto, as quais foram não só inovadoras como, em alguns casos, até ultrajantes para a época.

Referências bibliográficas

- ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. *Estudos Avançados*, v. 17, n. 49, 2003.
- BESSE, Susan K. *Modernizando a desigualdade: reestruturação da ideologia de gênero no Brasil, 1914-1940*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- BUITONI, Dulcília. *Imprensa Feminina*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- CHARTIER, Roger. Diferenças entre os sexos e dominação simbólica (nota crítica). *Cadernos Pagu*, n. 4, p. 37-47, 1995.
- DUARTE, Constância Lima. Feminismo e literatura no Brasil. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 151-172, 2003.
- FLEURY, Karina de Rezende Tavares. *Alma de flor. Maria Antonietta Tatagiba: vida e obra*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras; Editora Formar; Secretaria Municipal de Cultura, 2007.
- HAHNER, June. *A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas 1850-1937*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.
- LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes Históricas*. 2ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2006.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*. São Paulo (1890-1922). São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, Fapesp, 2008.
- MESQUITA, Letícia Nassar Matos. *A produção literária feminina nos jornais capixabas na segunda metade do século XIX: a revelação de Adelina Lírio*. Vitória: IHGES, 1999.
- MUZART, Zahidé Lupinacci. Uma espada na imprensa das mulheres no século XIX. *Revista Estudos Feministas*, v. 11, n. 1, p. 225-233, 2003.
- NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed. rev. Vitória: Edufes/ Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2001.
- PEREIRA, Heráclito Amâncio. A Imprensa no Espírito Santo. *Revista de Cultura Ufes*, ano I, n. 2, jan./jun. 1979.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- PINTO, Céli Regina Jardim. *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.
- PRIORE, Mary Del. História das mulheres: as vozes do silêncio. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). *Historiografia Brasileira em Perspectiva*. 6ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2007.
- RANGEL, Lúvia de Azevedo Silveira. *Feminismo Ideal e Sadio: os discursos feministas nas vozes das mulheres intelectuais capixabas*. Vitória/ES (1924-1934). 2011. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas). Universidade Federal do Espírito Santo, 2011.
- _____. *Intelectuais fronteiriços. Lídia Besouchet e Newton Freitas: exílio, engajamento político e mediações culturais entre o Brasil e a*

Argentina (1938-1950). Jundiá: Paco Editorial, 2019.

RIBEIRO, Francisco Aurelio. Guilly Furtado Bandeira, uma capixaba pioneira na Academia. *Revista da Academia Espírito-santense de Letras*, Vitória, vol. 1, 1998.

_____. *Antologia de escritoras capixabas*. Vitória: Centro de Estudos Gerais, Departamento de Línguas e Letras, 1998.

_____. *Haydée Nicolussi: Poeta, Revolucionária e Romântica*. Vitória: Academia Espírito-santense de Letras, Prefeitura Municipal de Vitória, 2005.

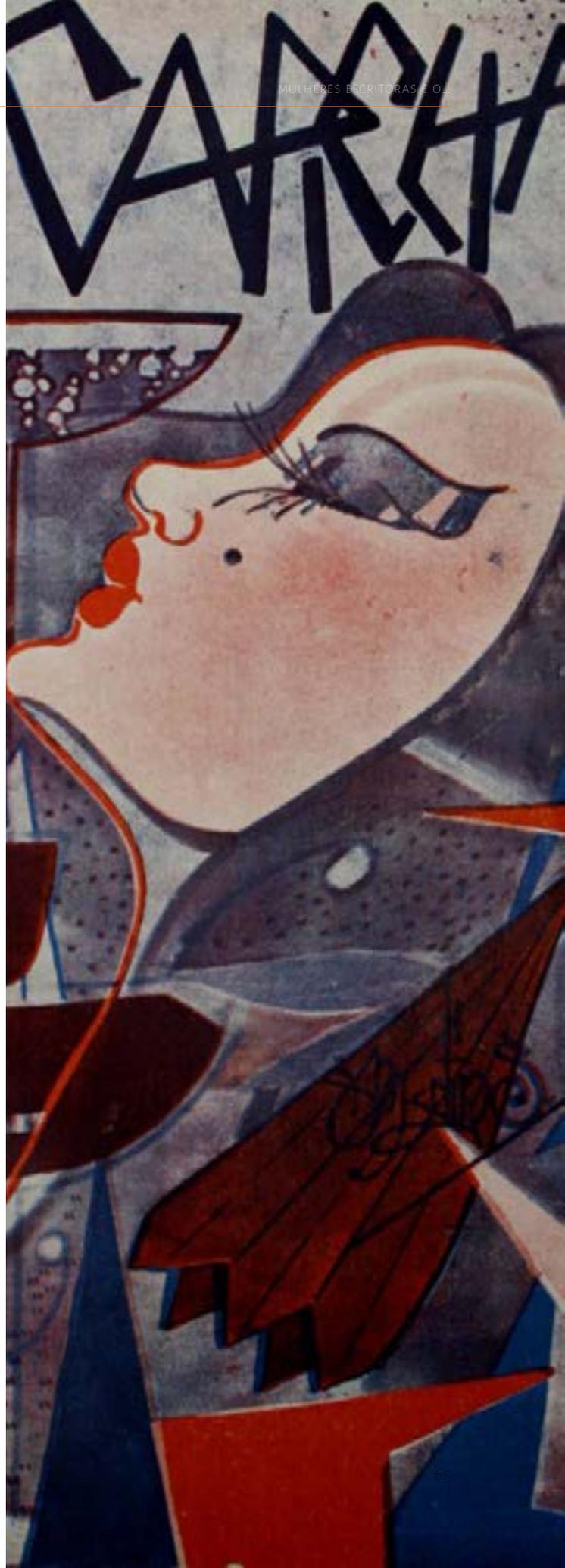
SCOTT, Joan. *A cidadã paradoxal: as feministas francesas e os direitos do homem*. Florianópolis: Editora Mulheres, 2002.

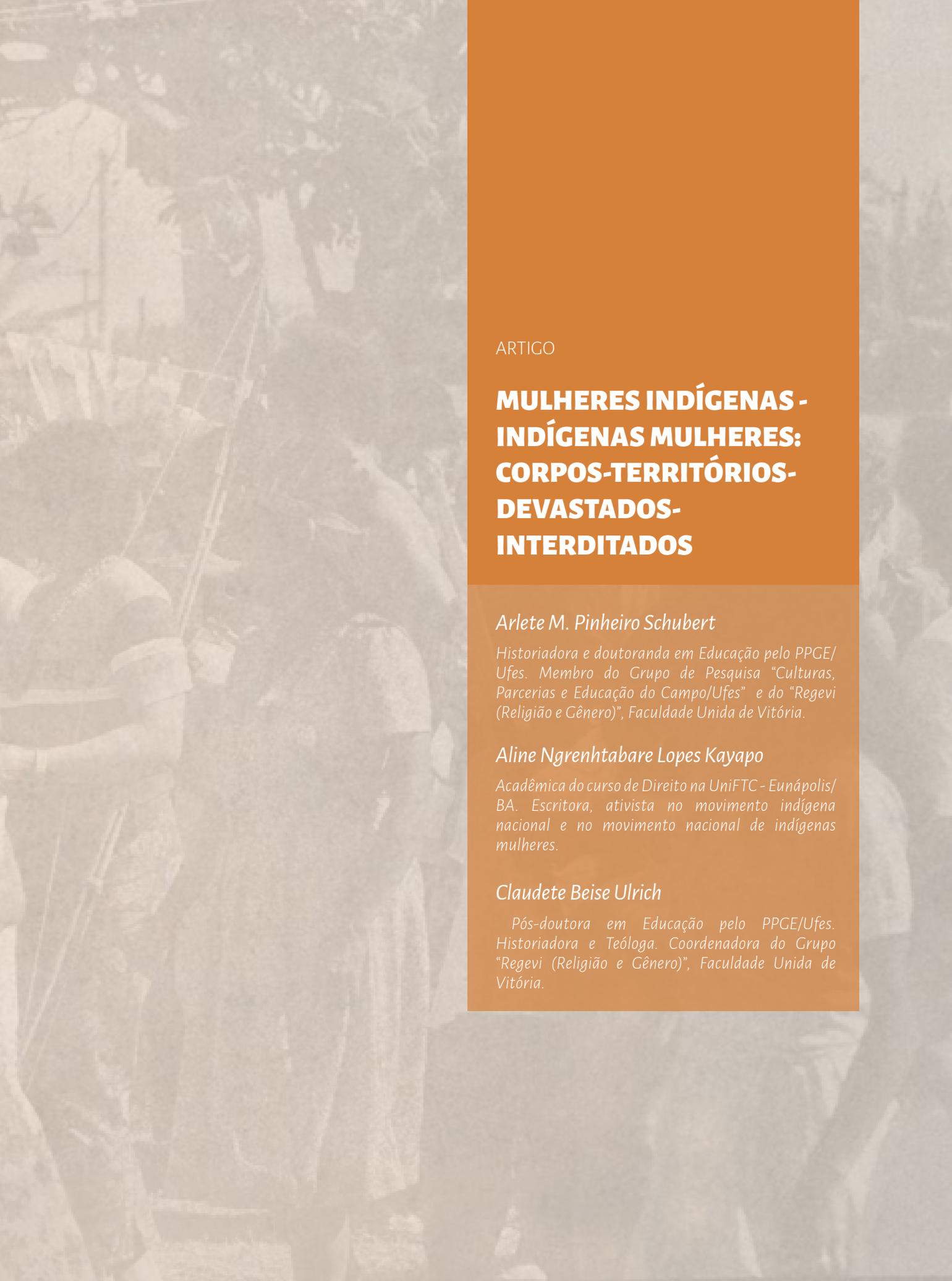
SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (org.). *Por uma História Política*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996.

SOIHET, Rachel. *O feminismo tático de Bertha Lutz*. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

TELLES, Norma. Escritoras, escritas, escrituras. In: PRIORE, Mary Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. 7ª ed. São Paulo: Contexto, 2004.





ARTIGO

MULHERES INDÍGENAS - INDÍGENAS MULHERES: CORPOS-TERRITÓRIOS- DEVASTADOS- INTERDITADOS

Arlete M. Pinheiro Schubert

Historiadora e doutoranda em Educação pelo PPGE/ Ufes. Membro do Grupo de Pesquisa “Culturas, Parcerias e Educação do Campo/Ufes” e do “Regevi (Religião e Gênero)”, Faculdade Unida de Vitória.

Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapo

Acadêmica do curso de Direito na UniFTC - Eunápolis/ BA. Escritora, ativista no movimento indígena nacional e no movimento nacional de indígenas mulheres.

Claudete Beise Ulrich

Pós-doutora em Educação pelo PPGE/Ufes. Historiadora e Teóloga. Coordenadora do Grupo “Regevi (Religião e Gênero)”, Faculdade Unida de Vitória.

Resumo

A devastação dos territórios e o racismo ambiental estão intimamente interligados. O presente artigo reflete sobre a experiência dessa relação nos corpos-territórios-devastados-interditados da indígena mulher do Povo Tupinikim. É necessário entender que são diferentes modos de vida de mulheres em questão, daí a importância de ressaltar que historicamente o silêncio-memória foi também usado como prática de resistência no debate da indígena mulher.

Palavras-chave: Mulheres indígenas, Tupinikim, Colonizador, Território, Gênero.

Abstract

The devastation of territories and environmental racism are closely interlinked. The present article reflects on the experience since this relationship in the interdicted-devastated-territories-bodies of indigenous Tupinikim women. It is necessary to understand that there are different ways of life of the women in question, so it is important to emphasize that historically the memory-silence has also been used as a practice of resistance in the debate of indigenous women.

Keywords: indigenous women, Tupinikim, Colonizer, Territory, Genre.

*Ah, arara, arara é você?
Eu queria beber água onde arara foi beber
(Canto do povo tupinikim)*

A devastação dos territórios e o racismo ambiental¹ guardam relações muito estreitas com questões que percebemos na pauta dos debates das indígenas mulheres². Os povos indígenas instituídos à margem da sociedade são os que menos contribuem para os danos ambientais, a devastação e a mudança climática. Certamente são eles que de maneira mais contundente são afetados e, especialmente, o segmento feminino, o mais atingido.

Há aproximadamente meio século as indígenas mulheres iniciaram articulações com lideranças de diferentes povos para enfrentar a questão das perdas territoriais. Uma referência indígena mulher na

vanguarda desse movimento é Eliane Potiguara³ que desde 1989 já publicava suas cosmovisões em escritos como *A terra é a mãe do índio*, pelo GRUMIN, premiado pelo Pen Club da Inglaterra (POTIGUARA, 2018). Outro exemplo atual de indígena mulher à frente do debate é Sônia Guajajara, que se tornou coordenadora-executiva da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e participou na Conferência do Clima, a COP 21, em Paris, em 2015. A atuação dessas indígenas mulheres mobilizam diversos eventos nesse sentido.

Não é nosso objetivo, neste artigo, demarcar momentos ou acontecimentos que delimitam cronologicamente uma “origem da devastação” ou do enfrentamento a essas questões. Pretendemos destacar alguns aspectos específicos no tocante à devastação dos corpos-territórios femininos, o acúmulo de exploração que se formou sobre os mesmos com a imposição dos padrões de uma racionalidade e de um modelo de civilização de desenvolvimento que pretendeu transformá-los, de uma coletividade

1 Racismo Ambiental: Conceito referente às políticas e às práticas que prejudicam grupos étnicos vulneráveis, especialmente no modelo atual de desenvolvimento capitalista. Ações e projetos promovidos por esse modelo atual de desenvolvimento provoca a destruição do ambiente e o desrespeito à cidadania, e afeta diretamente povos indígenas e comunidades tradicionais.

2 “Indígenas mulheres para afirmar que gênero veio depois, somos anterior”, define a ativista indígena Aline Kayapó. Trata-se de uma reflexão situada desde o locus dos conhecimentos indígenas, e que precisa ainda ser explicitada e articulada com uma reflexão no debate dos estudos de gênero.

3 <http://www.grumin.org.br/principal.htm>



Foto 1. Tupiniquins_Rogério Medeiros-35

diversa em uma universalidade homogênea e subalternizada, norteadas por concepções colonizadoras.

Neste artigo, privilegiamos as descrições e as narrativas que envolvem as mulheres Tupinikim, em suas interações em território indígena, especialmente as narrativas dos acontecimentos responsáveis pela interdição de seus corpos e modos de ser e fazer/viver⁴. Um contexto histórico no qual estão envolvidas, desde situações passadas que ainda estão em vigor na contemporaneidade. Segundo Louro:

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as

mulheres foram historicamente conduzidas tiveram como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência. (LOURO, 1997, p. 17)

A partir das narrativas que revelam aspectos, elementos micros do cotidiano, sobre suas experiências de vida, e que silenciam, ao final, para resguardar a identidade indígena em segredo, a fim de proteger o seu grupo, buscamos tornar visíveis fragmentos de histórias de vida de mulheres Tupinikim. As narrativas chamam a atenção para a política e as injustiças, a violência aos direitos dos povos indígenas, atingindo, especialmente, as mulheres. Tais narrativas asseveram a erosão das tradições que ocorrem de forma lamentavelmente rápida, sem que fossem denunciadas e levadas a sério na maioria dos períodos em que sucederam, sem que tenham sido devidamente honradas nos registros historiográficos.

Dona Gabriela, uma anciã do núcleo resistente do povo Tupinikim, talvez a última falante da língua

⁴ Em grande medida as narrativas de meados do século passado sobre os Tupinikim no Espírito Santo foram recolhidas por pesquisadores para fins de Relatórios institucionais, necessários ao reconhecimento da genuinidade da etnia Tupinikim, e que era questionada, especialmente, por grupos empresariais nacionais. Neste artigo, as citações remetem a narrativas na tese de Arlete Schubert/PPGE/UFES, e que se encontram em fase de finalização no momento em que este artigo está sendo apresentado.

Tupi na década de 1970, dizia estar resguardando as crianças ao impedir que elas tivessem acesso à língua ou ao conhecimento do que se passou na sua própria trajetória de vida (Entrevista com liderança, 2018)⁵. Em segredo, ela cuidava para resguardar a sua identidade porque talvez temesse que a violência fosse revivida em tempos de invasão continuada do universo indígena. Os silêncios históricos assim se mostram nos seus corpos-memórias como sinais de resistência (POLLAK, 1989, p. 5-6).

A partir do diálogo e da escuta atenta, buscaremos colocar balizas que favoreçam compor uma história da presença das indígenas mulheres Tupinikim nos processos de resistência e reelaborações da identidade desse grupo. Partimos de alguns elementos micros/do cotidiano, buscando recortá-los com maior precisão, a fim de revelar o protagonismo de mulheres em acontecimentos que armaram cenários onde se evidencia o “cristal do acontecimento total” (BENJAMIN, 2006, p. 503). Ou seja, escavamos em ruínas uma perspectiva que possa focar elementos pouco considerados na recente história da presença das indígenas mulheres na historiografia do Espírito Santo, fazendo das ruínas o nosso jardim, o que Eliane Potiguara define também como “Florescer no lixo” (POTIGUARA, 2018).

Compreendemos as narrativas como “acendedores de memórias” que fazem emergir as relações fundamentais nelas contidas. Portanto, relações capazes de acender memórias que são descritas por meio de lembranças, e que compõem, no seu interior, o cristal da singularidade do que significa ser indígena mulher no jogo de relações de forças dos acontecimentos em que elas se inserem. O que nos aproxima daquilo de que a história parece nos distanciar? É o silêncio em relação à história de vida das mulheres e a sua invisibilidade nos registros históricos (PERROT, 1988, p. 185). Portanto, buscamos refletir a partir de uma perspectiva da história das esquecidas, silencia-

das e/ou escamoteadas que, quando muito, foram observadas como fósseis cristalizados em um tempo histórico-cronológico passado.

Quando calam as mulheres indígenas

*No passado, nossas avós falavam forte/
Elas também lutavam
Aí chegou o homem branco mau
Matador de índio/ E fez nossa avó calar
E nosso pai e nosso avô abaixarem a cabeça.
(POTIGUARA, 2018).*

Nos registros históricos o papel das mulheres indígenas aparece com imprecisão, outras vezes com literalidade. A historiadora Michelle Perrot em suas pesquisas sobre as mulheres constata:

[...] para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres [...]. Inicialmente, por ausência de registro. Na própria língua a gramática contribui para isso. Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: *eles* dissimula *elas* (PERROT, 2007, p. 21).

Tal constatação é especialmente válida para o debate indígena pelas inúmeras razões que conhecemos nesse processo de silenciamento de suas histórias e protagonismos nas diferentes esferas da sociedade brasileira. Quando elas comparecem na historiografia da história das mulheres, a presença das indígenas mulheres está sempre marcada por um claro-escuro e, quando muito, as encontramos em desenhos e pinturas, seja num esforço para confirmar sua impureza, indignidade, impertinência e fealdade ou, ao contrário, para exaltar sua beleza e pureza. As encontramos historicamente sempre associadas a processos de colonização, em situações de apesamento, aldeamento e subserviência às determinações. Muito raramente como sujeitos de um

⁵ As citações foram retiradas dos relatórios de entrevista com indígenas Tupinikim, em pesquisa realizada entre 2018 e 2019.

contexto particular ou com um pensamento próprio, não subordinadas.

Quase sempre associada ao processo de colonização, por meio do aldeamento e consequentemente da intensificação do contato com portugueses e os seus instrumentos de controle, foi determinado a ela esquecer que tem um corpo próprio, que se mostra como nudez. Foi estipulado que deveria fazer o trabalho agrícola e o comércio para aprenderem a “vida civilizada”, e que se estimulasse o “amor à propriedade e às riquezas”, para tirar-lhes o hábito de andarem nuas, conforme reza a Lei do Diretório dos Índios de 1757.

Enquanto isso, foram também proibidas de pronunciar-se em sua própria língua, impedidas assim de dizer a sua própria palavra para comunicar o seu mundo, quando a língua indígena falada pelo povo Tupinikim foi oficialmente interditada pela Coroa Portuguesa, a partir do século XVIII⁶. Obrigou-se a um grave processo de “emudecimento”, propícias ao “esquecimento”, o que alcançou sons e ritmos da sua própria cultura, reverberando no corpo-território da terra habitada.

A determinação que proibia o uso da língua indígena foi catastrófica, de tal modo que gerou o silenciamento e foi responsável por desarticular muitos saberes guardados, especialmente, pelas indígenas. O medo de comunicar as palavras nativas incidiu diretamente e de modo duradouro nas relações cotidianas com filhos e filhas, companheiros e coletividade mais ampla. Os testemunhos indígenas relatam sobre o efeito dessa violência:

Eles [Dona Gabriela e o esposo] tinham as histórias, eles contavam do passado, dos antigos deles, que eles contavam... Eu tava lá, escondido, ouvindo... Eu

era um menino ainda... lá chegando de mansinho [...], mas quando eles observavam que eu tava aí, eles paravam de falar. Não contava mais! [risos]. Eu chegava, e dizia: “continua! Eu quero saber...”. E eles: “Não, não pode não”. Eu sempre falo essas coisas... Eu cansei de ver Dona Gabriela, e o Pai Véio falando essas coisas, em segredo...” (Entrevista de 2019, Aldeia cv).

Tempos de perseguições alcançam as populações consideradas dispensáveis e sem poder, os desclassificáveis, recaindo sobre seus coletivos como destruição e perdas⁷. Assim ocorreu/ocorre com os povos indígenas. Os que resistiram conviveram com o aniquilamento das relações ancestrais, enquanto os homens foram obrigados, de acordo com Potiguara (2018, p. 99), a assumir um papel “machista” para a defesa de seu grupo familiar. A escritora indígena Eliane Potiguara situa esse aspecto indissociável do debate de gênero sob a seguinte perspectiva:

No contato com o colonizador, esse homem adquiriu os vícios dos estrangeiros. Hoje, os povos indígenas trazem marcas dessa colonização e da neocolonização também imposta, por isso precisamos reconstruir o gênero entre os povos indígenas e reconstruir nossas histórias (POTIGUARA, 2018, p. 99).

Desde essa perspectiva podemos argumentar que a autora aponta para um diálogo sobre a questão de gênero que deve considerar, particularmente, contextos transtornados pelo colonialismo. Exige-se

6 “O Diretório dos Índios”, como ficou conhecido, editado pelo Marques de Pombal, foi o documento que determinou a proibição da língua indígena falada no litoral. Ao ser nomeado ministro do Império ele tomou medidas rigorosas contra a Companhia de Jesus, culminando na sua expulsão das Colônias portuguesas. Em 03 de maio de 1757 foi publicada a “Lei do Diretório”, legislação que pretendia regulamentar as regras de convivência entre índios e colonos.

7 Tempos de perigos e perseguições impõem destruição de coletivos humanos e não humanos, análogos à recente ditadura militar no Brasil, um tempo de destruição, como pode-se observar nos escritos do professor Carlos Rodrigues Brandão (2020, p.14):[...] milhares de cartas e de outros documentos—suspeitos. Lembro-me de Goiás. Dias e noites em fundos de quintais, ao redor de fogueiras acesas, selecionando e queimando quilos e quilos de cartas e de mensagens entre a Equipe Central do Movimento de Educação de Base de Goiás e lavradores, monitores camponeses e participantes das ações de educação de base ou de encontros de comunidade. E, também, jogando no fogo pacotes com as nossas aulas de alfabetização.

que tais questões sejam consideradas sob bases e relações simétricas, cuidando-se para não assumir um recurso da cultura dominante que servirá novamente para reforçar o seu poder⁸, esperando-se que indígenas mulheres se encaixem em debates de gênero com suas bases já preestabelecidas. Há um grande risco de subordinar os grupos sem poder/lugar de contra argumentação e análise, ou seja, espera-se que os conhecimentos e experiências indígenas não sirvam apenas como ponto de partida e que, após acolhê-los, sejam abandonados e capturados por um discurso colonizador.

Nesse sentido, a noção de gênero como categoria teórica deve questionar as racionalidades, as epistemologias e o caráter instrumental das sociedades dominantes. E, por fim, deve implicar na criação de condições de igualdade entre as partes que entram em comunicação, uma exigência *sine qua non* para uma situação que demanda a realização do diálogo intercultural no movimento de mulheres no Brasil.

A história contada-cantada desde um corpo-território-indígena

O papel das indígenas mulheres surge com imprecisão nos relatos sobre indígenas, e outras vezes com exatidão: Apesar da ausência do protagonismo feminino nas narrativas das lutas pelo território indígena Tupinikim⁹, algumas informações dão conta de sua presença efetiva nesses movimentos. No entanto, para suprimir essa lacuna, podemos lançar mão dos relatos orais existentes sobre mulheres que assumi-

ram o protagonismo em importantes momentos no movimento da luta pelo reconhecimento do território indígena no Espírito Santo.

Alguns registros fotográficos, dos episódios das primeiras lutas, especialmente realizados pelo jornalista Rogério Medeiros¹⁰, colocam em evidência a presença das mulheres em momentos significativos no processo de reivindicação de pertencimento étnico. Elas pouco são citadas e quase não figuram nos escritos contemporâneos, entretanto, há relatos orais que apontam para o protagonismo indiscutível da mulher no processo das lutas, sendo essa uma questão ainda por aprofundar¹¹.

Alguns relatos orais contemporâneos referem-se às indígenas mulheres, Guarani e Tupinikim e mencionam uma das indígenas que foi uma grande líder religiosa *Tatãxi Ywa Reté* (dona Maria), responsável por conduzir um grupo Guarani por uma longa caminhada de vários anos (Oguatá Porã), em busca da Terra sem Mal¹². Finalmente, após muito caminhar, o grupo se estabeleceu junto aos Tupinikim, no litoral capixaba, e se constituiu como importante presença na primeira retomada da terra, lutando lado a lado com o povo Tupinikim¹³.

Quanto às mulheres Tupinikim, elas estiveram à frente e sempre atuaram em diferentes situações conflituosas e decisivas na luta pelo reconhecimento da identidade e do território indígena Tupinikim, no Espírito Santo, uma luta que se iniciou no final da

8 A partir da leitura do "Diálogo sobre a conversão do gentio" (1556-1558) do padre Manuel da Nóbrega, Suess (2009) indaga: "a recusa da verdadeira escuta do outro - [que para ele seria terapêutica] - não seria a raiz da violência da cristandade?". O autor termina por concluir que a experiência de diálogo na nossa história revela uma "escuta missionária" do outro, geralmente, como "escuta estratégica para combatê-lo melhor". E nesse sentido, para que um diálogo ocorra, não basta a escuta do outro, é preciso saber o que essa escuta envolve e o que se pretende com ela. (Conf. SCHUBERT, AMP, p. 117, 2018).

9 As lutas territoriais Tupinikim no Espírito Santo contemporâneo remontam à década de 1960.

10 Nas décadas de 1960 e 1970 os registros fotográficos são em grande medida feitos pelo jornalista e fotógrafo Rogério Medeiros e pertencem ao seu acervo pessoal. São dele as fotografias cedidas para o nosso estudo.

11 Discutindo resistência das mulheres Tupinikim no conflito com a Aracruz Celulose (Fibria) temos a tese de Barcellos, (2008).

12 Segundo Helen Clastres (1978, p. 59), "Razões econômicas e ecológicas e religiosas de ordem mística também puderam associar as ricas terras do litoral, a Terra sem Males. Pois, de onde poderia derivar-se essa "fama" de fertilidade excepcional?".

13 Sobre a caminhada (Oguatá) há registros e análises como o clássico, "Terra sem Males", de Helen Clastres (1978) que aborda o significado e origem dessa busca. Em relação ao grupo do Espírito Santo, Tangerino (Puc/Sp, 2001) apresentou tese sobre o grupo Guarani que realizou a caminhada desde o Sul até o litoral do Estado e que vive, atualmente, em aldeias junto aos Tupinikim, no município de Aracruz/Es.

década de sessenta e se estendeu até o ano de 2011, quando então a terra foi homologada pelo presidente da República.

Quando se referem à participação de indígenas mulheres em tais lutas, em particular, os habitantes das aldeias Tupinikim, lembram-se das situações que significaram importantes desafios para o grupo indígena. Uma das situações diz respeito à viagem a Brasília, em busca de informação, com objetivo de denunciar a destruição da terra pelos invasores, com seus empreendimentos madeireiros para fins de produzir carvão. Uma mulher Tupinikim, conhecida como Dona Santa, durante dias, a pé ou de carona, esteve junto com seu companheiro, caminharam até Brasília para denunciar ao governo a invasão da terra, como tantas vezes fizeram os indígenas, desde o período colonial. Isso ocorreu em 1972, em pleno período da ditadura militar no Brasil.

Outra situação onde as mulheres são lembradas nos relatos ocorreu como desdobramento da primeira, e foi durante a visita do representante da Fundação Nacional do Índio (Funai) ao Espírito Santo. O general Smarth Araújo, seu presidente, veio ao Espírito Santo com o objetivo de atestar a “indianidade e genuinidade” do grupo Tupinikim, conforme eram as exigências formalizadas pelo Estado brasileiro, na década de setenta.

Uma das mulheres que se encontra na fotografia, à época esposa do cacique, se responsabilizou pela preparação e apresentação das mulheres e dos demais participantes, que iriam receber o visitante. Dona Helena, da aldeia Caieiras velha, recorda que para a apresentação do grupo, essa mesma mulher havia preparado as crianças, as outras mulheres e os homens, para que se apresentassem ao general Smarth Araújo, “com alguns enfeites”, e complementa: “Essas penas na cabeça que você vê aí, nas fotos, ela que *inventou*... Porque não é assim que eles dizem que índio anda? Ela montou os *cocazinho*, assim mesmo, com umas peninhas, de galinha”, diz sorrindo, revelando uma estratégia de resistência na qual pode-se afirmar que em diferentes situações elas se reinventaram para existir.



Foto 2. Tupiniquins_Rogério Medeiros-32

Havia toda uma discussão sobre os índios que se teriam tornado não-índios ou índios que não eram mais índios, eram caboclos, mestiços, estes seriam, para o Estado brasileiro, aqueles indivíduos indígenas que “já” não apresentavam “mais” os estigmas de indianidade, estimados como necessários para o reconhecimento de seu regime especial de cidadania.

São questões que estão presentes no relato trazido por Dona Helena, quando ela narra como a mulher [da fotografia] teria se esmerado em arrumar as mulheres e as crianças com esses adereços, inusitados aos olhos do grupo, certamente, mas que elas já haviam compreendido como um “critério” imposto ao grupo, como exigência ou condição *sine qua non* para ser “índio reconhecido”: “Nós nos esforçamos pra fazer uma roda de tambor bem animada pro homem que veio saber se a gente era mesmo índio. Aí eles [os integrantes do grupo de tamboeiros] toca-

ram as casacas e bateram os tambores com vontade. E nós cantemos, é... E nos dançemos pra ele que queria ver, né?” (Entrevista em 2018).

Ouvimos um relato do próprio esposo da mulher que aparece na fotografia da qual falou dona Helena. Ele atribui a ela a organização e o resultado da reunião que o alçou ao cargo de Cacique pela primeira vez. Os anos seguintes, em que ele exerceu a função de liderança principal, foram aqueles em que a luta pelo território foi acirrada, quando então o povo decidiu enfrentar os invasores do seu território, e partiu para o enfrentamento por meio das chamadas “autodemarkações”.

Ao relatar os acontecimentos naquele dia em que a comunidade se reuniu para decidir e eleger a nova liderança da comunidade, ele conta:

Eu sabia que ia ter a reunião da comunidade, mas aí meu pai queria ir pescar no rio porque não tinha nada na nossa casa, aí me chamou e eu fui (ele disse que a gente voltava antes da reunião). Eu lembrava da reunião e esperava voltar a tempo, mas a pesca foi tão boa com o pai que até esqueci. Quando voltamos do mar a gente viu todo aquele pessoal esperando a gente... Tava todo mundo no cais que tem ali embaixo, esperando nós... Eu até assustei porque já tinha até esquecido... *Aí chegamos, e ela veio com todo aquele pessoal e disse: “... agora é tu, o Cacique da comunidade é tu!”*. Imagina, aí eu levei um susto porque não tava nem esperando isso... (Entrevista, 2019). (grifo nosso).

Outra situação relaciona-se à figura do “Capitão do Tambor” (mestre do grupo de tamboeiros), uma posição que consta como tradicionalmente ocupada por um homem. Fomos informadas que antes do surgimento da figura do “Cacique” entre os Tupinikim, era o Capitão do Tambor que cumpria papel de liderança na comunidade¹⁴. Quando ele estava impossibilitado de acompanhar o grupo, em situações

que o impediavam de atuar como capitão do tambor, era uma mulher que assumia a coordenação e apresentação do grupo de tambores e casacas, seja na aldeia, seja em eventos externos. Essa mulher é Helena Coutinho, a quem todos chamam carinhosamente de “Dona Helena”.

Quando fomos à casa de Dona Helena para conversar, encontramos um dos seus filhos, um jovem com deficiência de ordem psíquica e que vive sob os cuidados da mãe. Fomos juntos até a roça onde ela estava “tirando mandioca pra fazer farinha”. Enquanto caminhávamos o jovem foi lembrando as situações de violência vividas pelo povo, e que indicam o seu alto grau. Em todo o caminho foi relatando agressões que sofreu e que partiam dos seguranças da empresa. Em algumas áreas, já tomadas pelo mato, apontava e dizia: “Aqui ó, era tudo eucalipto!”, em uma clara associação das violências sofridas à destruição do território.

Embora vivendo agredidos e ilhados em seu próprio território, cercados por eucaliptais, eles teimaram e nunca desistiram de romper o cerco, apesar das placas que proibiam o seu acesso aos rios e matas, ou seja, proibiam a entrada a “estranhos”, isto é, aos indígenas.

Quando a gente vinha pegar pau pra fazer lenha, quando vinha no rio pra banhar, nadar, e quando vinha pescar também, eles batiam na gente.” [...] “Sim, eu mesmo! Eles já me botaram pra correr... E eles, oh, assim! [Faz gestos batendo no braço e nas costas] vinha com chicote na gente [...]. Os seguranças da Aracruz.

Profundamente marcado pelos acontecimentos, o jovem mostra a área onde havia sofrido algum tipo de violência e como a mãe, preocupada e com o olhar sempre atento, chegava a tempo para socorrê-lo. Em relação à mulher, Eliane Potiguara (2018, p. 49), reporta-se às décadas de 1970 e 1980, nesse mesmo período:

¹⁴ Essas informações foram registradas a partir dos estudos do CT da Funai e constam no Relatório Técnico da Funai/1994.

Não existiam estudos ou cifras, estatísticas que documentassem as maneiras como as mulheres indígenas eram ameaçadas e violadas em seus direitos. Também não era dada atenção ao modo como elas estavam se extinguindo a partir da mortalidade materna, por violências físicas, por conflitos culturais, por migração de suas terras e por conflitos políticos que ameaçavam suas vidas, suas famílias e o direito ao território indígena e à sua cosmovisão.

Chegamos ao local da roça e avistamos Dona Helena no meio dos pés de aipim e junto com ela estavam dois outros filhos. O jovem que nos acompanhou enfatizou novamente: “Oh, aqui também... Era tudo, tudo eucalipto!”. Enquanto ela vem ao nosso encontro os filhos acenam e cumprimentam de longe e continuam a colocar as raízes de mandioca no carro. “Vamos poder fazer muita farinha e *beiju*”, diz Dona Helena, revelando um modo de produzir coletivo que não serve ao empreendimento capitalista que pretende alienar e privar as indígenas mulheres de sua capacidade de decidir como, quando e o que produzir, destruindo modos de relação e conexão com outros coletivos e categorias de vida.

Retomamos o caminho para casa, conversando sobre a tarde quente e a boa colheita que acabavam de fazer. De vez em quando, repetindo a atitude do filho, Dona Helena nos fazia parar para mostrar a área retomada, as plantações e as casas de seus familiares que começavam a ser erguidas, para abrigar núcleo dos seus familiares que estava bastante ampliado devido ao casamento de filhas, filhos, netos e netas.

Para além de destacar a relevância das lutas apenas como garantia da retomada da terra, importa destacar a sua importância para a própria consolidação das suas cosmovisões e de todo um apanhado de costumes que certamente fundamentaram-se em compromissos ancestrais. A autonomia por decidir sobre o que comem se esvai de maneira tão abrupta como violenta. Nesse sentido, a insegurança alimentar se instala cada vez mais quando é abandonada a prática de cultivo de plantas que alimentam as

comunidades indígenas, onde a figura da indígena mulher é tão importante para a soberania alimentar, quanto a do indígena homem. Soberania alimentar em relação com a terra e a ampliação e diversificação da roça deve ser compreendida em consequência do aumento das famílias, demonstrando sintonia com o compromisso com a posteridade.

Quando chegamos à casa, Dona Helena nos convidou para sentar em uma grande área aberta, onde se encontra um fogão a lenha. Logo a área se encheu com a chegada de netos e netas e dos filhos com o carregamento de mandioca, que é ali depositado para posteriormente serem descascadas. Enquanto isso, Dona Helena retorna com uma garrafa de café e dois copos. Oferece-nos o café e diz com sorriso de satisfação que foi “preparado pela neta”.

Em meio ao movimento no local onde nos encontramos, as conversas dos filhos e netos, o movimento de animais, (galinhas, pintos, cachorros), Dona Helena fala muito baixinho, quase inaudível, e bem próximo. Reporta-se às letras dos cantos que está compondo para o *grupo de tamboeiros*. Confidencia que não se agrada mais em apenas “falar” e explica: “Se só falar não vou saber explicar bem o que eu digo”.

Confidencia baixinho que “não sabe ler”, e que ultimamente está “mais esquecida”. As netas ou as filhas escrevem em um caderno as músicas que ela compõe, e depois leem para ela ouvir. Nesse momento, uma das netas entra no pátio onde estamos e ela sorri, e demonstrando aprovação, diz: “Aí, ela, ó! Ela que disse para eu cantar e gravar a música no celular pra depois ouvir e não esquecer”.

A interação das jovens com as anciãs é outra marca ancestral e a junção nessa relação se transforma em instrumento de resistência. Pois, embora com suas terras demarcadas, o povo Tupinikim possui muitos desafios a percorrer na caminhada pela garantia de direitos básicos constitucionais, fato que, infelizmente, não os distanciam dos demais indígenas, pertencentes a outros povos. E a cantoria, não só torna a luta mais leve, mas conta sobre os aconteci-



Foto 3. Tupiniquins_Tatantin Rogerio Medeiros-31

mentos e atrai a força de suas espiritualidades para perto. E a consequência disso, para elas, tem sido suas inúmeras conquistas.

Dona Helena inicia cantarolando algumas músicas e, sempre de novo, com novas letras em um ritmo com marcações semelhantes, ela *canta histórias* que versam sobre temas similares. Acompanha o ritmo com os dedos tamborilando levemente na mesa, “para lembrar” – justifica. É assim, por meio de cantoria, que Dona Helena faz suas narrativas durante os encontros, realizados após várias situações em que estivemos dialogando. Por meio da *palavra cantada*, ela enche de energia o seu povo, e com esse *cantar* ressignifica suas próprias histórias e memórias, tal qual a narrativa evocada no momento da nossa conversa:

Nossa mata já se acabou/ não se encontra um caçador / nossa mata já se acabou não se encontra um caçador/[...] Sou da aldeia não sou do mar/ põe nosso barco pra navegar /... É o índio na aldeia, a sereia lá no mar/ É o índio na aldeia e a sereia lá no mar./ O índio tá no trabalho tá fazendo o seu cocar/ é o índio

na aldeia e a sereia lá no mar/ [...]. A tradição do índio nunca acabou/ a tradição do índio é a casaca e o tambor [...] (Canto para roda de tambor)¹⁵.

No ano de 1920, Antônio Estigarribia era o chefe do Serviço dos Índios no Estado do Espírito Santo e organizou uma série de questões, pois pretendia obter informações mais detalhadas sobre os índios¹⁶. Uma das questões, indagava a respeito da permanência dos antigos costumes entre eles e coube ao professor Elpídio Pimentel responder-lhe o questionário. Ele responde que muitos dos antigos costumes indígenas haveriam de desaparecer, certamente. De acordo com ele:

15 Este canto estava em fase de ensaio com o grupo de tamboeiros e o grupo de mulheres guerreiras naqueles dias, entretanto o registramos aqui porque já se tornou domínio público ao ser apresentado em vários eventos abertos, nas aldeias, como são as Noites Culturais e a Festa do Índio.

16 O relatório de Estigarribia encontra-se na Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, N VIII. Índios do Rio Doce.

[...] a ação civilizadora que estamos exercendo, com resultados, tende a incorporá-lo à nossa sociedade, onde se confundirão na heterogeneidade do nosso meio. As qualidades físicas e morais, essas resistirão mais à ação niveladora do meio e reagirão sobre ele, modificando-o proporcionalmente à força com que atuarem.

Entretanto, ao responder outra questão, observou: “Quando um índio quer, de longe, prevenir aos seus irmãos de uma couza qualquer, canta-a (*conta por meio do canto*). [...] *Quando quer contar um acontecimento que o apaixonou, canta-o também.*” (Revista do IHGES, N. VIII, p. 12ss)¹⁷ (grifo nosso). Seguramente, em Dona Helena encontramos uma mulher que reteve e assumiu o papel de guardiã da cultura na comunidade, e ela a transmite por meio da dança e de cantos apaixonados.

Por meio do repertório dos cantos que ela compõe, narra uma história e, subjacente, resguarda as inquietações que vão às margens da ontologia e que revelam as vozes de queixa. Para Eliana potiguara (2018, p. 14), são essas as “vozes que lamentam e que problematizam as perdas, traumas vivenciados pela experiência de ter tido territórios e culturas invadidas [...]”¹⁸.

Nesse sentido, Dona Helena canta, e ao cantar revela sobre as suas perdas e lutas, desde uma perspectiva indígena e feminina, que contempla e converge um plano ontológico e político, por territorialidades e por identidade étnica. Descobrimos nela as vozes indígenas e femininas que se conectam em diferentes relatos. E quando as encontramos, quase sempre, são vozes que compõem uma mesma cos-

movisão e fazem parte de uma trajetória comum, coletiva e traumática.

Por isso mesmo, uma leitura das trajetórias das indígenas mulheres, de diferentes povos, requer, simultaneamente, uma leitura diferenciada e comparada, pela afinidade que oferecem desde seus *lugares-territórios-de-fala*. Desde esse *lôcus*, elas revelam-se na “pele da índia” ou da “cabocla humilhada”, que bem poderia ser uma sem-terra ou uma trabalhadora na agricultora, ou a operária explorada, mas sempre marginal e sufocada por milhões de misérias históricas e contemporâneas.

Portanto, compreendemos que fazem parte de uma mesma matriz as memórias das indígenas mulheres, análogas, em grande parte, as das mulheres que estão “por baixo” na história e na sociedade. Entretanto, tratando-se de indígenas mulheres, não as encontramos representadas e nem reconhecidas nos debates da história das mulheres no Espírito Santo ou mesmo no Brasil.

Se escutarmos e considerarmos com seriedade cada repertório de lembranças apresentados por elas e os seus coletivos, necessariamente, segue-se outro de perguntas. E, se todas as suas lembranças se voltam a um tempo que se afasta de nós por décadas ou séculos, certo é que as respostas não podem prescindir de sua relação com o absoluto presente em que vivemos, pensamos, dialogamos e agimos.

Alguns limites e forças, simultaneamente constituídos, representam desafios para a mulher se reinventar, o que se observa em relação as suas origens, ancestralidade, e seu biótipo, a que reporta Eliane Potiguara quando escreveu o poema intitulado *Brasil* (POTIGUARA, 2018, p. 32):

Que faço com minha cara de índia?/ E minhas rugas/
E minha história/ E meus segredos? Que faço com
minha cara de índia?/ E meus espíritos/ E minha
força/ E meu Tupã/ E meus círculos? Que faço com
minha cara de índia?/ E meu sangue/ E minha consi-
ciência/ E minha luta? E minha Terra?

17 Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo, N VIII. Índios do Rio Doce.

18 Os relatos e documentos sobre uma história do povo Tupinikim no Espírito Santo aparecem no contemporâneo, desde um embate de argumentações sobre a presença indígena no território que estava em disputa com empreendimentos privados desde a década de sessenta. São estudos publicados nos contextos dos conflitos com o Estado Brasileiro que continuava autorizando a invasão das terras indígenas por grandes empreendimentos econômicos e particulares.

Deste modo, as protagonistas e testemunhas narram e ressignificam os acontecimentos vividos desde uma situação *presente*, desde um contexto histórico no qual estão inseridas e se sentem desafiadas. Nesse sentido, nos desafiam, necessariamente, a erguer uma história das indígenas mulheres “a partir de elementos minúsculos, recortados com clareza e precisão [para] descobrir, na análise do pequeno acontecimento individual o cristal do acontecimento total” (BENJAMIN, 2006, p. 503). Ou seja, para uma historiografia das indígenas mulheres, especialmente, carece focalizar sujeitos e elementos que até pouco eram considerados irrelevantes na história do Brasil.

Manifestar esse corpo territorializado tornou-se um desafio e uma resistência ao sistema de opressão e colonização; assumir um corpo-território como um corpo étnico em coexistência com o *corpomulher* exige uma condição de autonomia e liberdade, um processo de libertação e superação da consciência oprimida e colonizada, capaz de elaborar uma consciência crítica que supere a subalternidade.

Conclusão

As indígenas mulheres são aquelas não encontradas nas reflexões de uma historiografia sobre gênero, são elas que muitas vezes foram e estão sendo destituídas de seus corpos-territórios, e que precisam desenvolver formas de resistências e, simultaneamente, trabalhos alheios para gerar renda para a família. Com o processo de destruição ambiental do território dos Tupinikim, por madeiras e pelo plantio maciço de eucalipto para fins de celulose, a floresta foi devastada e não mais se encontram meios de sobrevivência, nem matéria-prima necessária à fabricação dos seus artesanatos, tinturas, fibras, sementes, etc. obrigando-se o deslocamento para o mundo do trabalho capitalista, onde são submetidas as mais diversas formas de exploração.

Nesse sentido, ao trazer um debate da indígena mulher para pensar a historiografia da mulher e, em

particular, no Espírito Santo, o debate de gênero não deve abrir mão da questão territorial em sua relação com o modelo de desenvolvimento em curso no país. Significa também observar, no caso de mulheres Tupinikim, uma experiência transtornada e inevitavelmente relacionada à devastação do território que conta com a destrutiva equação *desenvolvimento* × *meio ambiente*, como analisa Barcellos (2008).

Desse modo, o papel da indígena mulher encontra-se em um contexto fragilizado, como testemunham muitas mulheres indígenas e que se faz reverberar na voz de Eliane Potiguara (2018). É grande o risco de subordinação aos interesses hegemônicos, o que produz, indubitavelmente, a fragilização do papel cultural da mulher, especialmente, quando então as relações de subordinação sexual se acentuam. É o corpo-território-indígena compreendido como experiência da indígena mulher na relação com o seu *locus* que não deve ser excluído do debate das questões de gênero. Por isso, se tivermos de falar de um “feminismo indígena”, que seja para assumir o território como “território-de-fala” de muitas indígenas e mulheres que continuam sendo desterritorializadas e destituídas de seu corpo-território.

Afirmamos que não há uma historiografia feminista não indígena que alcance as indígenas mulheres e que as concebam como parte integrante de um todo. Ao mesmo tempo, que respeite as suas particularidades enquanto coletivo povo, sem o que, desse modo, o feminismo e suas pautas se distanciarão cada vez mais das lutas das indígenas mulheres. Portanto, falar em “feminismo indígena” no meio indígena ainda tem sido motivo de muitas reverberações. Perguntamos, então, se haverá uma “historiografia feminista” que alcance as indígenas mulheres sem as conceber em suas territorialidades próprias, e se seria possível falar em uma modalidade de “feminismo indígena” sem profundas inflexões nos debates e conceituações que estão em vigor.

Bibliografia

BARCELLOS, Gilsa Helena. *Desterritorialização e R-existência Tupinikim: mulheres indígenas e o complexo agroindustrial da Aracruz Celulose*. 2008. 424 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.

BENJAMIN, Walter. *Passagens*. Ed. UFMG, Belo Horizonte, 2006.

CLASTRES, Helen. *Terra sem Mal*. O profetismo tupi-guarani. Renato Janine Ribeiro. Editora brasiliense, 1978.

ESTIGARRIBIA, Antônio. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Espírito Santo*, N VIII. Índios do Rio Doce.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 1997.

PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Trad. Denise Bottmann. São Paulo: Paz e Terra, 1988.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. Trad. Angela M. S. Correa. São Paulo: Contexto, 2007.

POLLAK, Michael. *Memória, esquecimento e silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

POTIGUARA, Eliane. *Metade cara metade máscara*. Edições Grumin, Rio de Janeiro, 2018.

SCHUBERT, A. M. P. *Lutas territoriais Tupinikim*. Saberes e lugares conhecidos. Editora Appris. Curitiba, 2018.

As citações/ entrevistas foram extraídas dos relatórios de campo de Arlete Schubert e as entrevistas foram realizadas entre 2018 e 2019, com Helena Coutinho, José Sezenando, José Luiz Ramos, lideranças históricas nas lutas do povo Tupinikim.

SEMINÁRIO O TRABALHO DA MULHER



C. Borina
Gueque - ES

"A libertação da Mulher, liberta o Homem e a Sociedade"

CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE TRABALHO E LEGISLAÇÃO SOCIAL

8 e 9 de maio de 1984
Auditório Nereu Ramos - Anexo II

ARTIGO

**MULHERES NA POLÍTICA:
MYRTHES BEVILÁCQUA
CORRADI E LUZIA ALVES
TOLEDO NO PODER
LEGISLATIVO – 1980 A 2018**

Leandro Da Silva Lunz

*Mestre em História Social das Relações Políticas –UFES.
Professor da rede estadual de ensino do Espírito Santo –
SEDU.*

Resumo

Neste estudo analisamos a participação política de Myrthes Bevilacqua Corradi, no Congresso Nacional, e de Luzia Alves Toledo, no Senado e na Assembleia Legislativa do Espírito Santo, no período entre os anos de 1980 a 2018. Com tal pesquisa, procuramos reconstruir a trajetória política dessas mulheres e suas contribuições em um campo de atuação predominantemente caracterizado pelo poder masculino. Assim sendo, resgatamos a história da participação feminina na política e investigamos de que forma a participação e a atuação delas representaram os interesses sociais das mulheres, descrevendo sobre quais foram as circunstâncias que dificultaram a inserção e o desempenho de mulheres na política institucionalizada no Brasil, tendo como foco principal o caso do Estado do Espírito Santo. O exercício desse resgate teve como suporte metodológico principal a História Oral, através de entrevistas e leituras das proposições. Deste modo, articulamos a análise aos debates contemporâneos sobre a participação política, de um lado, e a história de mulheres, feminismo e relações de gênero, de outro.

Palavras-chave: Participação Feminina, Trajetória Política, Espírito Santo.

Abstract

In this study we analyze the political participation of Myrthes Bevilacqua Corradi in the National Congress and Luzia Alves Toledo the Senate and the Legislative Assembly of Espírito Santo, during the corresponding period from 1980 to 2018. Through this research we seek to reconstruct the political trajectory of these women and their contributions in a field predominantly characterized by male power. Thus, we rescued the history of female participation in politics and investigated how their participation and performance represented the social interests of women, describing the circumstances that made it difficult for women to enter and perform in institutionalized politics in Brazil, focusing on the particularly on the state of Espírito Santo. This research utilized oral history as a methodological support, through interviews and readings of the propositions. In this way, we articulate the analysis to contemporary debates on political participation, on the one hand, and on the history of women, feminism and gender relations, on the other.

Keywords: Female Participation, Political Trajectory, Espírito Santo.

Mulheres no exercício político espírito-santense.

O direito ao exercício do voto foi conquistado pelas mulheres na década de 30 do século XX, com a promulgação do Decreto nº 21.076, ocorrido no governo de Getúlio Vargas no ano de 1932. Entretanto, o voto feminino estava condicionado a certas condições, ou seja, somente as mulheres casadas com autorização dos maridos e mulheres solteiras ou viúvas que possuísem renda própria poderiam exercer o direito de votar e serem eleitas. Nesse mesmo período, Carlota Pereira de Queiroz¹ foi a primeira mulher eleita

para a Câmara dos Deputados, no Brasil e, também, a primeira no contexto latino-americano. A história da trajetória da presença feminina no ambiente político brasileiro é marcada por avanços e retrocessos, sendo que o Brasil foi o quarto país no continente americano a assegurar o direito de voto às mulheres. Entretanto, somente em 1946 o direito ao voto foi equiparado para ambos os sexos.

No Brasil, é bem evidenciado que as mulheres são menos presentes nos espaços de decisões políticas do que os homens e, conseqüentemente, exercem

¹ Sobre Carlota de Queiroz ver: ORIÁ, Ricardo. Mulheres no parlamen-

to brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz. *Plenarium*, Brasília, v.1, n.1, p. 240-246, 2004.

menor autoridade e menos poder político. Miguel e Biroli (2011) afirmam que pode ser somado a este cenário político a situação de desigualdade feminina, que ainda é manifestada no mercado de trabalho, na representação da mídia e na disposição dos recursos econômicos. Em relação à inserção das mulheres no espaço do poder legislativo, Azevedo e Rabat, (2011) mostram que no período que se estende entre 1932 e 1985 ocorreram onze pleitos eleitorais e somente trinta e uma deputadas federais foram eleitas. Apenas após o ano de 1986 as mulheres conseguiram um maior espaço no campo legislativo e, apesar disso, na maioria deste espaço, o número de mulheres eleitas encontrava-se abaixo de 10 pontos percentuais.

A história política do Espírito Santo seguiu um roteiro similar ao que ocorreu no restante do país, fato que fica evidente ao analisar a participação de algumas mulheres que ousaram adentrar este espaço por portas tão estreitas. A trajetória política das mulheres tem sido um referencial para a compreensão das barreiras existentes ao acesso ao campo político, bem como tem demonstrado que é preciso enfrentar barreiras para que as vozes femininas ganhem espaços na sociedade e as mulheres se sintam representadas. A conquista do espaço político por algumas mulheres demonstra que é possível fazer política em um ambiente no qual as mulheres não são bem vistas. Ao longo dos anos, foram travadas várias lutas contra o discurso social machista, que é o reflexo de uma sociedade caracterizada pelo modelo patriarcal.

Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo: trajetórias

As mulheres no Espírito Santo enfrentaram diversas dificuldades históricas e sociais inerentes ao processo de incorporação feminina na política. Estas dificuldades ocorreram, e ocorrem, em virtude de as mulheres pertencerem historicamente a uma sociedade caracterizada por ações patriarcais, na qual a política

ficou restrita a um assunto masculino, e muito vagarosamente conquistaram o direito à participação e à representação política. O campo político impõe às mulheres alternativas mais onerosas do que aos homens, uma vez que o fato de “Ser Mulher” encontra-se carregado de simbolismo de subalternidade que dificulta o acesso feminino às esferas do poder político. Desafiando este poder, Myrthes Bevilacqua Corradi e Luzia Alves Toledo, cujas trajetórias e produções políticas são objetos deste estudo, entraram na política legislativa espírito-santense

Myrthes Bevilacqua Corradi nasceu em Vitória, no dia 03 de fevereiro de 1939, sendo a filha mais velha, de cinco irmãos, de Luciano Bevilacqua e Victoria Azevedo Bevilacqua. Concluiu o ensino primário no estado de Minas Gerais e, de volta ao Espírito Santo, estudou na Escola Normal Pedro II, que funcionava ao lado esquerdo do Palácio Anchieta, onde é hoje a escola Maria Ortiz, obtendo o diploma de normalista. Iniciou sua carreira como professora particular. Com o passar do tempo, começou a substituir professoras que já atuavam na rede educacional, até que, por meio de um concurso público, foi aprovada e tornou-se professora efetiva da rede pública da educação estadual. Em 1957, apenas com 18 anos de idade, assumiu um cargo público na esfera administrativa do poder executivo estadual, trabalhando na Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Espírito Santo, localizada no Palácio Anchieta, sede do governo.

Segundo Souza (2014), sua atuação chamou a atenção do secretário de educação que a convidou para ser assessora no gabinete da Secretaria de Educação, exercendo a função por alguns anos, o que a oportunizou a desenvolver um capital de relações com diversos representantes políticos da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES). Fez seu curso de Direito na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), integrou o Centro Acadêmico e, neste local, pôde conhecer outras figuras de destaque do cenário estadual, tais como José Ignácio Ferreira, que foi eleito governador do Espírito Santo, em 1999. Neste período, chegou a participar como estudante

da União Democrática Nacional (UDN) e de várias assembleias de estudantes. Apesar de concluir o curso de Direito, não exerceu a função de advogada, optando por dedicar sua vida profissional especialmente à educação.

Foi durante o contexto da ditadura militar que Myrthes Bevilácqua Corradi sentiu a necessidade de se mobilizar politicamente, tornando a mobilização um projeto político necessário à sua vida. Associada à União dos Professores Primários do Espírito Santo² (UPPES), foi convidada para compor o Conselho e, de acordo com Damartini (2016), sua militância pelos direitos dos professores criou as condições para que Myrthes Bevilácqua Corradi fosse escolhida presidente da instituição, exercendo a função por dois mandatos: de 1973 a 1977 e de 1977 a 1981. Damartini (2016) enfatiza que o contexto político da ditadura militar vivido no período da gestão de Myrthes Bevilácqua Corradi à frente da UPES, e a sua constante luta na defesa dos direitos dos trabalhadores em educação da rede capixaba, fez com que a professora fosse taxada de subversiva por Edson Machado – líder da Assembleia Legislativa no período do governo de Élcio Álvares – e que fosse criado, pela Polícia Política Capixaba, um dossiê individual com 147 páginas de documentos.

Fagundes e Angelo (2014) explicam que a estrutura repressiva que foi criada no Espírito Santo, mais do que controlar os subversivos, tinha como objetivo silenciar e impedir manifestações públicas. Entre os grupos mais vigiados nas terras capixabas destacam-se os militantes das instituições sindicais, os movimentos estudantis, membros da imprensa alternativa e participantes dos partidos políticos. A chegada de Myrthes Bevilácqua Corradi na UPES, segundo Soares (2005), trouxe uma profissionalização ao ma-

gistério capixaba. A intensidade do seu trabalho deu uma significação à atuação do magistério, fortalecendo a categoria. Sua atuação à frente da entidade teve o cuidado de evitar o confronto com as autoridades e de conseguir trazer as lutas e demandas do magistério para o centro das discussões, possibilitando uma visibilidade por parte da mídia e da sociedade capixaba. Como afirma Damartini (2016), as visitas realizadas pelo interior do Estado permitiram que a presidente da UPES apresentasse ao magistério uma nova entidade, mais próxima e atenta às demandas dos professores, sendo legitimada como um canal de diálogo entre os educadores e o governo.

Em sua gestão à frente da UPES, o magistério capixaba manteve diálogo com outros movimentos de trabalhadores, tanto da iniciativa privada como de profissionais liberais, participando de forma ativa da organização da Frente Sindical no Estado. Nas reuniões que foram realizadas em busca de articular a criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT), era comum a participação dos professores, sendo que na maioria das vezes a única liderança feminina que participava das mesas era a presidente Myrthes Bevilácqua Corradi. Na realização do I Encontro das Classes Trabalhadoras do Espírito Santo (ENCLAT-ES), ocorrido em 1981, a União dos Professores levou uma grande delegação ao encontro, reforçando a ligação entre o magistério capixaba com os demais trabalhadores. Damartini (2016) destaca que a publicação do caderno especial, em 28 de outubro de 1980, pelo Jornal *A Tribuna*³, intitulado “Funcionário Público: nem herói, nem vilão”, aponta Myrthes Bevilácqua Corradi como a grande liderança que a classe teve nos últimos 50 anos. Sua atuação e importância foram reconhecidas não somente pelos 18 mil professores que integravam o quadro do magistério, mas também pela classe política e pela comunidade de um modo geral, dentro e fora do Estado.

2 No ano de 1979, a UPPES passou a ser a União dos Professores do Espírito Santo (UPES) e em 1989 a entidade foi transformada em sindicato, passando a ser denominada SINDIUPES (Sindicato dos(as) Trabalhadores(as) em Educação Pública do Espírito Santo). Fonte: SINDIUPES. História. Disponível em: <http://sindiupes.org.br/historia/> Acesso em janeiro de 2017.

3 *A Tribuna*, 28/10/1980, p. 215. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo/Coleção: DOPS/ES. Dossiê 13/ Manifestações dos Professores Estaduais e Municipais do Espírito Santo, ocorridas nos anos de 1979/1980.

Souza (2014) descreve que o trabalho realizado por Myrthes Bevilácqua, ao longo dos oito anos em que esteve à frente da UPES, permitiu a transformação da entidade em uma grande classe que passou a ser respeitada e capaz de fazer mobilizações nunca antes pensadas para uma categoria que nasceu da classe média. Ainda nas palavras da autora, foi a atuação à frente da UPES que deu as condições para a impulsionamento e o fortalecimento da candidatura de Myrthes Bevilácqua Corradi à Câmara dos Deputados, em 1982, pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), e, conseqüentemente, de sua eleição, fazendo com que ela se tornasse a primeira mulher capixaba a alcançar o legislativo federal, atuando em um cenário composto majoritariamente por homens.

A participação de mulheres na política do Espírito Santo também encontra uma forte referência na pessoa de Luzia Alves Toledo. Nascida em 05 de janeiro de 1942, no município de Mimoso do Sul, Espírito Santo, Luzia Alves Toledo é filha dos trabalhadores rurais José Alves Toledo e Diolinda Maria da Conceição. Com seis anos de idade ficou órfã de pai, e sua mãe, sem condições financeiras para oferecer uma vida de oportunidades, permitiu que sua filha fosse criada pelo então prefeito da cidade de Mimoso do Sul, Rubens Rangel, e por sua esposa, Helena Di Giorgio Rangel. Apesar de não ter sido oficialmente adotada, foi criada como se fosse filha do casal, *locus* no qual passou a conviver com o cotidiano político ao qual o pai de criação estava inserido. cursou o ensino médio no Colégio Estadual e na Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi, na cidade de Mimoso, tornando-se, mais tarde, professora e diretora da Escola Normal Monsenhor Elias Tomasi. Luzia Alves Toledo deu seguimento aos seus estudos e formou-se em Direito pela Universidade Federal do Espírito Santo. Com o diploma do curso de Direito exerceu por quase vinte anos a função de advogada sênior da Companhia Docas do Espírito Santo (CODESA), até a decisão de dedicar-se exclusivamente à carreira política.

Filiada ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), foi uma das colaboradoras para a funda-

ção deste Partido no Espírito Santo, em 1988. Como membro integrante do partido, desempenhou várias atividades, tendo sido a primeira secretária-geral do primeiro Diretório Regional; delegada do Diretório Nacional; primeira vice-presidenta da Executiva Regional, sendo escolhida à presidência da sigla na terceira Convenção do Partido e, como tal, incentivou a criação do PSDB Mulher, do PSDB Jovem e do PSDB da Melhor Idade, no estado. Foi eleita vereadora pelo município de Vitória por dois mandatos (1989 -1992 e 1993 - 1996), sendo que em seu segundo mandato, a convite do Governador da época Vitor Buaiz (1995-1999), comandou a Secretaria de Estado Extraordinária da Representação do Poder Executivo do Espírito Santo, em Brasília. Em 1996, concorreu como vice-prefeita na chapa do candidato a prefeito Luiz Paulo Vellozo Lucas e, com a eleição da chapa, assumiu o comando da prefeitura em diversas oportunidades.

Ainda filiada ao PSDB, foi membro das Comissões de Justiça, Educação e Direitos Humanos e, no ano de 1999, entrou para a História política do Estado como a primeira mulher Senadora do Espírito Santo, ao assumir a vaga de José Ignácio, que havia abdicado do cargo por ter sido eleito governador do Estado. Em sua atuação como Senadora, se tornou a primeira mulher da sigla do PSDB a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. Seu mandato durou aproximadamente um ano e meio, o que não a impediu de ter sido a recordista em proposições na casa, pois apresentou cerca de sessenta e duas proposições.⁴ A convite do Governador da época José Ignácio (1999 – 2002), abdicou do mandato de senadora para chefiar a Secretaria de Estado de Turismo, assumindo logo depois a Secretaria de Estado da Cultura e dos Esportes. Sua trajetória política e as experiências consolidadas ao longo dos anos como vereadora, senadora e secretária em algumas pastas do poder executivo, permitiu colocar seu nome para concorrer ao pleito de 2002 como candidata à

4 Fonte: Senado Federal. Disponível em <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

deputada estadual na ALES, conquistando uma votação superior aos dezesseis mil votos, o que não foi suficiente para sua eleição, ficando como primeira suplente do partido. Dois anos após a eleição, com a saída de Gilson Amaro, titular ocupante do cargo de deputado, que havia sido eleito prefeito de Santa Teresa, Luzia Alves Toledo assumiu a vaga de deputada estadual. Após sua inserção na casa legislativa, foi reeleita por mais três mandatos (2006/2010, 2010/2014, 2014/2018), dando ênfase na sua atuação às questões sociais, desenvolvendo diversos projetos de leis, dedicados em especial ao atendimento das demandas das mulheres capixabas.

Ao escrever sobre a trajetória de mulheres que contribuíram para a construção de uma História Política das mulheres espírito-santenses, é importante destacar o pensamento de Perrot (2012), ao afirmar que em diversas sociedades o silêncio e a invisibilidade das mulheres fazem parte da ordem social, além de observar que a atuação de algumas mulheres nessa trajetória de luta por direitos, contribuiu para a construção da democracia e cidadania no Brasil.

Atuação política de Myrthes Bevilacqua Corradi no poder legislativo do Congresso Nacional

Myrthes Bevilacqua Corradi conta que seu interesse pela política começou a despontar na Escola Normal Pedro II, hoje denominado Ginásio Maria Ortiz, localizado em Vitória, quando fez parte do Clube de Leitura da Escola Normal (CLEN), no qual os estudantes usufruíam de grande liberdade de expressão. No entanto, destaca que foi seu pai quem teve importância fundamental no desenvolvimento e solidificação pelo seu interesse político, pois conversava abertamente sobre assuntos políticos com todos os filhos e filhas. Chama atenção para o fato da participação das filhas ser permitida nessas conversas em casa, inclusive eram incentivadas a manifestarem seus pontos de vistas sobre os assuntos discutidos. Segundo ela,

Papai sentava à mesa, na sala, e falava de política contra o governo na época. Papai era lacerdista, falava contra o governo e não mandava a gente ir para a cozinha fazer café como os outros pais mandavam, porque mulher naquele tempo fazia café para os homens que estavam na sala. Papai queria a presença da gente. Queria também saber o que a gente achava daquilo que estava acontecendo (BEVILÁQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Ainda como estudante da Escola normal, Myrthes Bevilacqua Corradi participou da União dos Estudantes Secundaristas (UES) e também foi colaboradora da União Nacional dos Estudantes (UNE), na ocasião em que ocorriam as reuniões nas quais se discutia sobre a política estudantil no Espírito Santo. Já na faculdade de Direito, no fim da década de 1950, ela participava das reuniões políticas do Partido Comunista Brasileiro (PCB) como “tarefeira”. Nesse período, o PCB apoiou o Marechal Lott para a presidência do Brasil, por entender que Jânio Quadros não era equilibrado e, portanto, não teria condições de exercer com competência o mandato. Ao terminar o curso de direito, no ano de 1962, encontrava-se noiva fazendo o seu enxoval e, segundo ela, seu ex-marido

Trabalhava na Vale do Rio Doce. Ele era um homem muito católico. Ele era congregado mariano e não aceitava o comunismo. Afastou-me de tudo. Como eu era apaixonada por ele e fazia tudo que ele queria, me afastei. Casei em janeiro de 1965 [...], então o ano de 1964 eu não enxerguei, enxergava antes. No ano de 1964 eu estava tão apaixonada que não vi o golpe. Eu estava bordando, fazendo o enxoval. Cuidando das coisas femininas que as mulheres faziam na época (BEVILÁQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Em 1966, teve sua primeira filha, em 1967, nasceu seu filho e, em 1970, nasce sua outra filha. Ao longo desses anos adotou uma postura de mãe, o que a

manteve afastada dos acontecimentos políticos. Myrthes Bevilácqua Corradi, ao narrar os acontecimentos que antecederam seu casamento e os anos em que desenvolveu o papel de esposa e mãe, corrobora com a análise na qual a mulher pertencia a um papel de subordinação e inferioridade em relação ao homem. Esta construção da ideologia patriarcal contribuiu, em grande dimensão, para o afastamento das mulheres dos espaços de poder, impulsionando-as para o exercício de vida mais contido e recatado. Para Nader (2001), essa contradição no interior da sociedade determina os destinos e os direitos do homem e da mulher. Como afirmado por Myrthes Bevilácqua Corradi, cabia à mulher o domínio do lar, e ao homem o acesso ao mundo público e ao trabalho produtivo.

No ano de 1972, quando uma senhora a visitou em sua casa e solicitou a utilização do telefone para uma ligação – pois desconfiava que o seu estivesse grampeado pela polícia –, Myrthes Bevilácqua Corradi relata que se sentiu envergonhada por ter ficado só em casa, afastada das atividades políticas. Durante o início da década de 1970, como professora, foi oportunizada a realizar um curso de matemática para poder atuar com as disciplinas de ciências e matemática. E em sua atuação como professora, foi aconselhada por uma colega de trabalho a ingressar na União dos Professores do Espírito Santo (UPES), que funcionava como um grupo de mulheres que se reuniam para discutir a educação do estado, e em uma dessas reuniões foi discutido sobre a necessidade de o grupo ter uma presidente e Myrthes Bevilácqua Corradi se apresentou para a função. Com a decisão de ser presidente da UPES, e pensando em como ser reconhecida pelos professores de todos os municípios, tomou a decisão de utilizar um lenço no cabelo como uma marca, e esta a acompanha até os dias atuais. Realizou visitas a todos os municípios do Espírito Santo, reunindo os professores e escolhendo os delegados por cada município visitado. Ao concretizar essa ação, realizou uma reunião com todos os delegados escolhidos das escolas estaduais, que ocorreu na Escola de Aprendizizes-Marinheiros do Es-

pírito Santo (EAMES), em Vila Velha, com a intenção de organizar o magistério capixaba. Passou a reivindicar junto ao governo melhorias para a classe dos professores e também a realizar atos públicos e passeatas, o que acarretou perseguição pelas forças policiais. Foi convocada à época a prestar depoimento em uma delegacia e várias mulheres que a acompanharam até o local se manifestaram contra uma possível prisão. Myrthes Bevilácqua Corradi falou que durante o depoimento, do lado de fora, era possível ouvir os gritos “solta, solta”. Este foi um movimento composto principalmente por mulheres professoras.

Sua atuação como Presidente da União dos Professores teve impacto no âmbito familiar. Devido à sua militância, teve pouco tempo para se dedicar à criação dos filhos, por isso, acredita que a sua participação na vida pública tenha prejudicado, de certa forma, a sua vida familiar. Seu filho, com 12 anos, chegou a ser detido e, para ela, essa ação ocorreu como uma forma de violência simbólica, pois os professores representavam um movimento de contestação às ações do governo vigente e Myrthes Bevilácqua Corradi, enquanto mulher e presidente da UPES, foi considerada “subversiva”. De acordo com Myrthes Bevilácqua, “eles” faziam aquilo para amedrontá-la, pois sua atuação à frente da UPES lhe deu grande visibilidade no cenário estadual, fato esse que a alçou para a carreira política. Destaca que sua vontade inicial era concorrer como deputada estadual, pois acreditava que poderia realizar um trabalho que atendesse às necessidades do magistério, no entanto, foi convencida por membros do PMDB, dentre eles o ex-governador Paulo Hartung, a se candidatar como deputada federal, e acabou sendo eleita para atuar na 47ª Legislatura durante o período de 1983 a 1987, com 46.604 (quarenta e seis mil e seiscentos e quatro) votos. Filiada ao PMDB, Myrthes Bevilácqua Corradi explica que, à época da campanha, junto com Rose de Freitas, que disputava a eleição para deputada estadual, procuraram o coordenador de campanha do partido, José Moraes, para conseguirem auxílio financeiro para fortalecer as suas campanhas e ouviram a seguinte frase: “Tem

gente que entra na campanha para ajudar e não para ganhar” (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014). Internamente, no partido, não havia a crença de que a candidata seria eleita e, sim, figuraria como apoio importante na tentativa de alavancar votos para o partido e ajudar na eleição de algum companheiro.

Myrthes Bevilácqua Corradi destaca que, durante a campanha até teve o apoio do esposo, mas que ele não acreditava que ela teria alguma chance de ser eleita. Na oportunidade de sua posse, em janeiro de 1983, para o cargo de deputada federal, ele participou da cerimônia, mas acabou solicitando a separação. Isto porque não aceitava ser visto como marido de uma deputada e nem exercer um papel social de menor relevância que a esposa. Myrthes Bevilácqua conta que precisou ficar com os filhos em Brasília e que foi um período de grandes barreiras e dificuldades na busca por conciliar a vida pública, a vida privada, principalmente no papel social de ser mãe. Atuando em Brasília, Myrthes salienta que tudo que realizava enquanto parlamentar era enviado à UPES em forma de materiais impressos para que fosse divulgado junto ao magistério, no entanto, as novas lideranças do sindicato não fizeram a divulgação desses materiais. Ela diz:

Lá em Brasília eu mandava tudo o que fazia para o Zé Aguilar e José Maria, que eram da UPES. Só que eles não divulgavam para o magistério. Eles tinham interesse em eleger o Vítor Buaiz porque já existia o Partido dos Trabalhadores. Logicamente não iam me eleger. Aí eu entendi que seria a única vez que eu seria deputada. Então, eu disse vou fazer o melhor que eu posso (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

E como Deputada Federal em Brasília sua atuação permitiu ocupar várias funções dentro do Congresso Nacional. Foi Vice-Presidente da Comissão de Serviço Público, Vice-Presidente do Trabalho e Legislação Social, Vice-Presidente da Confederação

dos Professores do Brasil, Vice-Presidente da Confederação dos Servidores Públicos do Brasil e, também, Vice-Presidente da Federação Latino Americana de Trabalhadores. Myrthes Bevilácqua Corradi conta que as mulheres não conseguiam conquistar a função de presidente nas comissões. O fato de ser mulher, por si só, já excluía as deputadas de participarem das conversas junto aos colegas deputados. Para se ter uma ideia dessa exclusão, quando Myrthes iniciou seu mandato na câmara, em 1983, somente ela, Beth Mendes (PT/SP) e Cristina Tavares (PMDB/PE) eram mulheres em todo o grupo de parlamentares de oposição e não havia banheiro feminino nas dependências do prédio. Myrthes afirma,

Na câmara só havia um banheiro, o banheiro masculino [...]. Os companheiros se reuniam e vinham falar para gente o que a gente tinha que votar. Nós não podíamos participar das discussões, porque nós não podíamos entrar no banheiro masculino e muito provavelmente era no banheiro masculino que se resolviam os votos e, olha bem, não existia banheiro para as mulheres. Não existia. Eu falo isso para ver como era difícil ser deputada (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Partiu dela a iniciativa de criar o primeiro seminário sobre o trabalho da mulher, ocorrido em Brasília, nos dias 08 e 09 de maio de 1984, que objetivava discutir sobre os problemas relacionados ao trabalho feminino na sociedade brasileira. As dificuldades também estavam relacionadas à proposição de projetos de leis e de organizar movimentos como o Seminário O Trabalho da Mulher, voltados para as mulheres, notadamente no que diz respeito ao trabalho. Foi um Seminário suprapartidário e tinha como objetivo possibilitar a discussão ampla sobre os principais problemas relacionados ao trabalho feminino na sociedade brasileira. Foram discutidos temas como “A participação da mulher na política e na cultura”, “A mulher e as condições de trabalho na cidade”, “A mulher e as condições de

trabalho no campo” e também “A mulher e a legislação trabalhista”. Ao fim do encontro foi criada uma subcomissão na Comissão de Trabalho para que as temáticas relacionadas ao público feminino continuassem sendo debatidas no Congresso Nacional. Myrthes Bevilacqua Corradi salienta que, ao longo do seu mandato, apresentou diversos projetos, inclusive a lei que foi aprovada durante o governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2007-2010), de dedução de Imposto de Renda de encargos para domésticas. Também apresentou diversos projetos que beneficiariam os trabalhadores e, por duas vezes, lhe foi negada sua solicitação para a criação da Comissão de Direitos Humanos. Myrthes atribui essas negativas aos seus projetos ao fato de ser mulher e apresenta a seguinte reflexão:

Eu era mulher, como é que a mesa masculina ia colocar um projeto de mulher em votação? E era inédito. Porque eu não era mulher de deputado, eu não era mulher de senador, eu não era mulher de governador. Eu era simplesmente uma trabalhadora [...] eu não tinha nada. Eles não davam para a gente abertura, para poder crescer lá dentro do Congresso (BEVILÁQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Myrthes Bevilacqua Corradi afirma que não conseguiu abertura para desenvolver seus projetos dentro do Congresso Nacional e apesar das limitações existentes apresentou diversas propostas legislativas voltadas para a correção das distorções nas leis brasileiras e até mesmo visando atualizá-las. Myrthes destacou que, na ocasião do movimento pelas Diretas Já⁵, era uma das várias mulheres que viajava pelo Brasil para participar dos palanques e falar em nome das mulheres sobre o movimento. E, apesar do Congresso, em 1984, não ter aprovado a emenda das “Diretas Já”, no ano de 1985, através das

eleições indiretas, Tancredo Neves seria eleito pelo PMDB para o cargo de presidente do Brasil. Em sua narrativa, Myrthes enfatiza que, durante a campanha para presidente que antecedeu as eleições foram realizados diversos jantares para a conquista do apoio dos deputados e cabia a ela, como Deputada Federal, “fazer o prato para o ex-presidente”. Muitas reuniões políticas foram feitas em sua casa, em Brasília, onde a deputada era a anfitriã, e figuras políticas de destaque no cenário nacional participavam dessas reuniões. Dentre essas figuras Myrthes citou a presença de Fernando Henrique Cardoso e Roberto Freire. Ela, ainda, diz:

E Tancredo durante a campanha junto aos deputados. Para ele ganhar os votos dos deputados, todas as noites tinham jantares. A gente, às vezes, jantava três vezes. Eu que fazia o prato do Tancredo. Ele comia bem viu? Até hoje eu não entendo porque ele morreu. Ele estava muito bem de saúde. Eu o acompanhei o tempo todo (BEVILÁQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Durante seus quatro anos como parlamentar, Myrthes Bevilacqua Corradi foi coordenadora da bancada dos deputados e senadores do Espírito Santo e enfatiza que foi bastante respeitada pelos colegas do Estado e de outros estados também. No entanto, a coordenação da mesa estava restrita à atuação pelo Estado do Espírito Santo, enquanto que as comissões na qual foi vice-presidente estavam relacionadas a todo o país. Como Deputada Federal, Myrthes afirma que não teve oportunidades de falar com os professores em uma assembleia, pois foi criado um grupo dentro do sindicato ligado ao PT que trabalhou por sua desconstrução como representante da categoria. Existia o interesse da nova diretoria da UPES na eleição de Vitor Buaiz para o cargo de deputado federal no pleito que se apresentava e, conseqüentemente, esses fatores a enfraqueceram politicamente. Todavia, afirma que,

5 Sobre o assunto ver KRAMER, Paulo. Dante de Oliveira: Ensaio biográfico e seleção de discursos. 2ª Ed. Brasília. Edições Câmara, 2013.

Estava feliz que tinha sido eleita e eu fui pra lá para agradecer aos professores. Aí quando eu entro, eu escuto uma vaia. Eu disse: essa vaia não pode ser pra mim. Eu fui eleita agora. Primeira assembleia, quinze dias depois. E a vaia foi puxada pelos companheiros do Partido dos Trabalhadores para mim. E eu não pude nunca mais falar numa assembleia de professores. Nunca mais! Naqueles quatro anos, nunca mais falei numa assembleia de professores. Para mim eu perdi o entusiasmo e o interesse de ser candidata de novo (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Nas eleições ocorridas em 1986, Myrthes Bevilácqua Corradi explica que atendendo a um pedido do ex-governador Max Mauro e aos interesses do partido, prejudicou a sua tentativa de reeleição para o cargo de deputada federal na Câmara dos Deputados, pelo fato de não se dedicar totalmente à campanha em troca da oferta da Secretaria de Educação após as eleições. Sua subordinação aos interesses partidários possibilitou que Vasco Alves pudesse ser o candidato do partido, sendo, conseqüentemente, o eleito. No entanto, após as eleições, e sendo derrotada nas urnas com pouco mais de quinze mil votos, foi convidada pelo governador eleito, Max Mauro, para o cargo de Secretária Estadual de Ação Social, na qual atuou apenas por um ano. Em 2010, recebeu o convite de Rita Camata (PSDB) para ser sua 3ª suplente ao Senado, mas não alcançaram sucesso.

Myrthes Bevilácqua Corradi acredita que a pouca participação feminina na política está atrelada à insegurança da mulher e ao fato de não possuírem uma voz mais ativa que permita uma maior conquista do espaço de atuação política. Além disso, destaca que a parte financeira dos partidos durante a realização da campanha tem direcionamento diferente, beneficiando aos homens e prejudicando as mulheres. Enfatiza que, enquanto não houver um tratamento igualitário nos partidos, as mulheres continuarão sendo utilizadas como “laranjas” para o cumprimento de co-

tas que são exigidos a partir da Lei de cotas eleitorais⁶.

De acordo com Myrthes Bevilácqua Corradi, suas principais barreiras na atuação política no âmbito do Poder Legislativo estiveram relacionadas às mesas diretoras, sempre presididas por homens que não aceitavam atender os projetos que apresentava o que impedia que esses projetos fossem à votação e pudessem ser aprovados. Apesar de ser bem aceita e ser bem tratada pelos deputados, atribui à questão de ser mulher o fato de não conseguir conquistar nenhuma presidência de nenhuma comissão. Myrthes narra que sua secretária alegava ter ouvido conversas nas quais os colegas do congresso faziam insinuações a respeito das mulheres eleitas. “Diziam que nós não éramos mulheres de verdade, associando a gente ao bissexualismo”. Como as mulheres em toda a história foram associadas à sexualidade, também os deputados colocaram em dúvida a orientação sexual das deputadas eleitas: “Diziam assim, quer ver? Tinha uma frase que dizia que deputada e puta é quase a mesma coisa” (BEVILÁCQUA, Myrthes. Entrevista concedida em 08 de dezembro de 2014).

Ao fim da entrevista, Myrthes Bevilácqua Corradi afirmou que sua ‘marca’ foi ter desenvolvido um trabalho com integridade, sempre a favor do que era correto e, eventualmente, se seus projetos tivessem sido aprovados poderiam beneficiar muitos brasileiros. Em contraste com sua atuação no Congresso, apresenta um sentimento de remorso por não ter podido acompanhar melhor o crescimento dos seus filhos e tem a convicção de ter pagado um preço no desempenho de sua vida particular por ter exercido uma vida pública. Em sua narrativa ficaram evidentes que sua luta e atuação política são motivos de muito orgulho pessoal, no entanto, a ruptura com a estrutura social vigente lhe trouxe perdas no ambiente familiar e um sentimento de pesar, pelo fato

6 Ver Lei nº 9.504/97 em seu art. 10, § 3º passou a obrigar que cada partido ou coligação reservasse o mínimo de 30% e o máximo de 70% para candidaturas de cada sexo a cargos legislativos, a fim de aumentar a presença feminina no cenário político brasileiro.

não ter tido a oportunidade de ser mais presente na vida dos seus filhos.

A atuação política de Luzia Alves Toledo na Assembleia Legislativa do Espírito Santo

No ano de 2018, Luzia Alves Toledo completou trinta anos de exercício na vida pública e, durante esse período, exerceu dois mandatos de vereadora pelo município de Vitória e também foi vice-prefeita de Vitória, na gestão do prefeito Luiz Paulo Velloso Lucas (2000-2004). Cumpriu um mandato de um ano e quatro meses (12/01/1999 a 31/05/2000) no Senado Federal e na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo atuou por quatro mandatos consecutivos, como deputada estadual (2004, 2006, 2010 e 2014), ocupando diversos cargos: foi Presidente da Comissão de Turismo; vice-presidente da ALES; Presidente da Comissão de Educação; Presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar; Presidente da Frente em Defesa do Artesão e do Artesanato Capixaba; Presidente da Frente Parlamentar em Defesa da Água e Presidente da Frente Parlamentar em Defesa das Energias Alternativas. É importante ressaltar que ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, no período de 30 de janeiro de 2009 a 02 de fevereiro de 2009.

Luzia Alves Toledo explica que sua atração pela política partidária teve uma forte influência do pai de criação, Rubens Rangel, que foi prefeito de Mimoso do Sul, deputado federal, vice-governador do Estado do Espírito Santo (1963-1966) e governador do Espírito Santo (1966-1967). Criada, portanto, em uma família de políticos, Luzia teve a oportunidade de entrar em contato direto com a vivência política partidária. E, de acordo com a deputada, foi essa conjuntura que moldou a sua personalidade, onde aprendeu valores como “Respeitar o próximo, ter

disciplina e ser simples”. O seu apreço pelas questões sociais contribuiu para sua escolha de fazer parte do universo político, pois acreditava que seria um mecanismo para colaborar com os diversos segmentos sociais. Para a deputada, sua entrada na política de forma oficial deu-se devido ao fato de o partido do PSDB apresentar uma proposta de centro esquerda, o que a convenceu que seria importante trabalhar com as causas relacionadas aos direitos humanos e ao meio ambiente, temáticas essas que mexeram com sua vontade de atuar politicamente, embora admita que não pensasse, naquele momento, que o ambiente político era tão masculinizado.

Em 1988, lançou-se candidata como vereadora pelo PSDB e alcançou a votação necessária para ser eleita. Como vereadora, Luzia Alves Toledo deu destaque à criação da primeira ciclovia do Estado, construída no Bairro de São Pedro, beneficiando os trabalhadores locais em sua locomoção. Conseguiu angariar recursos federais para criar o primeiro Centro de Prevenção e Tratamento de Toxicômanos (CPTT), na Ilha de Monte Belo, em Vitória, e, desde então, afirma ter abraçado a causa em prol da recuperação de dependentes químicos, por ser este um problema que atinge muitas famílias. Ainda atuando como vereadora, propôs o Projeto de Lei nº 42/1995⁷ que instituiu a obrigatoriedade de um atendimento ambulatorial e psicológico às vítimas de violência doméstica e sexual e casos de estupro em todos os hospitais e unidades de saúde do município.

Luzia Alves Toledo foi a primeira mulher espírito-santense a ocupar o cargo de senadora. Foi, também, em âmbito nacional, a primeira mulher da sigla do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) a assumir a vice-presidência da Comissão de Educação do Senado Federal. A Deputada afirma que durante o período que atuou na função, de janeiro de 1999 a maio de 2000, foi o melhor momento do Senado Fe-

7 Portal da Câmara Municipal de Vitória – ES. Disponível em <http://sistema.cmv.es.gov.br/spl/consulta-producao.aspx?autor=97>. Acesso em fevereiro de 2019.

deral. Sob o comando de Antônio Carlos Magalhães, a casa era composta por diversas pessoas com muito vigor cultural, político e social o que contribuiu muito para seu aprendizado. Como senadora, apresentou diversos projetos voltados para a inserção do turismo estadual no cenário nacional, porém, destaca que o seu projeto mais importante foi o que solicitava a permissão aos avós de terem contatos com os netos no litígio do casal, projeto que ficou conhecido como Direito dos Avós. O projeto de lei ficou em tramitação no Congresso desde 1999, só sendo sancionado no ano de 2011 pela ex-presidenta Dilma Rousseff, com a denominação de Lei 12.398/11, que estendeu aos avós, a critério do juiz e considerados os interesses da criança ou do adolescente, o direito de visita já garantido ao pai ou à mãe que não tem a guarda do filho. Ela destaca que esse projeto foi apresentado no Senado ao receber uma carta de um casal de avós, moradores do município de Vila Velha, e que a primeira pessoa a usufruir das benesses desse preceito foi a atriz global Beth Farias. No espaço temporal que atuou como senadora, Luzia Alves Toledo enfatiza não ter nenhuma recordação de qualquer episódio na qual tenha sido destratada por algum colega da casa. Todavia, afirma que:

Absolutamente não tive um senão no Senado Federal. Não me lembro de ter chegado perto de um Senador e ele ficar sentado, que é o normal na política. Os homens ficam sentados e dão o rosto para as mulheres beijarem. Você acredita nisso?! É verdade. Eles não levantam, mas para mim levantavam (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

No decurso de sua atuação no Senado Federal, Luzia aprendeu a desenvolver uma convivência de igual para igual com os demais colegas. Com sua saída do Senado foi convidada para ocupar a pasta da Secretaria de Estado do Turismo⁸ (SETUR/ES), no go-

verno de José Ignácio Ferreira, e, também, respondeu pela Secretaria de Cultura.

Como Deputada Estadual, exerceu a função por quatro mandatos consecutivos, sendo iniciado durante a legislatura de 2002, quando disputou pela primeira vez uma vaga na Assembleia Legislativa pelo Partido Progressista Brasileiro (PPB), obtendo 16.007 votos os quais não foram suficientes para elegê-la, tornando-se a primeira suplente do partido. Dois anos depois, quando Gilson Amaro deixou o cargo para ser prefeito de Santa Teresa, Luzia assumiu o cargo de Deputada Estadual. Em 2006, pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), alcançou 21.598 votos e iniciou o seu segundo mandato. Nas eleições de 2010, foi reeleita para seu terceiro mandato pelo PMDB, obtendo 23.626 votos. Em 2014, novamente como candidata do PMDB, alcançou 24.375, o que fez dela a mulher mais votada para Assembleia Legislativa até aquele ano. Um fato importante na trajetória da Deputada foi assumir a Presidência do Poder Legislativo Estadual⁹ no ano de 2009, na ocasião da renúncia do então presidente Guerino Luiz Zanon, que foi eleito prefeito do município de Linhares. Apesar de ter ocupado o cargo durante trinta dias, sua escolha para a função tem um forte poder simbólico para as mulheres, pois ao longo de toda história da ALES foi a primeira vez na história do Espírito Santo que uma mulher conquistou tal esfera de poder. Luzia Alves Toledo enfatizou que direcionou sua atuação na casa como uma representante legítima em defesa das políticas públicas para as mulheres. E, destaca que

Em relação à mulher nós conseguimos através do fórum que fui presidente. E já fizemos 12 edições desses fóruns. Nós conseguimos melhorar né? O respeito do governo às políticas públicas da mulher [...]. Nós começamos com uma gerência da mulher

vel em: <https://seculodiario.com.br/public/jornal/materia/eu-sou-leal-por-conviccao>. Acesso em dez. de 2018.

9 Disponível em: <https://ptb.org.br/luzia-toledo-faz-historia-ao-assumir-presidencia-da-assembleia-capixaba/>. Acesso em 28 de fev. 2019.

8 Entrevista concedida a Rogerio Medeiros – Século Diário. Disponí-

na Secretaria de Direitos Humanos. Hoje, nós temos uma subsecretária da mulher na Secretaria de Direitos Humanos. Isso foi um avanço muito grande (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

A Deputada salienta que, também, percorreu todo o Estado para discutir a Lei Maria da Penha e que trouxe o tema violência contra a mulher para uma discussão ampla na Assembleia Legislativa, possibilitando que o Estado se apropriasse da Lei Maria da Penha, o que, conseqüentemente, oportunizou muitas discussões sobre o feminicídio. Luzia Alves Toledo ressaltou que, na ALES, ela se apresentou como a representante da voz das mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, atuando como presidente da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar.

Com relação à mulher, nós criamos também aqui a Frente Parlamentar das Políticas Públicas para a Mulher. Foi aí que nós conseguimos fazer uma interação com a Universidade Federal do Espírito Santo. Foi onde eu conheci a Professora Maria Beatriz Nader e conheci a Ethel Leonor que é a nossa Vice-reitora (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Há 12 anos realiza o Fórum de Políticas Públicas para a Mulher e enfatizou que o Fórum trouxe importantes conquistas, como a implantação do Programa do Botão do Pânico, a Criação da Subsecretaria da Mulher vinculada à Secretaria de Direitos Humanos, a Implantação do estudo da Lei Maria da Penha nas escolas da rede estadual e a Criação do Laboratório de Pesquisas sobre Violência contra a Mulher, localizado e administrado pela Universidade Federal do Espírito Santo, além da indicação para a criação da Ouvidoria da Mulher na ALES. Pinto (2010) considera que é essencial que haja participação das mulheres na vida político-partidária que auxilie no processo de implantação de políticas públicas referentes às

mulheres, pois a pouca participação feminina acarreta prejuízos às suas demandas. Para Luzia Alves Toledo essa pouca participação feminina no universo político está relacionada ao temor das mulheres em associar seu nome às práticas de corrupção. Sobre o assunto ela menciona que:

A mulher na política sofre muito [...]. Para a mulher entrar na política é difícil. Por quê? Porque a mulher também tem uma dificuldade muito grande de entrar na política. Porque a mulher é mais séria, a mulher tem mais compromisso. Ela morre de medo da corrupção. Então quando você convida um bom nome para fazer parte da política, ela diz assim: Esse ambiente é muito corrupto (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Luzia Alves Toledo ressaltou que atuou no Poder Legislativo empenhando seus esforços por uma educação de qualidade e que, no ano de 2015, como Presidente da Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, trabalhou pela aprovação e implantação do Projeto Escola Viva, um projeto importante que trouxe para o ensino médio a consolidação do protagonismo do aluno em seu processo de aprendizagem. A implantação das escolas de tempo integral tornou possível, em sua análise, dialogar transversalmente sobre a Lei Maria da Penha, que faz parte da transversalidade dos conteúdos da Secretaria Estadual de Educação. No ano de 2018, mais de 30 unidades de escolas em tempo integral encontrava-se em pleno funcionamento.

A Deputada destacou que criou leis importantes em diversos segmentos. A Lei nº 8.745, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os estabelecimentos comerciais do estado acondicionar os produtos em embalagens plásticas oxi-biodegradáveis (OBPs), o que rendeu prêmio internacional ao governo Paulo Hartung, no ano de 2007, por ter sido o primeiro Estado a implantar uma lei com tal característica. A Lei 8.524/2007, conhecida por Adote Uma Nascente, instituiu no âmbito estadual o programa que tem

por objetivo recuperar as nascentes em áreas degradadas e preservar as que ainda não foram deterioradas. Atualmente, o projeto está sob a gerência da Secretaria de Meio Ambiente, através do Programa Reflorestar, que prevê ações de reflorestamento e diretrizes educativas que influenciam positivamente a participação de alunos no processo de preservação e recuperação de nascentes. Outra temática social que recebeu atenção da deputada foram os cuidados com os idosos. Por essa atuação, ela se tornou a madrinha da Sociedade de Assistência à Velhice Desamparada de Vitória. Luzia afirma que

Eu acho que a melhor idade precisa do respeito da sociedade. Seja na sua casa, com seu pai, seu avô, seu tio ou na sociedade em geral. No Brasil não se respeita o idoso. No Brasil não há essa cultura de se respeitar aquele que fez. Aquele que passou experiência para nós. Não se tem aqui essa cultura. Então esta é uma de minhas lutas aqui nesta casa (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Luzia Alves Toledo salientou que também possui o título de embaixadora da Fazenda da Esperança, uma comunidade para recuperação de diversos tipos de pessoas com dependência química, por meio da convivência, trabalho e prática dos ensinamentos do Evangelho. Desde 2009, Luzia Toledo trabalha pela implantação de unidades da fazenda no Estado, sendo que atualmente existem duas comunidades terapêuticas autossustentáveis, uma no município de Alegre, com capacidade para atendimento de 150 mulheres, e outra localizada no município da Serra, com capacidade para 60 pessoas. Foi enfatizado pela Deputada o seu trabalho desenvolvido com o turismo e cultura, sendo ela a idealizadora do Projeto Rota Imperial, um projeto turístico do Estado que abrange 15 municípios: Vitória, Cariacica, Viana, Santa Leopoldina, Santa Teresa, Santa Maria de Jetibá, Domingos Marins, Venda Nova do Imigrante, Marechal Floriano, Conceição do Castelo, Castelo, Muniz Freire, Iúna, Ibatiba, Irupi e Ibitirama. O caminho construído por

ordem da Coroa Portuguesa no período imperial da História do Brasil insere o Espírito Santo no âmbito da Estrada Real potencializando a atividade turística. No ano de 2016, em comemoração aos 200 anos da Rota Imperial, foi realizada a 7ª Expedição Tropeira, de Ouro Preto - MG até Vitória - ES. A deputada Luzia Alves Toledo participou da expedição e chegou ao Palácio Anchieta com os tropeiros que foram recebidos pelo Governador Paulo Hartung.

Em relação à questão da disponibilização de recursos dentro do partido, Luzia Alves Toledo deu destaque ao fundo partidário que iniciou no ano de 2018 e que os partidos terão que seguir por força da lei, mas apontou que antes dessas leis os partidos não repassavam recursos para as mulheres de forma equânime aos homens, sendo que, inclusive, ela mesma em algumas campanhas, não foi beneficiada com dinheiro para investir em sua jornada. Salientou a dificuldade de conciliar sua vida pública com os acontecimentos da esfera privada, pois sua agenda de compromissos políticos sempre foi muito intensa, o que, em seu entendimento, foi uma relação de dedicação e compromisso comparada a um casamento. A deputada informa que

Durante esses anos todos [...] fiz muita força para estar presente nos acontecimentos importantes das duas famílias. Da família Rangel e da minha família biológica. Que é a minha família Toledo. Então eu fiz muito esforços, mas não foi fácil. Porque realmente eu tinha uma agenda muito grande [...]. Se eu tivesse, por exemplo, um marido quando eu entrei na política eu já tinha me separado. Porque ninguém aguenta, nem minha assessoria me aguenta, quanto mais um marido né?! Então fui casada com a política durante esses 30 anos (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Luzia Alves Toledo enfatizou, ainda, que, graças ao padrão moral que trouxe de sua formação familiar, não há nada na vida pública que questione o seu caráter como sujeito político. E que, apesar dos obs-

táculos ao longo da carreira, se considera uma vencedora. Ao ser questionada sobre tratamento diferenciado de gênero em sua atuação no poder legislativo a deputada destacou que

Acho que também eu tenho uma coisa que me ajuda bastante, porque eu trabalho muito. E em qualquer lugar que eu passei, seja como diretora de escola em Mimoso do Sul, ou professora, advogada pela Companhia Docas do Espírito Santo, (codesa) na qual trabalhei durante 18 anos, e na política há 30 anos com mandatos, eu sou muito respeitada. Então acho que isso fez com que eu continuasse. O desrespeito dos homens pelas mulheres, claro que vi e claro que eu senti, mas não foi uma coisa que tenha me impossibilitado de continuar trabalhando, fazendo uma política com P maiúsculo, igual eu fiz todos esses anos (TOLEDO, Luzia. Entrevista concedida em 12 de dezembro de 2018).

Ao término do seu quarto mandato como Deputada Estadual na 18ª Legislatura, Luzia Alves Toledo não conseguiu sua reeleição, obteve 17.312, votos que não foram suficientes para a manutenção do cargo. A Deputada destacou que seu maior legado é o que deixa para as futuras gerações, trinta anos de seriedade, de transparência, de compromisso com o povo e de um trabalho por todo o estado do Espírito Santo, uma vez que “é da minha natureza, dá a palavra e cumprir. Eu acho que na política está faltando isso, respeito pelo povo”.

Considerações finais

A História das Mulheres no contexto espírito-santense não se difere da conjuntura nacional, apesar de apresentar algumas particularidades. Evidenciamos, ao longo do estudo, indícios de violência simbólica, de exploração e de subjugação sócio-político, econômico e cultural, que também permearam as trajetórias das mulheres espírito-santenses na política. Foi

neste quadro, no qual as mulheres estiveram condicionadas à hierarquia de gênero, que contemplamos as rupturas provocadas por elas ao adentrarem nos espaços de poder, possibilitando, assim, desenvolver a sua autossuficiência e condição de cidadã.

As mulheres apresentadas neste estudo lutaram para se adaptar aos consideráveis desafios de uma posição altamente competitiva, um espaço onde sempre imperou o comando do homem. A carreira pública das mulheres está mais vulnerável aos obstáculos advindos da concepção social que ainda visualizam no espaço privado o *lôcus* da atuação feminina. Foi somente no ano de 2011¹⁰ que a primeira mulher conseguiu ocupar um cargo em uma das mesas diretoras da Câmara dos Deputados. Foram necessários quase dois séculos para que uma mulher conseguisse ocupar tal cargo no Congresso Nacional, talvez em decorrência da importância atribuída a estes cargos que são os responsáveis pela gestão de recurso e a fixação das pautas no plenário.

Na trajetória descrita da ex-deputada Myrthes Beviláqua Corradi, tais obstáculos repercutiram diretamente em sua atuação partidária, culminando no exercício de apenas um mandato como Deputada Federal e não conquistando a aprovação de projetos de leis importantes para a sociedade brasileira. É importante destacar que sua atuação como parlamentar criou divergências significativas em sua vida familiar. No que se refere à atuação da Deputada Luzia Alves Toledo, apesar de reconhecer a existência dessas barreiras e de ter enfrentado dificuldades no tratamento igualitário dentro dos partidos e na conciliação da vida pública com a sua agenda da vida privada, afirma que esses fatores não foram impeditivos para conquistar um espaço importante na política legislativa, pois reconhece que se “casou com a política”.

Este estudo demonstra que as mulheres continuam vivendo entre o público e o privado, fato este

10 Rose de Freitas, do PMDB do Espírito Santo, é a primeira mulher a ocupar um cargo na Mesa Diretora da Câmara em 185 anos de funcionamento da Instituição.

que atesta a concepção de que o gênero estabelece espaços, competências e obrigações femininas e masculinas. Foi possível verificar com as ex-deputadas que elas possuem a compreensão da vigência de um sistema patriarcal conservador que contribuiu para uma limitada participação das mulheres na atuação política parlamentar, evidenciando, assim, a preponderância do preconceito de gênero como principal obstáculo que as mulheres encontram nessa atuação política. Procuramos demonstrar o perfil das ex-deputadas no âmbito da atuação parlamentar, em especial, no que se refere às suas ações políticas, projetos apresentados e impressões sobre suas experiências em um espaço historicamente masculinizado.

Desta forma, buscamos contribuir para a reflexão sobre a existência de uma sociedade brasileira que ainda convive com vestígios das práticas patriarcais, sistematizadas na forma de um patriarcado contemporâneo, sendo que o papel de protagonismo político ainda está atrelado à representação do poder legislativo na figura do sujeito masculino que, até o momento, manifesta obstáculos na comunhão desse espaço de poder com as mulheres. Na democracia brasileira se evidencia um hiato entre mulheres e homens, bem visível quando investigamos a composição das Assembleias Legislativas e do Congresso Nacional, locais onde há pouca representação por parte das mulheres.

É importante enfatizar que, para a ocorrência de maior sucesso das mulheres na política institucionalizada, se faz necessário valorosas discussões e transformações nos papéis tradicionais de gênero que são representados nos domínios da vida cotidiana. São mudanças que devem perpassar pelo campo político e pela vida particular, além de transformações efetivas no modelo de como se situa a organização político-eleitoral brasileira, que contribui para as dificuldades no acesso ao poder político pelas mulheres.

Referências

Fonte Oral

CORRADI, Myrthes Bevilacqua (81 anos). Entrevista concedida ao autor do artigo em 08 dez. de 2014

TOLEDO, Alves Luzia (78 anos). Entrevista concedida ao autor do artigo em 12 dez. de 2018.

Obras de Apoio

AZEVEDO, Débora Bithiah; RABAT, Márcio Nuno. *Palavra de mulher: oito décadas do direito de voto*. Brasília: Edições Câmara dos Deputados, 2011.

DAMARTINI, Márcio Gomes. *A vigilância da polícia política aos trabalhadores em educação da rede estadual de ensino do Espírito Santo (1973-1981)*. 2016. 175f. Dissertação (Mestrado em História Social das Relações Políticas) – Universidade Federal do Espírito Santo, 2016.

FAGUNDES, Pedro Ernesto; ANGELO, Vitor Amorim de; OLIVEIRA, Ueber. (Org.). *O Estado do Espírito Santo e a Ditadura (1964-1985)*. Vitória: GM Editora, 2014.

MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. *Caleidoscópio convexo: mulheres, política e mídia*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed Vitória: Edufes, 2001.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. 2ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

PORTAL DO SENADO. Senadores – Luzia Alves Toledo. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/158>. Acesso Fev. 2019;

Portal da Câmara Municipal de Vitória – ES. Disponível em <http://sistema.cmv.es.gov.br/spl/consulta-producao.aspx?autor=97>. Acesso em Fev. 2019;

TOLEDO, Luzia. Perfil. Disponível em: <http://www3.al.es.gov.br/spl/deputado.aspx?id=27>. Acesso em Fev. de 2019;

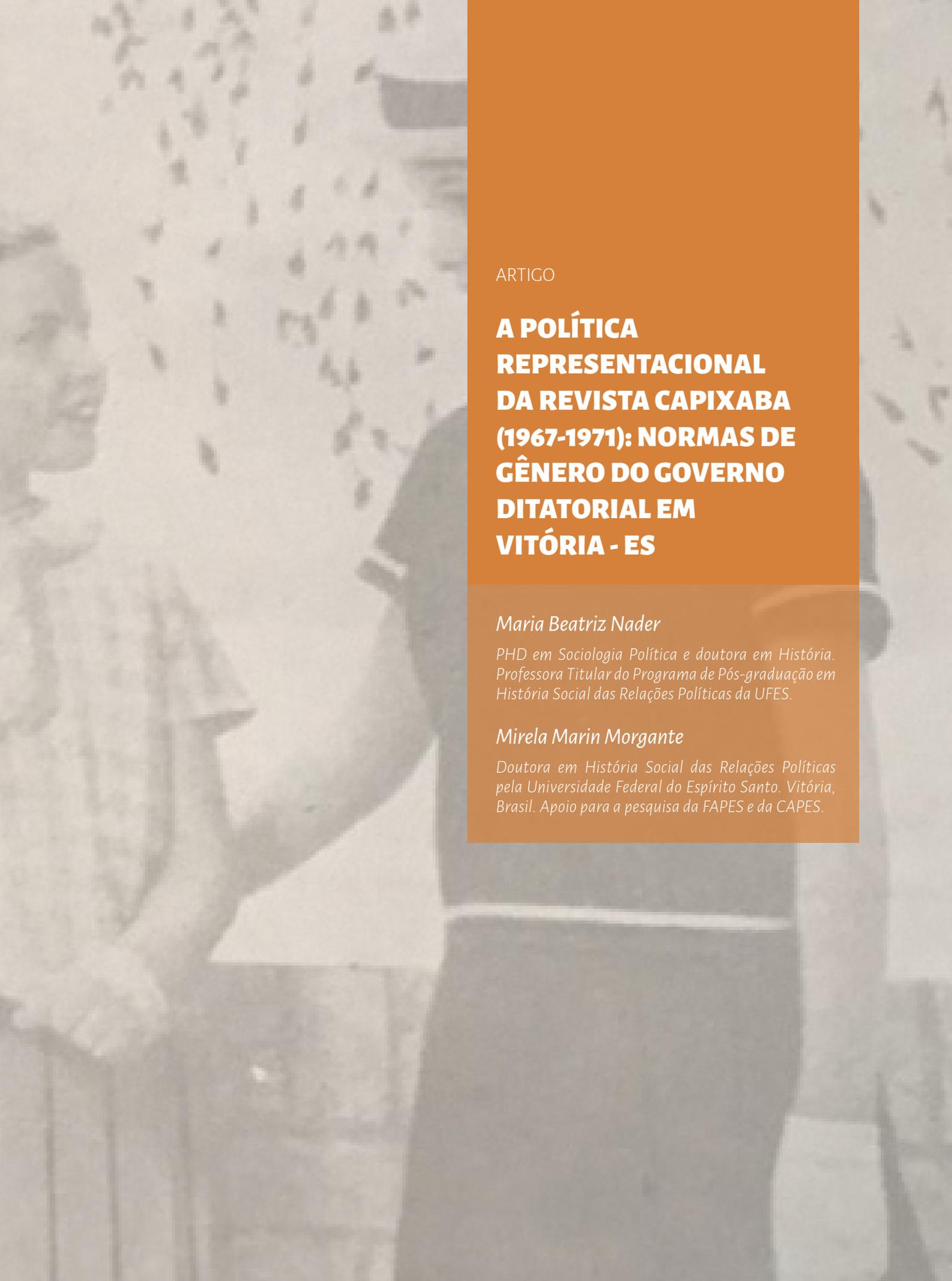
PINTO, Celi Regina Jardim. Feminismo, história e poder. *Rev. Sociol. Polít.*, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010.

SOARES, Renato Viana. *Retrato Escrito: a reconstrução da imagem das (as) professoras (es) através da mídia impressa (1945/1995)*. Vitória: ITB, 2005.

SOUZA, Dayane Santos de. *Entre o Espírito Santo e Brasília: Mulheres, Carreiras Políticas e o Legislativo Brasileiro a partir da Redemocratização*. 2014. 265f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2014.







ARTIGO

**A POLÍTICA
REPRESENTACIONAL
DA REVISTA CAPIXABA
(1967-1971): NORMAS DE
GÊNERO DO GOVERNO
DITATORIAL EM
VITÓRIA - ES**

Maria Beatriz Nader

PHD em Sociologia Política e doutora em História. Professora Titular do Programa de Pós-graduação em História Social das Relações Políticas da UFES.

Mirela Marin Morgante

Doutora em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, Brasil. Apoio para a pesquisa da FAPES e da CAPES.

Resumo

Em finais dos anos de 1960, a cidade de Vitória, capital do Espírito Santo, vivia uma dinâmica de intenso crescimento urbano e industrial, acompanhada de modificações nos costumes sociais. Visando guiar os comportamentos da população em conformidade com os ideais de "ordem" e de "progresso" da política nacional ditatorial, o governo estadual de Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) produzia e legitimava discursos de "verdade" sobre as identidades de gênero. A Revista Capixaba (1967-1971), existente justamente no período da administração de Christiano Dias Lopes, era um dos principais veículos de comunicação do poder estatal. Por meio da análise de discurso foucaultiano da revista, o presente artigo examina a política representacional de gênero do periódico, relacionando-a com a formação histórica da sociedade capixaba do período. O objetivo é demonstrar como a revista produzia representações de feminilidade pautadas na passividade, na submissão e na domesticidade das mulheres, em consonância com os valores tradicionais de família burguesa defendidos pelo poder do Estado ditatorial.

Palavras-chave: gênero, poder, discursos, mídia, estado ditatorial.

Abstract

At the end of the 1960s, the city of Vitória, capital of Espírito Santo, experienced a dynamic of intense urban and industrial growth, accompanied by changes in social customs. In order to guide the behavior of the population in accordance with the ideals of "order" and "progress" of dictatorial national policy, the state government of Christiano Dias Lopes Filho (1967-1971) produced and legitimized speeches of "truth" about the identities of gender. The Revista Capixaba (1967-1971), which existed precisely during the administration of Christiano Dias Lopes, was one of the main vehicles of communication for state power. Through the analysis of the magazine's Foucaultian discourse, this article examines the journal's gender representational policy, relating it to the historical formation of the Espírito Santo society of the period. The objective is to demonstrate how the magazine produced representations of femininity based on passivity, submission and domesticity of women, in line with the traditional values of bourgeois family defended by the power of the dictatorial state.

Keywords: gender, power, discourse, media, dictatorial state.

Em finais da década de 1960, a capital do estado do Espírito Santo, Vitória, vivia uma dinâmica de modernização, caracterizada pelo aumento populacional, pela expansão da construção urbana, pela criação de infraestrutura energética e de transportes, pela industrialização e pela intensificação das atividades comerciais e portuárias. No âmbito nacional, a política da ditadura civil-militar (1964-1985) incentivava a industrialização do país via capital estrangeiro e investia na produção discursiva dos ideais de "ordem" e "progresso" para nortear o processo de modernização brasileiro, que abrangia as esferas da economia, da política, da geografia, da sociedade e da cultura. O governo do Espírito Santo seguia o modelo de progresso imposto pela política federal, pro-

movendo o desenvolvimento industrial e urbano do estado acompanhados da formatação de discursos e práticas sociais consonantes com os ideais do Estado militar (SIQUEIRA, 2010; DUARTE, 2014).

Com uma atuação que abrangia o conjunto de práticas e de discursos disseminados por todas as esferas da vida em sociedade, o poder público levava adiante sua política de representação pautada na construção de normas de identidades de gênero essencialistas e binárias, dentro da lógica patriarcal. Conforme Judith Butler (2016), a política de representação constrói uma imagem de feminilidade e de masculinidade visando criar a identificação dos sujeitos aos ideais de gênero produzidos por ela mesma. Para a autora, a categoria gênero é produzida, assim,

como unidade estática, coerente e em oposição binária, com um caráter “natural” e “verdadeiro”, de maneira que o ideal de comportamento feminino é colocado como oposto ao gênero masculino. Mas, as mulheres e os homens reais nunca podem incorporar plenamente as identidades de gênero construídas como “verdadeiras” pela política de representação, evidenciando que gênero é, de fato, uma ficção reguladora, impossível de ser plenamente incorporada pelos sujeitos, constituindo-se como parte da estratégia que visa ocultar e naturalizar o caráter performático do gênero (BUTLER, 2016).

De acordo com Butler (2016), as identidades de gênero são produtos de normas de inteligibilidade construídas pelos sistemas jurídicos de poder e estão inscritas nos corpos e nas ações rotineiras dos sujeitos na forma das *performances* assumidas. As estruturas discursivas e as práticas sociais de determinada política representacional, produzem e naturalizam as categorias de identidade por meio de relações de inteligibilidade entre sexo, gênero e desejo, de maneira a constituir um modelo identitário coerente e de fácil compreensão. Nesse sentido, o sexo feminino, entendido enquanto a biologia corporal das mulheres, pressupõe o gênero feminino, visto como o comportamento social correspondente ao sexo, que, por seu turno, é voltado para o desejo heterossexual, para os homens. Esta é a construção de inteligibilidade causal impressa nas representações de gênero, que tem como objetivo esconder seu caráter ficcional e normativo, dando a aparência de natureza e de coerência. Os discursos e as práticas da política de representação de gênero constituem, dessa forma, atos e gestos repetidos de diferenciação binária entre feminino e masculino, ou seja, são as *performances* de gênero assumidas pelos sujeitos sociais (BUTLER, 2016).

Nos anos de 1960, no Brasil, a política representacional de gênero era levada a cabo pelos poderes da ditadura civil-militar instaurada em 1964. Levando adiante uma dinâmica de modernização pautada no crescimento das multinacionais, que tinha como país de referência os Estados Unidos, a política repre-

sentacional brasileira procurava incutir na população estilos de vida e normas identitárias condizentes com a utilização de produtos recentemente lançados no mercado consumidor nacional. Tânia Regina de Luca (2013) explica que as indústrias financiavam propagandas no cinema, nas rádios, nos canais televisivos, nos jornais e nas revistas, mostrando os benefícios de manter relações sociais pautadas pelo consumo de vestimentas, acessórios, bebidas, carros, móveis, imóveis, máquinas de lavar, torradeiras e cafeteiras, de última geração e na moda. Dentre as diversas instituições sociais em que os discursos de poder se faziam presentes, os meios de comunicação tinham grande destaque, pois eram imprescindíveis na produção e na legitimação das identidades de gênero e da lógica de consumo consonante com o modelo de desenvolvimento via capital estrangeiro.

No Espírito Santo não era diferente, a mídia era um dos principais veículos de produção discursiva das identidades de gênero dentro dos moldes do consumismo estadunidense e dos ideais da ditadura civil-militar. Para Carlos Teixeira Campos Júnior (2005), particularmente durante o governo de Cristiano Dias Lopes Filho (1967-1971), houve um processo de urbanização e industrialização acelerados, marcado pela expansão das atividades portuárias e comerciais, e da ampliação da infraestrutura energética e de transportes, principalmente na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV). Com isso, as representações e as práticas sociais produziam as imagens essencialistas de gênero nos diversos meios de comunicação estaduais, acompanhando a dinâmica modernizadora. A Revista Capixaba, lançada em 1967 e com publicação mensal até o ano de 1971, merece destaque enquanto produção discursiva da política representacional da administração de Cristiano Dias Lopes Filho, na medida em que existiu tão somente durante o período do seu governo e estava sujeita à lei da censura¹, como toda a produção midi-

1 Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Conforme a lei, todos os meios de comunicação deviam passar pela inspeção dos agentes auto-

ática da época, veiculando apenas conteúdos previamente autorizados pelo governo ditatorial.

Por meio da análise de discurso da Revista Capixaba (1967-1971), pretende-se demonstrar a construção das imagens de feminilidade de sua linha editorial, enquanto constitutiva da política de representação de gênero do governo capixaba, que produzia identidades de gênero fictícias e essencialistas, consonantes com os discursos de poder do Estado civil-militar. Segundo Michel Foucault (2007), o discurso é um conjunto de enunciados com princípios de regularidade em uma mesma formação discursiva. Para o autor, não há um sujeito como instância fundadora do discurso, por isso a análise se volta para a descrição dos enunciados inseridos em um campo de regularidades. Foucault (2007) situa o discurso em um espaço de entrecruzamento entre o poder e o saber, produzindo as “verdades incontestáveis” dos poderes regulatórios e disciplinadores de determinada formação social. O autor explica que os enunciados pertencem a uma ordem do discurso que limita o que pode ser dito dentro de um conjunto de regras pré-estabelecidas que estão em conformidade com as disputas de poder, de forma a fabricar os discursos do saber enquanto “verdades absolutas e incontestáveis”.

Helena Brandão (2004) explica que a análise de discurso foucaultiano consistirá, assim, na descrição dos enunciados que compõe a formação discursiva e do exame da história descontínua que constrói uma posição do sujeito discursivo, ou seja, a história das relações de poder que configuram o dizível. Para ela, na perspectiva de Foucault, “[...] a matéria de uma análise de discurso descontínua é o evento na sua manifestação discursiva sem referência a uma teleologia ou a uma subjetividade fundadora” (BRANDÃO, 2004, p. 34). Nesse sentido, procede-se à análise de discurso da Revista Capixaba procurando evidenciar as regularidades enunciativas do periódico no

que tange às representações da feminilidade, tendo como parâmetro a formação histórica da sociedade capixaba dos anos de 1967 a 1971, produtora do dizível enquanto “verdades absolutas”. O objetivo é analisar a política representacional de gênero da Revista Capixaba, enquanto produtora e legitimadora das identidades de gênero como oposições binárias na sociedade capixaba, em consonância com os ideais de “progresso” e de consumo construídos pelos discursos de poder do Estado ditatorial. Em meio à modernização do Brasil e do Espírito Santo, a política representacional da Revista Capixaba mostra a preocupação fundamental dos discursos de poder em produzir modelos de identidade de gênero inteligíveis, capazes de serem incorporados pelos sujeitos, visando à disciplinarização e à regulação da população vitorriense.

Formação social do Brasil e do Espírito Santo (1960-1970): produção da mística feminina como modelo de representação identitária

Em fevereiro de 1968, um dos veículos de comunicação mais importantes do estado, a Revista Capixaba, publicou a matéria *Mulher=Homem: misoginia é o resultado*, abordando a questão da falta de interesse e da desilusão masculina frente ao casamento. Com a opinião científica do psiquiatra americano Prof. Ralph Broeson, e romanescas do literata francês, Pierre Bourgeade, a reportagem apontava o comportamento feminino da época como o responsável pela aversão que os homens estavam manifestando pelas mulheres e, conseqüentemente, pelo casamento. Segundo a reportagem, as mulheres modernas estavam se masculinizando, pois passaram a trabalhar fora de casa, usar calça, fumar e agir de forma independente, em suma, comportando-se como os homens. Conforme o editorial, elas não tinham mais aquela *coqueteria* que encantava o universo masculino e deixaram de esperar pelo príncipe encantado,

rizados pelo Estado, para serem previamente autorizados antes de sua veiculação (BRASIL, 1968).

o que era bastante agradável para os “solteirões” à procura de esposas e mesmo para os maridos. A matéria culpabilizava as mulheres pela falta de interesse masculino pelo matrimônio, na medida em que atribuía ao comportamento feminino “moderno” a aversão dos homens a elas. Diante das “mulheres modernas”, claro, infere-se que nada mais “natural” que a misoginia masculina.

A matéria procurava prevenir as mulheres dos riscos que a modernização implicava para as formas de conduta tipicamente femininas, mostrando que os homens não se atraíam por mulheres independentes e “masculinizadas”. Se o padrão de masculinidade da sociedade capixaba daquele momento – e ainda hoje – estava relacionado à autonomia financeira dos homens e à dependência das mulheres, diante da inserção delas no mercado de trabalho, a liberalização dos costumes e o livre exercício da sexualidade, a interpretação dos homens em relação às mulheres era que elas realmente estavam se masculinizando. Afinal, em finais da década de 1960, as mulheres estavam mais presentes no mercado formal de trabalho, nas universidades, nos espaços de lazer públicos e nas atividades esportivas, além do consumo de bebidas alcóolicas, de cigarros e da moda da calça jeans, blusa e cabelo curto, ser cada vez mais frequente entre elas (PEDRO, 2013; LUCA, 2013). Se as novas formas de conduta não eram experimentadas por todas as mulheres, ao menos atingia aquelas para as quais se direcionava o discurso midiático e o interesse de matrimônio dos homens bem-sucedidos, ou seja, as mulheres brancas, de classe média e alta. Estas, progressivamente se inseriam nos padrões representacionais de gênero então contemporâneos.

Seguindo uma linha editorial que mostrava os aspectos positivos da modernização econômica via capital estrangeiro, vangloriando os feitos do governo ditatorial, uma das grandes preocupações da Revista Capixaba era fortalecer o ideal de comportamento feminino diante das modificações sociais e culturais da sociedade capixaba. Dentre conteúdos tão diversos, a reportagem colocava em evidência a

preocupação central da elite local da época de que as mulheres brancas cumprissem com as *performances* femininas em conformidade com sua política representacional. Se, de um lado, as mulheres iam ocupando espaços de poder e desestabilizando as normas de inteligibilidade de gênero ao adotarem comportamentos tipicamente masculinos, de outro, era crucial salvaguardar a família brasileira e, para isso, elas deveriam internalizar a tão cultuada identidade de esposa e mãe em detrimento de sua autonomia financeira e sexual.

Os meios de comunicação eram um dos veículos primordiais na produção e na legitimação da política de representação de gênero do governo ditatorial nacional e estadual. A Revista Capixaba era uma das mais importantes do estado e foi lançada em 1967, em meio a uma pomposa festa que reuniu políticos, empresários e personalidades da alta sociedade vitorense, e teve uma publicação mensal no Espírito Santo até o ano de 1971 (FRANÇA, et.al., 2005). Coincidência ou não, existiu justamente no período de governo de Christiano Dias Lopes Filho, nomeado em conformidade com o poder central da ditadura civil-militar para defender seus interesses em solo Espírito-Santense. Embora a redação da revista fosse sediada em Vitória, a produção ficava no Rio de Janeiro, sob a direção e edição geral de Álvaro Pacheco. Estava sujeita à lei da censura, de forma que só veiculava conteúdos previamente autorizados pelo governo militar. A Revista Capixaba se inseria no conjunto de práticas discursivas produzidas, controladas e enunciadas pelo regime ditatorial enquanto verdades absolutas. Era um dos veículos de comunicação utilizados pelo poder estatal para mostrar seus feitos e orientar as condutas da população brasileira para acompanhar o “progresso” da nação.

No dia de seu lançamento, a Revista Capixaba vendeu dois mil exemplares em apenas duas horas, evidenciando o seu sucesso e, conforme Ceciana França (et. al. 2005), o provável saudosismo dos capixabas da antiga Revista Vida Capixaba, que circulou entre os anos de 1923 e 1957. Mantendo o caráter eli-

tista da Revista Vida Capixaba, a Revista Capixaba representava os ideais conservadores da elite local e do regime civil-militar. O conteúdo se direcionava para a cobertura de eventos da alta sociedade capixaba, como festas de casamento e posses de políticos, para as últimas tendências na moda, receitas de bolo, moldes de roupas e outros assuntos que se pretendiam voltados para o público feminino, além de matérias e artigos políticos que mostravam os avanços econômicos, tecnológicos e paisagísticos do governo militar, sem deixar de abordar questionamentos e orientações sobre os comportamentos “modernizantes” da juventude brasileira.

Assim como as revistas cariocas e paulistanas, inspiradas em periódicos estadunidenses e europeus, a Revista Capixaba acompanhou a tendência internacional de tratar de questões relacionadas ao lar, à beleza e às relações afetivas no conteúdo editorial, para, a partir dos anos de 1970, somar os discursos sobre profissão e sexo (LUCA, 2013). Os periódicos eram voltados para o mesmo público alvo, a população economicamente ativa, qual seja, mulheres e homens de classe média e alta com capacidade de consumo. Dado o crescimento das indústrias e a formação de um mercado consumidor brasileiro, os meios de comunicação produziam representações identitárias condizentes com os novos produtos ofertados no comércio. Com isso, reforçavam as normas de inteligibilidade de gênero ao mostrar para a população os produtos recentemente lançados no mercado, na mesma medida em que produziam a propensão a aderir às novas formas de consumo que a modernização exigia.

Como explica Luca (2013), as indústrias de bens duráveis e não duráveis financiavam propagandas nas rádios, nos canais de TV, nos jornais, nas revistas, no cinema e nos *outdoors* que circundavam grandes avenidas. A ideia era incutir na população urbana o *american way of life*², para que seu cotidiano e suas

relações sociais estivessem em consonância com o consumo de cigarros, bebidas, cosméticos, jeans, acessórios, torradeiras, cafeteiras, máquinas de lavar louças e roupas, produtos de limpeza, enfeites domésticos, enfim, uma gama de produtos que haviam sido criados para todos(as) “viverem melhor”. Até mesmo as reportagens que se pretendiam científicas e preocupadas com o bem-estar da população tinham um caráter propagandístico, na medida em que se utilizavam de categorias de identidade de gênero que fortaleciam e produziam comportamentos sociais em conformidade com o consumo dos novos produtos.

No contexto do mercado industrial estadunidense, Betty Friedan (1971) denuncia a produção pela sociedade de consumo de uma identidade feminina associada à maternidade e ao casamento, que influenciou milhares de mulheres a dedicar-se à vida doméstica e à compra de produtos. O resultado, segundo a autora, foi uma geração de mulheres depressivas, ansiosas, irritadiças, descontentes, consumidoras de remédios controlados e frequentadoras de psicólogos e de psicanalistas. Partindo da observação de sua vida pessoal e de suas amigas, Friedan (1971) detectou um “problema sem nome” entre as mulheres de sua geração, a partir de meados do século xx. A imagem à qual elas procuravam se amoldar, chamada por ela de *mística feminina*, provocavam uma insatisfação constante, um anseio e uma frustração. A vida de dona de casa era sempre a mesma coisa: o cuidado dos filhos, do marido, da casa, a compra de objetos decorativos, de vestimentas, arrumar as camas e o material escolar dos filhos, preparar o lanche da família, levar as crianças “[...] para a reunião de lobinhos e fadinhas [...]”, para, à noite, deitar-se ao lado do marido, “[...] temendo fazer a si mesma a

2 Expressão cunhada por Willian Herberg fazendo referência ao estilo de vida dos estadunidenses, caracterizado pelo individualismo, pelo

dinamismo e pelo liberalismo. O conceito passou a ser utilizado pelos movimentos feministas da década de 1960 para evidenciar como os meios de comunicação se utilizavam do ideal de estilo de vida americano para incutir na população determinados padrões de consumo, de família, de beleza e de gênero para a conquista da liberdade e da felicidade plenas (CUNHA, 2018).

silenciosa pergunta: ‘É só isto?’” (FRIEDAN, 1971, p. 17).

Partindo desse problema, Friedan (1971, p. 12) realizou entrevistas com editores de revistas femininas, pesquisadores de publicidade e especialistas teóricos da mulher, psicólogos, psicanalistas, antropólogos, sociólogos e educadores de família, além de cerca de 80 mulheres que viviam a *mística feminina*, esposas e mães jovens e de meia idade, que “[...] não sabiam que nome dar ao problema que as perturbava [...]”. A autora demonstra que em finais da década de 1950 a média etária de casamento feminino baixou para 20 anos e mostrava uma tendência para diminuição ainda maior, se comparado à década de 1920, quando as mulheres ainda lutavam pelo direito à educação, à profissão e ao voto. Ademais, a proporção de mulheres na universidade também caiu substancialmente, de 47% em 1920 para 35% em 1958, além de 60% delas abandonarem o curso para se casar. A presença das mulheres na universidade passou a ser vista como “para arranjar marido”. Friedan (1971, p. 20) explica que,

Nos quinze anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial, esta mística de realização feminina tornou-se o centro querido e intocável da cultura americana contemporânea. Milhões de mulheres moldavam sua vida à imagem daquelas bonitas fotos de esposa suburbana beijando o marido diante do janelão de casa, descarregando um carro cheio de crianças no pátio da escola e sorrindo ao passar o novo espalhador de cera no chão de uma cozinha impecável.

Também comparando o isolamento feminino à esfera doméstica de princípios do século XX com o período posterior à Segunda Guerra Mundial, Christopher Lasch (1999) explica que ao contrário do que diziam os movimentos feministas dos anos de 1960, para os quais a década marcava uma revolução sexual sem precedentes, houve um isolamento doméstico ainda maior das mulheres estadunidenses, em consonância com o rápido crescimento dos subúrbios,

bairros com casas modernas organizadas ao redor de um comércio e distantes do centro urbano. Se em finais do século XIX e princípios do XX, as mulheres de classe média e alta eram destinadas ao trabalho doméstico devido a um culto à domesticidade, muitas também atuavam no mundo público, seja na luta pelo direito ao voto e à educação, seja em trabalhos voluntários em bibliotecas, hospitais, creches, centros sociais, parques, praças, salas de concerto e museus. Elas contavam com uma solidariedade de vizinhança e com o trabalho das empregadas domésticas para dar conta das tarefas de casa, cuidar dos filhos e do marido, liberando-as para exercerem outras atividades fora do lar.

Já na segunda metade do século XX, os subúrbios representavam o ideal de vida da mulher branca americana, vivendo em suas casas modernas e amplas, e contando com grandes possibilidades de consumo. Mas, agora, elas não podiam mais contar com a antiga solidariedade de vizinhança, pois os subúrbios eram distantes de suas famílias e de suas amigas mais próximas. As empregadas domésticas, por sua vez, foram gradualmente desaparecendo dos lares americanos, na medida em que o trabalho, até mesmo de diaristas, ficou mais caro e inacessível para as famílias de classe média. Como Lasch (1999, p. 123) afirma,

Os empregados domésticos, a família extensa, os amigos e vizinhos que funcionavam como uma rede de apoio informal - todos foram excluídos do lar suburbano da classe média, com a consequência de que as donas-de-casa se viram como proprietárias únicas, livres para organizar tudo como queriam.

O discurso da *mística feminina* presente nos meios de comunicação fazia com que as mulheres brancas estadunidenses almejassem e assumissem a identidade de gênero de esposa, mãe e dona-de-casa em todo o tempo disponível que tinham. Assim como Friedan (1971) mostra a diminuição do número de mulheres nas universidades neste período, Lasch

(1999) afirma que seu trabalho nas mais diversas áreas foi reduzido substancialmente, na mesma medida em que elas passaram a assumir o trabalho doméstico em tempo integral. O autor explica que a obra “A mística feminina” de Betty Friedan denunciou justamente a “suburbanização” da alma americana, a ampliação da dedicação feminina mais do que necessária aos trabalhos domésticos, o que era extremamente prejudicial para elas e até mesmo para seus filhos. É exatamente essa dedicação integral à casa e à família, que Friedan (1971) evidencia em seu estudo, mostrando como a *mística feminina* invadiu os veículos de comunicação, em consonância com as novas necessidades de consumo do mercado industrial dos Estados Unidos, e se tornou o modelo de vida para grande parte das americanas com razoável poder aquisitivo.

As revistas femininas eram um dos principais meios de comunicação que fortaleciam a *mística feminina*, apresentando às mulheres os comportamentos que seriam condizentes com o “progresso da civilização norte-americana”, com a liberdade e a felicidade características do *american way of life*. O sucesso econômico do país era acompanhado de um modelo de família e de mulher perfeitas, referência para o resto do mundo. Enquanto os homens eram os produtores, as mulheres deviam cumprir seu papel de consumidoras, a ponto de na década de 1960, corresponderem à 80% da população consumidora do país. Era o chamado “retorno ao lar” das mulheres de classe média e alta, depois de sua efetiva participação pública no começo do século XX e principalmente durante a Primeira e a Segunda Guerras Mundiais (FRIEDAN, 1971).

No Brasil, a *mística feminina* e o discurso de modernização econômica eram proferidos em meio à repressões, censuras, prisões e assassinatos de milhares de pessoas. Conforme Ana Rita Fonteles Duarte (2014), o Estado autoritário criou a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) como uma linha de ação que passou a nortear as intervenções militares em todas as esferas sociais, abrangendo a política, a econô-

mica, a psicossocial e a militar. A defesa dos valores tradicionais de gênero, de família, de escola e de propriedade fazia parte da Doutrina, como estratégia de mobilização psicossocial para estruturar e legitimar as práticas reguladoras da ditadura civil-militar. Atuando junto às instituições da sociedade civil como as famílias, as escolas, os meios de comunicação, as empresas e a Igreja, o Estado incutia o ideal da *mística feminina*, mostrando ao conjunto social o modelo de feminilidade associado à passividade, ao cuidado e à beleza. Os “maus comportamentos” morais e sexuais, de mulheres e de homens, eram vistos como “[...] um risco para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar”, e como “[...] uma das armas usadas pelos comunistas para degradar a sociedade tornando-a campo fértil para a disseminação de suas ideias” (DUARTE, 2014, p. 79). Com esses argumentos, a ditadura civil-militar procurava normatizar as representações de gênero e enquadrar os sujeitos sociais nos padrões de identidade fabricados, não obstante as modificações sociais e comportamentais frutos do crescimento industrial e urbano da sociedade brasileira. As mudanças precisavam ser acompanhadas por políticas de normatização de gênero, de forma que a população aderisse às novas formas de consumo, na mesma medida em que garantissem a permanência da “ordem social”.

Utilizando-se da DSN e atuando em nome da segurança da nação, o regime ditatorial perseguia todos os inimigos políticos e garantia o monopólio do capital estrangeiro no país (DUARTE, 2014). Com um discurso conservador de família burguesa, apoiado na ciência e na moral cristã, o governo militar se colocava como salvador da pátria, aquele que levaria o Brasil para o progresso, que traria o capital estrangeiro propulsor da economia brasileira. Junto com o capital estrangeiro, principalmente dos Estados Unidos, veio toda uma política de representação de gênero característica do *modus operandi* do capitalismo e da heterossexualidade compulsória. O cinema, o formato e o conteúdo dos meios de comunicação, os produtos consumidos pela população, como roupas,

sapatos e apetrechos vários, as construções urbanas, o sistema de transporte, as relações sociais e de gênero, enfim, todas as esferas da vida em sociedade foram invadidas pelo discurso do desenvolvimento, tendo como país de referência os Estados Unidos.

A política representacional da Revista Capixaba (1967-1971): análise de discurso

No estado do Espírito Santo, a influência das representações de gênero e os apelos de consumo vindos com as multinacionais e com os meios de comunicação também se fizeram presentes, na medida em que atendia aos interesses da elite capixaba e da política ditatorial nacional. A Revista Capixaba é um exemplo disso, evidenciando em suas páginas a *mística feminina* tão comum nas revistas americanas. As mulheres que compunham o mundo cinematográfico e da moda estadunidense e europeia eram apresentadas como os ideais de beleza e de comportamento para as capixabas. Especificamente nos editoriais sobre moda, as vestimentas femininas eram associadas ao ideal de domesticidade das mulheres, com padrões de cores e traços estilísticos condizentes com o recato e a elegância presentes no modelo de feminilidade, produzindo efeitos de realidade na ficção da imagem de mulher perfeita³. Na matéria *Nossa Mulher em 67*, publicada em abril de 1967, os traços geométricos e os detalhes sutis das vestimentas femininas de última moda acompanhavam a pretensa sutileza e juventude típicos da personalidade feminina (NOSSA, 1967).

3 Em 1975, nos Estados Unidos, foi lançado o livro "The Stepford Wives", de Ira Levin, cuja expressão do título, "stepford", foi incorporada à cultura americana e se referia às pessoas que viviam com ar robótico, conformadas com sua situação e com o que ocorria ao seu redor. Ainda nesse mesmo ano, o livro foi transformado em filme e obteve muito sucesso. Em 2004, o livro ganhou nova adaptação fílmica, como o título "Mulheres perfeitas". Trata-se de uma comédia/filme de ficção científica, lançada novamente nos Estados Unidos, sob a direção de Frank Oz, com figurino de Ann Roth e com Nicole Kidman como protagonista.



Figura 1: Matéria *Nossa mulher em 67*. Fonte: Revista Capixaba (abr. 1967)

Os novos padrões de consumo relacionados às vestimentas de última moda, se enquadravam nos ideais de identidade de gênero construídos pelos poderes da ditadura civil-militar brasileira, enaltecendo a beleza, o recato e a sobriedade das mulheres brancas, de classes privilegiadas.

A Revista Capixaba procurava mostrar com suas matérias que, se de um lado, as mulheres estavam se libertando, usando vestimentas mais modernas e arrojadas, em espaços de lazer onde pudessem exibir sua beleza e jovialidade, de outro, corriam sérios riscos de perder o casamento "tão esperado" e de exercer a maternidade "tão sonhada". Por isso, a revista insistia que o matrimônio era um "bom ne-



Figura 2 – Matéria *Casar é bom negócio*. Fonte: Revista Capixaba (jun. 1969)

gócio”, como afirmava uma matéria publicada em junho de 1969, *Casar é bom negócio* (CASAR, 1969). A reportagem procurava convencer mulheres e homens de que ainda valia a pena se casar. Para as mulheres era a oportunidade de encontrar a estabilidade financeira propiciada pelo trabalho do marido, pois ela era dificilmente conquistada apenas com os recursos adquiridos pelo ofício da mulher, para procriar e criar os filhos com segurança e saúde. Para os homens, por seu turno, o matrimônio permitiria a reprodução de sua linhagem e o exercício de uma sexualidade sadia, longe dos bordéis e da multiplicidade de parceiras sexuais. Nada mais saudável para as pessoas e todo o conjunto social do que o matrimônio heterossexual e monogâmico, defendiam os porta vozes da ditadura civil-militar brasileira e do capital monopolista

estrangeiro, cujos discursos estavam presentes na revista.

Se a maternidade e o casamento eram realmente os destinos almejados pelas mulheres de elite, é difícil saber com precisão. O que se sabe é que a política de representação de gênero capixaba produzia a *mística feminina*, gerando nas mulheres expectativas, pensamentos e práticas dentro do modelo de feminilidade apresentado. Em outra matéria publicada em março de 1968, a orientação era voltada para a educação das meninas desde a mais tenra idade. Com o título *Como educar uma filha* e com uma foto de capa de uma menina de, no máximo, quatro anos de idade, a revista advertia os pais dos problemas da modernidade na educação das filhas e propunha soluções com base na opinião de uma especialista no assunto, a Dra. Maria de Lourdes Barros. Mais uma vez, a modernização era colocada como trazendo enormes benefícios para a sociedade, mas também inúmeros empecilhos quando se tratava da liberalização dos costumes para as mulheres, na medida em que lhes podia provocar expectativas não condizentes com a *mística feminina*.

Segundo a reportagem, havia um processo de enfraquecimento da autoridade familiar propiciado pelo progresso tecnológico. A criança já não tinha mais a presença constante da mãe para acompanhar seu processo de formação e os valores morais estavam sendo transmitidos pelos meios de comunicação e não mais pela família. A importância da escola adquiria aí um papel fundamental. Particularmente para as meninas, a escola tinha a função de dar o suporte para o seu desenvolvimento, visto que elas estavam sentindo cada vez mais a necessidade de afirmação pessoal. Conforme a matéria, as mulheres vinham manifestando a vontade de ter autonomia, o que seria um perigo para a sua formação saudável. O sonho feminino deixava de ser tão somente a maternidade e o casamento, uma vez que agora elas queriam afirmação pessoal e autonomia. Era preciso lidar com essa aspiração feminina com cautela e muita orientação, para que elas não acabassem se des-



Figura 3 – Matéria
Como educar uma filha.
Fonte: Revista Capixaba (mar. 1968)



virtuando do seu destino “biológico” de serem mães e esposas fiéis.

Antes de mais nada, era preciso guiar o processo de modernização e, particularmente, de libertação feminina. As mulheres que agora trabalhavam e tinham lazeres fora de casa, que bebiam e fumavam, não podiam se esquecer do seu verdadeiro “destino biológico”, da missão maternal de todas as mulheres. Maria Beatriz Nader (2001) explica que nas sociedades ocidentais modernas, as diferenças biológicas entre os indivíduos eram percebidas pelos cientistas e pela Igreja como evidência da supremacia masculina, em força e em inteligência, em detrimento da pouca capacidade física e intelectual da mulher. O corpo e a psicologia das mulheres eram vistos como uma combinação de fraqueza muscular, sedentarismo, incapacidade intelectual e sensibilidade emocional, que as tornavam mais aptas a criar os filhos, cuidar da casa e do marido. O útero definia o papel das mulheres enquanto mães, receptivas, submissas, fiéis aos maridos e castas quando solteiras ou viúvas. Como Nader (2001, p. 113) sintetiza, “segundo essa

concepção, a mulher, de acordo com a natureza e seu destino, nasceu para ser mãe, ocupar-se do marido, ser bondosa e ser a guardiã do lar”.

Nader (2001) demonstra que a separação entre os setores da vida doméstica e do trabalho ocorrida a partir de finais do século XIX e radicalizada com o avanço urbano e industrial em cada localidade, alterou substancialmente o papel das mulheres na família. Ela explica que a ideia de que a biologia da mulher a destinava à dedicação total ao lar influenciou todos os setores da sociedade, de forma que ela “[...] já não seria mais caracterizada pela sua capacidade de produção como o homem e, sim por sua capacidade de amar. Já não era produtora e reprodutora. Somente era multiplicadora genética e da ordem” (NADER, 2001, p. 112). A partir de então, as mulheres de classe média e alta deveriam ser, acima de tudo, mães, esposas e, claro, consumidoras, correspondendo aos ideais da *mística feminina*. Caso o trabalho feminino fosse apenas um complemento ao masculino, para possibilitar a ampliação da capacidade de compra da família, este seria aceitável. Mas o papel maternal



Figura 4 – Matéria *Beleza e suavidade*. Fonte: Revista Capixaba (mai. 1969).

dentro do matrimônio monogâmico e heterossexual era apresentado como o mais importante para a família e todo o conjunto social.

Na Revista Capixaba, a normatização da identidade feminina em meio a modernização de Vitória tinha um caráter tão imperioso, que em todos os exemplares do periódico havia pelo menos uma matéria enaltecendo a mulher capixaba moderna como culta, dinâmica, bela, meiga e maternal. Com a imagem de uma mulher branca, jovem, enquadrada dentro do padrão de beleza da época e pertencente à alta sociedade, que geralmente ocupava toda uma página da revista, o modelo de mulher perfeita era construído e apresentado aos(às) leitores(as). Exemplo disso foi a reportagem publicada em maio de 1969, com o título *Beleza e Suavidade* (BELEZA, 1969). No editorial, que conta com duas grandes fotos, uma em cada página e um texto com palavras enaltecedoras de sua feminilidade, uma jovem capixaba é apresentada enquanto “suave e bonita”, “a própria imagem da juventude feita de Verão dourada, de sol e sal, de mar e amor” (BELEZA, 1969, p. 66). Na matéria, a jovem é colocada como as mulheres de seu tempo, “uma visão da vida moderna”, gosta de música, praia, carro

veloz, cinema, piscina, esportes, jornalismo, além de desfiles em que mostra os trajes de última moda que veste. Sua profissão atual ou almejada? Não se fala na reportagem. De qualquer forma, não importa, seu futuro feliz pretensamente está traçado, “como um voo infinito de cosmonautas”.

Na sua política de representação de gênero, a revista produzia a identidade feminina como uma essência, fixa e natural, como se a própria biologia das mulheres as destinasse a cumprir seu papel de afetividade, cuidado, suavidade e recato, em uma dinâmica de naturalização do social. O poder de que estava investido o periódico, como porta-voz dos ideais do governo ditatorial, permitia a construção das normas de inteligibilidade de gênero que não deixavam de fora o consumismo, evidentemente. Acima de tudo, a mulher moderna era consumidora, gostava de carro veloz, de roupas da moda, de revistas, de cinema, de música, enfim, uma série de produtos recém-lançados no mercado capixaba.

Em agosto do mesmo ano, outra reportagem, intitulada *Eliane, um certo olhar doce*, mais uma vez uma mulher branca e bela, conforme o padrão de beleza construído pelos discursos de poder, e pertencente à

alta sociedade vitoriense, é apresentada como o modelo de feminilidade (ELIANE, 1969). De personalidade doce e recatada, a matéria afirma que ela consegue unir o conhecimento profundo adquirido na Faculdade de Ciências Econômicas, à consciência da verdadeira natureza das mulheres, pois em sua opinião “mulher é um abrigo onde o homem vai buscar proteção para algumas das inúmeras e frágeis necessidades humanas” (ELIANE, 1969, p. 54). O editorial explica que os colegas universitários de Eliane a elegeram sua *miss* e, assim como na matéria *Beleza e suavidade*, esta mostra que a jovem exibia suas vestes da moda em desfiles nos salões frequentados pela elite local e consumia os produtos e os lazeres das “mulheres de seu tempo”. Para a matéria, apesar de fazer uma Faculdade e ter conhecimentos científicos, Eliane não deixava de ser mulher, doce, bonita, sempre bem vestida, sabia conciliar estudo e o “bom comportamento” necessário para o futuro matrimônio feliz. A revista apresentava, assim, a *mística feminina* capixaba.

Enquanto um dos veículos de comunicação mais importantes do governo e da elite local, com grande influência das revistas paulistas, cariocas e, principalmente, estadunidenses, o periódico mostra a presença e a força das normatizações de gênero conforme a *mística feminina* na sociedade capixaba da época. As práticas reguladoras das identidades de gênero faziam parte da configuração histórica do Espírito Santo daquele período, de forma que além da mídia, a geografia e as construções, os lazeres e as pessoas que viviam na urbanidade também produziam e fortaleciam os padrões identitários de gênero. O que importa é mostrar, por meio de alguns discursos demonstrativos da linha editorial da revista, como a urbanização e a industrialização do Espírito Santo era acompanhada de uma política de representação de gênero que visava produzir e fortalecer a *mística feminina* diante das mudanças sociais e comportamentais, frutos da modernização econômica.

Dentre tantas outras, a matéria *O doce encanto das gêmeas Cristina*, publicada em novembro de 1969, demonstra mais uma vez, o ideal de identidade fe-



Figura 5 – Matéria *Eliane, um certo olhar doce*.

Fonte: Revista Capixaba (ago. 1969)

minina associada à beleza, a juventude, ao recato e à passividade (O DOCE, 1969). Mais do que isso, a reportagem evidencia, assim como todas as outras da revista cujo assunto aborda o universo feminino, um modelo de mulher pautado na branquitude e no poder aquisitivo. O discurso da reportagem fala da personalidade de cada uma das irmãs e o que elas têm em comum, abrangendo suas preferências de vestimentas – gostam de se vestir sempre iguais – seus signos do zodíaco, a escola onde estudam, entre outros elementos que demonstram como deve ser a educação e a personalidade das mulheres da *mística feminina* capixaba. A matéria mostra que, com menos de 15 anos, elas já são conhecidas como “as gêmeas Marsiglia”, sobrenome de uma família da elite vitoriense, e evidenciam o encanto e o “símbolo maior de todos os tempos: a beleza na sua forma natural” (O DOCE, 1969, p. 50).



Figura 6 – Matéria *O doce encanto das gêmeas Cristina*.
Fonte: Revista Capixaba (nov. 1969).

Com isso, cabe incluir um elemento essencial na inteligibilidade do gênero na década de 1960: a etnia. A política de representação identitária deixava bem evidente que a mulher e o homem ideais eram brancos, heterossexuais e com comportamentos condizentes com a sua identidade de gênero. Não há uma matéria sequer nos periódicos analisados, em que a mulher “moderna”, mãe, esposa e dona-de-casa, fosse negra, índia ou mestiça. Tampouco nos periódicos estadunidenses, que serviam de referência para as revistas daqui, apareciam as mulheres negras e indígenas. Uma mulher negra/índia, seria mãe, esposa e dona de casa? Difícil de imaginar, fugia das normas de inteligibilidade de gênero. Afinal, seu papel era servir às famílias burguesas, nos trabalhos de menor qualificação e remuneração e era praticamente impossível para uma mulher negra ou indígena ser es-

posa, mãe e guardiãs do lar, como recomendavam os educadores, psicólogos, médicos e juristas da família e da mulher. A *mística feminina* definitivamente não era para elas, apesar de também estarem inseridas em uma sociedade cuja política representacional enaltece o modelo de inteligibilidade feminino pautado no comportamento das mulheres brancas de classes médias e altas.

Diante de tais reflexões, vale considerar que, no Espírito Santo dos anos de 1960 e princípios de 1970, os discursos de poder dos meios de comunicação e, sobretudo, na Revista Capixaba, mais do que meramente representar as mulheres, construíam imagens de feminilidade e de masculinidade visando criar a identificação dos sujeitos aos ideais de gênero produzidos pela política de representação. Por meio da análise de discurso da revista, consideradas enquanto pertencentes à uma formação discursiva composta pela repetição constante de enunciados, é possível constatar a produção das identidades de gênero inteligíveis, que estabelecem uma relação causal entre o sexo que seria exclusivamente biológico, e o gênero, visto como o comportamento esperado para aquele sexo. As reportagens da revista podem ser vistas enquanto práticas discursivas da política de representação de gênero, na medida em que eram produtoras de modelos performativos e de discursos de “verdade absoluta”. A utilização da ciência e da lógica de naturalização social, formavam um discurso coerente e causal, capaz de omitir seu caráter produtor e ficcional, apresentando-se como uma representação fidedigna da realidade.

Nessa perspectiva, nas inúmeras matérias publicadas na Revista Capixaba, algumas das quais foram aqui analisadas, o modelo de feminilidade é apresentado por meio de imagens de mulheres pertencentes às classes privilegiadas de Vitória, e, acima de tudo, brancas. A *mística feminina* capixaba, da mesma forma que a *mística* estadunidense, era branca, heterossexual e jovem. Imbuído dessa política de representação, o discurso de poder utilizado pela revista procurava promover a incorporação dos

sujeitos sociais às identidades de gênero inteligíveis. Na sociedade moderna que se estabelecia em Vitória, urbana e industrializada, era essencial que as mulheres, e os homens de maneira relacional, se enquadrassem nos modelos representacionais construídos pelos discursos de poder. Afinal, a formação social brasileira e vitorienense se inseria na dinâmica de consumo estadunidense e nos ideais de “progresso” econômico e moral da ditadura civil-militar que governava o país. Tal inserção não seria possível se as classes médias e altas não incorporassem, na medida do possível, os padrões identitários da política representacional de gênero, tão evidentes na Revista Capixaba.

Referências

Fontes do Arquivo do Espírito Santo

- BELEZA e suavidade. *Revista Capixaba*, Vitória, n. 27, p. 65-66, mai. 1969.
- CASAR é bom negócio. *Revista Capixaba*, Vitória, n. 28, p. 41-42, jun. 1969.
- COMO educar uma filha? *Revista Capixaba*, Vitória, n. 13, p. 43-45, mar. 1968.
- ELIANE, um certo olhar doce. *Revista Capixaba*, Vitória, n. 30, p. 53-54, ago. 1969.
- MULHER=homem: misoginia é o resultado. *Revista Capixaba*, Vitória, n. 12, p. 36-37, fev. 1968.
- NOSSA mulher em 67. *Revista Capixaba*, Vitória, n. 2, p. 63-67, abr. 1967.
- O DOCE encanto das gêmeas Cristina. *Revista Capixaba*, Vitória, n. 33, p. 49-50, nov. 1969.

Fonte legislativa

- BRASIL. Lei nº 5.536, de 21 de novembro de 1968. Dispõe sobre a censura de obras teatrais e cinematográficas, cria o Conselho Superior de Censura, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, 21 nov. 1968.

Bibliografia

- BRANDÃO, Helena H. Nagamine. *Introdução à análise do discurso*. 2 ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismos e subversão da identidade*. 11 ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2016.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira. *História da construção e das transformações da cidade*. Vitória: Cultural-ES, 2005.
- CUNHA, Paulo Roberto Ferreira da. *American way of life: consumo e estilo de vida no cinema dos anos 1950*. São Paulo: Intermeios, 2018.

DUARTE, Ana Rita Fonteles. Gênero e comportamento a serviço da Ditadura Militar: uma leitura dos escritos da Escola Superior de Guerra. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 18, n.1, p. 75-92, jan.-abr./2014. Disponível em: <file:///Users/MMM/Downloads/35946-160629-1-sm.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2018.

FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso*. 15 ed. São Paulo: Loyola, 2007.

FRANÇA, Ceciana; et. al. O Espírito Santo em revista. In: MARTINUZZO, José Antônio (Org.). *Impressões capixabas: 165 anos de jornalismo no Espírito Santo*. Vitória: Departamento de Imprensa Oficial do Espírito Santo, 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/ea000207.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2018.

FRIEDAN, Betty. *Mística feminina*. Petrópolis: Editora Vozes Limitada, 1971.

LASCH, Christopher. *A mulher e a vida cotidiana: amor, casamento e feminismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LUCA, Tania Regina. *Imprensa feminina: mulher em revista*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 447-468.

NADER, Maria Beatriz. *Mulher: do destino biológico ao destino social*. 2ª ed. Vitória: EDUFES, 2001.

PEDRO, Joana Maria. O feminismo de “segunda onda”: corpo, prazer e trabalho. In: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). *Nova História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013. p. 238-259.





ARTIGO

IDEIAS EM MOVIMENTO: UM DIÁLOGO ENTRE EMMA GOLDMAN E FRANCISCO FERRER Y GUARDIA

Nilciana Alves Martins

Bacharela e licenciada em História pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Atualmente é mestranda em História pelo Programa de Pós-Graduação da UFJF, na linha de "Narrativas, Imagens e Sociabilidades".

Resumo

O presente trabalho busca refletir sobre qual era a perspectiva da anarquista e feminista Emma Goldman em torno da proposta pedagógica de Francisco Ferrer. Dada a necessidade inicial de compreender qual era a proposta de Ferrer, analisaremos sua principal obra, "A Escola Moderna", escrita em 1909. Enquanto Ferrer estava encarcerado em Montjuic, Goldman foi uma das figuras que, nos Estados Unidos da América, mobilizou suas redes de sociabilidade em defesa do anarquista espanhol. Além disso, Goldman participou da criação do projeto Francisco Ferrer Association, como também escreveu sobre Ferrer e sua proposta pedagógica. Dito isso, fica evidente a existência de um "diálogo intelectual" entre esses dois personagens e, nesse sentido, para compreender a perspectiva de Goldman, investigaremos o seu artigo "Francisco Ferrer y la Escuela Moderna" e sua conferência denominada "La importancia social de la Escuela Moderna". Por fim, pretendemos compreender, à luz da proposta metodológica desenvolvida pelo historiador britânico Quentin Skinner, qual era a perspectiva intelectual de Goldman no que se refere à produção teórica e atuação política de Francisco Ferrer.

Palavras-chave: Emma Goldman, Francisco Ferrer, História Intelectual.

Abstract

The present work seeks to reflect on what was the perspective of anarchist and feminist Emma Goldman about Francisco Ferrer's pedagogical thought. Given the initial need to understand Ferrer's proposal, we will analyze his main work, "The Modern School", written in 1909. While Ferrer was incarcerated in Montjuic, Goldman was one of the figures who, in the United States of America, mobilized his sociability networks in defense of the Spanish anarchist. In addition, Goldman participated in the creation of the Francisco Ferrer Association project, as well as writing about Ferrer and his pedagogical proposal. That said, the existence of an "intellectual dialogue" between these two characters is evident and, in this sense, to understand Goldman's perspective, we will investigate his article "Francisco Ferrer y la Escuela Moderna" and his conference called "La importancia social de la Escuela Moderna". Finally, we intend to understand, in the light of the methodological proposal developed by the British historian Quentin Skinner, what Goldman's intellectual perspective was with regard to the theoretical production and political performance of Francisco Ferrer.

Keywords: Emma Goldman, Francisco Ferrer, Intellectual History.

Introdução

Francisco Ferrer¹, filho de agricultores católicos, nasceu na Catalunha, em 1859. Ainda adolescente, tornou-se um trabalhador do comércio e, de forma autodidata, estudou as ideias republicanas. Inicialmente, dada sua atuação enquanto republicano radical, isto é, em virtude de sua performance em insurreições republicanas que marcaram a Espanha daquele contexto, F.F. exilou-se em Paris. Sua estadia na França permitiu que ele entrasse em contato com pensadores libertários ligados ao universo educa-

cional. Foi ali também que ele conheceu a senhorita Meunier, personagem que foi responsável por doar a quantia que possibilitou que Ferrer retornasse a Espanha, em 1901, para fundar a Escola Moderna de Barcelona (GALLO, 2013).

Em 1906, ocorreu o atentado contra o rei espanhol Afonso XIII e, como se sabe, Mateo Morral (1880-1906) foi o responsável por aquela ação política. Visto que Morral tinha sido bibliotecário de F.F., no inquérito, esse último foi considerado mentor do atentado. E, com sua prisão em 1906, a Escola Moderna foi fechada e seus materiais confiscados. Em 1907,

1 A partir de agora trataremos Francisco Ferrer pela sigla "F.F".

Ferrer foi inocentado e posto em liberdade, mas já não tinha mais os recursos necessários para reabrir a sua escola. Diante de tal situação, nosso personagem mudou-se para França e, posteriormente, passou pela Bélgica. Em Bruxelas, fundou a Liga Internacional para a Educação Racional da Infância e, em 1908, inaugurou o periódico *L'École Renovée*, revista criada pela referida Liga (GALLO, 2013). Esses projetos de Ferrer não passaram despercebidos, pois a imprensa anarquista internacional comentava sobre sua atuação e, na *Mother Earth*, revista criada por Emma Goldman², encontramos artigos refletindo sobre a *L'École Renovée*³.

Em 1909, F.F. retornou à Espanha que, naquele momento, se revoltava contra o serviço militar obrigatório. A multidão tomava as ruas e, nesse contexto, ficou conhecido na historiografia como “A Semana Trágica”. Novamente, F.F. foi perseguido pelas autoridades que, mesmo sem provas convincentes, o acusou de ser o mentor intelectual por trás daquelas agitações. Diante do encarceramento de Ferrer, inúmeras mobilizações, em diferentes partes do globo, foram criadas em sua defesa. Mesmo diante de tamanha rede de solidariedade, Ferrer foi executado pelo Estado e pela Igreja Católica espanhola. E, sua atuação enquanto criador da Escola Moderna foi colocada a todo o momento no inquérito como uma justificativa para sua punição, pois o auditor do processo concluiu que F.F. era chefe dos anarquistas, seu “mentor intelectual, e que todas as revoltas populares ocorridas na Catalunha na época eram resultado de suas ações insidiosas de educação popular para construir a revolução social” (GALLO, 2013, p.249). Por fim, Francisco Ferrer foi fuzilado, sendo suas últimas palavras um: “Viva a Escola Moderna!”.

Como bem salientou Louise Michel (1830-1905), “não se pode matar a ideia a tiros nem amarrá-la” e, por isso, mesmo com a morte de Ferrer, sua ideia “atravessou o Atlântico e chegou ao Brasil e aqui fin-

cou raízes sólidas plantadas pelas mãos de militantes que dedicaram, assim como Ferrer, suas vidas à educação e formação de uma nova humanidade” (BIBLIOTECA TERRA LIVRE, 2014). O periódico brasileiro *A Laterna*, por exemplo, em 1912, publicou um texto de José Oiticica (1882-1957) sobre a proposta educacional de Francisco Ferrer. Em 1913, nas páginas do mesmo jornal, vemos um artigo de Neno Vasco (1878-1920) fazendo referência à figura de Ferrer. Tal situação não é uma exceção, pois, de fato, principalmente a partir de 1909, Ferrer vai ser um dos temas da imprensa anarquista de diferentes países.

Goldman também ouviu o último grito de Ferrer, abraçando o apelo do “Viva a Escola Moderna!” e, nesse sentido, o presente trabalho busca compreender como Francisco Ferrer, isto é, seu projeto pedagógico e sua atuação política, apareceu nos escritos de Emma Goldman. E, para cumprir tal tarefa, selecionamos dois trabalhos de E.G., sendo eles: “*Francisco Ferrer y la Escuela Moderna*” e o “*La importancia social de la Escuela Moderna*”⁴. Visto que, em grande medida, pretendemos pensar sobre a produção intelectual de E.G., nossa metodologia é baseada na proposta traçada por Quentin Skinner, no artigo “*Meaning and Understanding in the History of Ideas*”. No referido artigo, Skinner buscou entender quais eram os procedimentos adequados para se alcançar a compreensão de uma obra. Com o objetivo de responder essa questão de maneira a romper com as soluções mais ortodoxas, isto é, romper com as perspectivas metodológicas que apostavam no “contexto” ou na “autonomia do texto”, Skinner elaborou uma metodologia alternativa para a História das Ideias.

Inicialmente, o historiador “anatomizou” os absurdos históricos oriundos da adoção, no que se refere ao campo da História das Ideias, dessas duas metodologias mais tradicionais. Para ele, a adoção

2 A partir de agora trataremos Emma Goldman pela sigla “E.G.”.

3 Ver a seguinte edição da *Mother Earth*: Vol. IV, No.9, November 1909.

4 Os artigos foram, inicialmente, escritos em inglês. Entretanto, no presente trabalho, optou-se por utilizar a versão em espanhol dos mesmos. A versão que utilizamos pode ser encontrada no livro GOLDMAN, Emma. “*La palabra como arma*”. - 1a ed. - Buenos Aires: Libros de Anarres, La Plata: Terramar, 2010.

desses procedimentos, que partiam do “contexto” ou da “autonomia do texto”, levava à criação de *mitologias*: como a mitologia das doutrinas, da coerência, do localismo, etc. Para Skinner, a saída para a História das Ideias seria adotar uma metodologia que se preocupasse com as seguintes questões metodológicas: a intenção do autor, o significado daquela obra para o próprio agente e, claro, o uso das palavras e seus significados dentro da obra e pensamento em questão. E, no presente artigo, adotamos como base a metodologia sugerida por Skinner, visto que pretendemos compreender a produção intelectual de Goldman em sua complexidade.

A essa altura se faz necessário pensar sobre quem foi Emma Goldman, objeto principal desse estudo. A pensadora nasceu em 1869, em Kovno, região que naquele momento era parte do Império Russo. Em 1881, dado o aumento do antissemitismo, a família Goldman mudou-se para São Petersburgo. Na capital, E.G. se viu obrigada a abandonar os estudos e a começar a trabalhar em uma fábrica de espartilhos para ajudar nas finanças da casa. Tal estadia na capital foi importante para a formação intelectual de E.G., pois, ali, a jovem Emma entrou em contato com obras niilistas (GOLDMAN, 2015, p.22) e, como aponta Shulman, com um contexto revolucionário, visto que “la revolución flotaba en el aire de Petersburgo. Allí, la ya rebelde Emma supo que en Rusia había mujeres revolucionarias que vivían para sí mismas y para la revolución” (2009, p.8).

Em 1885⁵, E.G. emigrou para os Estados Unidos da América e, ao chegar em Rochester, trabalhou em diferentes estabelecimentos. Em 1886, em virtude

do impacto que a *Revolta de Haymarket* teve em sua trajetória, E.G. resolveu dirigir-se a Nova Iorque para, assim, estreitar laços com os círculos anarquistas da época. Ao chegar a Nova Iorque, E.G., por convite de um conhecido, foi até ao café Sach’s “onde se reuniam ‘os radicais, socialistas e anarquistas, escritores judeus e poetas, falando iídiche e russo” (LOBO, 1983 p.20), foi nesse café que ela conheceu figuras como o anarquista Alexander Berkman (1870-1936).

Inicialmente, E.G. se aproximou de Johann Most (1846-1906), personagem que, na época, era uma figura de extrema relevância dentro do movimento anarquista, sendo diretor do periódico *Die Freiheit*. Foi, por sugestão de Most, que E.G. iniciou sua carreira como oradora pública. Entretanto, dentro de pouco tempo, a anarquista se viu obrigada a romper com o periódico em questão, pois a proposta do *Die Freiheit* e, conseqüentemente, a de Most, era criticar “as ilusões e o desgaste das lutas pela jornada de oito horas” (LOBO, 1893, p.25).

Sim, inicialmente, E.G. abraçou a ideia de Most, mas, devido às discussões levantadas pelos trabalhadores após suas intervenções públicas, Goldman percebeu “que estava cometendo um crime contra mim mesmo e contra os trabalhadores ao servir como um papagaio que repetia as visões de Most” (GOLDMAN, 2015, p. 41-42) e, tal situação, a curou “daquela fé infantil na infabilidade de meu professor e imprimiu em mim a necessidade de pensamento independente” (Idem). Após seu afastamento em relação a Most, E.G. se aproximou do jornal *Die Autonomie* pois, segundo ela, “seus princípios eram mais próximos do que o anarquismo havia passado a significar para mim, mais do que os do *Freiheit*. O *Autonomie* enfatizava mais a liberdade do indivíduo e a independência dos grupos” (Ibid.; p.57).

O ano de 1892 é outro marco na trajetória de E.G., pois, após a sua participação na *Revolta de Homestead*, nossa personagem tornou-se, em grande medida, uma figura pública. Com a ajuda de E.G., seu companheiro, Alexander Berkman, elaborou um atentado contra Henry Frick, diretor da Companhia

5 Existem controvérsias em relação à data exata em que E.G. chegou aos Estados Unidos da América. Elisabeth Souza Lobo (1983, p.86) propõe que E.G. teria chegado no ano de 1885; já na introdução de “O Indivíduo, a Sociedade e o Estado, e outros ensaios”, livro da editora Hedra, que teve sua primeira edição 2007, é dito que o ano seria o de 1886. Entretanto, a versão em português da autobiografia de E.G., lançada em 2015, a data considerada é a de 1889. De qualquer forma, consideramos, no presente trabalho, que E.G. chegou aos EUA em 1885, como aponta Elisabeth Souza Lobo em seu livro e como é possível verificar no site do projeto *The Emma Goldman Papers*, ligado à Universidade da Califórnia em Berkeley.

Carnegie Steel. Após o atentado, Berkman, assim como E.G., “tornou-se a besta negra da sociedade americana” (LOBO, 1983 p.30). Tal situação, além de fazer de E.G. uma figura pública que, não raro, era perseguida e representada de maneira negativa por inúmeros periódicos da época, gerou um desdobramento na própria perspectiva de E.G. sobre esse tipo de ação política.

Já em 1893, E.G. foi presa⁶ sob a acusação de incitar a desordem durante as agitações que ocorreram na *Union Square*. Encarcerada na *Blackwell's Island*, E.G. vivenciou as mazelas do sistema penitenciário e, posteriormente, escreveu sobre elas em “*Vivendo Minha Vida*”. Fato é que, na prisão, Goldman tornou-se enfermeira e buscou ler autores como “Walt Whitman, Emerson, Thoreau, Spencer, John Stuart Mill e muitos outros autores ingleses e americanos” (GOLDMAN, 2015, p. 107). Em 1895, já em liberdade, nossa personagem, com a ajuda financeira de companheiros de luta, se dirigiu até a Europa, com o objetivo de obter o diploma de enfermeira e o de parteira.

Já na Europa, ao estudar na *Allgemeines Krakenhause*, E.G. acabou se aproximando da literatura moderna, tornando-se, por fim, grande admiradora dos escritos de Friedrich Nietzsche (1844-1900) e das palestras do professor Sigmund Freud (Ibid.; p.127). Durante o ano que passou na Europa, E.G. continuou atuando como oradora pública e conheceu figuras importantes do movimento anarquista, como Errico Malatesta (1853-1932), Piotr Kropotkin (1842-1921) e Louise Michel. Tal estadia e, conseqüentemente, o contato com aquela atmosfera intelectual, influenciaram intensamente a perspectiva teórica de Goldman, como é possível verificar ao analisar seus escritos.

Em 1896, E.G. já estava em solo norte-americano atuando como oradora pública. Em 1900, ela retornou à Europa, onde participou do Congresso Anarquista que ocorreu em Paris naquele ano. Em

1901, de volta aos Estados Unidos, E.G. teve que lidar com a histeria da esfera pública da época que a acusava de ser a responsável pelo assassinato do presidente William McKinley. A anarquista chegou a ser presa, mas não foi condenada, visto a inexistência de provas que comprovassem seu envolvimento no caso. Posteriormente, souberam que a pessoa por trás do atentado era Leon Czolgoz (1873-1901). E.G., então, adotou uma posição pública de defesa do rapaz, entretanto, apesar dos esforços da anarquista, Czolgoz foi executado pelo Estado. Já em 1903, E.G. participou de organizações contrárias ao Ato de Exclusão Anarquista.

Como aponta Lobo (1893, p. 88), em 1907, E.G. participou do Congresso Anarquista de Amsterdã e tornou-se defensora do planejamento familiar, integrando a campanha pelo *Birth Control*. A essa altura, é válido lembrar que a prática enquanto parteira fez com que E.G. se aproximasse das situações desesperadoras as quais as mulheres, por não terem acesso a métodos contraceptivos, estavam submetidas. Em 1916, isto é, em um contexto de ampla perseguição a personagens como Margaret Sanger⁷, E.G. intensificou sua campanha pelo *Birth Control*, sendo presa sob a acusação de ter violado a *Lei Comstock*⁸, passando, por isso mesmo, duas semanas em um ambiente de trabalhos forçados.

Em 1906, E.G. fundou o periódico *Mother Earth* que, por sua vez, funcionou até 1917. A revista versava sobre diferentes temáticas e, em grande medida, serviu para publicizar o pensamento intelectual de Goldman, bem como de outros intelec-

6 Inúmeras foram as ocasiões que E.G. foi detida, não sendo o objetivo do presente trabalho destrinchar todas as vezes que tal situação ocorreu.

7 Margaret Sanger, ativista feminista que lutava pelo direito das mulheres a terem acesso aos métodos de “controle de natalidade”. Também foi fundadora da revista *The Woman Rebel*.

8 Anthony Comstock (1844-1915) foi um inspetor e político norte-americano dedicado a refletir sobre temas ligados à moralidade. Ademais, surgiu, naquele contexto, uma lei em sua homenagem, a lei federal que entrou em vigor, nos Estados Unidos, em março de 1873 e que, por sua vez, tornava ilegal qualquer material “imoral”, o que incluía os métodos contraceptivos. Devido a tal legislação a ativista feminista Margaret Sanger (1879-1966) foi presa, como também foi E.G., após atuar em defesa do livre acesso das mulheres a diferentes tipos de métodos contraceptivos.

tuais da época. Ainda em 1910, E.G. lançou o livro *"Anarchism and Other Essays"* e, em 1914, publicou o *"The Social Significance of the Modern Drama"*. Já em 1919, E.G. foi deportada para Rússia, isso em virtude de sua militância pública contra o alistamento militar obrigatório, e lá permaneceu até 1921. Após sua participação no processo revolucionário russo, E.G. publicou, em 1923, sua obra *"My Disillusionment in Russia"*, na qual fez uma severa crítica ao Estado Bolchevique. Em 1931, a anarquista lançou sua autobiografia, denominada *"Living My Life"*. Mesmo com a idade mais avançada, E.G. continuou sua atuação como oradora pública e, em 1936, manteve relações com o grupo espanhol *Mujeres Libres*. Nossa pensadora morreu em 1940, no Canadá.

Como aponta a historiadora Margareth Rago, E.G. tratou de questões muito complexas, como a exploração capitalista, o imperialismo e a opressão de gênero (RAGO, 2011, p.263). Entretanto, mesmo E.G. sendo criadora de um pensamento intelectual significativo, por muito tempo, sua perspectiva intelectual foi negligenciada por boa parte da historiografia. Segundo Bianchi, "la mayor parte de los estudiosos ha subestimado la contribución de la anarquista rusa en el plano teórico" (2009., p.144) e, não raro, E.G. foi retratada como "una divulgadora de las teorías de los demás, en particular de Bakunin y de Kropotkin" (Idem). Mas, vale ressaltar que, a partir da década de 1980, contexto esse que marcou mudanças significativas na forma de se entender e fazer História, percebemos emergir novos estudos que tinham como objeto de estudo Emma Goldman, o que contribuiu para uma diminuição dessa negligência historiográfica inicial.

No que se refere à produção brasileira sobre E.G. é importante destacar o trabalho pioneiro de Elisabeth Lobo que, no livro *"Emma Goldman - A vida como Revolução"* (1983), faz um resgate biográfico da personagem em questão. Ainda dentro dessa lógica, vale lembrar da dissertação de mestrado de Liane Perts Richeter que, em 1998, defendeu o trabalho *"Emanipação Feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria*

Lacerda de Moura". Já, quando se analisa a historiografia internacional⁹, percebe-se que a maioria dos escritos que tiveram E.G. como objeto de estudo foram desenvolvidos em torno de um espectro biográfico.

Já no que se refere a Francisco Ferrer, como sua produção intelectual aparece na historiografia? Pois bem, até hoje, muitos se formam na modalidade de licenciatura sem, ao menos, conhecer o projeto pedagógico racionalista – libertário de Ferrer. Por mais que nosso personagem não seja, *stricto sensu*, uma figura presente no processo de formação de professores, observa-se a existência de pesquisadores brasileiros que se dedicaram a estudar a figura e produção intelectual de Francisco Ferrer. Sendo válido ressaltar a produção de pessoas como Silvio Gallo (1992, 1995, 2007), José Damiro de Moraes (1999, 2005) e Flávio Venâncio Luizetto (1984). Pesquisadores internacionais também merecerem ser lembrados, como Maurice Dommanget (1972) e Pere Solá (1978).

Dito isso, percebe-se que pouco se sabe sobre a relação entre Francisco Ferrer e Emma Goldman e, nesse sentido, a presente pesquisa visa exatamente dar conta de compreender como a proposta pedagógica e a atuação política de F.F. apareceram nos escritos de E.G. contribuindo, assim, para a construção

9 Como aponta George Iggers "desde os anos de 1980, não somente as temáticas sobre mulheres e gênero adquiriram crescente importância na historiografia, mas também sobre raça, etnia e pertencimento de classe" (2010, p.110). É nessa mesma década que se deu o início do *Emma Goldman Papers Project* (EGPP), projeto ligado à Universidade da Califórnia, em Berkeley que, por sua vez, contribuiu para a organização, preservação, catalogação e publicação de escritos e demais fontes ligadas à figura de Goldman. Mesmo sendo possível afirmar que foi a historiografia norte-americana a que mais se dedicou a pesquisar E.G., ainda sim, a maior parte desses estudos possuíram um tom biográfico que, não raro, negligenciaram a produção intelectual da anarquista. Sendo um emblema de tal situação, o fato de que R. Drinnon, em *"Rebel in Paradise: A Biography of Emma Goldman"* considerar que E.G. "no fue en absoluto una pensadora política y social relevante" (1961, p.314, apud Bianchi, 2009, p.144). Entretanto, é possível encontrar relevantes trabalhos norte-americanos sobre E.G., com destaque para a produção de A. Wexler; Paul e Karen Avrich e C. Falk. De qualquer maneira, a presente pesquisa, mesmo que possa usar como auxílio alguns desses trabalhos, é dotada de originalidade, visto que os autores citados não tratam a questão que é fundamento para nós, isto é, a perspectiva intelectual de E.G. em torno da proposta pedagógica e da atuação política de Francisco Ferrer.

de uma historiografia que não negligencie a complexidade do pensamento intelectual de Goldman. E, para cumprir os objetivos da presente pesquisa, no item 2, será realizada uma análise crítica da obra “A Escola Moderna”, buscando, com isso, entender os aspectos primordiais da proposta de Ferrer. Em seguida, no item 3, ao analisar os artigos “Francisco Ferrer y la Escuela Moderna” e o “La importancia social de la Escuela Moderna”, abordaremos questões relativas à perspectiva da própria E.G. e, por fim, chegaremos a algumas conclusões.

A proposta pedagógica de Francisco Ferrer: não há deveres sem direitos; não há direitos sem deveres

As ideias de Ferrer ressoam e permanecem à espreita, aguardando aqueles indignados com a situação do mundo que estejam dispostos a atualizá-las, produzindo novas práticas educativas e sociais
(Silvio Gallo, 2014).

Em 1975, ao escrever “Vigiar e Punir: Nascimento da prisão”, Michel Foucault mostrou que a escola moderna, assim como a prisão, eram, não raro, ambientes autoritários. Entretanto, apesar dos muitos aspectos inéditos presentes nas obras do filósofo francês, pode-se dizer que ele não foi o primeiro a tecer esse tipo de crítica ao sistema educacional moderno. Como apontou Silvio Gallo, o próprio Francisco Ferrer realizou uma crítica “contra uma escola que não forma e não educa, apenas molda os estudantes segundo aquilo que um Estado autoritário deseja para manter um sistema de dominação e exploração” (2014, p.11). Diante disso, Ferrer desenvolveu outro modelo educacional, pois em sua concepção, seu projeto pedagógico racionalista – libertário seria capaz de gerar um espaço para o livre desenvolvimento das potencialidades humanas. Ao falar sobre a pedagogia de Ferrer, Gallo afirmou que (Ibid.; p.13):

A essa proposta pedagógica fortemente calcada nas ciências naturais (com profunda influência, pois, da filosofia positivista), mas atenta aos problemas sociais (o que, por sua vez, a afastava daquela ideologia), Ferrer denominou ‘*pedagogia racional*’ [grifo nosso]. Um processo educativo que eduque pela razão, para que cada ser humano seja capaz de raciocinar por si mesmo, conhecer o mundo e emitir seus próprios juízos de valor, sem seguir nenhum mestre, nenhum guia. *Não se pense, porém, que ele defendia um racionalismo extremado* [grifo nosso]. Para ele, o ser humano não é apenas razão, mas um composto de razão, vontade, desejo e afeto, e um processo pedagógico não pode negligenciar nenhum desses aspectos.

Na obra aqui analisada, isto é, no livro “A Escola Moderna”, F.F. reuniu suas reflexões em relação a sua proposta de pedagogia racional, como também escreveu sobre o funcionamento da Escola Moderna de Barcelona (1901-1906) que, por sua vez, seguiu o seu modelo racionalista – libertário. Nas primeiras páginas do livro, F.F. dedicou um espaço para mostrar os motivos de seu afastamento dos círculos republicanos e, em seguida, revelou a importância que sua estadia na França e, conseqüentemente, que sua atuação, enquanto professor de espanhol na Associação Fitotécnica, tiveram para a fundação da Escola Moderna. Pois, afinal, foi ali que F.F. conheceu a “senhorita Meunier” e, essa sua ex-aluna, foi a responsável por lhe doar o dinheiro que foi utilizado para estabelecer a Escola Moderna em Barcelona. A senhorita Meunier “odiava os revolucionários” (FERRER, 2014, p.31), além de ser uma “católica convicta” (Idem), mas, dado seu contado com F.F., a mulher acabou vendendo-se “obrigada a reconhecer que nem todo irreligioso é perverso e nem todo ateu é um criminoso incorrigível” (Idem).

Diante disso, é possível questionar: porque Meunier doaria dinheiro para a fundação de uma escola libertária? Segundo F.F., dada as inúmeras conversas que ele teve com a senhorita, a mesma acabou por se

render à “forte lógica” (Ibid.; p.33) de seus argumentos e, nesse sentido, “concordou que uma educação racional e um ensino científico salvariam a infância do erro, dariam aos homens a bondade necessária e reorganizariam a sociedade em conformidade com a justiça” (Ibid.; p.32). Aqui, conseguimos perceber a importância que conceitos como “lógica” e “razão” possuem dentro do pensamento de Ferrer, como também o significado específico que esses termos adquirem dentro do vocabulário epistêmico do pedagogo.

Por fim, o anarquista propôs que Meunier abraçasse suas ideias dadas à “lógica” presente nas mesmas (Idem), em virtude de ouvir suas considerações “não como indicações diretas, mas como resposta natural e réplica às suas tentativas de proselitismo” (Ibid.; p.33) e, por isso, “viu logo que, por falta de *lógica*, posto que antepunha a fé à *razão*, seus raciocínios débeis fracassaram perante a *forte lógica dos meus* [grifo nosso]” (Idem). É possível que F.F. tenha decidido por esclarecer essa questão em seu livro, pois, a imprensa católica e conservadora da época, o acusava de ter se “aproveitado” de Meunier, buscando, com isso, criar uma dada imagem em torno de Ferrer.

A proposta pedagógica de Ferrer era baseada na ideia de apoio mútuo, em uma valorização das ciências naturais¹⁰ e, em grande medida, ela mantinha um diálogo com a filosofia positivista. Mesmo que Ferrer valorizasse conceitos como o de “razão”, “lógica”, “verdade”¹¹, “científico”, pode-se perceber

10 Pode-se perceber a importância que as ciências naturais adquirem na proposta de Ferrer (Ibid.; p.43), pois ele apontou, ao falar sobre os fundamentos da Escola Moderna, que “consideramos absurdo o conceito disseminado de que a educação baseada nas ciências naturais atrofia o órgão da irrealidade. Consideramo-lo absurdo; dizemos isso porque estamos convencidos do contrário. O que faz a ciência é corrigi-lo, endireitá-lo, sanear sua função, dando-lhe um senso de realidade. O fim da energia cerebral humana é produzir um *ideal* com a arte e essas altas gerações *conjeturáveis* com a filosofia. Mas para que o ideal não seja degenerado em fábula ou em sonhos vaporosos, e o conjecturável não seja um edifício que descansa sobre alicerces de areia, é necessário de toda necessidade que ela tenha por base segura, inabalável, os alicerces exatos e positivos das ciências naturais”.

11 Segundo Ferrer (2014, p.37), “a verdade é de todos e socialmente se deve a todo mundo. Colocar-lhe um preço, reservá-la como monopólio dos poderosos, deixar em ignorância sistemática os humildes e, o que

que o libertário não negligenciava as outras esferas que compõe o humano, como a questão da afetividade, dos sentimentos, entre outras. Um exemplo disso é que, ao elaborar o fundamento da Escola Moderna, Ferrer expôs que (Ibid.; p.43-44):

Não se educa integralmente o homem disciplinando sua inteligência, fazendo caso do coração e relegando a vontade. O homem, na unidade de sua funcionalidade cerebral, é um complexo; tem várias facetas fundamentais, é uma energia que vê, afeto que rejeita ou adere ao concebido, e vontade que se cristaliza em atos, o percebido e amado. Estabelecer um abismo no qual deveria haver uma sadia e bela continuidade é um estado mórbido, que luta contra as leis do organismo do homem, e com certeza é moeda corrente do divórcio entre o pensar e o querer. Ligadas a isso, quantas consequências fatalíssimas! Não é preciso olhar mais nada além dos diretores da política e de todas as ordens da vida social: são afetados profundamente por um dualismo pernicioso semelhante. Muitos deles serão indubitavelmente potentes em suas faculdades mentais; possuirão riqueza de ideias; até compreenderão a orientação real e, por todos os conceitos, formosa, que prepara a ciência para a vida do indivíduo e dos povos. Contudo, seus desatentados egoísmos, as próprias conveniências de suas afinidades [...] tudo isso, misturado com o fermento dos sentimentos tradicionais, impermeabilizará seus corações, para que não sejam filtradas neles as ideias progressivas que têm, e não sejam convertidas em substância de sentimento, que, por fim e cabo, é o propulsor, o determinante imediato da conduta do homem [...] Porque o sentimento, quando é forte, penetra e se

é pior, dar-lhes uma verdade dogmática e oficial em contradição com a ciência para que aceite sem protesto seu estado ínfimo e deplorável sob um regime político democrático é uma indignidade intolerável, e julgo da minha parte que o protesto mais eficaz e a ação revolucionária mais positiva consistem em dar aos oprimidos, aos deserdados e a todos aqueles que sentem impulsos justeiros essa verdade que lhes é escondida, determinante das energias suficientes para a grande obra da regeneração da sociedade”.

difunde pelo mais profundo do organismo do homem, perfilando e colorindo o caráter das pessoas.

Segundo F.F., a Escola Moderna “deveria ser não o protótipo perfeito da escola futura da sociedade racional, mas sua precursora, *a possível adaptação racional ao meio* [grifo nosso]” (Ibid.; p.35), ou seja, “a negação positiva da escola do passado perpetuada no presente” (Idem). O objetivo era fazer, ao usar métodos de ensinamentos racionais, isto é, baseados na experiência e na demonstração racional, com que as crianças “não acreditem em nada por fé [...] a criança se tornaria observadora e estaria preparada para todos os tipos de estudo” (Idem).

A Escola Moderna, para F.F., não era apenas uma escola laica, pois a primeira queria “educar a infância em toda a verdade e somente na verdade” (Ibid.; p.39) e, por isso mesmo, não se tratava de “criar mais um exemplar do que até hoje é conhecido com escola *laica*, com seus dogmatismos apaixonados” (Idem), mas um “observatório sereno [...] onde nenhuma nuvem obstrua o horizonte nem se interponha à luz do conhecimento humano” (Idem). A essa altura, é válido lembrar que a escola racional e científica de Ferrer se baseava no tripé: escola, editora e periódicos (revista e boletim), pois diante da inexistência de materiais escolares adequados para o desenvolvimento do projeto de F.F., se fez necessária a construção da editora, de uma biblioteca específica¹², como também a criação de um curso específico para a formação de professores¹³.

12 Segundo Ferrer, “a Escola Moderna foi inaugurada antes que a biblioteca criada tivesse produzido sua primeira obra, mas esta, que foi publicada pouco depois, foi uma criação brilhante que exerceu grande influência sobre a instituição recente; se trata de “As Aventuras de Nono”, por Jean Grave [...] Editei dois livros a seguir, dedicados à leitura escolar. Não foram escritos para escolas, mas dediquei sua tradução à moderna, também com um êxito brilhante: um, o Caderno manuscrito, o outro, Patriotismo e colonização”. (FERRER, 2014, p.88-89)

13 Em seu livro, F.F. falou sobre a dificuldade de formar um professorado, pois até mesmo “os professores laicos espanhóis, inspirados e alentados pela propaganda livre-pensadora e pelo radicalismo político, se manifestavam melhor como anticatólicos e anticlericais do que como verdadeiros racionalistas” (Ibid.; p.65). E, diante de tal situação,

Uma das características da Escola Moderna de Barcelona era sua prática de coeducação de ambos os sexos¹⁴, algo que, na época, não era muito comum. Para F.F., a educação mista tinha uma relevância enorme, era não somente uma “circunstância indispensável para a realização do ideal que considero como resultado do ensino racionalista, mas como o próprio ideal, iniciando sua vida na Escola Moderna” (Ibid.; p.46). Para esclarecer seu posicionamento, F.F. reproduziu nas páginas de seu livro “*A Escola Moderna*”, o artigo “*A necessidade do ensino misto*”, escrito por ele e publicado inicialmente no segundo número do *Boletim* da Escola Moderna.

Ao ler o referido artigo, além de uma defesa da coeducação dos sexos, pode-se identificar parte da perspectiva de F.F. em relação às mulheres. Por mais que tenha prevalecido um tom democrático no texto, isto é, a ideia de que homens e mulheres deveriam ter acesso a uma escola racional e científica, como também o de que os homens deveriam parar de oprimir as mulheres, ainda sim, F.F. acabou, em alguns poucos momentos, por reproduzir uma visão essencialista em relação à mulher. Pois, afinal, percebe-se que F.F. partiu do pressuposto de que existem aspectos inerentes às mulheres, tais como: “o sentimento intenso” (Ibid.; p.47), “o elemento conservador” (Idem), “a intensidade afetiva” (Ibid.; p.48). De qualquer forma, F.F. não os via como um problema,

F.F. criou “uma Escola Normal, racionalista, para o ensino dos professores, sob a direção de um professor experiente e com a participação dos professores da Escola Moderna, onde se matricularam vários jovens de mãos os sexos” (Ibid.; p.66).

14 Mesmo a educação mista sendo uma prática da Escola Moderna, F.F. apontou que inicialmente evitou “propagar publicamente o meu propósito, reservando-me a fazê-lo privada e individualmente. A toda pessoa que solicitava a inscrição de um aluno, lhe pedia alunas se tinha meninas em sua família [...] Anunciado publicamente teria levantado mil preocupações, teria sido discutido na imprensa, os convencionalismos e o temor a *o que dirão*, terrível obstáculo que esteriliza infinitas boas disposições, teriam predominado sobre a razão e, se não destruído por completo, o propósito teria sido de difícil realização. Procedendo como procedi, garanti a apresentação de meninos e meninas em número suficiente no ato de inauguração, que sempre seguiu em progressão constante” (Ibid.; p.45-46).

pois, em diálogo com a ciência, tais características poderiam ser utilizadas de forma a criar um mundo melhor. Segundo F.F. (Ibid.; p.49) “a humanidade melhoraria com maior rapidez [...] pondo à contribuição do forte *sentimento impulsivo da mulher* as ideias que a ciência conquista [grifo nosso]”.

A coeducação das classes sociais também era uma entre as bases fundamentais da Escola Moderna. Segundo F.F., a fundação de uma escola exclusivamente pública, destinada somente a crianças pobres não poderia ter sido uma “escola racional, porque se não lhes ensinasse a credulidade e a submissão [...] teria lhes inclinado forçosamente à rebeldia¹⁵, teriam surgido espontaneamente sentimentos de ódio” (Ibid.; p.51). Já uma escola destinada prioritariamente a crianças ricas também não era o ideal desejado por F.F, pois, afinal, uma escola assim “não tem que se esforçar muito para demonstrar que por seu exclusivismo não pode ser racional. A própria força das coisas a inclinaria a ensinar a manutenção do privilégio e o aproveitamento de suas vantagens” (Ibid.; p.52). Por isso, a Escola Moderna praticou “uma espécie de nivelção que ia desde a gratuidade, as mensalidades mínimas, as medianas até as máximas” (Idem). Nas palavras de Ferrer (Ibid.; p.51-52), a Escola Moderna:

Opera sobre as crianças a quem pela educação e pela instrução prepara para serem homens, e não antecipa amores nem ódios, adesões nem rebeldias, que são deveres e sentimentos próprios dos adultos; em outros termos, não quer colher o fruto antes de tê-lo cultivado, nem quer atribuir uma responsabilidade de sem ter dotado a consciência das condições que devem constituir seu fundamento. Que as crianças

aprendam a serem homens, e quando o forem declarem-se em rebeldia em boa hora [...] A coeducação de pobres e ricos, que põe em contato uns com outros na inocente igualdade da infância, por meio da igualdade sistemática da escola racional, essa é a escola, boa, necessária e reparadora.

O espaço físico, as condições materiais necessárias para a criação de um espaço educacional que possibilitasse o livre desenvolvimento das potencialidades de cada discente, também foi uma preocupação de Ferrer. Dada a valorização que as ciências naturais tinham na proposta pedagógica de F.F., na Escola Moderna, era possível encontrar “lâminas de fisiologia vegetal e animal, coleções de mineralogia, botânica e zoologia; gabinete de física e laboratório especial; máquina de projeção; substâncias alimentares, industriais, minerais, etc” (Ibid.; p.39). Ademais, tinha-se uma grande preocupação com a higiene escolar¹⁶, com a profilaxia das enfermidades transmissíveis e, evidentemente, com a salubridade do edifício.

A ginástica, assim como os jogos, eram outros pontos valorizados no projeto pedagógico de Ferrer. Segundo ele, “o jogo funciona no desenvolvimento altruísta nas crianças. *A criança, em geral, é egoísta* [...] o jogo é quando as crianças devem ser orientadas para que pratiquem a lei da solidariedade [grifo nosso]” (Ibid.; p.63), pois as observações prudentes, os conselhos e “as reconvenções dos pais e professores devem ser encaminhadas nos jogos das crianças, para lhes provar que lhes é mais útil serem tolerantes e condescendentes com o amiguinho” (Idem). Dito isso, fica evidente que a função dos jogos na proposta de F.F. era não gerar competitividade, mas sim um ambiente de companheirismo, pois, afinal, a ideia desses jogos era para provar para as crianças

15 Sobre a rebeldia, F.F. apontou que “o assunto é delicado e convém deixar claro: a rebeldia contra a opressão é simplesmente questão de estética, de puro equilíbrio. Entre um homem e outro não podem haver diferenças sociais [...] se elas existem, enquanto uns abusam e tiranizam, os outros protestam e odeiam. A rebeldia é uma tendência niveladora, e, portanto, racional, natural, e não quero dizer justa, porque justiça anda desacreditada com suas más companhias: a lei e a religião (FERRER, 2014, p.51).

16 Na Escola Moderna existia uma preocupação em acompanhar o desenvolvimento físico e mental dos discentes. Tinha-se, dentro desse projeto pedagógico, um espaço destinado à educação e instrução sanitária e, por isso mesmo, as crianças ligadas à Escola Moderna tinham “conferências de higiene semanais ou quinzenais e as habituará às práticas higiênicas, lavação das mãos, boca, banhos, natação, limpeza das unhas, etc”. (Dr. Martinez Vargas, s.d, s.p, apud FERRER, 2014, p.60).

“que a lei da solidariedade beneficia aos demais e ao mesmo que o produz” (Idem).

Ainda com o intuito de criar um ambiente igualitário, a Escola Moderna não aplicava provas, pois ela funcionava sob o lema “nem prêmio, nem castigo”. Segundo F.F., “na Escola Moderna não havia prêmios, nem castigos, nem provas em que houvessem alunos ensoberbecidos com a nota dez [...] nem infelizes que sofressem o opróbrio de se verem depreciados” (Ibid.; p.79). Dito isso, fica evidente que Ferrer criou estratégias para fazer do edifício da Escola Moderna um ambiente democrático, capaz de abraçar crianças de diferentes classes e sexos. A essa altura, é válido lembrar que o ensino oferecido pela Escola Moderna não atendia somente aos seus respectivos discentes, mas também à sociedade como um todo, pois era uma prática comum da referida escola uma “série de conferências dominicais públicas, à qual compareciam alunos, suas famílias e grande número de trabalhadores desejosos de aprender” (Ibid.; p.101).

A criação de um espaço verdadeiramente democrático, ainda na primeira década do século XX, eis o que foi a Escola Moderna.

A Escola Moderna por Emma Goldman

Na conferência “*La importancia social de la Escuela Moderna*”¹⁷, de 1911, é possível identificar argumentos formulados por E.G. que, por sua vez, dizem respeito ao universo educacional. Ao falar sobre as escolas da época, Goldman apontou que essas representavam para as crianças o que “*la prisión para los convictos o los cuarteles para los soldados, un lugar donde todo es empleado para romper la voluntad del niño, y a partir de ahí machacarlo, moldearlo y formarlo en un ser absolutamente extraño a sí mismo* [grifo nosso]” (GOLDMAN, 2010, p.161). Aqui, a metáfora entre a escola e a

prisão evidencia a crítica goldminiana à existência de uma escola baseada na disciplina e na uniformidade e que, por isso mesmo, acabava por ferir a individualidade dos discentes.

Ao dizer que a “*noción de que el conocimiento sólo se puede obtener en la escuela a través de ejercicios sistemáticos, y que el período escolar es el único en el cual el conocimiento puede ser adquirido*” (Idem) era absurda, Goldman, acabou por indicar que, em sua concepção, existiam outros ambientes, outros espaços de socialização, que também seriam potencialmente educativos, isto é, também seriam produtores de conhecimento. Para E.G., esse sistema que fazia com que os estudantes saíssem das faculdades recordando-se de palavras, mas sem saber nada, gerava um dano que reside em “*su jactanciosa afirmación de que representa la verdadera educación, esclavizando de ese modo a las masas a un gran consenso mucho más que lo que pudiera conseguir un gobernante absoluto*” (Ibid.; p.162).

Segundo E.G., “*los métodos educativos modernos son más necesarios en Norteamérica que en España o en otro país, ya que en ninguna parte existe tan escaso respeto por la libertad personal y la originalidad de pensamiento*” (Idem), pois, afinal, “*la uniformidad y la imitación es nuestro lema*” (Idem). Nesse sentido, muitos professores norte-americanos, em virtude desse modelo educacional, acabavam por “*en imponer sus conocimientos a los alumnos, ignorando o reprimiendo sus instintivos anhelos de manipulación y belleza, y los arrastran o conducen a un mal denominado curso lógico, a unos apocopados ejercicios [grifo nosso]*” (Ibid.; p.164). Nesse sentido, é possível perceber que E.G. ressaltou a importância que o corpo docente adquire na construção de uma educação libertária, pois, afinal, o professor não deve impor aos seus discentes um dado conhecimento. Percebe-se, por fim, que E.G. formulou uma crítica ao modelo que, posteriormente, Paulo Freire denominou como “*educação bancária*”.

A antítese a essa escola baseada na disciplina e uniformidade seria a Escola Moderna, pois essa “re-

17 GOLDMAN, Emma. “La importancia social de la Escuela Moderna”. In: GOLDMAN, Emma. “*La palabra como arma*”. - 1a ed. - Buenos Aires: Libros de Anarres; La Plata: Terramar, 2010.

podia completamente este pernicioso y verdaderamente criminal sistema educativo” (Idem). Segundo Goldman (Idem), na Escola Moderna, que é orientada para o livre desenvolvimento das potencialidades humanas, o professor:

En lugar de oponerse o mostrar autoritariamente sus propias opiniones, predilecciones o creencias, debe ser un instrumento sensible que responda a las necesidades de los niños sea como sea que se manifiesten; un cauce a través del cual el niño pueda acceder a los *conocimientos acumulados del mundo*, cuando se muestre predispuesto a recibirlos y asimilarlos [grifo nosso].

Como já mencionamos, a Escola Moderna era baseada, entre outras coisas, no princípio de coeducação dos sexos. Para a época, tal princípio era, em muitos aspectos, progressista. Entretanto, no artigo “*A necessidade do ensino misto*”, presente no livro “*A Escola Moderna*”, como também já apontamos, F.F. acabou por, em alguns momentos, reforçar uma visão essencialista em torno das mulheres. Por outro lado, E.G., em “*La importancia social de la Escuela Moderna*”, diz não somente da necessidade da coeducação dos sexos, mas, principalmente, da importância de uma educação sexual para os discentes.

Já nas primeiras páginas de “*Francisco Ferrer y la Escuela Moderna*”¹⁸, E.G. fez um regaste biográfico de Ferrer, salientando que mesmo ele sendo “conocido y amado por su pueblo” (GOLDMAN, 2010, p.145), “fuera de España sólo una culta minoría conocía la obra de Francisco Ferrer. Para el mundo em general, este maestro no existía” (Idem). Goldman percebeu que, somente em 1909, em virtude da prisão e assassinato de Ferrer, foi que o anarquista “se convirtió en una figura universal, provocando la indignación y cólera en todo el mundo civilizado contra el asesinato sin sentido” (Idem).

Já que na Espanha que assassinou Ferrer existia uma íntima relação entre o Estado e a Igreja Católica, E.G., no decorrer do artigo, também buscou ressaltar que “la muerte de Francisco Ferrer no fue el primer crimen cometido por el gobierno español y la Iglesia Católica. La historia de estas instituciones es un dilatado río de sangre y fuego” (Idem). Na narrativa biográfica que E.G. faz do anarquista espanhol, esse último apareceu como um “buscador de la verdad” (Ibid.; p.146), “un incrédulo [...] sino también un rebelde” (Idem) que, apesar dos perigos, teve a coragem de questionar a Igreja Católica e seu Deus.

A ida de F.F. à França, na narrativa de E.G., é colocada como algo de grande valor, pois foi ali que Ferrer viu o funcionamento da Escola Moderna “la cual jugaría un papel importante y a la vez fatal en su vida. La Escuela Moderna em Francia había sido fundada mucho antes de la época de Ferrer”¹⁹. Su creadora, aunque a menor escala, fue la [...] Louise Michel” (Ibid.; p.147). A essa altura, é importante ressaltar o fato de que no livro “*A Escola Moderna*”, F.F. não resgata a contribuição de Louise Michel e, na historiografia, tal fato também é negligenciado. É possível encontrar artigos que comentem rapidamente que, na França, F.F. teria entrado em contato com Paul Robin, mas quase nada é dito sobre Louise Michel. Nesse sentido, observamos um esforço por parte de E.G. de resgatar a contribuição que outras mulheres tiveram na construção do projeto da Escola Moderna que, em grande medida, foi um projeto construído coletivamente, visto que não só Ferrer, mas outros anarquistas teorizaram e praticaram uma educação libertária. Segundo Goldman (Idem):

Nuestra gran Louise sentía desde hacía tiempo que el futuro estaba en manos de las jóvenes generaciones; así, si el niño no era rescatado de esa institución que trituraba la mente y el alma, la escuela burguesa, los males sociales seguirían vigentes. Tal vez ella

18 GOLDMAN, Emma. “Francisco Ferrer y la Escuela Moderna”. In: GOLDMAN, Emma. “*La palabra como arma*”. - 1a ed. - Buenos Aires: Libros de Anarres; La Plata: Terramar, 2010.

19 Nessa parte E.G. faz referência a Escola de Montmartre, criada por Louise Michel.

pensara, con Ibsen, que la atmósfera se encontraba saturada de fantasmas, que los adultos tenían muchas supersticiones que superar. Tan pronto como se dejaba atrás las mortales garras de un espectro, he aquí que se hallaban esclavizados por otros noventa y nueve espectros. De este modo, sólo unos pocos podían alcanzar la cima de la plena regeneración.

Ao falar sobre a educação infantil praticada por Louise Michel, E.G., simultaneamente, evidenciou sua posição no que se refere ao processo de formação das crianças. Nossa pensadora, de fato, não foi a autora da famosa frase “não se nasce mulher, torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1949), mas, ainda sim, observa-se que na perspectiva de E.G. o processo de socialização é uma variável fundamental na definição do ser. Nesse sentido, ao falar sobre as crianças, Goldman apontou que “el niño, sin embargo, no tiene tradiciones que superar. Su mente no se encuentra embotada por ese conjunto de ideas, su corazón no se ha helado con las distinciones de clases y castas”.

Na narrativa de Goldman, outro personagem importante com o qual Ferrer entrou em contato em sua estadia na França foi Paul Robin. Ao comentar sobre a Escola organizada por Robin, em Cempuis, E.G. afirmou que sua criação teve mais a ver com questões ideológicas do que propriamente a proximidade de Robin com as teorias pedagógicas modernas, segundo E.G., “Paul Robin buscaba unos ideales más allá de las simples ideas modernas en la educación”(GOLDMAN, 2010, p.148). É devido a sua insatisfação com a sociedade e com “la concepción burguesa de la herencia” (Idem), que Robin decidiu criar sua escola. Segundo Goldman (Idem), o projeto de Robin, que buscava romper com as marcas que a herança de uma família deixava para as futuras gerações, se orientava a partir de “un adecuado medio económico y social, el aire y la libertad de la naturaleza, los ejercicios saludables, el amor y la simpatía y, sobre todo, un profundo conocimiento de las necesidades del niño”.

Como eram escolhidos os discentes da Escola de Cempuis? Para E.G., “Paul Robin no seleccionaba

a sus niños [...] Recogió a todos los sucios, inmundos y temblorosos pequeños vagabundos que su establecimiento podía albergar y los trajo a Cempuis” (Idem). E, após o contato com a escola libertária, “allí, rodeados por su propio orgullo natural, libres y sin restricciones, bien alimentados, limpios, queridos profusamente y comprendidos, las pequeñas plantas humanas comenzaban a crecer, a florecer, a desarrollarse” (Idem). Quando E.G. escreveu sobre os discentes da escola de Cempuis, visto que geralmente esses eram membros das camadas marginalizadas pela sociedade, a anarquista também realizou uma forte crítica a instituições como orfanatos e reformatórios, afirmando que esses eram sombrios e terríveis lugares “donde una benevolente sociedad oculta a sus víctimas con el objetivo de apaciguar sus conciencias culpables” (Idem).

Goldman também versou sobre outras experiências educacionais francesas que, em grande medida, influenciaram Ferrer. Entre elas estava a atuação pedagógica de Madelaine Vernet, “una talentosa escritora y poeta, autora de *l'Amour Libre*” (Ibid.; p.149) e a de “Sebastián Faure, con su *La Ruche, la cual visité mientras estaba en París en 1907* [grifo nosso]” (Idem).

E.G. ressaltou que Faure comprou um terreno e, pouco depois, levantou a *La Ruche* que, por sua vez, contava com “un extenso patio cuadrado, limitado por tres construcciones, y un amplio camino que conduce a los jardines y huertos, es lo primero que ve el visitante. El jardín, cuidado como sólo un francés sabe hacer, suministra una gran variedad de vegetales para *La Ruche*” (Idem). Para Goldman (Idem), Faure era da opinião que se uma criança está submetida “a influencias contradictorias, su desarrollo sufre las consecuencias. Sólo cuando las necesidades materiales, la higiene del hogar y el ambiente intelectual son armoniosos, puede el niño crecer como un ser saludable y libre”. Nesse sentido, é possível observar pontos comuns entre a proposta de Faure e a de Francisco Ferrer²⁰.

20 Nessa parte do artigo, E.G. adicionou um escrito de Faure que ver-

Muito provavelmente, E.G., ao trazer a trajetória de outros personagens que foram fundamentais para o desenvolvimento de uma teoria e prática de educação libertária, buscou mostrar que “Francisco Ferrer no pudo escapar a esta gran ola de las propuestas de la Escuela Moderna” (Ibid.; p.151). Nesse sentido, após ter decidido levar o projeto da Escola Moderna para a Espanha, Ferrer contou com o apoio financeiro de Mademoiselle Meunier. Muito provavelmente, sem a contribuição de Meunier, a construção da Escola Moderna de Barcelona teria sido, no mínimo, mais difícil. No momento de perseguição a figura de F.F., segundo Goldman (Idem), “se difundiera en los periódicos católicos norteamericanos que Ferrer había hecho uso de su intimidad con mademoiselle Meunier para acceder a su dinero”.

Novamente, ao ler os comentários de E.G. sobre a representação de F.F. e de sua relação com a Mademoiselle Meunier na esfera pública da época, é possível identificar parte de sua perspectiva sobre a condição da mulher naquela sociedade. A anarquista apontou que, particularmente, acreditava que “la intimidad, de cualquier naturaleza, entre un hombre y una mujer, es asunto sólo de ellos” e, por isso mesmo, “no dedicaría ni una sola palabra a este asunto, si no fuera una de las muchas viles mentiras que han circulado sobre Ferrer”. Para nossa personagem, a visão religiosa que, por sua vez, sexualizava a relação de F.F. e Meunier, isto é, que buscavam, em grande medida, representar F.F. como um “proveitador” de mulheres, tinha a ver com o fato de que os padres católicos sempre viram as mulheres como “un objeto sexual” (Ibid.; p.151-52) e, por isso mesmo, “¿Cómo, por tanto, pueden ellos entender la cooperación de un hombre y una mujer, si no es bajo unas premisas sexuales?” (Ibid.; p.152).

sava sobre sua proposta pedagógica, como também sobre o funcionamento de sua escola *La Ruche*. O escrito de Faure, por sua vez, tinha sido publicado na *Mother Earth*, isso ainda em 1907. Muito provavelmente, E.G. reproduz o escrito de Faure em seu trabalho na tentativa de fortalecer seu argumento, isto é, de comprovar quais eram de fato os princípios valorizados por Faure, como também com o intuito de divulgar a proposta do pensador.

Segundo F.F., como já mencionado, Meunier adere a seu projeto em virtude da “forte lógica” de seus argumentos, mas E.G. ressalta outra possível variável explicativa para a adesão de Meunier, afirmando que ela havia “desperdiado su niñez y su adolescencia con un padre miserable y una sumisa madre” (Idem) e, por isso mesmo, “apreció fácilmente la necesidad del amor y del juego en la vida del niño”(Idem) compactuando, por fim, com o projeto de Ferrer. Além disso, E.G. ressaltou que, muito provavelmente, a Mademoiselle “debió ver que Francisco Ferrer era un maestro, no una institución, maquinaria o un productor de diplomas, sino dotado con un don [grifo nosso]” (Idem). Com isso, pode-se observar que, na perspectiva de E.G., o ambiente no qual uma pessoa é socializada pode, posteriormente, influenciar suas decisões. Ademais, é possível identificar uma crítica de Goldman em relação a uma educação que, basicamente, se resume a produzir diplomas.

Ao chegar na Espanha e fundar a Escola Moderna, F.F. tornou-se “un hombre marcado” (Idem), pois “desde el día de la apertura de la Escuela, fue vigilado” (Idem). Assim, E.G. relatou que os perseguidores de F.F. tentaram se aproveitar dos acontecimentos de 1906 e, posteriormente, de 1909, para o aprisionar. Ferrer, com a sua escola, desejava contribuir “a la causa de la libertad dando lugar a una joven generación que esté dispuesta a comenzar una nueva era” (FERRER apud GOLDMAN, 2010, p.152) e, evidentemente, tal fato não agradava o Estado e a Igreja Católica. Após a prisão de F.F., isso já em 1909, algumas de suas cartas escritas na fortaleza de Montjuic foram publicadas no *L' Humanité*. Goldman, em seu artigo, optou por descrever algumas passagens dessas cartas e, em uma enviada a sua esposa, Ferrer declarou “no hay motivo para atormentarse; sabes que soy absolutamente inocente” (Ibid.; p.153). Nossa personagem que, a essa altura, já tinha passado por vários processos judiciais e prisões declarou que F.F. e seus amigos “cometieran el terrible error de creer al enemigo con un sentido de justicia. Una y otra vez, ellos habían confiado en los poderes judiciales, sólo para

ver cómo sus hermanos eran asesinados frente a sus propios ojos.” (GOLDMAN, 2010, p.154).

Ainda dentro dessa perspectiva, ao descrever a relação entre F.F. e os acontecimentos de 1909, E.G. acaba por realizar uma análise crítica desses eventos. Como já mencionamos, nossa personagem era uma antimilitarista e, conseqüentemente, no texto aqui analisado, ela identifica na Semana Trágica “una protesta tan extraordinaria contra el militarismo” (Ibid.; p.153) e, por esse motivo, tal agitação foi vista com bons olhos por Goldman. Mas, ainda assim, E.G. afirmou que (Ibid.; p.155):

Por otro lado, está absolutamente demostrado que el levantamiento antimilitarista no estaba organizado; que el mismo surgió de repente incluso para el propio pueblo, de manera similar a las grandes olas revolucionarias de ocasiones anteriores. El pueblo de Barcelona, de hecho, tuvo la ciudad bajo su control durante cuatro días y, de acuerdo con las declaraciones de los turistas, nunca había prevalecido un orden y paz mayor. Por supuesto, el pueblo estaba tan escasamente preparado que, cuando llegó el momento, no sabía qué hacer.

Por fim, a desorganização, bem como a espontaneidade daqueles movimentos foram utilizados como uma forma de argumentar que, de fato, F.F. não seria o mentor por trás daquelas agitações, segundo E.G. (Ibid.; p.156) “puede alguien suponer por un momento que un hombre como Ferrer podría vincularse con tal espontánea y desorganizada tentativa? ¿No sabría que la misma tendría como resultado un fracaso, un desastroso fracaso para el pueblo?” (Idem). Além dessas colocações, Goldman apresentou outros fatores que indicariam, na sua visão, a não classificação de F.F. enquanto mentor intelectual daquele movimento.

Para a anarquista, o próprio comprometimento de F.F. com as ações referentes à Escola Moderna o impossibilitaria de ter tempo para organizar tal ação política e, além disso, “el mismo día del levantamien-

to, el veinticinco de julio, Ferrer había convocado a una conferencia a los profesores y miembros de la Liga de la Educación Racionalista”(Idem) e, por isso mesmo, “¿Es del todo concebible, plausible, que Ferrer, teniendo conocimiento de la rebelión, formando parte de ella, pudiera con sangre fría invitar a sus amigos y colegas a Barcelona el día en que sabía que sus vidas podrían estar en peligro? *Seguramente, sólo la mente criminal y viciosa de un jesuita podría dar crédito a tal homicidio deliberado* [grifo nosso]” (Idem).

Para E.G., Francisco Ferrer não foi um homem perigoso em virtude de sua possível participação nos eventos de 1909, mas sim devido sua oposição “a la disciplina y la restricción”(Ibid.; p.159) e, precisamente, era a oposição ao autoritarismo que fazia de F.F. um inimigo da Igreja e do Estado Espanhol e, assim, o processo decidiu que F.F. “tenía que morir, el 13 de octubre de 1909, en los fosos de Montjuich” (Idem). Mas, diante do assassinato de F.F. inúmeros projetos foram criados, vários países se uniram “para perpetuar la gran labor de Francisco Ferrer” (Idem) e, por isso mesmo, a essa altura, “¿quién puede decir que Ferrer murió en vano?” (Idem).

Considerações finais

A análise crítica dos artigos aqui selecionados, sendo eles o “*Francisco Ferrer y la Escuela Moderna*” e o “*La importancia social de la Escuela Moderna*”, procurou exemplificar a complexidade do pensamento intelectual de Goldman. Nossa personagem, para fortalecer seus argumentos, mobilizou diferentes autores e periódicos, se mostrando como uma figura inserida em dado ambiente intelectual e que, por isso mesmo, era capaz de se apropriar, ressignificar e criar diferentes perspectivas. Ademais, se percebe dada autenticidade em seu pensamento, visto que E.G. não simplesmente reproduziu uma certa ideologia ou proposta pedagógica e, nesse sentido, ela, de fato, acabou por realizar uma análise crítica, pois, por mais que exista a valorização por parte de E.G. em relação ao projeto

racionalista libertário de F.F., ainda sim, nossa personagem acrescenta, por exemplo, a importância de que a Escola Moderna ofereça uma educação propriamente sexual para os discentes.

Outro ponto que merece ser destacado, diz respeito ao fato de que, mesmo quando E.G. escreve sobre a proposta intelectual e a atuação política de F.F., a perspectiva de gênero se faz presente, visto que ela não só resgatou a contribuição feminina para o desenvolvimento da educação libertária, como também, paralelamente, acabou por tecer críticas à forma como a Igreja e demais instituições enxergavam as mulheres naquela época. E, portanto, como bem apontou Blanchette (2011, p.288) “Goldman nunca endeuçou qualquer ideologia a ponto de perder de vista as políticas cotidianas que Foucault, mais tarde, rotularia de *controle* e *disciplina*” e, dessa maneira, E.G. “não só se preocupava com a luta de classes e as políticas de massa, como também enxergava as inúmeras maneiras com que o poder invade a vida cotidiana, condicionando mentes, corpos e almas” (Idem).

Já no que se refere à proposta pedagógica racionalista – libertária esboçada na obra “*A Escola Moderna*” é extremamente interessante pensar que, ainda na modernidade, F.F., E.G., Faure, Louise Michel, Paul Robin, Madelaine Vernet, entre outros personagens conhecidos e desconhecidos, foram capazes de, entre outras coisas, criticar, ressignificar e criar formas novas de existência e resistência. Por fim, ressaltamos a importância de se fortalecer uma formação profissional e uma prática educacional realmente democrática, libertária, pois, como bem demonstrou Paulo Freire: “quando a educação não é libertadora, o sonho do oprimido é ser o opressor”.

Referências Bibliográficas Básicas

BEAUVOIR, Simone. “*O Segundo Sexo: A Experiência Vivida*”. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

_____. “*O segundo Sexo: Fatos e Mitos*”. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1980.

BIANCHI, Bruna. “El pensamiento anarcofeminista de Emma Goldman”. In: “La mujer más peligrosa del mundo: textos feministas de Emma Goldman: textos feministas de Emma Gold-

man”. Edición: LaCongregación [Anarquismo em PDF], Portada: Reybum, 2009.

BLANCHETTE, Thaddeus. “Emma Vermelha e o espectro do ‘tráfico de mulheres’”. *Cad. Pagu* [online]. 2011, n.37, pp. 284-297. ISSN 0104-8333. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200012>>. Acesso 10/06/2018>.

DOMMANGET, Maurice. “*O racionalismo combatente de Francisco Ferrer Y Guardia*”. Rio de Janeiro: Ed. Imaginário, 2003.

DRINNON, Robert. “*Rebel in Paradise: A Biography of Emma Goldman*”. Chicago, University of Chicago Press, 1961.

FALK, Candace. “*Love, Anarchy, and Emma Goldman*”. New York, Rinehart and Winston, 1984.

FERRER, Francisco: “*A Escola Moderna*”. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2014. 160p.

FOUCAULT, Michel. “*A Microfísica do poder*”. São Paulo: Paz e Terra, 2014. 432 p.

_____. “*Vigiar e punir: nascimento da prisão*”. São Paulo: Vozes, 2014. 296 p.

GALLO, Silvio. “Educação e liberdade: a experiência da Escola Moderna de Barcelona”. *Pro-Posições – Revista da Faculdade de Educação da Unicamp*, v. 3, n. 3[9], p. 14-23, dez. 1992.

_____. “*Pedagogia libertária – anarquistas, anarquismos e educação*”. São Paulo: Imaginário; Manaus: EDUA, 2007.

_____. “*Pedagogia do risco – experiências anarquistas em educação*”. Campinas: Papirus, 1995.

_____. Francisco Ferrer Guardia: o mártir da Escola Moderna. *Pro-Posições*, Campinas, v. 24, n. 2, p. 241-251, ago. 2013.

GOLDMAN, Emma. “*Dos años en rusia: Diez artículos publicados en The World; Traducidos y editados por Aurora (revista quincenal)*”, New York, 1923”. Barcelona, Palma Mallorca: Pequeña Biblioteca Calamvs Scriptorivis, 1978, p.67.

_____. “*La palabra como arma*”. - 1a ed. - Buenos Aires: Libros de Anarres; La Plata: Terramar, 2010.

_____. “*Minha desilusão na Rússia (Vol. 1)*”. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2017. 254 p.

_____. “*Minha desilusão na Rússia (Vol. 2)*”. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2018. 176 p.

_____. “*O Indivíduo, a Sociedade e o Estado, e outros Ensaios*”. São Paulo: Hedra, 2007. 144p.

_____. “*Vivendo minha Vida*”. Curitiba: L-Dopa Publicações, 2015. 712 p.

HELLER, Agnes. “*O Cotidiano e a História*”. São Paulo: Paz e terra, 2008.

IGGERS, Georg. “Desafios do século XXI à historiografia”. *História da Historiografia*. Ouro Preto, n. 4, março, 2010, p. 105-124.

LEJEUNE, Philippe. “*O pacto autobiográfico: de Rousseau à Internet*”. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LENOIR, Hugues. “*Autogestão, Pedagogia e Educação Popular: A contribuição dos anarquistas*”. São Paulo: Intermezzo, 2017.

LOBO, Elisabeth Souza. “*Emma Goldman — A vida como Revolução*”.

São Paulo, Brasiliense, 1983.

LUIZETTO, Flávio Venâncio. “*Presença do anarquismo no Brasil: um estudo dos episódios literário e educacional: 1900-1920*”. Tese (Doutorado) – UFscar, São Carlos, 1984. 341 p.

MORAES, Jose Damiro de. “*A trajetória educacional anarquista na Primeira Republica: das escolas aos centros de cultura social*”. 1999. 67f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP.

PEDRO, Joana Maria. “Relações de gênero como categoria transversal na historiografia contemporânea”. *Revista Topoi*, v.12, n.22, jan-jun 2011, pp. 270-83.

PERROT, Michelle. “*Os excluídos da História: operários, mulheres e prisioneiros*”. Paz & Terra, 2017.

RAGO, Luzia Margareth. “*Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar. Brasil 1890-1930*”. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

_____. “Foucault e as artes de viver do anarco-feminismo”. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. (Org.). “*Figuras de Foucault*”. 01ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2006, v. 3000, p. 165-175.

_____. “Prefácio à Emma Goldman: tráfico de Mulheres”. *Cad. Pagu* [online]. 2011, n.37, pp.263-271. ISSN 0104-8333. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-83332011000200010>. Acesso: 12/11/2017.

RICHTER, Liane Peters. “*Emancipação feminina e moral libertária: Emma Goldman e Maria Lacerda de Moura*”. 1998. Dissertação de Mestrado. Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, jul./dez. 1995, pp. 71-99. < https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1210/scott_gender2.pdf>. Acesso: 12/11/17.

SHULAMAN, Alix Kates. “La mujer más peligrosa del mundo”. In: “La mujer más peligrosa del mundo: textos feministas de Emma Goldman: textos feministas de Emma Goldman”. Edición: La-Congregación [Anarquismo em PDF], Portada: Reybum, 2009.

SKINNER, Quentin. “Meaning and understanding in the history of ideas”. *History and Theory*, vol. 8. N. 1, 1969.

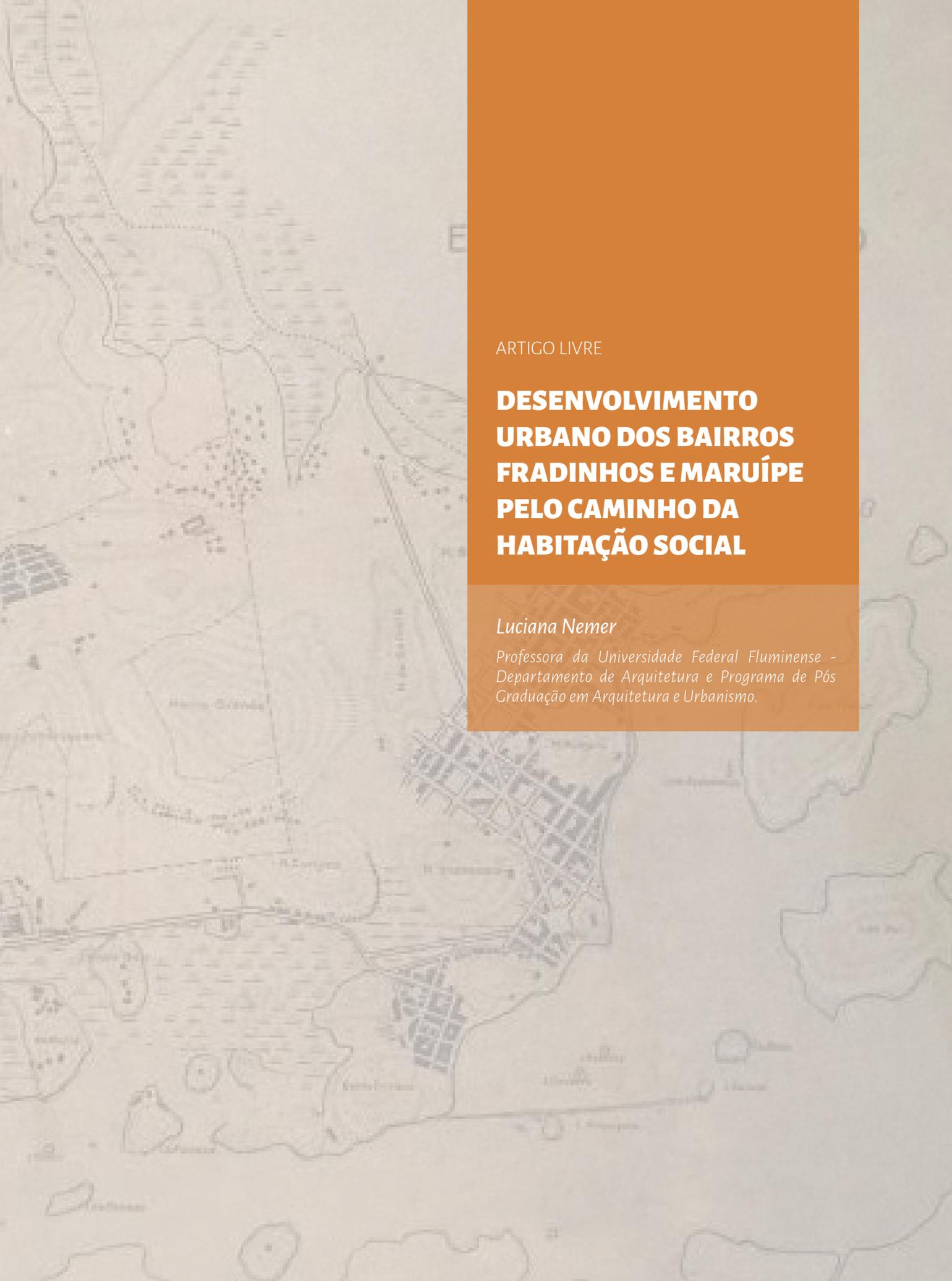
SOLÁ, Pere. “*Las escuelas racionalistas en Cataluña*”. 2. ed. Barcelona: Tusquets, 1978.

TRACTENBERG, Maurício. “Francisco Ferrer e a pedagogia libertária”. *Educação e Sociedade – CEDES*, Campinas, n. 1, 1978.

WEXLER, Alice. “*Emma Goldman: An Intimate Life*”. New York, Pantheon Books, 1984.

_____. “*Emma Goldman in Exile: From the Russian Revolution to the Spanish Civil War*”. Boston: Beacon, 1989. 301 p.





ARTIGO LIVRE

**DESENVOLVIMENTO
URBANO DOS BAIRROS
FRADINHOS E MARUÍPE
PELO CAMINHO DA
HABITAÇÃO SOCIAL**

Luciana Nemer

*Professora da Universidade Federal Fluminense -
Departamento de Arquitetura e Programa de Pós
Graduação em Arquitetura e Urbanismo.*

Resumo

A capital do Estado do Espírito Santo, Vitória, se expandiu dentro da área insular e neste processo delineou caminhos em direção à área continental. Fradinhos tem seu nome ligado à presença dos jesuítas, donos das terras da região. O bairro foi criado pela prefeitura de Vitória nos anos 60 do século passado e, na década de 1970, a COHAB (Companhia de Habitação) construiu casas, uma vila, que caracterizou o início da ocupação alavancada pela moradia social. A ocupação de Maruípe remonta ao período colonial tendo em vista que a ligação da ilha com o continente era somente realizada por via marítima ou pela Ponte da Passagem (1801), que ficava localizada na direção oposta à área central. O bairro herdou o nome da língua indígena, na qual, Maruípe significa Caminho de Mosquitos. Este caminho que cruzava o bairro é considerado a primeira estrada no município e, às margens da mesma, foram sendo construídas as habitações. O sinal inicial da ocupação no bairro de Maruípe por habitação social foi no relatório do Governo Estadual do Triênio 1930-1933 - O Município de Vitória sob o Regime Revolucionário, que descreve uma área de 215 lotes destinada aos menos favorecidos.

Palavras chave: Bairro, desenvolvimento, Fradinhos, habitação social, Maruípe.

Abstract

The capital of the State of Espírito Santo, Vitória, expanded within the island area and in this process outlined paths towards the continental area. Fradinhos has its name linked to the presence of the Jesuits, owners of the lands of the region. The neighborhood was created by the city's local government in the 60s and, in the 70s, the COHAB (Housing Company) built houses (a village) which characterized the beginning of the occupation leveraged by social housing. The occupation of Maruípe dates back to the colonial period, considering that the connection between the island and the mainland was only carried out by sea or by the Ponte da Passagem (1801), which was located in the opposite direction to the central area. The neighborhood inherited the name of the indigenous language, in which Maruípe means Caminho de Mosquitos. This path that crossed the neighborhood is considered the first road in the city and, on its margins, popular houses were progressively built. The initial sign of occupation in the Maruípe neighborhood by social housing was in the report of the State Government of the Triennium 1930-1933 - The Municipality of Vitória under the Revolutionary Regime, which describes an area of 215 lots destined for the less favored.

Keywords: Neighborhood, development, Fradinhos, social housing, Maruípe.

A Paisagem Natural e a Habitação Social

A área onde hoje se encontram os bairros de Fradinhos e Maruípe, ambos residenciais, e o segundo abrigando também comércio, serviços e instituições públicas e militares, teve sua história da ocupação ligada a duas fazendas. A região se tratava parte de uma cidade que ficava fora dos seus limites coloniais, e, portanto, era considerada um arrabalde, termo que hoje seria substituído por subúrbio. No entanto, em função do desenvolvimento urbano que iniciou a partir dos anos 20 do século passado, se pode afirmar

que atualmente a região faz parte de um todo contínuo da mancha urbana do município de Vitória.

Há 100 anos, no governo de Nestor Gomes (1920-1924), houve segundo Derenzi, em favor do crescimento da cidade, a desapropriação de parte dos terrenos do Barão de Monjardim para construir as estradas Fradinhos e Maruípe (DERENZI, 1995, p.155). No entanto Botechia (2018) afirma que a estrada de Maruípe antecede este período:



Figura 1: Projeto do Novo Arrabalde. Fonte: Arquivo Público do Estado do ES, 1896.

Na passagem do século XIX ao XX, a Ilha de Vitória progressivamente foi urbanizada. O núcleo inicial de povoamento encontrava-se, em 1896, restrito a cerca de 6% da área da ilha, nos limites dos atuais bairros Centro, Moscoso e Santo Antônio. As demais terras nos limites insulares podem ser descritas como de propriedade do governo ou de poucos particulares, tendo caráter suburbano/rural, como é o caso das fazendas. E as ligações entre o núcleo urbano inicial e o subúrbio se davam a partir de caminhos e estradas (BOTECHIA, 2018, p.37).

No “Esboço da Planta da Ilha de Victoria” é possível observar os quarteirões existentes em preto e projetados em vermelho, respectivamente Centro e Moscoso. Também é possível verificar, a olhos mais atentos, a nomenclatura “Morro do Frade” na

região onde hoje se localiza o bairro de Fradinhos e “Maruhype” escrito junto à linha que determina, pela legenda, um caminho para tropas. Há também de se observar, à margem desta linha, pontos pretos salpicados que marcam a existência de habitações na região. A área, um vale entre morros, é guarnecida de linhas de talvegue e, portanto também apresenta córregos.

Embora a urbanização do Bairro Jucutuquara (percurso natural para Maruípe e Fradinhos) tenha ocorrido na década de 20 do século passado, os caminhos já existiam. À margem do Morro do Cruzamento (figura 2 à esquerda), a antiga estrada, depois Rua Jucutuquara (hoje Rua Lisandro Nicoletti), com traçado paralelo à Avenida XV de Novembro (atualmente Avenida Paulino Muller), juntamente com esta desembocavam no ponto em que em meio a



Figura 2: Plano de Urbanização de Vitória - 1946. Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória.

grandes blocos de granito se dividia em dois ramos. O da esquerda se dirigia para Fradinhos e o à direita, vencendo o riacho, pela ponte de madeira sobre a fracassada Estrada de Ferro Vitória a Peçanha, atingia a ponte da Passagem por caminhos lindeiros a propriedades particulares, dentre elas a do Barão de Monjardim.

Ao relatar a formação do bairro de Jucutuquara Elton afirma que a primeira função da Avenida Paulino Müller era servir de acesso à Estrada Velha (atual Avenida Maruípe), que, na época era a única ligação por terra entre a ilha e o continente (ELTON, 1999, p. 24).

Na mensagem apresentada pelo Sr. Presidente do Estado do ES, Dr. Florentino Avidos ao Congresso

Legislativo, em 1923, Jucutuquara constava apenas da antiga rua desse nome com sete metros de largura, tortuosa, sem drenagem e desnivelada (GEES, 1928, p. 286).

De acordo com a mensagem, a principal artéria de Jucutuquara passou a ter 26 metros de largura, inclusive 4 metros do canal que a divide em dois leitos. Recebeu a linha de bondes da Praia Comprida construída pela Comissão de Melhoramentos (GEES, 1928, p. 286). A imagem a seguir a apresenta em primeiro plano, com o trilho e o canal e aos fundos a Pedra dos Dois Olhos.

Segundo Monjardim na parte central da grande montanha que separa Jucutuquara de Maruípe

ergueu-se o Solar Monjardim. Esse grande maciço que se inicia na Avenida Vitória e segue até o Pico do Frei Leopardi é conhecido em Maruípe por morro da Pedra Mole (MONJARDIM, 1995, p.56).

Hoje museu, o Solar Monjardim, localizado no bairro próximo, Jucutuquara, teve sua origem como sede da Fazenda Jucutuquara:

A residência começou a ser construída no final do século XVIII e teve sua obra concluída em 1805. Em 1816 a propriedade passou a pertencer à família Monjardim por ocasião do casamento de Ana de Paula, filha do capitão, com o Coronel José Monjardim (GEES, 2014).

Monjardim destaca quatro diferentes nomenclaturas para o mesmo acidente geográfico: Pico de Jucutuquara, Pedra dos Olhos, Pico João de Leão e Frei Leopardo ou Leopardi e justifica cada uma delas (MONJARDIM, 1995, p.74). Desta forma o primeiro se justifica por estar o acidente localizado na fazenda de mesmo nome e que na língua tupi: jucu-ita-quera, significa pássaro do buraco da pedra, pela conformidade da mesma que na face leste apresenta dois orifícios. Outra crença popular vem do nome derivar da palavra, também indígena, Yticu-tuquara que significa conchas suspensas pela sua forma, que acrescida dos referidos orifícios a nomeiam de Pedra dos Dois Olhos. Ainda o terceiro significado está relacionado a um possível exilado espanhol que ali se escondia cujo nome era João de Leão e por fim do Frade Leopardo, porque lembra um frade com capuz ou um leopardo sentado, dependendo do ponto que é avistada, também a Prefeitura Municipal de Vitória confirma esta versão.

O site da Prefeitura Municipal de Vitória assim justifica o nome Fradinhos:

O nome Fradinhos surgiu por volta de 1750. Na época três frades jesuítas (o francês Pierre de Bergue, o espanhol Alessandro e inglês Honeley) moravam num grotão, que hoje é conhecido como Sítio To-



Figura 3: Rio Jucutuquara e Pedra dos Dois Olhos. Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

dos os Santos. Durante o reinado de D. João I, dois frades foram repatriados pelo Marquês de Pombal, ficando apenas Honeley (PMV, 2019).

De acordo com Saiter o nome Fradinhos teria vindo de uma promessa:

Havia uma criança que na época era portadora de tuberculose, que foi medicada pelos jesuítas com remédio homeopático. Com a melhora, a mãe cumpriu a promessa de vesti-lo como um jesuíta. Os moradores do sítio Itaquara, hoje em dia Jucutuquara, curiosos identificaram que o fradinho morava dentro da grotá (SAITER, 2001, p. 1).

O acidente geográfico que bem caracteriza o bairro de Fradinhos é o Pico do Frei Leopardi e para Monjardim este se projeta quase no centro da Ilha de Vitória, ao se confrontar as distâncias de seus pontos extremos (MONJARDIM, 1995, p. 84). Até mesmo estudos recentes como o de Klug enfatizam o destaque deste elemento natural na paisagem, bastante citado pelos viajantes que estiveram visitando o litoral



Figura 4: Arredores do Solar Monjardim no Século XIX. Fonte: Maximiliano, 1989.

capixaba no século XIX, e que deve ter sua visibilidade garantida de diferentes pontos da cidade (KLUC, 2009, p. 76).

Derenzi ao citar os engenhos existentes na ilha no século XVII cita roças extensas em Jucutuquara ou Jocutaquara, onde uma língua de mar sobe até a confluência dos rios Fradinhos e Maruípe (DERENZI, 1995, p. 61).

A descrição da propriedade por Saint-Hilaire, naturalista francês, que se hospedou no Solar Monjardim no início do século XIX, acrescenta informações importantes sobre a região:

A habitação de Jucutuquara, para a qual me dirigia, estava construída na localização mais agradável. Era grande, regular e erguia-se à meia encosta sobre o monte coberto de erva rasteira. Em frente à casa estende-se um vale cortado por um regato ladeado por montanhas cobertas de mato, a mais notável das quais era a que dá nome a própria habitação. Grandes rochedos estão dispersos pelo vale. Um en-

genho e choupanas de negros foram construídos à direita e à esquerda, abaixo da residência do dono. Na extremidade do vale, havia uma plantação de cana-de-açúcar, no meio da qual a vista pousa sobre um grupo de elegantes palmeiras; vêm a seguir os mangues; mais adiante se divisa parte da baía e, além, algumas montanhas que a limitam ao sul (SAINT-HILAIRE, 1974, p. 39-40).

Também a imagem do príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied, que esteve em Vitória no período (1816), durante a sua expedição botânica ao litoral do Espírito Santo, descreve os arredores do Solar Monjardim no século XIX.

Na região de Fradinhos, que era uma antiga aldeia indígena, a Prefeitura Municipal de Vitória identificou um sítio arqueológico (BOTECHIA, 2018, p. 113-114).

Segundo Saiter (2001) a história que os jesuítas, ao serem expulsos, esconderam um tesouro sob uma laje, uma espécie de salão, em algum lugar da Pedra



Figura 5: Captação em Fradinhos.
Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória

dos Olhos ocasionou escavações que eliminaram importantes vestígios arqueológicos (SAITER, 2001, p. 3).

A ocupação de Fradinhos também está ligada ao abastecimento d'água. Os córregos Jucutuquara e Maruípe foram propulsores para o desenvolvimento da região. “O córrego Jucutuquara corta os bairros Fradinhos, Jucutuquara e Ilha de Santa Maria e é o segundo maior curso d'água da Ilha de Vitória, atrás apenas do Maruípe, também oculto. A ocultação do Jucutuquara ocorreu na década de 60.” (CONÇALVES, 2019, p.1).

Conforme dados da PMV o bairro começou a ser ocupado na década de 1970, quando os herdeiros da família Monjardim, Varejão e Dalma Almeida, este último proprietário da maior gleba, cerca de 100 mil m², começaram a lotear o local (PMV, 2019).

Um conjunto de casas foi edificado na “entrada do bairro” pela COHAB (Companhia de Habitação). Em meados de 1960, o governo do estado, a partir de recursos do SFH (Sistema Financeiro da Habitação), inicia o desenvolvimento dos programas habitacionais sociais, no entanto, as iniciativas irão ocorrer fora da

área central e na parte continental do município em função do custo da terra.

Em 1965 foi criada a COHAB-VT (Companhia da Habitação de Vitória) com o objetivo de reduzir o déficit habitacional, contribuir com números que buscavam a redução da pobreza e proporcionavam mais segurança, conforto e dignidade à população de baixa renda. Destaca Cruz, que dez anos depois a companhia é transformada em COHAB-ES (Companhia de Habitação do Espírito Santo) por intermédio da Lei Estadual n° 3043 ficando esta vinculada à Secretaria de Estado e Bem Estar Social (CRUZ, 2010, p. 134).

A COHAB-ES construiu conjuntos habitacionais em cidades do interior do Espírito Santo e na grande Vitória. A capital demandava por um número maior de unidades, estas planejadas em conjuntos de maior porte. Na região central do município não havia lotes compatíveis com os mesmos, logo em Fradinhos foram construídas apenas casas e em Maruípe condomínios com blocos de apartamentos de pequeno e médio porte. Os grandes conjuntos seriam locados em Jardim da Penha e Jardim Camburi.



Figura 6: Conjunto da COHAB em Fradinhos. Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

“As casas, construídas em 1973 - uma vila - contribuíram para movimentar a área. Fradinhos foi criado pela lei nº 1.689/66” (PMV, 2019). Localizadas na parte baixa do vale, às Ruas José Malta e Zemínio de Oliveira e ramificações eram conhecidas, afirma Saiter, como pombal. A autora descreve o “pombal” como constituído de casas pequenas, no estilo duas águas, com um único pavimento, seguindo o alinhamento da rua e todas branquinhas, assemelhando-se a casinhas de pombos (SAITER, 2001, p. 4). A figura 6 apresenta o conjunto.

A necessidade ampliada de moradia para trabalhadores se deu pela política contemporânea da industrialização efetivada a partir das décadas de 60/70. O reerguimento econômico do Estado se deu neste contexto. Em 1969 o decreto-lei federal 880 criou o FUNRES (Fundo para Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo) cujos recursos provi-

nham do Imposto de Renda e da dedução de 5% do ICM (CAMPOS JUNIOR, 1998, p. 27). Os recursos do fundo, geridos pelo Grupo Executivo para Recuperação Econômica do Espírito Santo (GERES) foram destinados ao setor industrial, agropecuário, turismo, pesca, serviços e comércio. O estado também se beneficiou do II Plano Nacional de Desenvolvimento, de descentralização que objetivava a industrialização das cidades de médio porte.

Diante deste quadro o governo necessitava adquirir terras e, em Fradinhos, relata Saiter, comprou uma grande área das mãos de terceiros que haviam adquirido de herdeiros do Barão de Monjardim (SAITER, 2001, p. 4). O bairro nasceu com características de bairro popular, no entanto, nos anos 80 seu perfil foi alterado, seja pela proximidade do Centro ou por se tratar de um local de beleza natural que refletiu na criação do Parque Estadual da Fonte Grande.



Figura 7: Conjunto da COHAB em Fradinhos. Fonte: Nemer, 2019.

Atualmente a vizinhança próspera, casas de médio e alto padrão, valorizou o conjunto da COHAB e ao visitar o local estas melhorias são visíveis em suas fachadas e coberturas. Ao todo são cerca de dez casas que guardaram as características arquitetônicas originais.

O Desenvolvimento Urbano e a Arquitetura dos Conjuntos Habitacionais

O bairro de Maruípe, também formado a partir de uma fazenda - a Fazenda Maruyphé, apresentou vocação para habitação social, no entanto, diferente de Fradinhos, abriga edifícios de serviços educacionais, da saúde e da segurança.

A urbanização de Maruípe, área de origem rural, se deu paulatinamente a partir do desmembramento das duas principais fazendas coloniais (além de sítios) – Maruípe e Jucutuquara, e ocorreu mais intensamente durante todo o século XX, quando se mesclam ações de agentes imobiliários privados, ações individuais e do Poder Público (BOTECIA, 2018. p.26).

As terras da fazenda de Maruípe, conforme Kulg, planícies arenosas a nordeste da ilha, foram

também o sítio físico encontrado por Saturnino de Brito para o Projeto de um Novo Arrebalde em 1896 (KLUC, 2009, p.27).

Em 1897, a fazenda Maruípe localizava-se ao lado da fazenda Jucutuquara, compreendendo uma área total de 4.620.000,00 metros² que se estendia do atual bairro Santa Cecília até a Ponte da Passagem. Durante o Império, a fazenda pertenceu ao Dr. Inácio Accioli de Vasconcelos, ouvidor da comarca de Vitória, nomeado por D. Pedro I para o governo do estado. (MONJARDIM *apud* VIEIRA, 2019, p. 1).

Vieira acrescenta que Maruípe foi formado a partir de glebas pertencentes aos herdeiros do Barão Monjardim e por outro loteamento - Nossa Senhora da Consolação, em Gurigica e ainda pelas invasões nos morros e mangues. Afirma o autor que em alguns livros e recortes de jornais consta como proprietários de parte da Fazenda um nobre inglês, Mr. Bhering, que ao falecer não deixou herdeiros passando as terras ao domínio do estado. (VIEIRA, 2019, p.1).

Também Nestor Gomes era proprietário em Maruípe. Derenzi cita que Nestor Gomes tomou interesse marcante pelas estradas suburbanas, melhorando algumas e construindo outras como a de Fradinhos e



Figura 8: Sanatório Getúlio Vargas. Fonte: UFES

Maruípe, acrescenta o autor que o governador residia em Maruípe (DERENZI, 1995, p. 173). A Estrada de Maruípe foi sendo, segundo Botechia, retificada e urbanizada, convertendo-a em avenidas (BOTECHIA, 2018, p. 61). A Ponte Maruípe (atual Ponte da Passagem) na extremidade da estrada, e que faz ligação com o continente, foi durante vários governos reparada.

Para a autora o eixo Maruípe é “um trajeto matriz” com basicamente duas tipologias de edificação agregadas: o “tipo-base” formado por edificações ordinárias postas em fileira, associadas diretamente às margens do trajeto; e o “tipo edificação especializada” (o Solar Monjardim, a escola, a fábrica, o hospital e o quartel) implantados desassociados do percurso principal, em lotes localizados em pontos mais altos e dependentes de trajetos secundários (BOTECHIA, 2018, p. 139).

As três primeiras edificações especializadas localizam-se em Jucutuquara, e as duas últimas em Maruípe. A construção do Sanatório Getúlio Vargas,

atual Hospital das Clínicas, ocorreu na década de 40 do século passado.

Já o quartel, figura 9, foi transferido para o bairro durante o período da intervenção (1930-1945), anteriormente era localizado junto ao Parque Moscoso.

O horto de Maruípe é contemporâneo ao quartel no bairro. Conforme Vieira, na década de 1930, o então presidente do Estado, Aristeu Aguiar, ao tomar conhecimento da existência do pequeno horto, que fazia a arborização da cidade, o desmembrou de parte da fazenda e o projetou como um jardim botânico (VIEIRA, 2019, p. 1).

De acordo com Marvilla o Parque Municipal Horto de Maruípe, com 60.000m² de área, foi criado em 1995. Possui uma coleção botânica predominantemente de espécies da Mata Atlântica, assim como numerosas espécies já adaptadas ao nosso clima. Os elementos paisagísticos desse parque são as palmeiras seculares, o bromeliário, que concentra uma grande variedade de espécies endêmicas do Brasil,



Figura 9: Quartel de Maruípe.

Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória

e o recanto do lago, cujo paisagismo baseia-se na grande diversidade de plantas do local, que convidam à contemplação (MARVILLA, 1998, p. 31).

Para os moradores de Fradinhos e Maruípe, estas duas áreas verdes, o Parque da Fonte Grande e o Horto de Maruípe, são áreas de lazer e espaços para contemplação que valorizam os bairros e atende a população de todo o município.

A construção de casas populares em Maruípe é noticiada desde 1933. “A prefeitura, ciente da existência da ocupação nos morros, subdividiu uma área no Bairro do Maruípe e a destinou aos pobres. Os menos favorecidos tinham o direito de ocupar para residir um dos 215 lotes da Villa Maruhype sem precisar pagar pelo terreno, no entanto, precisariam arcar com o custo da construção.” (GEES, 1933, p. 149). O texto *do O Município de Vitória sob o Regime Revolucionário – Triênio 1930 -1933* assim descreve o projeto:

Bairro Operário: um dos serviços de maior bene-
 merência, deixados pelo Dr. Asdrúbal Soares, é a

criação deste bairro destinado à pobreza. Tendo a administração do município proibido a construção de palhoças nos morros que circundam o centro urbano, na Praia do Suá ou Santa Lúcia, necessário era que se resolvesse de pronto a localização da pobreza em ponto acessível e ao mesmo tempo próximo da cidade. O Estado cedeu uma área de terreno em Maruípe, com 90,537 m². Pela comissão de cadastro foi feito o projeto de arruamento e loteamento (figura 10). A construção é inteiramente livre e a nenhum imposto ou taxa ficam sujeitos os moradores. A Prefeitura concede os lotes desde que seja provado o estado de miserabilidade do pretendente e as casas são construídas pelo interessado mantendo apenas o alinhamento dado previamente pela Diretoria de Obras. As pessoas inteiramente sem recursos concede a Municipalidade não só o terreno como a própria casa. Água farta em todos os cantos, local alto e saudável. O número de construções já acabadas é de 162. Lotes vagos: 118. Homens: 122. Crianças: 187. Total: 427. (GEES, 1933, p. 149).

Sobre a Villa Maruyphé Miranda *apud* Botechia afirma ter sido: elaborado pela empresa Santos Soares & Paiva, composto por 209 lotes, de 200 m² em média, representado à escala 1/1000 pelo Cadastro Territorial de Vitória e de autoria de Asdrúbal Martins Soares, prefeito de Vitória (BOTECHIA, 2018, p.67).

Vieira informa que, em 1930, a firma Santos Soares e Paiva, aprovou o loteamento Vila Maria, com 209 lotes e área total de 90.537m². Atualmente este loteamento está inserido entre Tabuazeiro e Eucalipto (VIEIRA, 2019, p.1). Logo o loteamento abordado em GEES, Miranda e Vieira pode ser o mesmo. Ao se analisar o Mapa Distrito de Vitória, elaborado na escala de 1:25.000 é possível visualizá-lo principalmente pelo seu desenho urbano, característico das cidades jardins.

O traçado do loteamento com uma praça central e seis ruas lembra as cidades jardins Ebenezer Howard, que tinham uma estrutura radial com seis bulevares que a cruzavam até a periferia, dividindo-a



Figura 11: Distrito de Vitória.
 Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

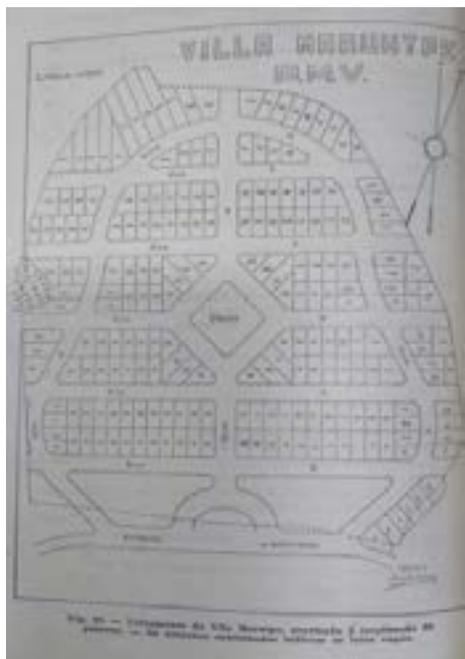


Figura 10: Villa Maruhype.
 Fonte: Arquivo Público do Estado do ES, 1933.

em seis partes iguais e no centro um jardim. A figura 12 o representa: mapa da Verticalização Imobiliária em Vitória, que demonstra em laranja edificações de 4 a 7 pavimentos.

Acrescenta Vieira que à medida que área de Maruípe foi sendo ocupada e parcelada, diminuiu progressivamente a abrangência do que se convencionou chamar bairro Maruípe. Isto pode ser explicado pelo fato de novos parcelamentos possuírem outros nomes como: Santa Cecília, Penha, Itararé, São Cristóvão, Tabuazeiro, entre outros. (VIEIRA, 2019, p.1).

Segundo Botechia a Vila Maria estava quase que completamente implantada em 1946 e alternavam-se lotes urbanos e rurais com áreas variadas (BOTECHIA, 2018, P. 68). A informação da autora é reforçada pelo mapa Projeto de Urbanização executa-

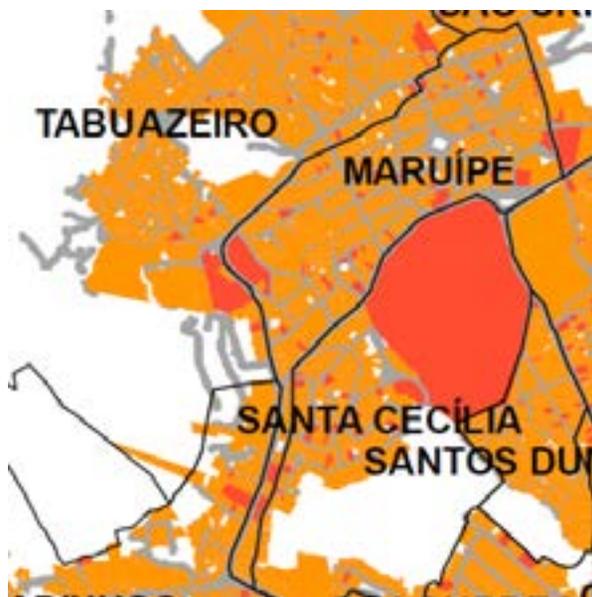


Figura 12: Verticalização Imobiliária em Vitória.
Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória, 2019.

do sobre a Planta Cadastral da Cidade de Vitória em 1947 na escala 1:2000.

“Os nomes Maruípe e Vila Maria também são citados pela Associação de Moradores quando na década de 60 tentou-se imputar ao pedaço o nome de Vila Maria, influência religiosa que não perseverou” (VIEIRA, 2019, p. 1).

A Associação de Moradores relata em sua página que o nome anterior do bairro era Muxinga, uma relva da qual os cavalos se alimentavam ou chicote, açoite também ligado à criação de equinos. Mas, o lugar ficou conhecido pelo nome Maruípe, nomeando a estrada, derivado do maruim, um mosquito. Para os moradores era constrangedor ser identificado como habitante de uma área infestada de mosquitos. A palavra Maruípe é derivada do tupi-guarani, e significa “Mosquito no Caminho” (VIEIRA, 2019, p. 1).

A influência religiosa no bairro se verifica no nome dado a praça: São José Operário. Também se ressalta o fato do santo operário em um bairro pro-



Figura 13: Recorte - Projeto de Urbanização. Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

pulsor para habitação de baixa renda, ou seja, para a classe proletária. A figura 14 a apresenta juntamente com a igreja.

No cadastro imobiliário da PMV, constam dois loteamentos localizados próximos a Vila Maria. O primeiro de 1957 - propriedade do Sr. Américo Martins Figueiredo, e o segundo, sem dados sobre o proprietário, com área total de 18.272m² (VIEIRA, 2019, p. 1). “Nas proximidades do loteamento Villa Maruyphe, as primeiras quadras lindeiras à avenida não estão executadas, embora aquelas situadas em cota superior já estivessem.” (BOTTECHIA, 2018, p.67-68). A autora justifica a afirmação pela necessidade das obras de infraestrutura da Avenida que ainda não haviam sido realizadas. O recorte da planta do Plano de Urbanização de Vitória realizado pela ETUC (Empresa de Topografia Urbanismo e Construções Ltda) em 1946 (figura 15) mos-



Figura 14: Praça São José Operário.
Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.



Figura 15: Recorte - Plano de Urbanização de Vitória.
Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória.

tra esta ausência de ligação do loteamento com a Avenida Maruípe. Outro ponto de destaque feito por Botechia é o fato de nos quarteirões mais afastados do eixo as casas são isoladas, enquanto na avenida as casas são diretamente voltadas para a rua (BOTECHIA, 2018, p. 74). Tal afirmação faz valer a regra do acesso aos transportes e serviços, assim os lotes mais afastados ganham maior metragem quadrada para, ainda assim, se tornarem atrativos.

Em pesquisa de campo localizar a Villa Maruype não demandou dificuldade em função do desenho urbano que possui longa permanência no tempo, no entanto, as casas para operários em Maruype, três imagens que constam no relatório *Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura Municipal de Vitória - O Município de Vitória sob o Regime Revolucionário - Triênio 1930-1933*, apresentadas na figura a seguir, ainda se encontram em fase de levantamento de possíveis localizações. A disposição em fileira e a comparação com marcação dos imóveis na Planta Distrito de Vitória, figura 11, norteou a pesquisa, porém, por não se tratar de casas geminadas, que confere a característica de conjunto e facilita a localização, em função do número reduzido de casas, pela fotografia apenas cinco, e também em função do tempo decorrido, aproximadamente 90 anos registra-se a seguir das fotos antigas, fotos atuais desta autora de edificações no bairro Maruípe que



Figura 16: Casas para operários em Maruípe. Fonte: Arquivo Público do Estado do ES, 1933.

guardam traços da arquitetura que remete as casas do relatório do governo.

Das seis a que mais se assemelhou, não em função do acabamento do telhado, mas sim do friso na fachada e da cota mais alta em relação à rua foi a posicionada à direita e abaixo no conjunto da figura 17.

Posteriores as casas, os blocos de apartamento marcaram a paisagem do bairro de Maruípe. Com imóveis mais acessíveis e financiados pelo BNH (Banco Nacional da Habitação) e em seguida pela CEF (Caixa Econômica Federal), levaram população operária para o bairro, agora ocupando conjuntos habitacionais.

O Residencial Orion, de 1972, é representante da arquitetura moderna no bairro; especificamente seu endereço aponta para Fradinhos; possui apartamentos sem garagem, blocos com quatro pavimentos dispostos em U em relação à rua, com janelas de madeira apresentando bandeiras em veneziana e Cobogós cerâmicos na circulação vertical. Interessante notar a diferença na quantidade de veículos e a presença dos aparelhos de ar-condicionado, confortos da vida moderna que não cabiam no orçamento das classes baixas nos anos 60/70 do século passado.

O conjunto na Avenida Maruípe, em frente à Praça Vicente Guida, é composto por 64 apartamentos locados em blocos de quatro andares e apresenta



Figura 17: Casas em Maruípe. Fonte: Nemer, 2019.

solução arquitetônica de fachadas de maior simplicidade que o anterior. Também utiliza esquadrias de madeira e Cobogós cerâmicos nas circulações verticais, estas são encimadas pela caixa d'água que confere destaque a mesma.

O período da construção é o mesmo do da Rua José Cassiano dos Santos, inidentificável pelos automóveis, mas também pela assinatura de Mazzei, fotógrafo responsável por diversas imagens de Vitória nos anos 70. Mazzei também é o autor da próxima fotografia e da figura 6 deste artigo.

Os blocos são assim nomeados: 1 – Armando Rabelo, 2 – Milton Caldeira, 3 – Philocomiro Lanes e 4 – Antonio Dias de Souza. Alguns guardam a numera-



Figura 18: Conjunto na Rua José Cassiano dos Santos nº 215. Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória / Nemer, 2019.



Figura 19: Conjunto na Avenida Maruípe nº 1338. Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória / Nemer, 2019.

ção antiga e a nova na fachada, como o 2 (30 – antiga, 1383 – atual) e o 4 (50 – antiga e 1423 – atual). Novamente se observa a solução para o abrigo de automóveis tanto nos portões de garagem entre blocos, como no aviso à frente das vagas do bloco 1, que não pode ser cercado em função do afastamento da avenida. O estado de conservação se difere bloco a bloco, o que faz concluir que são condomínios independentes. Ainda em Maruípe se destacam outros dois conjuntos que se pode classificar como de médio porte: Residencial Alfredo Chaves na Avenida Coronel José Martins de Figueiredo nº 265, especificamente a sua localização já é o bairro de Tabuazeiro e Residencial Antônio Dias de Souza na Avenida Adolfo Cassoli nº

1575, este em Maruípe. Esta proximidade e mudança na nomenclatura do bairro foram citadas neste artigo na fala de Vieira.

Conclusões

O bairro de Fradinhos e de Maruípe estão relacionados ao processo de ocupação que sofreram ao longo de sua história, de fazendas às áreas urbanas consolidadas foram berço da habitação social moderna dentro da região insular do município. O bairro de Fradinhos, um vale, que na sua porta de entrada foi ocupado inicialmente pela COHAB, mudou completa-



Figura 20: Conjunto na Avenida Maruípe – fachadas laterais. Fonte: Arquivo Público do Município de Vitória / Nemer, 2019.

mente o perfil social tornando-se moradia de classes média e alta.

Ambos, Fradinhos e Maruípe possuem paisagem natural carregada de símbolos, como a Pedra do Frade e áreas verdes relevantes para Vitória, como o Parque da Fonte Grande e o Horto de Maruípe. Os rios, mesmo canalizados, retomam a questão do abastecimento e do sanitário.

O eixo Maruípe, ou Avenida Maruípe, tão estudada desde caminho para as tropas, como a nomeou Saturnino de Brito, à ligação arterial municipal, é relevante nos fluxos do transporte.

Embora Maruípe tenha sido, em 1933, o lugar para instalação da pobreza, o bairro evoluiu e acomodou em sua estrutura urbana serviços importantes para a cidade em prédios institucionais. Quanto à habitação, se apresenta diversificada, das classes mais baixas à média.

Os conjuntos habitacionais contribuíram para a dinamização do bairro, incrementando o quantitativo populacional e, portanto, demandando acréscimos no comércio, serviços e transportes.

As intervenções das décadas de 30 a 70, com vistas às habitações promovidas pelo governo, contribuíram efetivamente para a transformação dos bairros através de uma miscelânea de linguagens edilícias e traçados urbanos que refletem os diferentes períodos de suas histórias.

Referências Bibliográficas

- BOTECHIA, Flávia Ribeiro. *A forma indelével: um estudo sobre a persistência morfológica em Maruípe*. Vitória: Edição do autor, 2018.
- CAMPOS JÚNIOR, Carlos Teixeira de e NEVES, Luiz Guilherme Santos. *A Casa Edificada*. Vitória: INOCOOP-ES, 1998.
- CRUZ, Patrícia Stelzer. *Território da Mobilidade Urbana na Metrópole*

Portuária da Grande Vitória. M.Sc., PPGAU/UFES, Vitória, ES, Brasil, 2010.

DERENZI, Luiz Serafim. *Biografia de uma Ilha*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

ELTON, Elmo. *Logradouros Antigos de Vitória*. Vitória: Edufes e Secretaria Municipal de Cultura, 1999.

GEES – Governo do Estado do Espírito Santo. *Mensagem apresentada pelo Senhor Presidente Florentino Avidos ao Congresso Legislativo, entre Demais Feitos do Quadriênio de 1924*. Vitória: Imprensa Estadual, 1928.

GEES - Governo do Estado do Espírito Santo – Museus – Museu Solar Monjardim. Disponível em: <www.sefaz.es.gov.br> Acesso em: 18 maio 2014.

GEES – Governo do Estado do Espírito Santo e Prefeitura Municipal de Vitória. *O Município de Vitória sob o Regime Revolucionário – Triênio 1930 -1933*. Rio de Janeiro: Alba Gráficas, 1933.

GONÇALVES, Letícia. Águas passadas: os rios que viraram história no cotidiano capixaba. Disponível em: <<https://www.gazetaonline.com.br/especiais/2017/06/guas-passadas-os-rios-que-viraram-historia-no-cotidiano-capixaba-1014065869.html>> Acesso em: 20 dez. 2019.

KLUC, Letícia Beccalli. *Vitória: Sítio Físico e Paisagem*. Vitória: EDUFES, 2009.

MARVILLA, Miguel. *Jardins de Vitória*. Secretaria Municipal de Meio Ambiente, 1998.

MONJARDIM, Adelpho Poli. *Vitória física: geografia, história e geologia*. Vitória: PMV, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, 1995.

PMV - Prefeitura Municipal de Vitória. *Vitória em dados – Fradinhos*. Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/regionais/bairros/regiao3/fradinhos.asp>> Acesso em: 20 dez. 2019.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Espírito Santo e Rio Doce*. São Paulo: Itatiaia, 1974.

SAITER, Anna. *Fradinhos*. Vitória: Secretaria Municipal de Cultura, 2001.

VIEIRA, Aguinaldo Fritoli. *Maruípe - Histórico do Bairro*. Disponível em: <<http://www.amomaruipe.com.br>> Acesso em: 20 dez. 2019.





ARTIGO LIVRE

**ACERVO DO FOTÓGRAFO
LUIZ GERMANO
GIESELER NO MUSEU
ANTROPOLÓGICO
DIRETOR PESTANA:
VISÃO ARQUIVÍSTICA
NA CURADORIA DO
PATRIMÔNIO CULTURAL**

Amanda Keiko Higashi

Arquivista do Museu Antropológico Diretor Pestana.

Andre Malverdes

Professor Do Departamento De Arquivologia/Ufes.

Resumo

A pesquisa propõe a reflexão sobre a identificação da natureza e organização de acervos fotográficos recebidos por instituições de custódia de pessoa física ou família. Aborda-se o valor histórico e simbólico da fotografia como patrimônio cultural, bem como a importância de preservar seu contexto de produção, manutenção e custódia, como condições de confiabilidade na curadoria para difusão. Apresentam-se como estudo de caso os documentos fotográficos de Luiz Germano Gieseler (1870-1954) preservados no Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP), mantido pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE) em Ijuí, município gaúcho. Propõem-se como objetivos, uma metodologia de organização conforme a identificação da natureza do acervo, a partir da visão arquivística e a apresentação de instrumentos de pesquisa com acesso on-line como produto final. Verificou-se a relação entre a identificação de um conjunto fotográfico, se arquivístico ou não, e a definição do tratamento, subsidiados pelos princípios da ciência arquivística e conceitos sobre coleções documentais e fotográficas.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Fotografia. Arquivística. Organização. Fundo. Coleção. Museu.

Abstract

The research proposes the reflection about the identification of the nature and organization of photographic holdings received from individuals or families by custodial institutions. It approaches the historical and symbolic value of photography as cultural heritage, as well as the importance of preserving its context of production, maintenance and custody, as conditions of reliability in curatorship for diffusion. The photographic documents of Luiz Germano Gieseler (1870-1954) preserved in the Anthropological Museum Director Pestana (MADP), maintained by the Foundation of Integration, Development and Education of the Northwest of the State of Rio Grande do Sul (FIDENE) in Ijuí, Gaucho municipality. It proposes as objectives, a methodology of organization according to the identification of the nature of the holdings, from the of a archival vision and the presentation of research instruments with online access as final product. It was verified the relationship between the identification of a photographic set, whether archival or not, and the definition of the treatment, subsidized by the principles of archival science and concepts about documentary and photographic collections.

Keywords: Cultural heritage. Photography. Archival science. Organization. Fonds. Collection. Museum.

Introdução

A fotografia, enquanto suporte que contém informação registrada, constitui-se um documento, com condição arquivística ou não. Com frequência, o documento fotográfico integra arquivos pessoais e reúne, além da função de registro, um valor simbólico, relacionado à identidade e memória individual daqueles que interagem no âmbito familiar e na sociedade. Os conjuntos fotográficos pessoais também incluem herança ou espólio sob a guarda de um descendente do produtor. Em outros casos, toma-se a decisão por parte da família do envio do acervo à instituições de custódia, com o intuito de preservar sua

história e contribuir com a memória social. Porém, a ação decorrente da vontade familiar impacta na integridade de um conjunto documental de natureza arquivística, levando-o à fragmentação.

As fotografias disponíveis para pesquisa ou em processo de tratamento em entidades de preservação têm suas condições inerentes ao modo como foram reunidas e mantidas enquanto conjunto, que podem pertencer a um fundo arquivístico ou formar coleções. Porém, indaga-se sobre o papel do arquivista diante dos acervos fotográficos no processamento desses conjuntos recebidos de pessoa física.

O modo como fotografias são representadas condiz com as circunstâncias com que foram produzidas, mantidas e/ou coletadas? A identificação do conjunto fotográfico tem relação à função e propósito da entidade de custódia?

Diante desse contexto, encontram-se os documentos fotográficos de Luiz Germano Gieseler (1870-1954), sob a custódia do Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) em Ijuí, no Noroeste do Rio Grande do Sul, instituição mantida pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (FIDENE). Gieseler foi um imigrante alemão que chegou ao Brasil com seus pais em 1881 e passou a residir no estado gaúcho, primeiramente em Santa Cruz do Sul e posteriormente em Ijuí, a partir de 1899, onde permaneceu por toda sua vida. As atividades que exerceu foram várias, dentre elas a agricultura e a moagem como meios de sustento da própria família, além de possuir habilidades como mecânico e fotógrafo. Constatou-se a prática fotográfica como uma função informal ou hábito de lazer de Gieseler e que gerou mais de 400 documentos, na maioria, negativos de vidro e revelações por contato em papel.

A pesquisa teve como objetivo geral definir metodologia de organização e descrição para acesso, considerando a identificação da natureza do acervo e o contexto arquivístico. O produto elaborado a partir do estudo foi a informatização padronizada dos instrumentos de pesquisa via internet, considerando o uso do software livre, que atendesse às necessidades arquivísticas. Buscou-se como objetivos específicos: levantar o contexto de produção e histórico do acervo iconográfico de Luiz Germano Gieseler; identificar a natureza da documentação, arquivística ou não; apresentar metodologias de organização de documentos iconográficos de acervos pessoais; propor sugestões de organização e descrição, e aplicá-los ao acervo através da elaboração do produto final como intervenção.

Documento Fotográfico como Patrimônio Cultural

O Arquivo Nacional (2005, p. 73) conceitua o documento como “unidade de registro de informações, qualquer que seja o formato ou o suporte”, em que se distingue de outros por condições físicas (suporte e formato), técnicas de registro, estrutura da informação que carrega necessidades de mediação técnica para acesso. Segundo Kossoy (2014a, p. 39), a criação do documento fotográfico analógico ocorre pelo processo físico-químico, cuja imagem obtida do mundo visível forma-se a partir do interior da *camera obscura* gravada “pela ação da luz em alguma superfície sensibilizada quimicamente”. As fotografias estão inseridas no conjunto do gênero iconográfico, como “documentos que contêm imagens fixas, impressas, desenhadas, ou fotografadas” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p.76). Reflete-se o surgimento do caráter documental da fotografia a partir do princípio de prova e realidade, como registro de acontecimentos públicos e privados, com importância em áreas como “a Medicina, a Arquitetura, a Criminalística, a Antropologia, ou seja, diante de propósitos diversos a fotografia desempenha a função de acompanhar a trajetória de seus produtores” (ALBUQUERQUE, 2012, p. 125).

Elliott e Madio (2015) associam a fotografia à informação e à memória, pois “vai muito além de ser apenas um registro documental”, já que contribui com a “construção da identidade de uma sociedade, preservando a memória individual e coletiva” (ELLIOTT; MADIO, 2015, p. 5). Kossoy (2014b, p. 34) reconhece a fotografia como “patrimônio fotodocumental”, por registrar “micro aspectos dos cenários, personagens e fatos; trazem indícios sobre o lugar e época em que foram produzidos, daí sua força documental e expressiva, prestando-se como instrumento de identificação, análises e reflexão” (KOSSOY, 2014b, p. 34-35). A fotografia constitui-se patrimônio documental, termo conceituado por Cloonan (2016) como bem material que integra conjuntos históricos, em grande parte, custodiados em instituições de preservação.

Conforme Malverdes e Lopez (2016, p. 69), os registros fotográficos durante a História Nova foram reconhecidos como “documentos sociais” como fonte de pesquisa, na medida em que “as grandes invenções do século XIX, em termos documentais e de comunicação de massa, como a fotografia, o cinema e a indústria fonográfica, tornaram-se cada vez mais acessíveis a diferentes grupos sociais” (MALVERDES; LOPEZ, 2016, p. 60-65). O uso da fotografia pela sociedade ocorre por dimensões simbólicas, já que a imagem representa a memória individual ao estimular lembranças afetivas das pessoas, pois “marcam nossas vidas, as datas importantes, os rostos daqueles que se foram” (MALVERDES; LOPEZ, 2016, p. 69).

A dimensão afetiva da fotografia fica evidente no âmbito familiar, exemplificada por Schneid e Michelon (2013, p. 5) pelo hábito de trocá-las entre parentes e amigos, além da construção do álbum, cujo potencial evocador do passado com mais vida, “possibilitava que o compartilhamento fosse estendido para além da sua ocorrência”. Silva (2008, p.17) considera o álbum um meio de contar nossa própria história, através dos retratos e seus variados “clichês”, como batismos, casamentos, formaturas e funerais: “é nada menos que certa maneira de se fazer e fazermos memória visual de nós mesmos”. A produção fotográfica no contexto familiar parte de uma criação conjunta entre a vontade do retratado e do fotógrafo.

Nas primeiras décadas do século XX, os fotógrafos podiam viver integralmente da fotografia atuando em estúdios ou de modo itinerante, como o exemplo da família Beck que teve destaque na produção dos retratos de estúdio, cujo acervo estudado por Canabarro (2011) contextualiza a cultura fotográfica do noroeste do Rio Grande do Sul a partir do final do século XIX. Também havia os que fotografavam despreziosamente ao retorno financeiro, para registrar ocasiões especiais da família e por lazer, conciliando a prática com outros ofícios.

Kosoy (2014b, p. 66) menciona o amadorismo aos que dividiam a fotografia com outra atividade e Mauad (1996) considera o fotógrafo amador-artista,

envolvido nos foto-clubes e aspirante da expressão artística. Canabarro (2011) cita como exemplo desse tipo de fotógrafo, Eduardo Jaunsem (1896-1997), imigrante leto que vivia da agricultura na área rural do noroeste gaúcho e manteve um olhar pictórico sobre as próprias fotografias. Boadas, Casellas e Suquet (2001) consideram o amador e aficionado como principais criadores de acervos pessoais, com imagens que remetem a modelos sociais vigentes, ao afirmarem a identidade dos indivíduos e reforçar vínculos, por isso, os temas de família reforçam o valor simbólico da fotografia.

Fotografias têm sido preservadas mesmo após o fim de seus produtores e, quando não permanecem sob a custódia de descendentes, são guardadas em entidades que custodiam e preservam documentos para consulta pública, como, arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus. De acordo com Bellotto (2006), comumente, bibliotecas, centros de documentação e museus preservam coleções de documentos ou peças originadas por atividade humana com fins culturais, científicos, artísticos, educativos ou funcionais, cujo tratamento ocorre individualmente e reúne a documentação por seu conteúdo ou finalidade institucional. Diferentemente dos demais casos, o arquivo prioriza o conjunto documental originado pelo sistema administrativo-jurídico de pessoa física ou jurídica, cuja relação entre os documentos representa as funções e atividades que circunstanciam a criação e uso documental.

Por existir instituições com metodologias próprias, Bellotto (2006, p. 40) coloca que a atuação “acaba por definir o modo como os documentos são adquiridos e reunidos, pois a maioria atende primeiramente, à visão institucional”. Considera-se importante uma análise a respeito dos diferentes conjuntos fotográficos que entram nos espaços de preservação e difusão. Boadas, Casellas e Suquet (2001, p.65) explicam que os profissionais que atuam em diferentes locais de custódia devem saber identificar o patrimônio fotográfico, pois em “*archivos, bibliotecas, museos, centros de documentación, centros especializados, que*

operan en una misma ciudad, ámbito o territorio, tienen, y están legitimados para tener, fondos y colecciones fotográficas de diversa procedencia”.

Para fins dessa pesquisa, considera-se o patrimônio fotográfico a ideia geral de organização, guarda, preservação e possível difusão de acervos que envolvem a produção da fotografia, que reúne conjuntos pessoais, profissionais e institucionais e compreende também os documentos e objetos das indústrias que atuam neste processo, tais como registros de divulgação e publicitários, manuscritos, equipamentos técnicos e mesmo conceitos relacionados à técnica e ambientes que caíram em desuso, fato associado à reprodução e apresentação desses meios. Ainda nesse entendimento, os acervos fotográficos representam uma importância social, industrial, cultural, artística, histórico e/ou documental.

Portanto, o arquivista pode atuar em instituições que guardem diferentes características de acervos com fotografias, sejam coleções ou conjuntos orgânicos. Logo, o profissional deve identificar os agrupamentos fotográficos, de modo que a organização e acesso representem a sua natureza de formação, garantindo-lhe confiabilidade na pesquisa como patrimônio documental e cultural, na medida em que fotografias possuem valor de registro dos atos da sociedade, dimensões estéticas e simbólicas.

Identificação dos conjuntos fotográficos

Bellotto (2006, p.162-163) afirma que a identificação da natureza arquivística do documento requer a análise das relações entre a documentação, seus responsáveis de produção, suas funções e atividades, direitos e obrigações de agentes que interagiram no processo. Conforme Heredia Herrera (1993), em caso de acervos fotográficos cedidos por famílias às instituições de custódia, os profissionais apresentam dificuldades ao organizá-los, pois acabam por identificá-los como fundo, quando deveriam considerá-los coleção.

Conjuntos documentais fragmentados por motivo de seleção ou descarte dificilmente terão sua ordem original intacta, principalmente quando instituições recebem de pessoas físicas agrupamentos constituídos apenas por fotografias. Com a inevitável presença dos documentos fotográficos nos casos de conjuntos dispersos em arquivos, torna-se importante considerar as “lacunas e ausências de documentos e informações nos acervos arquivísticos que visem a integrá-los ao todo, não organicamente, é óbvio, mas como elemento potencial para o conhecimento da sociedade” (MALVERDES, 2015, p. 109).

É muito importante entendermos a diferença entre coleção e fundo no que diz respeito aos acervos fotográficos. No primeiro caso estamos diante de um ato voluntário, que a partir de critérios geralmente pré-estabelecidos, uma pessoa ou uma instituição decide criar, à sua própria vontade, uma coleção para uso pessoal ou coletivo. Destacamos que na maioria das vezes uma coleção, geralmente seu volume pode reunir centenas e, excepcionalmente, milhares de documentos. Além disso, o conjunto coletado é composto de autores muito distintos que podem vir de diferentes procedências. Dada esta particularidade, a gestão de um acervo fotográfico colecionado implica direitos autorais e propriedade intelectual a diversos nomes, dentre outras especificidades.

No caso do fundo, o acervo vem de um ato inevitável. Espontaneamente e como resultado da atividade profissional ou amadora de seu criador, produz-se um conjunto de documentos fotográficos que de maneira acumulativa gera um arquivo. Em geral, não falamos de centenas, mas de dezenas ou centenas de milhares de documentos resultantes do trabalho de um fotógrafo profissional, uma saga familiar ou uma empresa fotográfica. Antes de um único (ou poucos) detentores de direitos de exploração, na gestão esses aspectos são mais homogêneos.

Boadas, Casellas e Suquet (2001, p.121) apresentam três condições de ordenação dos conjuntos fotográficos recebidos por instituições: ordem natural (acumulada pelo produtor no decorrer de suas

funções e atividades); ordem artificial (coleccionismo ou outra forma que não represente as atividades do titular); inexistente (sem uma organização ou lógica aparente). Para a adequada caracterização do conjunto fotográfico, quanto a sua natureza de formação, propõe-se demonstrar conceitualmente os pressupostos dos documentos com características arquivísticas, provenientes de fundos e por fim, dos que pertencem às coleções.

As coleções são conjuntos de documentos que se formaram de acordo com uma lógica que difere dos fundos, já que resulta da vontade ou preferências de uma pessoa em particular. Na coleta, o critério respeita o conhecimento específico, especialmente a forma como a mesma foi organizada, cuja classificação tem base nesta ordem original (ordenação da coleção), se houver. Em princípio, o arranjo original da coleção irá refletir os interesses do autor sobre temas, procedimentos ou formatos. Mas, também há de considerar a compra de unidades, ou seja, identificar agrupamentos de imagens que foram comprados de uma única vez e respondem a partes de outros conjuntos maiores, tais como fundos fotográficos profissionais ou fundos pessoais. Esse aspecto muitas vezes não é óbvio e, se não detectado, suas imagens partirão de contextos carentes para respaldar sua interpretação na pesquisa.

Identificação de fundos pessoais com fotografias

O documento arquivístico “só tem sentido se relacionado ao meio que o produziu” (BELLOTTO, 2006, p. 28) ao refletir a infraestrutura, as funções e as atividades do produtor. Sobre a natureza dos arquivos, Bellotto (2002, p. 19) explica ser administrativa, jurídica, informacional, probatória, orgânica, serial, contínua e cumulativa, dado os elementos substanciais do documento arquivístico conforme os princípios da proveniência, organicidade, unicidade, indivisibilidade e cumulatividade, bases da arquivologia.

Cook (2017, p. 9-10) explica que a identificação da natureza arquivística do acervo pelo princípio do respeito aos fundos considera tanto o respeito à dimensão externa, relacionada a um mesmo produtor, como à dimensão interna, referente à ordem dos documentos, que poderia ser conforme as atividades de origem do conjunto, ou atribuída pelo produtor. Duchein (1986), ao analisar o “*respect des fonds*” recomenda os seguintes critérios que identificam o fundo: identidade jurídica; atribuições regulamentadas e hierarquia estável; subordinação jurídica; responsável autônomo; organograma oficial. Duchein (1986) também afirma que ao identificar a proveniência de um conjunto arquivístico sem a manutenção da organização lógica original, há riscos na busca pela reconstituição de sua classificação. Assim, o autor apresenta condições a serem notadas nos conjuntos que favorecem a reconstituição da ordem, caso a classificação existente: dificulte a pesquisa; apresente divisões ou setores instáveis; apresente lacunas sem ordenação por longo período de tempo.

Cook (2017, p. 23-24) afirma que os critérios de Duchein, ainda que mais explorados num viés corporativo, também podem ser aplicados aos arquivos pessoais quando cita que “árvores genealógicas sejam análogas a alguns organogramas”, mesmo que ambientes familiares não tenham documentos que especifiquem seu funcionamento. Nem todas as ações de uma família são normalizadas ou registradas em fluxogramas, exceto naqueles documentos textuais que os indivíduos criam na prestação de contas à governança e instituições da sociedade. Sugere-se que o membro da família seja identificado em destaque na coletividade do grupo, cujas séries seriam suas atividades exercidas.

Deste modo, ainda que as funções e atividades no âmbito familiar fiquem implícitas, assim como no âmbito corporativo ou governamental, a massa documental familiar demanda diagnóstico de sua *gênese e situações com que* passou ao longo do tempo. Para a identificação da natureza dos documentos pessoais, Cook (2017) elenca dois critérios essenciais:

produtor identificado, entidade coletiva ou pessoa, contendo sistema de arquivamento relacionado aos documentos de identificação, união estável, registro de filhos; longo período de vínculo dos documentos ao produtor, considerando aqueles implicitamente vinculados às atividades (identificadas por diagnóstico e análises).

Silva e Melo (2016, p. 97-98) demonstram que na maioria dos casos que levam arquivos pessoais à fragmentação ou dispersão, impera-se a decisão e ação familiar: doação ou venda para diferentes instituições de guarda; fragmentação do acervo sob a custódia familiar ao partilhá-lo entre parentes e amigos; fragmentação do acervo após falecimento do titular e dispersão entre várias pessoas e instituições; perda documental por problemas de conservação sob custódia familiar. Silva (2008, 37-44) analisa o modo como as famílias organizam e narram as fotografias que preservam e ressalta o conhecimento obtido, principalmente, a partir dos conjuntos soltos em caixa, cuja subjetividade representa a identidade familiar e pessoal. Nesse contexto, Hobbs (2016, p. 327) considera relevante ao pesquisador a identificação de indícios de hábitos ou comportamentos pessoais inerentes aos conjuntos sem ordem convencional.

Sobre os acervos constituídos apenas por fotografias, Heredia Herrera (1993) faz um alerta ao equívoco de identificá-los como fundo fotográfico e arquivo fotográfico. Considera-se uma oposição à arquivística os conceitos citados, pois a definição de fundo “representa estritamente a relação de origem com uma instituição específica e identifica todo o conjunto de sua produção documental, resultante de sua gestão. Entretanto, este não é o caso” (HEREDIA HERRERA, 1993, p. 6). A autora considera somente como conjunto integralmente formado por fotografias, como de natureza arquivística, aquele “ligado, apenas de passagem, com a dimensão dos arquivos pessoais, quando se trata da produção de um fotógrafo” (HEREDIA HERRERA, 1993, p.7), pela gênese documental vinculada à prática fotográfica.

Por isso, expõe-se que agrupamentos integralmente fotográficos em depósitos documentais formam parte do que pertenceu a um produtor, que pode ser uma série arquivística originada de determinado trâmite ou processo, quando não, uma coleção. Um esclarecimento importante é que excepcionalmente um arquivo pode abrigar alguma coleção, não se quer dizer que seja uma função formal, posto que vá contra os princípios da organização arquivística, mas na maioria das vezes é possível encontrá-las particularmente em arquivos históricos e/ou como parte de algum fundo pessoal ou familiar. Estas agrupações documentais, ainda que artificiais, se contemplam plenamente por materiais tipicamente arquivísticos, desde a perspectiva de haver-se gerado no transcurso de um trâmite administrativo e que por razões diversas foram extraídas de seu contexto de origem. Uma vez reunidos com outros documentos, geralmente pelos critérios temáticos, e havendo chegado a uma instituição ou unidade de arquivo, é necessário também dotá-los de uma organização, para a qual a teoria arquivística também contempla determinados critérios, particularmente em sua classificação.

Identificação de coleções fotográficas

Bellotto (2006, p. 130) conceitua a coleção como “documentos reunidos por razões científicas, artísticas, de entretenimento ou quaisquer outras que não as administrativas”. Boadas, Casellas e Suquet (2001) consideram as coleções como conjuntos documentais resultantes

“de la voluntad o de las preferencias de una persona determinada. Por tanto se distinguen de los fondos porque su formación no resulta del ejercicio de una actividad regular, sino que son fruto de un proceso de creación intelectual [...]” (BOADAS; CASELLAS; SUQUET 2001, p. 115).

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística define coleção como “conjunto de documen-

tos com características comuns, reunidos intencionalmente” (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 52).

Conforme Malverdes (2015, p.167), “tanto a ISAD (G) quanto todos os autores do tema coincidem em destacar o caráter artificial das coleções, frente à natureza orgânica de um fundo que são reunidos por questões de conservação ou outro critério subjetivo”. A coleção denominada “factícia” consiste na reunião de documentos “*por motivos de conservación o por su especial interés*”. (HEREDIA HERRERA, 2007, p. 116 apud MALVERDES, 2015, p. 91), formada por profissional nos arquivos visando o armazenamento do suporte. Conforme Eastwood (2016), as coleções têm uma característica artificial de reunião, que coincide com um propósito ou objetivo de formação documental de várias proveniências: “documentos originais ou cópias destes reunidas a partir de fontes diversas e de acordo com os interesses do colecionador, ou seguindo um determinado tema ou, ainda, servindo a algum claro propósito histórico” (EASTWOOD, 2016, p. 23).

Considera-se como primordial característica das coleções, portanto, a mistura de proveniências em um mesmo conjunto documental, quando não identificado seu trâmite ou atividade de origem dos documentos, cuja formação possui objetivos de atender determinado tema de interesse, estudo ou hábito de um colecionador. Sua coesão como conjunto não reside em sua procedência, senão em algum outro elemento, quer seja a temática ou assunto ou outra característica comum, como as características físicas da documentação.

Estas agrupações podem se caracterizar artificiais porque em contraposição com os fundos que resultam de uma forma natural, são reunidos pela vontade de uma pessoa ou instituição. Por isso, diferente dos fundos, torna-se impossível aplicar às coleções o princípio da proveniência e ordem original, posto que a origem de seus componentes está em um número indeterminado de entidades produtoras. Em consequência, representa o único caso válido numa perspectiva arquivística para empregar

um sistema de classificação por assunto ou temas (CERVANTES, 2008, p. 36).

Organização e acesso aos documentos fotográficos

Ao identificar o conjunto fotográfico como de natureza arquivística, no caso de massa documental acumulada, dá-se continuidade ao levantamento de informações que sejam suficientes para estruturar o arranjo, como método de classificação documental na fase permanente, cujo acesso ocorre por meio de instrumentos de pesquisa. Salienta-se, que um conjunto constituído apenas por fotografias, embora constate seu caráter orgânico, não representa o fundo do produtor. Quando da característica não orgânica do conjunto, como a ausência do respeito à proveniência, recomenda-se organizar as fotografias com vistas ao melhor acesso da coleção, evitando-se estruturas ambíguas.

Fotografia no contexto arquivístico

O documento fotográfico considerado arquivístico pertence a um fundo, cuja formação e organicidade seguem os princípios da proveniência. Logo, a fotografia como documento de arquivo expressa a atividade que o gerou, em conjunto com documentos de outros gêneros inseridos nesse contexto. Portanto, não são recomendadas outras formas de organicidade aos arquivos, independente das condições físicas e técnicas dos documentos.

Lopez (2000) discorda da organização de fotografias que visa à necessidade do pesquisador e à análise de conteúdo da imagem, pois não cabe ao arquivista prever possibilidades de uso dos documentos, tanto atuais, “quanto mais, as futuras”. Ao estabelecer uma ordenação a partir do conteúdo da fotografia e recorte temático, problemas de autenticidade podem ocorrer ao “manter diferentes origens documentais”

(SOUZA, 2015, p. 76) em um mesmo conjunto e “quando não é mais possível determinar com exatidão não apenas os propósitos e o produtor iniciais, mas, principalmente, qual é o documento pertencente àquele produtor” (LOPEZ, 2000, p. 102-3). A classificação temática pode ocasionar ambiguidades, pois segundo Moreira Leite (2001), a imagem permite diferentes interpretações por sua natureza polissêmica.

Conforme Souza e Albuquerque (2016, p. 2-3), o percurso da classificação dos documentos, quando aplicados os princípios arquivísticos, não apenas de ordenação, “incidem em significados linguísticos”, que na fotografia perpassa a linguagem visual para a verbal, processo denominado pelas autoras de “transcodificação”, consolidado no plano de classificação arquivística de fotografias, ao decodificar o documento fotográfico.

Aplica-se o método de análise diplomática e análise tipológica na “concretização das tarefas arquivísticas básicas (classificação, avaliação e descrição)” (BELLOTTO, 2002b, p. 21). A tipologia documental estuda o “conjunto documental orgânico, não o documento isolado” (Bellotto, 2002b, p. 19), em que a arquivística e diplomática interagem, método também conhecido como “diplomática contemporânea”, pois concilia a gênese documental (atribuições, competências, funções e atividades da entidade geradora/acumuladora) com a natureza do documento (análise diplomática). A análise tipológica pode partir da arquivística para a diplomática, ou o inverso, da diplomática para a arquivística.

O elemento inicial da análise tipológica pela arquivística é a “entidade produtora” (BELLOTTO, 2002b, p. 93) que exige um diagnóstico sobre o produtor. A análise tipológica pela diplomática “é a decodificação do próprio documento” (BELLOTTO, 2002b, p. 93) pela espécie documental, que segundo Bellotto (2002b, p.22) consiste em informação modulada e padronizada conforme sua natureza e conteúdo a serem transmitidos como “expressão diplomática”, que corresponde “ao ato jurídico-administrativo”, o qual serve a função do documento isolado (BELLOTTO, 2002b,

p. 93-96). Acrescenta-se que o resultado de ambas as análises será o mesmo na obtenção dos tipos documentais (vínculo orgânico). Duranti (2015, p. 197) afirma que a diplomática trata a forma documental, tanto “física quanto intelectual”, por reunir um “conjunto de regras de representação utilizadas para enviar uma mensagem”. O aspecto físico, constituído pelos elementos externos/extrínsecos, tem a ver com a aparência externa, e por fim, o aspecto intelectual agrega os elementos internos/intrínsecos, relacionado à apresentação e articulação do conteúdo.

Explica-se que o risco de perda da autenticidade da fotografia em uma classificação, dá-se por não considerar, por um lado o contexto arquivístico e por outro, a autenticidade própria de cada documento “de acordo com a disposição e a natureza das informações nele contidas” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2016, p. 10). Souza e Albuquerque (2016, p. 9) consideram que apenas o contexto de produção não torna o documento autêntico, pois “a organização do conhecimento arquivístico não se dá pelo sentido genérico da informação” e assim como na classificação dos documentos escritos, na fotografia “deve passar pelo crivo da proveniência documental, a qual se manifesta na junção da ação que originou com a sua transferência para suporte aceitável juridicamente, tornando-o um registro documental”, entendido como a extração da ação representada pela espécie documental.

Portanto, Souza e Albuquerque (2016, p. 11-19) demonstram a transcodificação na classificação arquivística de fotografias, ocorrida entre a diplomática e a arquivística, através dos seguintes elementos categorizados: 1) Elementos primordiais da classificação arquivística (levantamento da evolução institucional; prospecção arqueológica da documentação; estudo das entidades produtoras); 2) Elementos conceituais e de relação para a classificação dos documentos fotográficos (transcodificação do documento fotográfico em proveniência, espécie, tipo e categoria ou esquema semântico dos níveis hierárquicos); 3) Plano de Classificação (representação da estrutura hierárquica dos documentos).

Afirma-se que o momento mais crítico do processo ocorre ao atribuir “sentido informacional identificado no documento” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2016, p.16), através da aplicação de elementos diplomáticos. A dificuldade de identificação da espécie e conseqüentemente o tipo, encontra-se pelo fato da imagem ser ampla, e “para desvendá-la, utiliza-se da escrita como ferramenta para revelar a sua construção de significado” (SOUZA; ALBUQUERQUE, 2016, p. 16-17). Sobre o contexto arquivístico e o entendimento da série documental a partir de “uma espécie agregada a uma função específica - série tipológica” (LOPEZ, 2000, p.174), questiona-se a aplicação da espécie à fotografia, com o risco de confundir-se com o conteúdo da imagem.

Todavia, buscou-se pelo presente estudo atingir a análise diplomática do documento fotográfico, através dos elementos externos e internos, o que foi inevitável considerar a análise que envolve o conteúdo. Souza (2015, p.43) cita a importância das questões levantadas na análise documental através do texto descritivo: onde, quando, quem. Rodrigues (2008, p.40-41) afirma que Schellenberg (1980) define os caracteres internos e externos identificados no documento para finalidade descritiva, demonstrando os efeitos destes elementos como atributos de descrição, através dos questionamentos: quem? Como? Onde? Quando?

Ao abordar a descrição da fotografia, Malverdes (2015, p.115) indaga sobre como documentá-la através de questões de análise documental, cujas respostas têm relação com “o que” pretende ser representado, quanto “à forma, ao objeto e à sua representação”. Exemplifica-se como perguntas a levantar: “Diz o quê? Por qual canal? Com que efeito? Para quem? Quem aparece na fotografia? Que situação ou quais objetos estão representados pela fotografia? Onde foi produzida a fotografia? Que lugar representa? Quando foi produzida a fotografia? Malverdes (2015, p.118) afirma que a partir de uma representação suficiente do conteúdo, a análise examina a fotografia para que seja uma “evidência de interesse geral”.

A iconografia trata das informações “explícitas” ou visíveis da fotografia, já a interpretação iconológica, responde aos “porquês” levantados, por isso, trata-se das informações “implícitas” ou de significado “intrínseco” (KOSSOY, 2014b, p. 52-53). Kossoy (2014b, p.48) explica que a análise iconográfica identifica os “elementos constitutivos” (fotógrafo; assunto; tecnologia) e “coordenadas de situação” (espaço; tempo). A análise iconológica busca “a decifração daquilo que o fragmento visual não tem de explícito em seu conteúdo”. Para Mauad (2005, p.145-147), as informações explícitas consistem em elementos (forma do conteúdo e forma de expressão) vistos na imagem pela análise iconográfica. As informações implícitas ou intrínsecas da fotografia reúnem elementos não identificados pela imagem, o que exige análise do suporte e pesquisa em outros documentos (a autora exemplifica a agência produtora, o arquivamento).

Como identificar a espécie da fotografia e extrair as ações representadas por sua função documental? Boadas, Casellas e Suquet (2001, p. 122) apresentam uma classificação baseada em atividades definidas pelas especialidades fotográficas e analisam que essa ordenação “pode coincidir em maior ou menor grau com a ordem original se é natural ou pode ser totalmente diferente se for artificial ou foi danificado”. Baseados na teoria da história da fotografia, os autores estabelecem quatro funções básicas da técnica ou ato fotográfico, como as funções de registro, informativa, publicitária e artística, que subdividem os gêneros fotográficos ou atividades: retrato individual; fotografia científico-técnica; fotografia de catálogo (fotografia de patrimônio; fotografia de viagem; fotografia de fatos da atualidade; retratos de famosos); fotografia de guerra; fotografia de imprensa; imprensa de escândalo; fotografia social; fotografia publicitária; fotografia de moda.

Ressalta-se, conforme Malverdes (2016), que “tais características são, por alguns outros autores, consideradas como gêneros fotográficos e não tipos documentais”. Logo, Boadas, Casellas e Suquet (2001) abrem um diferente ponto de vista para novos

debates sobre a classificação de fotografias. Assim, supõe-se a partir de Boadas, Casellas e Suquet (2001), certa viabilidade de identificação da ação nas especialidades ou gêneros, que perpassa a análise diplomática das fotografias, ao tratar da intencionalidade do fotógrafo, técnicas e disposição de elementos que determinem temas fotográficos: retratos de identificação, imagens sequenciais e instantâneas em reportagem fotográfica no fotojornalismo, por exemplo. Pressupõe-se que as especialidades da fotografia condizem com ações que motivaram a captura e tem relação com o formato, como o retrato.

A análise da imagem proposta por Canabarro (2011), através de planos que identificam o “espaço de referência” e “espaço fotográfico”, também pode ser aplicada, como meio de identificar elementos do ato fotográfico. Pensando-se em uma abordagem arquivística, o “espaço de referência” viabiliza o contexto histórico-social, contexto cultural, o contexto de produção, portanto, aproximando-se da análise tipológica. O gênero obtido pela disposição com que os elementos do espaço fotográfico e dos planos, que considera o uso de técnicas e posição de objetos e sujeitos, pode permitir a representação da ação que deu origem à fotografia.

Organização das coleções fotográficas

As coleções constituem-se conjuntos desprovidos de natureza arquivística, por isso, supõe-se que a reflexão em torno de seu tratamento pelos estudos arquivísticos seja raro, porém, pertinente, pela possibilidade de existirem coleções “orgânicas”, além das artificiais e pela presença dessas em diferentes entidades de custódia, inclusive arquivos. Por isso, pensa-se na possibilidade de adotar o pensamento arquivístico no tratamento das coleções fotográficas, apesar de certo consenso de que “a coleção não é parte de um arquivo e não deve (ou pelo menos não deveria) ser parte de um conjunto orgânico de documentos” (MALVERDES, 2015, p. 88). Conforme Malver-

des (2015, p. 88-89), pelo fato de certas coleções integrarem “parte de algum fundo pessoal ou familiar”, indaga-se sobre a natureza das atividades por trás de uma coleção como “parte de um arquivo maior”, sem confundi-la com uma coleção não orgânica.

A possibilidade de identificar a natureza orgânica das coleções está na medida em que seus contextos de produção, formação, acúmulo e manutenção de custódias são recuperáveis, que Malverdes (2015) exemplifica através das coleções ou seções factíveis, documentos separados de um conjunto orgânico por aspectos físicos de conservação. A genuína coleção não orgânica tem relação com a não preservação da autenticidade arquivística, misturando-se várias origens ou proveniências, cuja ordem prioriza o suporte, grafia ou temática.

Entretanto, Malverdes (2015, p.93) explana sobre o tratamento dado pela arquivística às coleções artificiais de fotografias, que ainda sem organicidade, “pelo menos se busque aqui o que chamaremos de um contexto de acumulação”. Assim, considera-se a necessidade de registrar a trajetória ou histórico da reunião documental nas coleções, pois “o respeito à proveniência desses registros engloba não somente a história da criação do documento, mas também a história do registro e da custódia” (MALVERDES, 2015, p. 111). Portanto, a relevância do arquivista neste processo está na representação das circunstâncias da perda orgânica e do propósito de formação.

Malverdes (2015, p.109) afirma a necessidade de aprofundamento do tema no seio da arquivística, no sentido de buscar alternativas de organização para preservar acervos fotográficos brasileiros. Sobre atribuir uma organização hierárquica às coleções, alguns referenciais sugerem à coleção o mesmo nível do fundo (Nível 1): “as mesmas regras usadas para descrever um fundo e suas partes constitutivas podem ser aplicadas à descrição de uma coleção” (CONSELHO INTERNACIONAL DE ARQUIVOS, 2000, p. 12).

Todavia, questiona-se a lógica que “coloca a coleção no mesmo nível do fundo” (MALVERDES, 2015, p. 167). Desta forma, subentende-se pelo caráter ar-

bitrário da coleção, diferentemente do fundo, que a mesma não representa a totalidade documental orgânica de determinado produtor, constituindo-se um fragmento subordinado a um conjunto maior, que pode ser arquivístico. Logo, levanta-se a possibilidade da coleção pertencer a níveis intermediários de um fundo como a “seção”, ou a “série” (MALVERDES, 2015, p. 168).

Em outro caso, conforme Lopez (2009), no máximo, agrupam-se os registros fotográficos como uma única série (ou classe, ou até mesmo uma coleta), respeitando, na maioria das vezes, a origem de seu produtor, quando identificado. Apesar da comunidade arquivística evitar a organização por séries temáticas, não há uma restrição ao ordenar fotografias de uma coleção por assuntos, exceto pelo risco de ambiguidades.

Acesso aos acervos fotográficos: descrição arquivística e representação de coleções

O acesso à pesquisa de um conjunto documental caracterizado como fundo requer o procedimento de descrição arquivística em diferentes níveis, que pode iniciar pela instituição arquivística e o produtor, passando pelos níveis da ordenação do conjunto, por fim, o atingimento do item documental. Segundo Yeo (2016), a descrição é um processo e um produto, pela ampla aceitação como essencial ao controle dos documentos arquivísticos. Conforme Bellotto (2006, p. 179), a descrição resulta na “elaboração de instrumentos de pesquisa”, para identificar e localizar a documentação, além de valorizar as funções sociais das instituições “junto aos meios escolares, administrativos e culturais em geral” (BELLOTTO, 2006, p.192).

Dentre os instrumentos de pesquisa estão o guia, o inventário e o catálogo, que podem ser complementados através de índices. Para a representação do fundo e seu arranjo, consideram-se o guia e o inventário indispensáveis, cuja elaboração “deve ser

sucessiva, partindo do geral para o parcial” (BELLOTTO, 2006, p.220). O catálogo “descreve unitariamente as peças documentais de uma série ou mais séries, ou ainda de um conjunto de documentos, respeitada ou não a ordem de classificação” (BELLOTTO, 2006, p. 202), assim, tanto aos documentos soltos (itens), como às unidades arquivísticas (processo, dossiê).

A coleção artificial e orgânica, seja um agrupamento documental autônomo ou subordinado a algum conjunto arquivístico (fundo), caso possua hierarquia de níveis, independente dos critérios de ordenação, a mesma poderá receber os mesmos instrumentos de pesquisa aplicados aos arquivos: do geral ao específico. Segundo Bellotto (2006, p. 214), os índices podem ser incluídos como “sumários” entre os instrumentos e servem para apontar “nomes, lugares ou assuntos em ordem alfabética e remetendo o leitor às respectivas notações de localização”. Um vocabulário controlado permite a relação de diferentes categorias de elementos da análise iconográfica, temáticas e objetos visíveis no limite da imagem.

O uso de sistemas informatizados viabiliza a acessibilidade dos acervos fotográficos, que relaciona diferentes normas às descrições, além de recursos de visualização da imagem na internet. O Conselho Internacional de Arquivos recomenda o sistema eletrônico de descrição arquivística com acesso à *internet* ICA-AtoM (*International Council Archives – Access to Memory*), que segundo Flores e Hedlund (2014, p. 92) atua como um *software* voltado ao ambiente *web* com requisitos funcionais que um Sistema Aberto de Pesquisa em Informações Arquivísticas deveria manter. Conforme os autores (2014, p.90), o *AtoM* possui recurso para vários idiomas e os padrões internacionais de descrição arquivística. Abreu et al. (2017, p. 14) explicam que o *AtoM* se torna um sistema especializado, por automatizar processos conforme as necessidades dos arquivistas.

O *software* oferece a descrição multinível, que permite visualizar o vínculo orgânico e a relação contextual entre vários níveis e autoridades envolvidos na produção e custódia. Ainda que o *AtoM* propor-

cione padrões internacionais de descrição arquivística, como *ISAD(G)*, *ISAAR(CPF)*, *ISDIAH* e *ISDF*, Saraiva (2016, p. 1) afirma que o “sistema é flexível o suficiente”, portanto, acessível a padrões de outras áreas da ciência da informação e diversos gêneros que compõem o patrimônio documental.

Metodologia

Constituiu-se âmbito da pesquisa o município de Ijuí no noroeste do Rio Grande do Sul e como estudo de caso, o acervo fotográfico de Luiz Germano Gieseler (1870-1954), que reúne uma parte da documentação sob custódia do Museu Antropológico Diretor Pestana, outra, sob custódia da família. A investigação possui abordagem qualitativa, com objetivo exploratório, a partir de estudo de caso e elaboração de produto que visa à aplicação dos resultados *in loco*. As atividades da pesquisa foram divididas em três etapas: revisão de literatura e coleta de informações sobre o contexto de vida do fotógrafo; análise do referencial teórico, contextualização e identificação do acervo; elaboração do produto final e análise conclusiva.

O diagnóstico da documentação e pesquisa sobre o acervo fez parte da coleta de informações, incluindo-se a gênese e manutenção dos documentos sob custódia do MADP e sob custódia da família do titular. Os familiares que contribuíram com a contextualização do objeto de pesquisa foram os netos de Gieseler. Após análises do referencial teórico e do histórico do conjunto, identificou-se a natureza ou característica do mesmo, adotando-se uma organização, a elaboração do produto e análise final do estudo de caso.

Âmbito do estudo

O Noroeste do estado do Rio Grande do Sul (RS) agrega um patrimônio cultural reconhecido pelo tradicionalismo gaúcho, pelo legado dos povos indígenas e dos imigrantes. Majoritariamente de ori-

gem europeia, os colonos participaram do processo de ocupação que originou a cidade de Ijuí em 1889. Neste contexto está o Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP) desde 25 de maio de 1961, como espaço municipal de preservação da memória local e regional, que guarda e difunde o acervo da comunidade. O Museu foi criado como setor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ijuí (FAFI) e em 1969, tornou-se instituição mantida pela Fundação de Integração, Desenvolvimento e Educação do Noroeste do Estado (FIDENE).

Dentre as atividades do MADP estão a elaboração e manutenção das exposições de longa duração e temporárias, oficinas, monitoria de visitantes, atendimento à pesquisa e a realização de outros eventos que promovam a cultura e o desenvolvimento social. O processo de aquisição e formação do acervo preservado iniciou-se com a criação do Museu, por meio de doações da comunidade de Ijuí e região, que reúne diferentes gêneros documentais como audiovisual, bibliográfico, cartográfico, iconográfico, musical, sonoro, textual e tridimensional.

Luiz Germano Gieseler e seu acervo fotográfico

No contexto da cultura fotográfica disseminada pelos imigrantes no noroeste do Rio Grande do Sul apresenta-se o agricultor, administrador de moinho e fotógrafo Luiz Germano Gieseler, nascido Ludvig Hermann Gieseler em 27 de julho de 1870 na Alemanha. Sua vinda ao Brasil teve início na Europa em 1881, instalando-se na cidade gaúcha de Santa Cruz do Sul. Nesta cidade, Gieseler desenvolveu habilidades no ramo da moagem, que auxiliaram seus pais na economia familiar, como também se casou e teve três filhos. Em 1899, na companhia de seus pais, irmãs, esposa e filhos, Gieseler partiu para Ijuí, onde teve seus últimos dois filhos, e consolidou seu moinho, vivendo nesta cidade até seu falecimento em 25 de maio de 1954.



Fotografia - Retrato da família Gieseler, pais e filhos no bosque da propriedade. Fonte: Acervo Luiz Germano Gieseler. Custódia do MADP.

O acervo de Gieseler foi adquirido pelo MADP devido à mesma relevância de outros conjuntos contendo fotografias, como os acervos de Eduardo Jaunsem e Família Beck, que atuaram como fotógrafos na região, preservando-se a memória fotográfica como integrante da memória de Ijuí e acompanhando a trajetória de formação do município. As fotografias de Gieseler registram um período entre 1900 e 1950 apresentando aspectos ligados ao contexto de Ijuí: o modo de vida dos imigrantes inseridos no processo de adaptação na colônia; a integração étnica existente entre descendentes de alemães e poloneses em um mesmo território; a moagem como processo artesanal que compõe uma prática econômica no desenvolvimento local; os eventos nos espaços públicos que extrapolam o universo familiar, como as comemorações e fenômenos naturais. A fotografia mostra o acervo de Luiz Germano Gieseler armazenado no ambiente climatizado.

A fotografia de Luiz Germano Gieseler apresenta vistas que registram cenas importantes ou atípicas daquela época, cuja especialidade fotográfica denomina-se “fatos da atualidade” (BOADAS; CASSELLAS; SUQUET, 2001), bem como uma tendência ao pictorialismo, com paisagens da área rural e edifica-



Fotografia - Negativos de vidro armazenados em arquivo deslizante climatizado. Fonte: Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP). Imagem 4 e 5: Data: 03/09/2016. Autoria: MADP/Amanda K. Higashi. Acervo Arquivo FIDENE, custódia do MADP.

ções representativas do espaço urbano. Os retratos capturam os “clichês” tradicionais, abordando-se temas como: casamentos; funerais; crianças e recém-nascidos da família; animais; piqueniques, reunião de parentes e amigos; viagens; trabalho. Salienta-se que além do gênero fotográfico, após diagnóstico do acervo, documentos textuais pertencentes a Gieseler ao longo de sua trajetória foram encontrados sob a custódia familiar.

O MADP preserva 378 documentos, com imagens em 366 negativos de vidro de emulsão seca de prata e 12 negativos flexíveis no formato 120 mm. O acervo produzido por Gieseler, sob a custódia de seu neto Edgar Beno Gieseler, reúne 299 positivos em papel de sua autoria, além daquelas recebidas como recordações de parentes e amigos. Do total de fotografias tiradas por Gieseler, 172 imagens positivas possuem negativos correspondentes no MADP e 127 imagens não possuem seus correspondentes, supondo-se um volume de negativos perdidos. Considerando as imagens dos negativos existentes no Museu e o total de positivos sem seus negativos correspondentes, têm-se 505 imagens de sua autoria.



Fotografias - Negativo de vidro e imagem positiva que mostra a Roda d'água do moinho congelada durante a geada de 22/07/1915. Fonte: Museu Antropológico Diretor Pestana (MADP). Imagem: Data: 03/09/2016. Autoria: MADP. Acervo Arquivo FIDENE, custódia do MADP.

7. Análise e curadoria do acervo

Acervos fotográficos podem ser custodiados em diferentes tipos de instituição, como museus, cuja fotografia preservada pode “apresentar-se como peça artística ou como documento integrante do arquivo do próprio museu ou ainda como parte de uma coleção temática formada a partir da missão da instituição” (MALVERDES; LOPEZ, 2016, p. 74). Por isso, deve-se examinar a formação do acervo e considerar seu papel nos processos da entidade, normalmente baseados nos objetivos e propósitos de existência. Caso não seja viável a identificação da proveniência, ou existam produtores misturados e organizados em séries com critérios diversos à ordem do princípio dos fundos, caracteriza-se como coleção.

Os acervos de Eduardo Jaunsem e Família Beck constituem-se como diversificados, pois reúnem ori-

ginais fotográficos, documentos textuais e equipamentos utilizados na prática fotográfica. A formação destes acervos não ocorreu com intuito de elaborar uma exposição, mas tem relação com a missão institucional, que embora os agrupamentos tenham sido considerados coleções na época da organização (anterior à década de 1990), esses foram tratados por setor de arquivo, com metodologia própria, diferente do setor de processos museológicos. Logo, indaga-se sobre a importância de avaliar a existência de departamentos arquivísticos em uma entidade, principalmente com especialistas da área, o que viabilizará uma visão arquivística aos documentos.

Considerou-se viável caracterizar o acervo de Luiz Germano Gieseler como uma seção factícia citada por Herrera (2007 apud MALVERDES, 2015), pois os documentos fotográficos foram fragmentados em diferentes custodiadores por aspectos físicos,

os negativos de custódia do Museu e os positivos fotográficos e documentos textuais de custódia da família, hipoteticamente separados por valor histórico e conservação do suporte. Apesar do conjunto não preservar uma unicidade arquivística, a presente pesquisa não tratou o mesmo como coleção, dada sua natureza orgânica pela identificação do produtor e da principal função da gênese documental, sem a mistura dos documentos com outras proveniências na entidade.

Embora a natureza arquivística do acervo, a documentação formada apenas por fotografias, conforme Heredia Herrera (1993) explica, constitui-se somente parte do que foi o fundo, pois o produtor também acumulou documentos de diferentes gêneros originados de outras funções e atividades que exerceu em vida. Pela possibilidade de contemplar o respeito ao fundo pelos princípios da proveniência externa e interna, o conjunto fotográfico foi caracterizado como uma série arquivística.

Independentemente da condição de fragmentação, com base em Cook (2016), adotou-se o conceito abstrato do fundo, quando os documentos são interconectados por processos que envolvem vários responsáveis pela criação e custódia, neste caso, apenas a última foi diferenciada. Por Douglas (2016), entende-se que o conceito abstrato de fundo, também representa as circunstâncias dos documentos, ainda que os mesmos não permaneçam fisicamente reunidos, o que ocorre nos casos de perdas por conservação, eliminações por avaliação, ou dispersão por alteração de custodial. Os referenciais supracitados mostram-se pertinentes, em um contexto em que, conforme Silva e Melo (2016), as entidades de preservação e difusão que recebem arquivos pessoais, apenas conhecem a fragmentação de seus acervos, após iniciar o diagnóstico sobre a origem documental, ao descobrir outras partes da documentação.

Douglas (2016), ao discorrer sobre a representação da história documental, como a dispersão e custódias compartilhadas, também enfatiza que a história custodial não corresponde ao contexto de produção.

A contextualização do acervo propõe demonstrar a manutenção e as diferenças custodiais da documentação, já o contexto de produção tem a ver com a identificação da ordem interna original do arquivo. Portanto, ao relacionar as diferentes custódias ao contexto de produção, tem-se a reconstituição de um fundo arquivístico, ainda que o acervo fisicamente esteja separado. Yeo (2016) apresenta a descrição arquivística como subsídio de relação entre diversas entidades envolvidas com a criação e manutenção documental.

Recomenda-se o uso de normas como ISAD (G) e NOBRADE, em que através do campo “fontes relacionadas” registra-se o relacionamento de partes de um mesmo conjunto arquivístico. Para representar conceitualmente o fundo de Luiz Germano Gieseler, elaboraram-se instrumentos de pesquisa que utilizam como padrão arquivístico de descrição as normas internacionais recomendadas pelo *International Council on Archives (CIA)*, por serem as mesmas que compõem o *software AtoM*, utilizado pelo MADP por meio da página denominada “Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana/FIDENE”. Este sistema possui a funcionalidade de relacionar descrições arquivísticas e entidades envolvidas na produção, custódia ou transferência de guarda, permitindo-se o relacionamento entre diferentes níveis (fundo, séries, unidades documentais) descritos pela ISAD (G) aos registros de autoridade descritos pela ISAAR (CPF). A imagem exibe a ferramenta “adicionar” para a inserção dos registros nos padrões ISAD (G), ISAAR (CPF) e ISDF, no AtoM institucional MADP/FIDENE.

O produtor do acervo caracteriza-se como pessoa física e seu contexto biográfico foi inserido no registro de autoridade, através da ISAAR (CPF). O registro de autoridade também permite o relacionamento entre outras entidades, que no caso da família, a relação entre pessoas/indivíduos forma uma estrutura genealógica na “área de relacionamento”. Portanto, permite-se acessar documentos que tem relação com diferentes pessoas físicas ligadas ao produtor. Conforme Abreu et al. (2017, p. 31), o *software AtoM* identifica a entrada do acervo na instituição de cus-

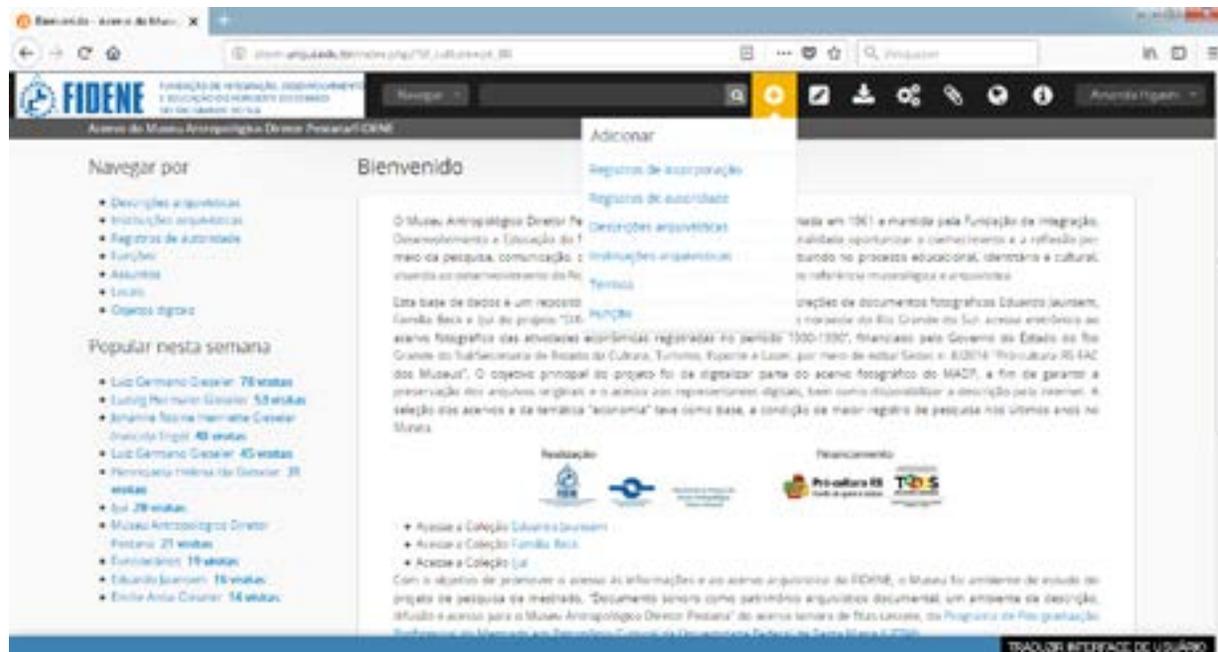


Imagem - Ferramenta “adicionar” na Interface do AtoM institucional MADP/FIDENE.

Fonte: AtoM, Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana/FIDENE.

tódia em “registros de incorporação/ingresso”, que “trata da transferência de documentos para um repositório, associado com questões legais ou físicas” e registra a forma de aquisição (recolhimento, doação, compra, entre outras formas), dados de formalização da transferência (termos de doação, recolhimento, recibos, contratos, outros) e responsável (pessoa física ou jurídica) pela entrega do acervo à entidade.

A contextualização do fundo reuniu informações do diagnóstico da documentação junto às entidades envolvidas na produção e custódia, por meio do guia, como instrumento de pesquisa da descrição. Para demonstrar o contexto de produção ou as circunstâncias da gênese documental, elaborou-se o arranjo descrito pelo inventário. Com vistas à estrutura das funções e atividades que geram os documentos, Souza (2015) analisa a importância dos níveis hierárquicos funcionais das fotografias, pois considerando que este documento pertença a um arquivo maior, requer estrutura que represente a transcodificação da imagem, “dentro de um plano de classificação arquivístico que garanta a organização e autenticidade

relativa ao documento, a partir dos principais elementos diplomáticos” (SOUZA, 2015, p. 97).

Para a elaboração do quadro de arranjo do acervo de Gieseler recorreu-se às informações obtidas no diagnóstico para a evolução institucional, entendida aqui como a trajetória de vida do produtor de um arquivo pessoal. A pesquisa histórica culminou na construção biográfica de Gieseler e sua genealogia, como também o levantamento de funções e atividades exercidas. Boris Kossov (2014a, p. 71-72) recomenda a coleta de informações através de: documentos escritos (de ordem biográfica, técnica, etc.); objetos e equipamentos utilizados ao fazer fotográfico do período; testemunhos orais de descendentes dos fotógrafos e eventuais contemporâneos; registros dos estabelecimentos; bibliografia histórica no seu contexto mais amplo. Desse modo, as habilidades e ocupações identificadas foram: mestre construtor civil; agricultor; administrador e operador de moinho; fotógrafo; mecânico.

Posteriormente, o confronto entre atividades e documentos para a comprovação das mesmas

FUNDO Luiz Germano Gieseler	
SÉRIE Controle de bens patrimoniais	
	SUBSÉRIE Aquisição, manutenção de bens imóveis
	SUBSUBSÉRIE Construção de edifícios e obras de engenharia civil
	SUBSÉRIE Aquisição e manutenção de bens móveis
	SUBSUBSÉRIE Manutenção e reparação de veículos automotores; Manutenção e reparação de caminhões, ônibus e outros veículos pesados
SÉRIE Economia familiar	
	SUBSÉRIE Agricultura, pecuária e serviços relacionados
	SUBSUBSÉRIE Produção de lavouras temporárias (cultivo de cereais e grãos; cultivo de produtos)
	SUBSÉRIE Horticultura e produtos de viveiro
	SUBSUBSÉRIE Cultivo de hortaliças, legumes e outros produtos da horticultura
	SUBSÉRIE produção de lavouras permanentes
	SUBSUBSÉRIE Cultivo de frutas cítricas; Cultivo de outros produtos
	SUBSÉRIE pecuária
	SUBSUBSÉRIE Criação de bovinos para leite
	SUBSUBSÉRIE Criação de equinos (transporte básico diário)
	SUBSUBSÉRIE Criação de suínos
	SUBSUBSÉRIE Criação de aves
	SUBSUBSÉRIE Criação de animais domésticos
	SUBSUBSÉRIE Criação de outros animais
	SUBSÉRIE Indústria de transformação e fabricação de produtos alimentícios
	SUBSUBSÉRIE Laticínios (Fabricação de produtos do laticínio)
	SUBSÉRIE Moagem, fabricação de produtos amiláceos
	SUBSUBSÉRIE Beneficiamento de arroz; Moagem de trigo e milho, Fabricação de derivados
SÉRIE Prática fotográfica	
	SUBSÉRIE Relações no âmbito familiar
	SUBSUBSÉRIE Controle de bens patrimoniais e economia familiar
	Dossiê Perspectivas fotográficas de construção da residência
	Dossiê Ensaios fotográficos de divulgação do moinho
	SUBSUBSÉRIE Recordações pessoais e círculo/núcleo familiar
	Dossiê Registros fotográficos da Família Gieseler pais e filhos
	Dossiê Ensaios fotográficos artístico-criativos de infância
	SUBSUBSÉRIE Recordações de eventos sociais familiares
	Dossiê Registros fotográficos do Casamento de Henrique Arthur Max Gieseler e Justina Ida Lausch
	SUBSÉRIE relações com a comunidade e o município
	SUBSUBSÉRIE Coberturas fotográficas de eventos sociais privados
	Dossiê Registros fotográficos do casamento de Estanislau Kaczmarek e Wadislava Angieski
	SUBSUBSÉRIE Coberturas fotográficas e perspectivas artísticas em eventos públicos
	Dossiê Reportagens fotográficas da enchente de 1928
	Dossiê Ensaios fotográficos e panoramas criativos de Ijuí
	SUBSÉRIE Processo fotográfico em laboratório
	SUBSUBSÉRIE Revelações fotográficas
	Dossiê Aquisições e usos de Equipamentos: utensílios de revelação (acervo tridimensional).
	Dossiê Instruções técnicas: Manual em idioma francês AGFA.

Quadro - Quadro de arranjo do Fundo Luiz Germano Gieseler. Fonte: Elaboração da autora.

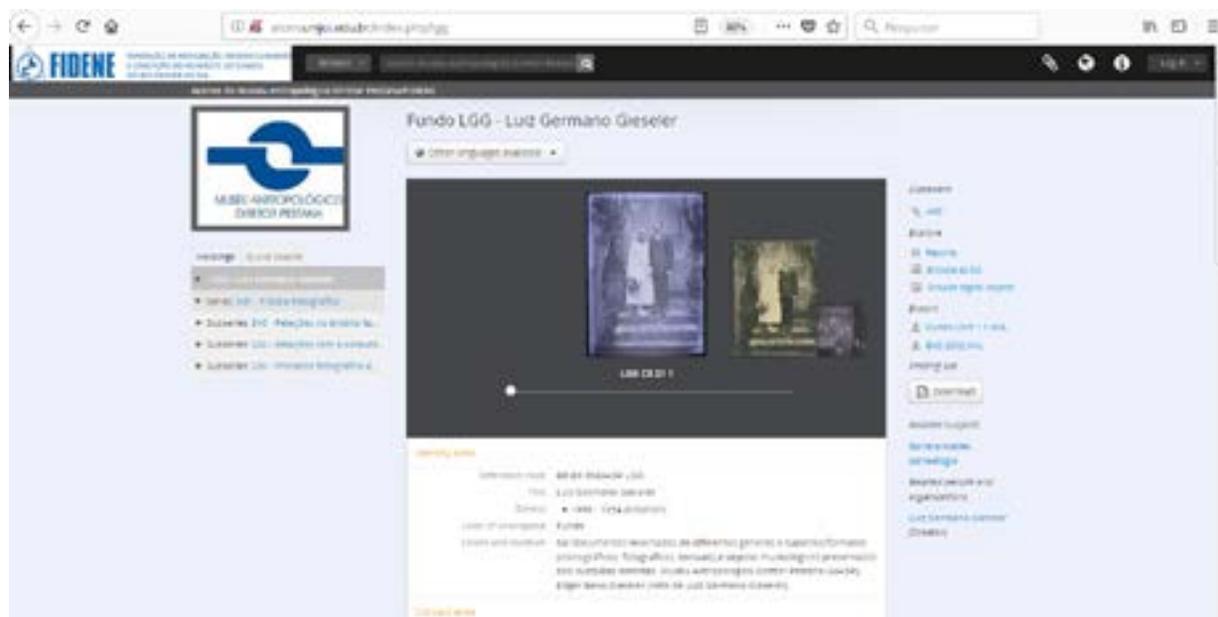


Imagem - Interface do Inventário das séries documentais do Fundo Luiz Germano no AtoM institucional MADP/FIDENE. Fonte: AtoM Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana/FIDENE.

pela análise tipológica ou diplomática contemporânea (BELLOTO, 2002b; DURANTI, 2015), na transcodificação da fotografia proposta por Albuquerque e Souza (2016) ocorreu na “relação dos documentos e funções/atividades”. Esta etapa implica na comparação das informações documentais com as funções e atividades detectadas pelos documentos normativos ou outros meios, como depoimentos *in loco*. No caso do acervo do presente estudo, considerando por massa documental acumulada constituída em grande parte por documentos iconográficos, muitas das informações referentes à “relação dos documentos e funções/atividades” e à “prospecção arqueológica da documentação” foram obtidas por relatos de descendentes (história oral) do produtor, além dos documentos textuais comprobatórios de bens patrimoniais e ofícios da família.

O confronto dos documentos fotográficos e atividades pela análise diplomática da documentação, como afirma Souza (2015, p. 43) “quando a prospecção arqueológica da documentação não for possível, deve-se aplicar a diplomática para o agrupamento de

espécies documentais”. Como a análise diplomática parte da identificação dos elementos intrínsecos e extrínsecos dos documentos, com o auxílio da ISAD (G), um esquema de metadados foi delineado para a obtenção das informações da análise por meio de uma ficha de descrição, obtendo-se a identificação das imagens pelo neto do fotógrafo, que custodia parte do acervo.

O processo de análise diplomática ocasionou a formação de dossiês documentais, principalmente dos retratos que incluem o núcleo familiar de Gieseler (pais e filhos), parentes de vínculo consanguíneo e afinidades identificados pelo estudo genealógico, amigos e pessoas da vizinhança ou comunidade local, sem vínculos naturais e afetivos comprovados pela descrição com informações da análise documental e da imagem dos retratos. Salienta-se, com base em Cook (2017) e Silva (2004), que esquemas genealógicos tornam-se relevantes no processo de organização de arquivos pessoais. As ações extraídas das especialidades fotográficas propostas por Boadas, Casellas e Suquet (2001) foram consideradas,

como se os gêneros fotográficos fossem espécies documentais, todavia, recomenda-se um aprofundamento desse estudo e análise acompanhada por especialistas na área fotográfica, relacionando-se recursos fotográficos à intencionalidade do ato fotográfico que geram os registros.

Apesar de a pesquisa partir apenas do acervo fotográfico de Luiz Germano Gieseler, com o desenvolvimento de todo o processo de identificação e classificação arquivística, tornou-se viável delinear o contexto de produção do titular. Apresenta-se a seguir o arranjo do fundo conceitual, ainda que os documentos não estejam fisicamente reunidos, por motivo dos diferentes locais de custódia. Demonstra-se apenas na estrutura da função prática fotográfica a análise diplomática, que atinge os níveis documentais, representados pelos dossiês.

O produto final da pesquisa constitui-se os instrumentos de pesquisa elaborados pelo processo de descrição arquivística, disponibilizado na internet através da plataforma AtoM “Acervo do Museu Antropológico Diretor Pestana/FIDENE”¹: Guia do fundo; Inventário do quadro de arranjo; Catálogo dos dossiês e itens documentais. A imagem exibe a interface do Inventário das séries documentais do Fundo de Luiz Germano Gieseler no AtoM institucional MADP/FIDENE” (Apêndice F).

Conclusão

A produção fotográfica de grupos que deixaram suas nações para viver no Brasil reúne documentos iconográficos considerados patrimônio cultural, pois permite a reconstrução de lembranças que firmam a identidade passada rompida pela imigração e registram a fase de adaptação à nova cultura e formas de sobrevivência. Os fotógrafos nas colônias do noroeste do Rio Grande do Sul trouxeram suas habilidades

do país de origem e atingiram níveis apreciáveis de qualidade em suas criações. Com o processo de organização e descrição do acervo de Luiz Germano Gieseler, conclui-se imprescindível a investigação de sua natureza de formação, etapa anterior à organização que viabilizará o acesso e difusão da memória a ser representada.

A identificação do caráter dos documentos define a metodologia adequada, pois se compreende pelos referenciais que conceitualmente há distinção no tratamento entre documentos de arquivo e coleções não orgânicas. Alerta-se ao cuidado de caracterizar como arquivístico o acervo constituído apenas por fotografias, sem antes diagnosticar sua formação e origem, conforme pressupostos dos princípios de identificação de fundos, como proveniência e ordem original. No caso dos museus, que atuam formando coleções mediante um determinado recorte de representação, frequentemente, documentos são coletados de diferentes produtores e agrupados, misturando-se origens para atender sua missão, prática contrária à arquivística.

As coleções podem ser orgânicas na medida em que o ato de formá-las faça parte de alguma função da entidade custodiadora e componha sua estrutura arquivística institucional, bem como quando o agrupamento ocorre por separar documentos de séries arquivísticas por aspectos físicos, visando-se à conservação. Embora sua estrutura (ordem) não seja arquivística, as coleções podem ter suas informações sobre produtores e custodiadores identificadas. A pesquisa demonstra a viabilidade de acervos fotográficos gerados por fotógrafos, ainda que haja documentos dispersos em custódias distintas, terem o contexto de produção documental reestabelecido, por isso, sua natureza arquivística, caso não tenham sido integrados em conjuntos de outras proveniências. Todavia, mesmo recuperada a organicidade, este agrupamento não pode ser denominado fundo, pois seus documentos constituem apenas parte de um conjunto maior, com séries provenientes de outras funções e atividades do produtor.

¹ Guia, Inventário e Catálogo de Luiz Gieseler Gieseler. Disponível em: <<http://atom.unijui.edu.br/index.php/lgg>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

Reflete-se que, arquivos pessoais tem um processo de fragmentação quase que inerente a sua condição de manutenção ao longo da vida de seus produtores e custodiadores, antes da entrada da documentação em instituições custodiadoras. A condição arquivística dos documentos pessoais e familiares, muito provável, poderá ser representada, desde que adotados critérios na entrada do acervo nos espaços de memória, recomendando-se o diagnóstico junto ao doador e descendentes do produtor.

Diferentes autores, independente da linha teórica, se da história social, ou da ciência arquivística, estão de acordo em considerar que o isolamento fotográfico acarreta em aumento da ambiguidade na leitura ou inconsistências na pesquisa. Os analistas da imagem buscam o contexto por trás da intencionalidade de criação do conteúdo fotográfico, já o arquivista busca o contexto através dos elementos que confirmem as circunstanciais externas de origem da fotografia. Ambos os esforços metodológicos podem ter relação no tratamento de organização e difusão dos registros fotográficos, principalmente na análise diplomática.

Referências

- ABREU, J. P. L. et al. *Guia do usuário do AtoM*. Brasília: Ibict, 2017.
- ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. *A classificação de documentos fotográficos: um estudo em arquivos, bibliotecas e museus*. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, 2012.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivística*. São Paulo: Associação de arquivistas de São Paulo, 2002a.
- _____. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial, 2002b. (Projeto Como Fazer, 8).
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320 p.
- BOADAS, J.; CASELLAS, L-E.; SUQUET, M. *Manual para la gestión de fondos y colecciones fotográficas* (Biblioteca de la Imagen, 3). Girona: CRDI & CCG, 2001. Disponível em: <http://www.girona.cat/sgdap/docs/Manual_Fotografia_OCR.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- CANABARRO, Ivo dos Santos. *Dimensões da cultura fotográfica no Sul do Brasil*. Ijuí: UNIJUI. 2011. (Coleção Museu Antropológico Diretor Pestana).
- CERVANTES, Gumaro Damian. *Los documentos especiales en el contexto de la archivística*. Escuela Nacional de Biblioteconomía y Archivonomía, México D.F, 2008.
- CLOONAN, Michèle V. *Preservando documentos de valor permanente*. In: Correntes atuais do pensamento arquivístico. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). Anderson Bastos Martins (trad.); Heloísa Liberalli Bellotto (rev.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- CONSELHO Internacional de Arquivos. *ISAD (G): Norma geral internacional de descrição arquivística: segunda edição, adotada pelo Comitê de Normas de Descrição, Estocolmo, Suécia, 19-22 de setembro de 1999, versão final aprovada pelo CIA*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2000.
- COOK, Terry. *O conceito de fundo arquivístico: teoria, descrição e proveniência na era pós-custodial*. [recurso eletrônico] / Trad.: Silvia Ninita de Moura Estevão e Vitor Manoel Marques da Fonseca. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2017.
- DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, v. 10-14, n. 2, p. 01-16, 1986. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000011453/4e2ab3e173f0f009be510a-58102bb05b/>>. Acesso em: 08 Set. 2018.
- DURANTI, Luciana. Diplomática: novos usos para uma antiga ciência (parte v) / Diplomatics: new uses for an old science (part v). In: *Acervo*, rio de janeiro, v. 28, n. 1, p. 196-215, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://www.redib.org/recursos/Record/oai_articulo1122394-diplom%C3%A1tica-usos-antiga-ci%C3%A1ncia-parte-v>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- EASTWOOD, Terry. *Um domínio contestado*. In: Correntes atuais do pensamento arquivístico. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). Anderson Bastos Martins (trad.); Heloísa Liberalli Bellotto (rev.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.
- ELLIOTT, Ariluci Goes; MADIO, Telma Campanha de Carvalho. *A fotografia como documento e suporte à construção da memória*. In: XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVI ENANCIB). Issn 2177-3688. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000017681/84d8c70b-6801c955b17b35e457fc8771>>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- FLORES, Daniel; HEDLUND, Dhion Carlos. Análise e aplicação do ICA-AtoM como ferramenta para descrição e acesso às informações do patrimônio documental e histórico do município de Santa Maria – RS. In: *Inf. Inf.*, Londrina, v. 19, n. 3, set./dez. 2014. p. 86 - 106. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/viewFile/14892/pdf_33>. Acesso em: 19 jan. 2019.
- HEREDIA HERRERA, Antonia. A fotografia e os arquivos. Tradução por LOPEZ, André Ancona; MADIO, Telma de Carvalho; REZENDE, Darcilene. In: *Revista Photo & Documento* — ISSN 2448-1947 num. 2, 2016; seção “Segunda edição”. Tradução do original La fotografía y los archivos. In: Foro Iberoamericano de la Rábida. *Jornadas Archivísticas*, 2, 1993.
- HOBBS, Catherine. *Vislumbrando o pessoal*. In: Correntes atuais do

pensamento arquivístico.

KOSSOY, Boris. *Fotografia & história*. 5. ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2014a.

_____. *Os tempos da fotografia: o efêmero e o perpétuo*. 3. ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014b.

LOPEZ, André Porto Ancona. *As razões e os sentidos: finalidades da produção documental e interpretação de conteúdos na organização arquivística de documentos imagéticos*. Tese (Doutrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História Social, Faculdade de Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

_____. Photographic document as image archival document. 2009. In 8th Conference on Technical and Filed Related Problems of Traditional and Electronic Archiving, Radenci/Slovenia, 25 - 27 March 2009. [Conference paper]. Disponível: <<http://eprints.rclis.org/12846/>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MALVERDES, André. *O mundo dos cinemas de rua em imagens: organização da informação e descrição de acervos fotográficos reunidos em coleções*. Tese (Doutorado Interinstitucional em Ciência da Informação) - Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília - Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Universidade Federal do Espírito Santo, 2015.

_____. *Pensando arquivisticamente a gestão de documentos fotográficos: uma referência imprescindível*. In: Revista Photo & Documento — ISSN 2448-1947 num. 2, 2016; seção “Resenhas”. Disponível em: <<http://gpaf.info/photoarch/index.php?journal=phd&page=article&op=view&path%5B%5D=81>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MALVERDES, André; LOPEZ, André Porto Ancona. Patrimônio fotográfico e os espaços de memória no estado do Espírito Santo. In: *Ponto de Acesso*, Salvador, v.10, n.2, p.59-80, ago. 2016. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/14004>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

MAUAD, Ana Maria. Na mira do olhar: um exercício de análise da fotografia nas revistas ilustradas cariocas, na primeira metade do século XX. In: *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. N. Sér. v.13. n.1.p. 133-174. jan. - jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142005000100005>. Acesso em: 19 jan. 2019.

RODRIGUES, Ana Célia. *Diplomática contemporânea como fundamento metodológico da identificação de tipologia documental em arquivos*. 2008. Tese (Programa de Pós-Graduação em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

SARAIVA, Natália de Lima. AtoM e as necessidades do documento fotográfico. In: *Revista Photo & Documento* — ISSN 2448-1947 n. 1, 2016; seção “Insumos técnicos”. Disponível: <<http://gpaf.info/photoarch/index.php?journal=phd&page=article&op=download&path%5B%5D=12&path%5B%5D=56>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SCHNEID, Frantieska Huszar; MICHELON, Francisca Ferreira. *Fotografias de casamento: memórias compartilhadas a partir de acervos pessoais*. In: II CONINTER – Congresso Internacional Interdis-

ciplinar em Sociais e Humanidades. Belo Horizonte, de 8 a 11 de outubro de 2013.

SILVA, Armando B. Malheiro da. *Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistêmico e interativo*. In: Revista da Faculdade de Letras: Ciências e técnicas do património Porto, 2004. I Série vol. III, pp. 55-84. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4083.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SILVA, Armando. *Álbum de família: a imagem de nós mesmos*. Trad.: Sandra Martha Dolinski. São Paulo: Editora Senac, São Paulo: Edições SESC SP, 2008.

SILVA, Eliezer Pires da Silva; MELO, Mariana Tavares de. A Dispersão de Fundos de Arquivos Pessoais. In: *Revista do Arquivo Geral da cidade do Rio de Janeiro*, n.10, 2016, p.91-102. Disponível em: <http://wpro.rio.rj.gov.br/revistaagcrj/wp-content/uploads/2016/11/e10_a05.pdf>. Acesso em: 19 jan. 2019.

SOUZA, Andréa do Prado. *O documento fotográfico na organização do conhecimento: o processo de transcodificação na classificação arquivística*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Informação) – Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Centro de Educação Comunicação e Artes, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015.

SOUZA, Andréa do Prado; ALBUQUERQUE, Ana Cristina de. *O documento fotográfico na organização do conhecimento: elementos constitutivos no processo de classificação arquivística*. In: XVII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (XVII ENANCIB). CT 2 – Organização e Representação do Conhecimento. Bahia, 2016. Disponível em: <<http://www.brapci.inf.br/index.php/article/view/0000022022/d63bba33ff1219daab-422032219736cb>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

YEO, Geoffrey. *Debates em torno da descrição*. In: Correntes atuais do pensamento arquivístico. EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). Anderson Bastos Martins (trad.); Heloísa Liberalli Bellotto (rev.). Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.



REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

RUA PEDRO PALACIOS

CAIXA POSTAL, 3955

TELEPHONE 290

Vista

ESTADO DO RIO DE JANEIRO

11-6-29

ALFREDO S. ...

Adalberto

vil da Cidade de ...
nomeação na fórm...

Fls. 18

Certifico e dou fé que

às folhas 8, consta o termo

Storring

Numero 84, Aos

mil novecentos e vinte e nov

compareceu Comunicou a irmã

um atestado do Doutor ADALGIA

ADOS UNIDOS DO



ESPIRITO SANTO

ARLO, Oficial vitalicio
Victoria, Capital do Est
na da Lei, etc. etc.:

DOCUMENTO

**ADALGISA AMANDA
DA FONSECA E SILVA:
CAMINHOS, ESCOLHAS E
VIVÊNCIAS DA PRIMEIRA
MÉDICA CAPIXABA**

Jória Motta Scolforo

Jornalista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo e Doutoranda em História na Ufes.

Lucas Rodrigues Barreto

Historiador do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo.

do livro sob numero 36 da obitos do anno de 1929

do teor seguinte:

8 dias do mez de Junho de (1929)

9., nesta Cidade do Victoria e neste meu Carto

Antonietta e exhibi

A FONSECA, declarou ha

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

RUA PEDRO PALACIOS

CAIXA POSTAL, 3953

TELEPHONE 290



ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Viola
Em - 11-6-29
Alfredo Sarlo

ALFREDO SARLO, Official vitalicio do Cartorio do Registro Civil da Cidade de Victoria, Capital do Estado do Espirito Santo, por nomeação na forma da Lei, etc. etc.:

Reg. fls. 118
Alboreia

Certifico e dou fé que do livro sob numero 36 de óbitos do anno de 1929, de folhas 8, consta o termo do teor seguinte:

Numero 25, Aos 6 dias do mez de Junho de (1929) mil novecentos e vinte e nove, nesta Cidade de Victoria e neste meu Cartorio compareceu Comunicou a Irmã Antonietta e exhibindo uma atestado do Doutor A ADALGIZA FONSECA, declarou haver hoje de 3 horas da manhã, fallecido nesta Cidade, Josephim Ferrreira dos Santos de 20 annos de idade, estado casado, profissão domo de casa natural de Minas, filh^o de Pairo Ferrreira e D.

certificando-se que a causa do fallecimento fôra produzido por "Infeção intestinal" Foi Sepult^o no Cemiterio de S. Antonio, hontem, ás 4 horas da tarde.

E para constar, lavrei o presente termo que assigno com o declarante.

Eu, Alfredo Sarlo, Official do Registro Civil, que subscrevi e assigno.

Victoria, 8 Junho 1929
Alfredo Sarlo



OFFICIAL VITALICIO DO REGISTRO CIVIL
ISSUTA DE SELLO DE ACCORDO COM A LEI

3140

DOCUMENTO

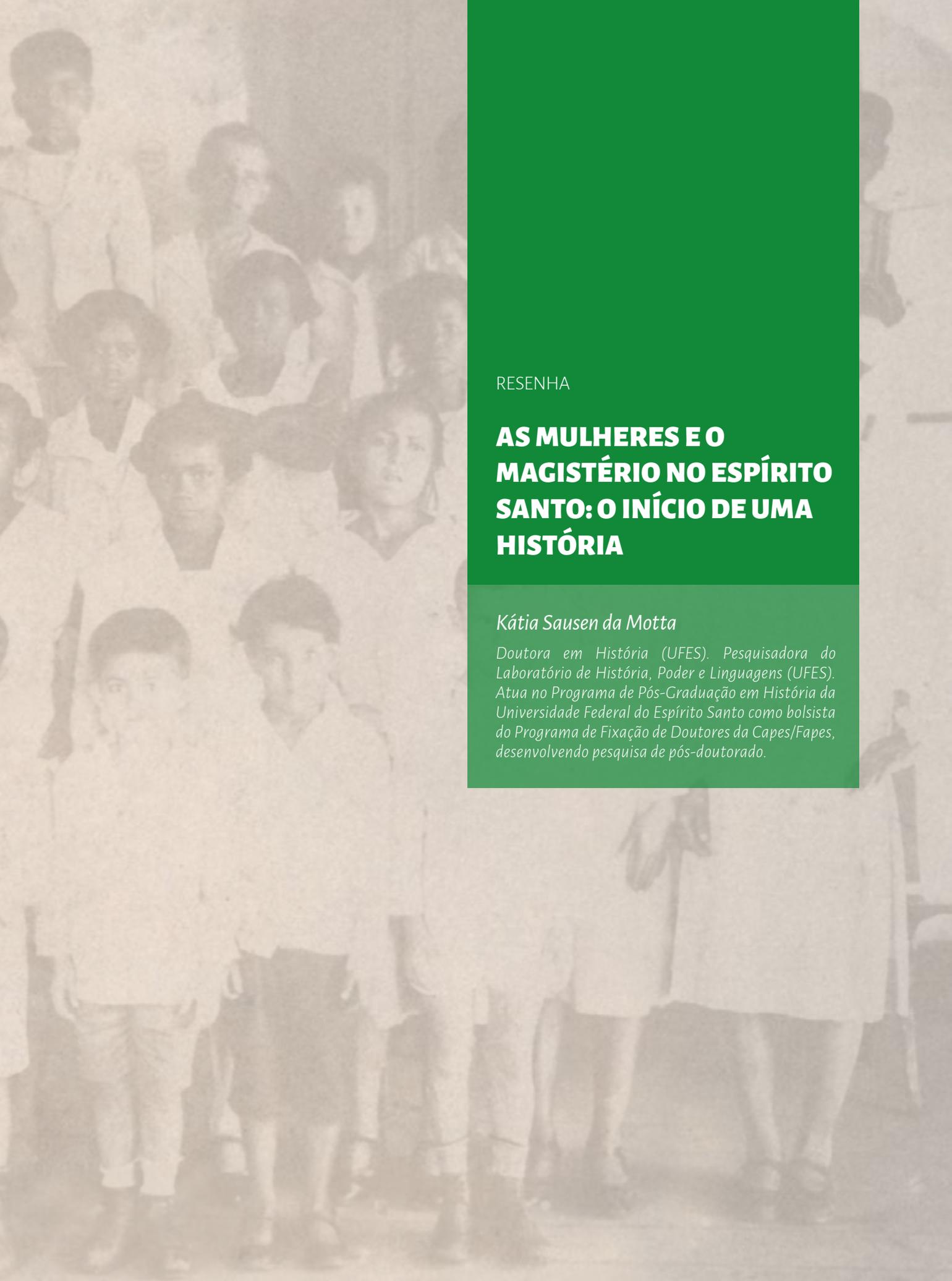
No “Fundo de Registros Cíveis de Óbito de Vitória”, custodiado pelo Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES), um documento do dia 08 de junho de 1929 traz um atestado emitido por Adalgisa Amanda da Fonseca e Silva, a primeira mulher a atuar como médica no Espírito Santo. Diplomada em 30 de dezembro de 1926 pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, ela obteve o título após a defesa da tese: “A influência da religião na moral da mulher”. Ela exerceu a profissão em Vitória, nas especialidades de clínica médica, ginecologia e pediatria.

De acordo com informações da Revista “Vida Capixaba”, que noticiou a sua formatura na edição do dia 15 de janeiro de 1927, Adalgisa era professora educadora primária na capital capixaba quando “resolveu um dia fazer o curso médico e da resolução à prática não mediou larga distância”. Em 30 de agosto de 1927, o mesmo periódico destaca a abertura, à Rua José Marcelino, nº 54, do “confortável consultório desta distinta médica espírito-santense”. Em 1929, ela foi nomeada para o cargo de subinspetora sanitária, com a função de médica escolar.

O documento que destacamos nesta seção é um certificado registrado em cartório no qual constam as informações referentes à mortalidade dos indivíduos, tendo por função registrar e possibilitar o conhecimento da situação de saúde da população local. Para emissão era imprescindível a assinatura de um profissional que, neste caso, foi a doutora Adalgisa Amanda da Fonseca e Silva, responsável por constatar e atestar diversos óbitos.

De acordo com as informações presentes no Certificado, a Irmã Antonietta compareceu no “Cartório de Registro Civil da Cidade de Victoria” para comunicar o falecimento, ocorrido às 3 horas da manhã, de Josephina Ferreira dos Santos, de 30 anos de idade, casada, dona de casa, natural de Minas Gerais, filha de Pedro Ferreira. A causa da morte foi uma infecção intestinal e o enterramento ocorreu no Cemitério de Santo Antônio.

Os registros de óbito que compõem o acervo do APEES se constituem importantes fontes para pesquisas sobre a ocorrência das doenças e da mortalidade da população capixaba no período de 1920 a 1975, evidenciando os motivos e a criação de determinadas políticas sanitárias à época. Trata-se de um material que favorece diversas pesquisas na área de História da Saúde e da Doença, que compreende as enfermidades enquanto campos fecundos para as análises históricas, pois além de fatores biológicos as suas ocorrências são permeadas por questões políticas, sociais e culturais, uma vez que modificam o cotidiano, promovem rupturas, mobilizam a população e alteram as atitudes.



RESENHA

AS MULHERES E O MAGISTÉRIO NO ESPÍRITO SANTO: O INÍCIO DE UMA HISTÓRIA

Kátia Sausen da Motta

Doutora em História (UFES). Pesquisadora do Laboratório de História, Poder e Linguagens (UFES). Atua no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Espírito Santo como bolsista do Programa de Fixação de Doutores da Capes/Fapes, desenvolvendo pesquisa de pós-doutorado.

As mulheres e o magistério no Espírito Santo: o início de uma história

Em 2017, o Brasil registrou 1.683.772 de mulheres professoras na rede básica de ensino, número que representa 81% do total de docentes.¹ A supremacia feminina no universo escolar brasileiro, no entanto, não se configurava regra no século XIX. Pelo contrário, em grande parte do Oitocentos, a profissão de professor era exercida majoritariamente por homens. A obra “Professoras Primárias: profissionalização e feminização do magistério capixaba (1845-1920)” traz esse debate percorrendo a história da inserção das mulheres no magistério na Província do Espírito Santo. O livro é a publicação da tese de doutoramento de Elda Alvarenga, defendida em 2018, no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo. Elda Alvarenga, semelhante as protagonistas de seu estudo, se dedica à educação. Professora do ensino superior e pesquisadora da História da Educação, a autora desenvolve estudos nas áreas de gênero, história e educação.

O livro em tela se desenvolve em torno de três eixos analíticos, tendo como referência a realidade histórica da Província do Espírito Santo. O primeiro elemento da análise constituiu a expansão do acesso à escolarização para ambos os sexos, efetivada, sobretudo, na segunda metade do Oitocentos. O segundo eixo da investigação se volta para as políticas públicas contemplando discussões sobre as principais reformas provinciais da época que buscaram reordenar a instrução elementar capixaba, com destaque para as Reformas Moniz Freire (1892) Gomes Cardim (1908). Por fim, o estudo focaliza sua análise sobre a atuação da Escola Normal (criada em 1869, como Instituto Feminino Secundário) no processo de ocupação feminina do magistério público e da sua posterior feminização.

A obra escapa de delimitações temporais tra-

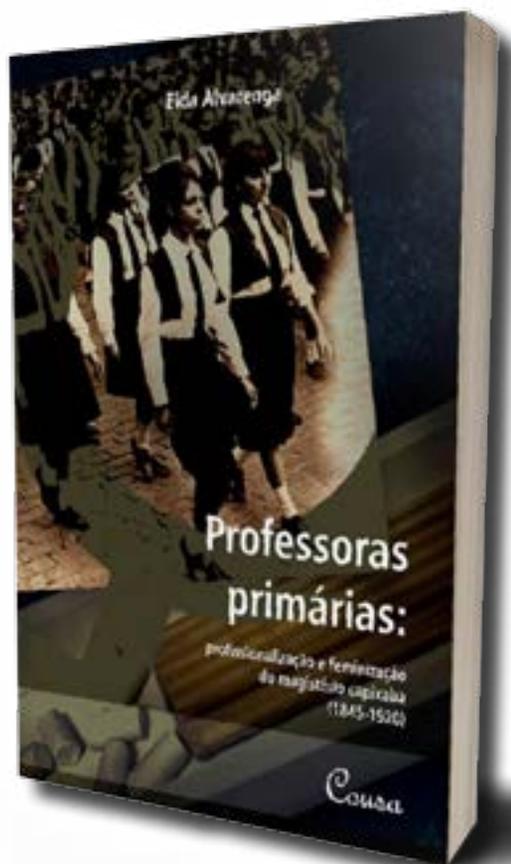
dicionais, geralmente determinadas por cronologias da história política, buscando acompanhar as particularidades do processo histórico-educativo. Dessa forma, o estudo inicia-se a partir de 1845, quando se inaugura, em Vitória, a primeira escola feminina de Primeiras Letras no Espírito Santo. A autora discorre até o ano de 1908, adentrando os anos iniciais da República, em razão da Reforma de Gomes Cardim, que promoveu alterações na instrução primária, consolidando o papel da educação na afirmação do novo regime político.

A autora argumenta que o ingresso das mulheres no magistério capixaba se vincula à expansão da instrução básica para ambos os sexos, à medida que, para atender aos padrões sociais do período e à carência geral de professores normalistas, as mulheres foram chamadas para exercer a docência das meninas. A argumentação é desenvolvida, sobretudo, no segundo capítulo intitulado “Instrução pública e magistério: percursos da docência na história da educação do Espírito Santo”. Nele, a autora reconstitui a inserção das mulheres no mercado de trabalho docente da província, como também acompanha o crescimento lento e gradual do número de escolas exclusivamente dedicadas ao ensino primário feminino.

Papel importante no campo legal para a conquista das mulheres ao direito à educação foi firmado pela Constituição de 1824 que, inseriu a instrução básica em artigo destinado ao tema da inviolabilidade dos direitos civis e políticos, marcando em um dos seus parágrafos a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos. A primeira lei sobre o assunto, no entanto, fora inaugurada em 15 de outubro de 1827. O dispositivo legislava sobre a organização do ensino primário público do Império, definindo a criação de escolas de primeiras letras em todas as cidades e vilas mais populosas do país, incluindo a previsão de escolas de meninas com a docência exclusiva de mulheres. Apesar da definição legal, a primeira escola primária pública feminina no Espírito Santo fora criada por lei em 1835, mas com início de funcionamento apenas em 1845. A carência de professoras para atuar

¹ CARVALHO, Maria Regina Viveiros. Perfil do Professor da Educação Básica. *Relatos de Pesquisa*. Brasília: Inep/MEC, 2018, p.18.

ALVARENGA, Elda. *Professoras primárias: profissionalização e feminização do magistério capixaba (1845-1920)*. Vitória: Coussa, 2019.



nessas classes constituiu, segundo a autora, na principal explicação para a demora na abertura da escola, configurando-se em uma preocupação política das principais autoridades da província.

Elda Alvarenga revela que escolarização das meninas além de tardia, em relação a dos meninos, caminhou em passos lentos durante a primeira metade do século XIX. O ingresso das mulheres na escola primária foi permeado por desafios, sendo um dos mais significativos a escassez de professoras para exercer a docência. A dificuldade de encontrar mulheres disponíveis aos postos escolares foi um dos motivos para que os seus salários fossem maiores que aqueles recebidos pelos professores homens. Tal dispositivo buscava atrair as poucas mulheres docentes da região, inclusive das províncias próximas, para atuarem no ensino feminino. A prática perdurou até o final do XIX, quando então, a profissão passou por

modificações importantes, como a criação de Escolas Normais para a formação de mulheres na carreira docente, fator que impulsionou a oferta de profissionais do ensino e a seleção de professoras por concurso público.

Um dos pontos centrais do livro concentra-se no terceiro capítulo intitulado, “A educação e a escolarização republicanas: reformas do ensino e a inserção das mulheres no Magistério Primário no Espírito Santo”. Nele, a autora explora as políticas públicas, destacando as principais reformas no ensino primário realizadas entre o final do século XIX e primeira década do XX, que alteraram substancialmente o campo educacional. As mudanças na instrução feminina são observadas numa perspectiva de projeto nacional, no conjunto de mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais ocorridas no Brasil no findar da Monarquia e início da República e, também, efeito da luta

das próprias mulheres pela ampliação do direito à educação. Tais elementos contribuíram por modelar a profissão docente e o acesso feminino à escolarização, de acordo com o novo ideário de cidadania a ser exercida pelas mulheres. Ligada aos valores republicanos, a educação era percebida como elemento fundamental na formação do povo e do cidadão para a nova ordem social da República que se fundava, daí o incentivo pela sua expansão. Como consequência, o campo educacional foi marcado pela ampliação e consolidação do Curso Normal e a formação de elevado número de professoras que, paulatinamente, substituíram os homens no ensino primário.

A profissionalização das mulheres e, conseqüentemente, sua inserção em espaços públicos, ocorreu fundamentada em pensamento de parte da elite republicana capixaba que relacionava a necessidade de instrução para as mulheres a seu papel na formação das gerações futuras. Como mães, precisavam estar aptas para formar bons filhos, isto é, bons cidadãos. Fora portanto, a partir do papel ligado à maternidade e à família que começa a ganhar impulso o discurso acerca da valorização da instrução feminina no desenvolvimento da nação e da aptidão das mulheres para o exercício do magistério. Inicialmente, lócus de mulheres mais humildes, de poucas condições financeiras, a partir do século XX, o Curso

Normal passou a atrair também mulheres representantes de setores sociais mais abastados, configurando-se uma das poucas oportunidades de prosseguimento aos estudos e de formação profissional do grupo feminino.

A obra, com efeito, se debruça sobre a história da profissão docente no Brasil, indicando o ponto de inflexão em que se percebeu a crescente presença feminina no exercício do trabalho docente no Espírito Santo. O foco regional, permite ao leitor compreender as especificidades da experiência capixaba no âmbito da profissionalização feminina e da participação das mulheres em espaços públicos. Em constante diálogo com a historiografia do tema, sobretudo estudos de especialistas da História da Educação no Espírito Santo, como os Professores Regina Helena Silva Simões e Sebastião Pimentel Franco, Elda Alvarenga tece importante contribuição para a historiografia ao dar visibilidade às mulheres, suas experiências e suas histórias. Ademais, colabora por revelar o início da trajetória das mulheres capixabas na e pela educação.

Referências

- ALVARENGA, Elda. *Professoras primárias: profissionalização e feminização do magistério capixaba (1845-1920)*. Vitória: Cousa, 2019.
- CARVALHO, Maria Regina Viveiros. *Perfil do Professor da Educação Básica. Relatos de Pesquisa*. Brasília: Inep/MEC, 2018.



REPORTAGEM

**LUZ DEL FUEGO:
TRAJETÓRIA E LIBERDADE
DA MULHER QUE MARCOU
ÉPOCA**

**A ESCRITA E
PENSAMENTOS DAS
MULHERES NA REVISTA
“VIDA CAPIXABA”**

**O VOTO FEMININO E A
CONQUISTA DE DIREITOS
NA IMPRENSA CAPIXABA**

Jória Motta Scolforo

*Assessora de Comunicação do Arquivo Público do
Estado do Espírito Santo
Doutorando em História - UFES.*

Barbosa no acto de seu alistamento eleitoral em Natal.



Luz del Fuego: trajetória e liberdade da mulher que marcou época

“Justamente porque faço tudo o que tenho em mente, realizo as coisas que mais desejo, ponho em prática as teorias que julgo acertadas, é que me censuram. Tiro da vida o que ela pode me dar de bom, agradável e útil”. A citação é da capixaba Dora Vivacqua, a Luz del Fuego, na publicação “A Verdade Nua” na qual lança as bases das suas ideias sobre o naturismo. O impacto que suas atitudes causaram e ainda provocam legaram, muitas vezes, a sua história ao esquecimento. Uma parte dessa história pode ser vista no raro documentário “A Nativa Solitária”, de 1954, que faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Vida e Polêmicas

“Amada pelo povo e odiada pelos moralistas, Luz descobriu na lenda do escândalo o caminho mais curto para a fama”, destacam Cristina Agostinho, Branca de Paula e Maria do Carmo Brandão, na bio-

grafia “Luz del Fuego: A Bailarina do Povo”. Nascida em Cachoeiro de Itapemirim, em uma tradicional família de políticos, Luz del Fuego – o nome adotado provém de uma marca de batom argentino - desde criança mostrava-se diferente ao não aceitar as imposições a ela direcionadas e emitia opiniões contundentes sobre o casamento, o divórcio e a liberdade da mulher em um período no qual, em muitos casos, o matrimônio e a maternidade eram tidos como a destinação natural feminina.

Encantou-se muito nova por um serpentário e teve a certeza de que um dia se apresentaria com cobras, o que realmente fez. A primeira delas foi uma jiboia encomendada a um fazendeiro mato-grossense. Mantinha-as como animais de estimação, soltas em sua casa, apesar de afirmar ter sofrido 120 mordidas. As suas aparições nos teatros e circos, inicialmente no Rio de Janeiro e depois em todo o país, causavam furor. A sua inspiração veio da leitura de um livro que trazia a história das mulheres da Macedônia que dançavam com serpentes enroladas.

“A primeira metade dos anos cinquenta foram os anos de Luz del Fuego. Todos conheciam a vedete

que enlouquecia o Brasil (...) e ocupava frequentemente as manchetes de jornais e revistas. Fosse nas seções de espetáculos, fosse nas páginas policiais, seu nome sempre estava lá. A exótica Luz del Fuego era garantia certa de bilheteria. Principalmente nos sábados à tarde, quando a plateia era composta, em sua maioria, de fuzileiros navais, estivadores, guardas-civis e pequenos funcionários (...). Suas apresentações levavam as galerias ao delírio”, destaca a biografia.

Junto com o sucesso vieram as perseguições por parte da censura e da polícia. “Acusada de atentado ao pudor, muitas vezes multada e submetida a interrogatórios em delegacias de costumes, Luz jamais se intimidava. Ia para as rádios e praças públicas denunciar as pressões sofridas”. Após intensa carreira nos palcos dedicou-se aos seus ideais naturalistas. Para torná-los mais populares tentou fundar o “Partido Naturalista Brasileiro”, cujo slogan era “Menos roupa e mais pão. Nosso lema é ação”. A criação do partido e a sua candidatura a deputada não ocorreram, uma vez que a lista de assinatura perdeu-se em condições misteriosas que envolveram até um acidente aéreo. Aos 50 anos Luz del Fuego foi assassinada a pauladas, junto com o caseiro, por dois homens que ela havia denunciado à polícia por ações criminosas. Apesar das tentativas de silenciá-la – que incluíram duas internações em instituições psiquiátricas e a destruição dos exemplares do seu livro – ela atingiu o seu intento “(...) fazer-se lembrar mesmo após 50 anos”.

A Nativa Solitária

O documentário “A Nativa Solitária”, de 1954, no qual homens e mulheres dançam e brincam nus na Ilha do Sol, o primeiro clube naturista brasileiro fundado por Luz del Fuego, faz parte do acervo do Arquivo Público. O local tinha registro na Federação Internacional Naturalista da Alemanha e alcançou, em sua fase áurea, a marca de 240 sócios pagantes, entre eles governadores, ministros, militares de alta patente,



milionários, estrelas do cinema e turistas de todo o mundo, que só podiam permanecer na ilha se estivessem completamente sem roupa.

O filme foi localizado em estado de deterioração. Após ser restaurado foi encaminhado ao APEES para a sua guarda. É desconhecida a existência de alguma cópia do original, o que confere à obra uma grande relevância e raridade. Visando à ampliação do acesso e à preservação foi feita em 2016 a remasterização da película, a conversão para HD e o tratamento das imagens.

A escrita e pensamentos das mulheres na revista “Vida Capichaba”

Atualmente, textos escritos e assinados por mulheres fazem parte do cotidiano no conteúdo veiculado pela imprensa. Porém, é importante considerar que no passado houve o esforço e a atuação das pioneiras na busca por espaço para a exposição das suas ideias. A revista “Vida Capichaba”, que faz parte do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES) e circulou nos anos de 1923 a 1954, foi a primeira a dar visibilidade a essas publicações. Nela, temas como a política e o direito ao voto foram abordados, proporcionando às intelectuais condições para expressarem as suas opiniões e fortalecerem uma posição crítica e autônoma.

Guilly Furtado Bandeira, Carolina Pickler, Haydée Nicolussi, Maria Antonieta Tatagiba, Lydia Besouchet, Hersila Valverde, dentre outras escritoras, utilizaram o impresso para adentrar em searas até então direcionadas apenas ao masculino, deixando de atuar somente nos ambientes prescritos – como mães, esposas e donas de casa - para se projetarem nos locais conquistados, entendidos como aqueles campos coibidos às mulheres, de maneira implícita ou declarada. Com isso, puderam de forma inédita, expor e publicar seus pensamentos, quanto ao que consideravam injustiças e cerceamento de suas convicções.

A poeta Maria Antonieta Tatagiba, por exemplo, que alcançou na década de 1920 um sucesso inimaginável para uma mulher escritora, em entrevista à revista em 1925, aborda: “Com ódio ou temor dizem, em frases cheias de mel, coisas, na verdade belas, mas sem efeito na vida real: a mulher é um manancial de nossa felicidade, é uma criatura quase divina, que não deve viver a não ser no ambiente puro da família, é um anjo, é uma deusa, é o sol de nossa vida. Tudo isso seria muito belo, agradaria à fantasia, entusiasma as almas sentimentais, mas não melhoraria a situação da mulher na sociedade”. Finalizando sua análise, Tatagiba argumenta: “Deixem que as mulheres lutem e trabalhem, nem todas

se casam, nem todas possuem um lar, nem todas se acham ao abrigo das necessidades, a essas que provêm a subsistência com o labor das próprias mãos, o nosso carinho e o nosso respeito, porque enobrecem, exaltam as virtudes e elevam a dignidade”.

Dentre elas, destaca-se também, Lydia Besouchet. Em uma época na qual o matrimônio e a maternidade eram considerados, muitas vezes, a única destinação, ela se dispôs a refletir e criticar as condições de submissão e o desapontamento com a falta de articulação das brasileiras em prol de uma maior representatividade, o que ela considerava um direito legítimo. No artigo “Feminismo”, publicado em 1932, Lydia Besouchet aborda as ações do Governo para permitir o voto e constata, com tristeza e espanto, a apatia com a qual a novidade foi recebida.

Para ela, o direito ao pleito “correspondia a uma necessidade consciente, exigido por quem tem o direito de exigir”, porém no Brasil, o que ocorria, era um caso surpreendente, no qual as resoluções vinham de cima para baixo, seguindo as motivações internacionais, e não por pressões daquelas que deveriam reivindicar. Besouchet expõe a sua visão sobre o fato: “Votar!... A mulher brasileira vive ainda na pior das escravidões: aquela que desconhece a sua qualidade de escrava, ainda a ‘presa’ que nega ser propriedade do homem, ou a criada que se orgulha de servir ao seu amo ou senhor”. Suas opiniões fortes fizeram dela uma personalidade polêmica. Besouchet mudou-se para o Rio de Janeiro e teve significativa atuação política. Foi perseguida diversas vezes e a sua liberdade se sustentou em disfarces e esconderijos.

Em um dos artigos mais contundentes presentes na publicação, Guilly Furtado Bandeira, colaboradora recorrente do periódico, discorre, em 1931, sobre as suas angústias diante da naturalização da violência contra a mulher. Conforme declara: “Basta abrir, ao acaso, qualquer gazeta diária e, no escândalo garrafal dos versaletes da imprensa, nos deparamos com mais um ‘homem honesto’ a lavar a sua honra, essa decantada e esplendorosa honra, que para lavar, é preciso sujá-la com sangue”. Afirmando que somen-

PAGINA CONFIDENCIAL



A exemplo do que se pratica nos centros da mais requintada civilização espiritual, também queremos conceder ás nossas illustres compatriotas—cuja cultura literaria ou artistica constitue formoso penhor da estima e acatamento, que todos lhes rendemos—o ensejo de nos demonstrarem, em admiraveis syntheses, claras e incisivas, as fulgurações de suas intelligencias e os rumos principaes de seus temperamentos.

Para isso organizámos o seguinte inquerito, que já logrou lisonjeira accreção das nossas gentis leitoras, a quem o cultivo das letras causa a maior e mais vibrante alegria.

Iniciamos a publicação desta pagina com as respostas, que deu ao nosso questionario a notavel e esmerada escriptora Maria Antonieta Tatum, cujos versos impeccaveis, mais de uma vez, têm realçado as paginas deste periodico, revelando-a insigne sacerdotiza nos mysterios elusivos da poetica, que, na sua lyra, é escrava favorita da arte e da belleza.

A enquete do numero proximo será respondida pela nossa distincta conterranea, senhora Guilly Furtado Bandeira, cuja penna, altiva e emancipada, tem o segredo das phrases surprehendentes, que espelham a verdade, numa repulsa hostil a todos os convencionalismos, com que a hypocrisia humana não se farta de mascarar, incessantemente.

Em seguida esperamos que outras figuras singulares do nosso intellectualismo feminino illustrarão esta pagina—que envolve alta homenagem á Mulher espirito-santense, representada, literariamente, pelas suas figuras de eleição.

SRA. MARIA ANTONIETA TATUM.
imagem á Mulher espirito-santense, representada, literariamente, pelas suas figuras de eleição.

te a própria mulher pode emancipar a mulher, Giully argumenta sobre o fato dos seres humanos serem feitos dos mesmos agregados de moléculas, cartilagens e ossos e devem, portanto, se complementar, e não se imporem uns sobre os outros. “A mulher começa a esclarecer-se. Desdobra-lhe, enfim, depois de se haver conservado a vida embrionária de semente, durante séculos, na eclosão esplendida da consciência, firme e integral do espírito” ressalta.

O voto feminino e a conquista de direitos na imprensa capixaba

No dia 8 de agosto de 1906 o “Jornal Oficial”, que circulava na cidade de Vitória, trazia a seguinte nota: “A campanha a favor do voto feminino aumenta de intensidade na Inglaterra, onde as damas que evocaram a si a direção do movimento decidiram abandonar a atitude passiva até aqui mantidas, para dar verdadeiras batalhas campais ao inimigo”. Trata-se da primeira menção na imprensa local sobre a luta das mulheres pela participação nas eleições, tema que gerou, posteriormente, debates calorosos. Parte dessa história pode ser conhecida e pesquisada nos periódicos do acervo do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo (APEES).

Os meios de comunicação no Brasil participaram intensamente das discussões que envolveram o processo histórico de conquista ao voto, principalmente após o Estado do Rio Grande do Norte inserir na sua constituição o direito das mulheres à participação eleitoral. O jornal capixaba “O Diário da Manhã”, por exemplo, trazia em várias das suas edições informações sobre os trâmites legais e os posicionamentos dos legisladores sobre a causa. A publicação mostrava-se contrária às conquistas femininas: “Não se deve alimentar a menor parcela de admiração pelo advento oficial da mulher ao mundo político”, citava.

Na edição de 23 de dezembro de 1921, o periódico expunha as razões do deputado Heitor de Souza, que refutou na Câmara o pleito feminino. Segundo o redator, as palavras do parlamentar foram expostas com talento, elegância e elevado conceito. “Não se pode passar despercebido o brilhante parecer do deputado Heitor de Souza, líder da bancada do Espírito Santo sobre a questão do voto das mulheres. Questão que envolve graves interesses morais. Ela demanda e requer muita serenidade para ser resolvida pela profunda alteração que criaria nos nossos hábitos. Somos levados a reconhecer que o nível intelectual da mulher brasileira não está em condições de justificar medida de tão grande alcance social, que viria alterar



profundamente os costumes patriarcais da nossa família, convindo, esperar”, argumentou o articulista.

A matéria trazia ainda trechos do discurso proferido pelo político: “A educação difere para os dois sexos, as influências hereditárias têm por isso mesmo fixado no homem e na mulher aptidões correspondentes a sua finalidade social assim diferenciada. Fazer entrar hoje as mulheres na vida pública sem ter em conta esta bifurcação secular seria introduzir, sem nenhuma utilidade, elementos de perturbação da ordem das sociedades modernas já em demasia complicada por outros problemas”.

As vozes das mulheres pelo direito ao voto

Rebatendo os discursos a elas direcionados, nos quais as suas aptidões eram constantemente questionadas, começaram a surgir na imprensa do Esta-



do, na década de 1930, os primeiros textos escritos e assinados por mulheres, tendo como principal espaço a revista “Vida Capichaba”, na qual o tema do voto feminino foi amplamente discutido. A historiadora Lívia Rangel afirma que essas escritoras - cujas ideias ousadas para a época chocaram e proporcionaram transformações - tinham em comum o modo atípico como desafiaram o contexto, contribuindo para a gradativa redefinição das relações de gênero, dentro da nova sociedade urbanizada e no interior da própria instituição familiar. Segundo Lívia, nas páginas da “Vida Capichaba”, as mulheres encontraram condições propícias para expressar as suas opiniões e fortalecer uma posição crítica e autônoma.

Dentre elas, destaca-se pela trajetória Lydia Besouchet. Em uma época na qual o matrimônio e a maternidade eram considerados, muitas vezes, a única destinação, ela se dispôs a refletir e criticar as con-

dições de submissão e do desapontamento com a falta de articulação das brasileiras em prol de um maior espaço, o que ela considerava um direito legítimo. No artigo “Feminismo”, publicado em 1932, Lydia Besouchet abordava as ações do Governo para permitir o voto e constatava, com tristeza e espanto, a apatia com a qual a novidade foi recebida pelas mulheres, acostumadas a se perceberem inferiorizadas e à sombra de seus pais e maridos.

Para ela, o direito ao voto “correspondia a uma necessidade consciente, exigido por quem tem o direito de exigir”, porém no Brasil, o que ocorria, era um caso surpreendente, no qual as resoluções vinham de cima para baixo, seguindo as motivações internacionais, e não por pressões daquelas que deveriam reivindicar. Besouchet expunha a sua visão sobre o fato: “Votar! A mulher brasileira vive ainda na pior das escravidões: aquela que desconhece a sua qualidade de escrava”.

Lívia Rangel destaca que é fundamental refletir as inúmeras dificuldades enfrentadas pelas pioneiras na busca por direitos, sendo o voto um instrumento de caráter vital nos projetos de emancipação. “A formação embrionária de uma consciência que passava a detectar na questão do voto o reflexo das divisões e das desigualdades de gênero. Se essa consciência não alcançou plenitude, ao menos contribuiu para que algumas mulheres comesçassem a enxergar na participação política feminina algo mais do que o simples ato de votar. Uma vez investidas de tal direito, confabulavam que poderiam começar a influir na elaboração das leis, tornando-as mais adequadas as suas aspirações” afirma.

VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER

Por **Kátia Bobbio**

Escritora, cordelista, pintora, poetisa, declamadora, bacharel em Direito e Servidora Pública Estadual há mais de 40 anos. Kátia Bobbio é natural de Conceição da Barra; tem mais de 100 títulos de cordel escritos e publicados, sobre temas variados, incluindo-se sobre monumentos, personalidades e vultos históricos do Espírito Santo.

Deus fez toda humanidade
Também toda a natureza,
Fez o homem a sua imagem
Provando que tem grandeza,
Depois criou a mulher
Com encantamento e beleza.

Nós mulheres precisamos
Pensar coletivamente,
Pois a guerra que enfrentamos
No passado e no presente,
É um quadro bem machista
Que ainda é muito evidente.

Queremos dignidade
Para ter cidadania,
E ter possibilidade
Para uma vida sadia,
Porque incomoda tanto
A nossa autonomia?

Eu já escrevi uns 200
Cordéis, cumprindo a missão,
Sobre vários assuntos
E com determinação,
E peço que as jovens de hoje
Ao machismo... diga não!

Vamos quebrar o silêncio
E se assim preciso for,
Denunciar a violência
E punir o agressor,
O importante é viver bem
Com fé, carinho e amor.

Nunca esconda da família
Agressão e violência,
Ponha a boca no trombone
Tenha essa consciência,
Vamos juntas evitar
Mais boletins de ocorrência.

Mulheres! Não se rebaixem
Nem permitam agressão.
Pois começa com palavras
Depois termina em prisão,
Nós temos capacidade
E queremos solução.

Mulher não é mais escrava
Elas tem o seu valor,
Os tempos hoje mudaram
Então, faça-me o favor!
Nunca mais se submetam
A morte, o castigo e a dor.

A violência doméstica
Nos causa muita tristeza,
Andar com homem machista
É viver sempre indefesa,
Acorde!...Lute com garra
Em prol da sua defesa.

Violência? Nem pensar!
Isso não é solução,
Agredir uma mulher
Não tem desculpa e perdão,
A Lei Maria da Penha
Veio forte e com ação.

Sei que toda mulher pode
Viver sem a violência,
Isso tudo está na lei
Que tem muita eficiência,
É só punir o agressor
Que teremos assistência.

É na cultura, na idade
No trabalho e educação,
Todas nós temos direitos
São todas! Sem exceção,
Estamos asseguradas
Pela constituição.

Para nós é muito triste
A questão psicológica,
Esta merece atenção
Didática e pedagógica,
A violência falada
Nossa vida perde a lógica.

Chantagens, humilhações
Insultos, constrangimentos,
São danos que interferem
No seu desenvolvimento,
Tapas, socos, xingamentos
Só aumenta o sofrimento.

A violência sexual
Merece toda atenção,
O uso da força física
Causando intimidação,
Obrigando a mulher
Ao ato da relação.

O estatuto da mulher
Hoje é uma coisa real,
São os crimes contra a honra
E a violência moral,
Injúria, difamação
Está no código penal.

Os direitos da mulher
Hoje estão assegurados,
A Lei Maria da Penha
Criou também juizados,
De violência doméstica
Para todos os estados.

Hoje cabe aos governantes
De cada federação,
Destinarem seus recursos
Para implementação
Da Lei Maria da Penha
Em prol da população.

Quero aproveitar aqui
E fazer um comentário,
Com relação a mulher
Sobre a questão do salário,
Nós queremos igualdade
Isso é mais que necessário.

O preconceito ainda existe
Em nossa sociedade,
Vamos acabar com isso
Lutando pela igualdade,
Todas juntas somos fortes
Formamos comunidade.

Sem mulher, não há história
Nem arte, nem nascimento,
Da mulher nascem os homens
Com todo conhecimento,
Da mulher nasceu Jesus
Que é o Rei do firmamento.

A mulher é a semente
Que germina a humanidade,
Da mulher nasceram deuses
Que é mãe da santidade,
Sem a mulher não tem graça
Nós queremos liberdade!

A mulher tece o infinito
É avó, é mãe, é menina,
Ela movimenta o mundo
Com sua alma feminina,
É a estrela mais brilhante
Que ao nosso amor ilumina.

Já diz o velho ditado:
Que ninguém mete a colher,
Em briga de namorado
Ou de marido e mulher!
Não metia ... agora mete
É só amor que a gente quer!

Referências das Imagens

Capa: Maria Stella de Novaes, [S.l.], [s.d.]. Coleção Maria Stella de Novaes. Referência: BR ESAPEES.MSN.1SERIE.034.01.

Página 03: Departamento feminino na Praia Saldanhista, vendo-se ao fundo a Ilha da Fumaça. Vitória. 13/05/1934. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Clube de Regatas Saldanha da Gama. Referência: BR ESAPEES.CRS.G.FES.007.

Página 07: Destaque - Cotidiano urbano, mulheres caminhando. Vitória [?], [S.d.]. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Instituto Jones dos Santos Neves. Referência: BR ESAPEES.IJSN.3522.

Página 10-11: Vice-governadora, Jaqueline Moraes em uma mesa de reunião. Vitória. Créditos: Leandro Braga.

Páginas 12, 17 e 18: Jaqueline Moraes, Vice governadora. Créditos: Leandro Braga.

Página 19: Jaqueline Moraes, trabalhando no centro de Vitória. Vitória, 2004. Créditos: Gildo Loyola.

Página 20-21: Reprodução de uma fotografia do antigo trapiche da Barra de Itapemirim – 1886 [?]. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Instituto Jones dos Santos Neves. Referência: BR ESAPEES.IJSN.504

Página 32-33: Reprodução do periódico A mai de famlia. Janeiro de 1879. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=341703&pesq=&pagfis=1>. Acesso 16/09/2020.

Página 34-35: Reprodução Gravura La Cuisine a la roça. 1813-1905. Biblioteca Nacional Digital.. Disponível em: http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon1113654/icon1113654_57.jpg. Acesso em 16/09/2020.

Página 48-49: Reprodução Revista Vida Capichaba. 1931. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=156590&pesq=&pagfis=9032> . Acesso em 16/09/2020

Página 65: Reprodução - Mulher. In. Revista Vida Capichaba. Edição de 1940. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção DEC - Departamento Estadual de Cultura.

Página 66-67: Destaque Tupiniquins. Sem data. Fotografia cedida pelas autoras. Créditos: Rogério Medeiros.

Página 80-81: Destaque do folheto produzido por Cristina Gorine, em 1984. Fonte: Arquivo pessoal de Myrthers Bevilacqua Corradi.

Página 97: Cartão de lembrança - Maria Stella de Novaes. 1924. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Maria Stella de Novaes.

Página 98-99: Destaque da gravura, Como educar uma filha. Março de 1968. In Revista Fonte: Revista Capixaba (mar. 1968).

Página 114-115: Reprodução - Emma Goldman. International Institute of Social History (Amsterdam). Disponível em: <https://iisg.amsterdam/en/detail?id=https%3A%2F%2Fiisg.amsterdam%2Fid%2Fitem%2F613996>. Acesso em 17/09/2020.

Página 132-133: Destaque - Distrito de Vitória. Vitória. 1930 [?]. Referência: Arquivo Público do Município de Vitória.

Página 150-151: Hospital do Tuberculoso. Vitória, 1936. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção João Punaro Bley. Código de Referência: BR ESAPEES.JPB.45.

Página 152-153: Paisagem fotográfica: vista arquitetônica e paisagem natural da propriedade da família Giesele. 1915-1916 [?]. Museu Antropológico Diretor Pestana. Código de referência: BR BR RSMADP LGC-300-310-312-D1-E8 356. Disponível em: <http://atom.unijui.edu.br/index.php/lgg-e8-356-2>. Acesso em: 17/09/2020.

Página 175: Dona Adele Isabella Magnago Vettorazzi. Campestre, Castelo (ES), 1990. Fotografia: Cilmar Franceschetto.

Página 176-177: Destaque – Registro de Óbito. Vitória. 1929. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Fundo de Registros Cíveis de Óbito de Vitória

Página 180-181: Grupo de alunos da escola mista de Alegre, 30/11/1926. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Jerônimo Monteiro. Referência: BR ESAPEES.JM.141.

Página 185: Escola do Córrego da Ponte. Colatina. 1910. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Jerônimo Monteiro. Código de referência: BR ESAPEES.JM.304.

Página 186-187: Cartão Alistamento eleitoral no Rio Grande do Norte. Vitória. [S.d.]. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Coleção Maria Stella de Novaes.

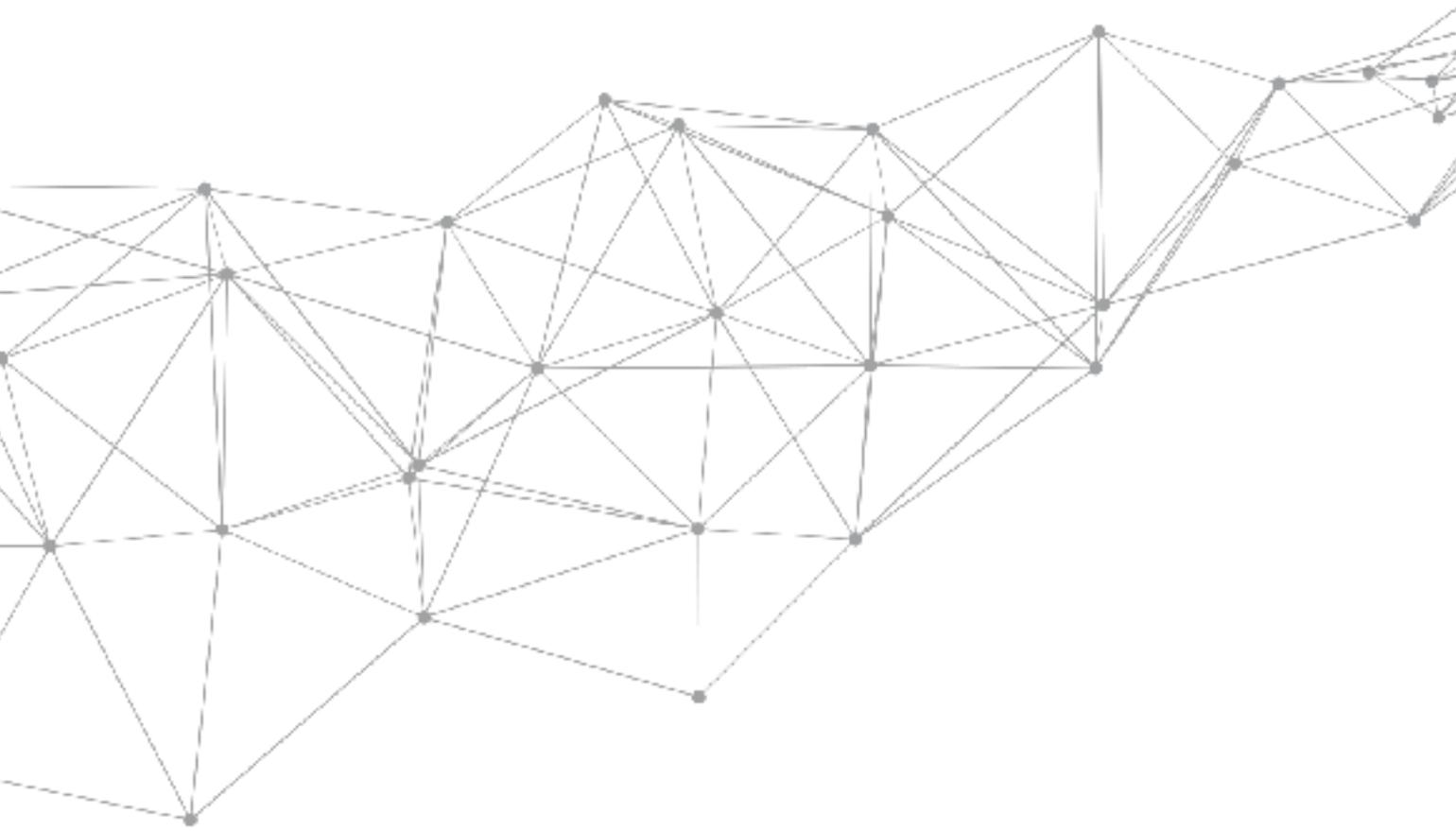
Página 188-189: Frames do Filme “A nativa solitária”, 1954. Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Acervo Audiovisual.

Página 191: Reprodução da Revista Vida Capichaba. 1925. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=156590&pagfis=514>. Acesso em 17/09/2020.

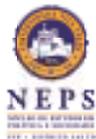
Página 192: Reprodução do Jornal Diário da Manhã. Vitória. 15/12/1927. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=572748&pesq=&pagfis=28305>. Acesso em: 17/09/2020.

Página 193: Reprodução da Revista Vida Capixaba. Vitória. 1932. Biblioteca Nacional Digital. Disponível em: <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=156590&pesq=Lydia%20Besouchet&pagfis=11081>. Acesso em 17/09/2020

A RAPEES agradece a todas as pessoas e instituições que autorizaram, de modo gentil, a reprodução das imagens desta edição. Empenharam-se todos os esforços para reconhecer e contatar a fonte e o detentor dos direitos copyright de todas elas. Desculpamo-nos por quaisquer erros ou omissões involuntárias, que poderão ser retificado, por meio de errata, nas edições futuras desta revista.



PARCERIA



REALIZAÇÃO



GOVERNO DO ESTADO
DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Cultura

